



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 124 – QUINTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)</p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana PT-AC</p> <p>Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</p> <p>Líder Efraim Morais PFL-PB</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p>Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>Líder Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p>Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PFL -18</p> <p>Líder José Agripino PFL-RN</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB – 10</p> <p>Líder Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5</p> <p>Líder Jefferson Péres PDT-AM</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p>Vice Líder Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 490, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrazulense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 76, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Serrazulense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 491, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Conexão 4 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Gertrudes, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 518, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Conexão 4 FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Gertrudes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 492, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 749, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 96ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 145/2003, de 6 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 323, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 23310

Nº 249/2003, de 5 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 416, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 23310

Nº 179/2003, de 29 de julho último, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 457, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 23310

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o ex-Senador Dinarte Mariz pelo transcurso dos cem anos de seu nascimento, nos termos dos Requerimentos nºs 483, 640 e 685, de 2003, do Senador José Agripino e outros Senadores, continuando abertas as inscrições para a referida homenagem. 23310

1.2.3 – Ofícios

Nº 118/2003, de 12 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização. 23310

Nº 933/2003, de 12 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 127, de 2003. 23311

Nº 1.230/2003, de 12 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização. 23311

Nº 619/2003, de 13 do corrente, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. 23311

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Necessidade da Companhia Vale do Rio Doce executar projetos que promovam o desenvolvimento sustentável da região amazônica em contrapartida à instalação, em São Luís/MA, de um novo pólo siderúrgico para a produção de ferro-gusa com minério retirado de Carajás/PA. 23311

SENADOR PAPALÉO PAES – Apoio à decisão do Governo de adotar medidas para estimular a produção nacional de medicamentos. Preocupação com o aumento dos preços dos medicamentos genéricos. 23315

SENADOR EFRAIM MORAIS – Defesa de maior participação dos municípios nas discussões da proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional. 23318

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro de encontro, hoje, entre o Ministro Ricardo Berzoini e representantes dos servidores públicos. Sugestão de realização de audiências públicas na CCJ para debater a reforma da Previdência. 23322

SENADOR OSMAR DIAS – Denúncia de fraude praticada por exportadores de trigo argentinos, que misturam sal à farinha destinada ao Brasil. Defesa da apreciação de projeto de lei de sua autoria, que reduz para 7% a alíquota na transferência interestadual de trigo. 23324

SENADOR PAULO PAIM – Anúncio do encontro de S. Ex^a, ontem, com o Ministro Ricardo Berzoini, para discutir a reforma da Previdência. 23325

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Instalação da Frente Parlamentar em Favor dos Municípios, que visa ampliar a participação dos prefeitos nas discussões sobre a reforma tributária. Discussão a respeito da possibilidade de par-

tipificação dos estados e municípios na arrecadação da CMPF. 23327

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 689, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2003. Aprovado. 23328

Nº 690, de 2003, de autoria do Senador Fernando Bezerra, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 145, de 2000 e 370, de 1999, por regularem a mesma matéria. 23329

1.2.6 – Ofício

Nº 594/2003, de 7 do corrente, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu desligamento das comissões que relaciona e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. 23329

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 691, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. 23329

Nº 692, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia as informações que menciona. 23329

Nº 693, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona. 23329

Nº 694, de 2003, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2003, de sua autoria, com o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002 (nº 465/99, na Casa de origem), por versarem sobre o mesmo assunto. 23330

Nº 695, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. 23330

1.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que modifica o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, visando incluir a reabilitação de vítimas de acidentes de trânsito entre as destinações da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito. 23330

Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que acrescenta § 3º ao art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às instituições de ensino superior a dedução de despesa com con-

cessão de bolsa de estudo para atleta praticante de modalidade olímpica. 23332

Projeto de Resolução nº 34, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que denomina Palácio do Congresso Nacional Presidente Juscelino Kubitschek a sede do Congresso Nacional. 23335

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 696, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, por Minas Gerais, Fernando Fagundes Neto, ocorrido no dia 1º do corrente. 23337

Nº 697, de 2003, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Diva Miranda Soares. 23338

Nº 698, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações ao Procurador de Justiça Jarbas Soares Júnior, por sua posse como presidente da Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente. 23338

1.2.10 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 511, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria de natureza operacional no Banco Central e na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Aprovado. 23338

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2003, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que disciplina relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002. Inversão da pauta, com aquiescência do Plenário, passando a matéria a ser o último item. 23339

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.075, de 2003, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2003. Aprovado com voto contrário do Sr. Almeida Lima, tendo usado da palavra S. Exª e o Sr. Garibaldi Alves Filho (Relator). À Comissão Diretora para redação final. 23339

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003 (Parecer nº 1.076, de 2003-CDIR). Aprovada. À Câmara dos Deputados. 23342

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2003 (nº 4.016/2001, na Casa de origem), de iniciativa

do Presidente da República, que concede pensão especial a Mário Kozel e Terezinha Kozel. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Romeu Tuma e Tião Viana. À sanção. 23342

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Efraim Morais, que dá nova redação ao § 1º do art. 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais. Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em primeiro turno. 23343

Item 5

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal. Discussão adiada, nos termos do Requerimento nº 699, de 2003. 23344

Item 6

Requerimento nº 684, de 2003, solicitando, nos termos regimentais, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 91, de 2000, e Projetos de Lei do Senado nºs 657, de 1999, 32 e 200, de 2000. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Marcelo Crivella. 23344

Item 1 (Inversão da pauta, com aquecimento do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2003, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que disciplina relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002. Apreciação adiada, conforme acordo das lideranças partidárias. ... 23345

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Satisfação diante do ingresso do Senador Álvaro Dias no PSDB. 23345

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Repúdio às ações ilícitas de registros de patentes de produtos brasileiros pelas empresas multinacionais. 23345

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Defesa da discussão aprofundada da reforma do Judiciário. Solicitação de recursos destinados à recuperação da malha rodoviária federal. Críticas à possibilidade de aumento da alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE. 23349

SENADOR ANTONIO CARLOS VALA-DARES, como Líder – Importância da instalação, hoje, do grupo parlamentar de apoio aos municípios, presidido pelo Senador Ney Suassuna. 23352

SENADOR FERNANDO BEZERRA – Homenagem pelo centenário de nascimento do ex-Senador Dinarte Mariz. 23355

SENADOR MARCO MACIEL – Importância da intensificação do uso do instituto da arbitragem como instrumento para a simplificação do processo de solução de controvérsias. 23358

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Defesa da manutenção da autonomia dos Estados para legislar sobre o ICMS, a propósito das discussões da reforma Tributária. 23361

SENADOR AELTON FREITAS – Sugestão para a especialização do setor de turismo na prestação de serviços à população da terceira idade. 23362

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Presença de comitiva de prefeitos de todo o País em Brasília. Solidariedade ao movimento dos municípios que pretendem diminuir as desigualdades na distribuição dos recursos arrecadados com tributos. 23365

1.3.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 160, de 2003 (nº 375/2003, na origem), comunicando que se ausentará do País nos dias 14 e 15 de agosto do corrente, a fim de participar das cerimônias de transmissão do mando e posse do novo Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, em Assunção. 23365

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 693, 705, 730, de 2002, 15, 31, 43, 75, 79, 82, 86, 94, 96, 103, 106, 108, 113, 115, 122, 124, 126, 129, 131, 133, 134, 135, 147, 151, 155, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 177, 179, 184, 189, 190, 192, 204, 205, 207, 208, 218, 235, 238, 240, 250, 251, 252, 270, 274 e 277, de 2003, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. 23365

1.3.4 – Leitura de requerimentos

Nº 700, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, seja submetido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos. 23381

Nº 701, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 687, de 2003. Deferido. 23382

1.3.5 – Pronunciamento

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Anúncio da inclusão do programa de renda mínima na proposta de reforma Tributária. 23382

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários sobre o Relatório Anual de 2002 da Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo. 23384

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Declínio da economia brasileira, conforme matéria publicada no **Jornal do Brasil**, edição de hoje, intitulada “Indústria de São Paulo demite pelo quarto mês” 23385

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Recebimento, pela Associação de Luta pela Vida do Estado de Roraima, do Prêmio Gates de Saúde Global 2003. 23386

SENADOR *AMIR LANDO* – O Trabalho como sinônimo de cidadania e instrumento de auto-estima. 23387

1.3.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 23388

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 13-8-2003

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata circunstanciada da 5ª reunião, realizada em 2 e 30 de junho de 2003. 23389

4 – ATAS DE COMISSÃO

4ª e 5ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2,

de 2003-CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, realizadas em 3 e 9 de julho de 2003, respectivamente. 23466

5 – TERMO DE REUNIÃO**6 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 92 e 93, de 2003. 23492

7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 4.300, de 2003. (Republicação) 23493

Nºs 4.520 a 4.546, de 2003. 23493

SENADO FEDERAL**8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 96ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de agosto de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios de ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 145/2003, de 6 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 323, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 249/2003, de 5 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 416, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 179/2003, de 29 de julho último, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 457, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente, bem como o CD-ROM encaminhado pelo Ministro da Educação.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o ex-Senador Dinarte Mariz pelo transcurso dos cem anos de seu nascimento, nos termos dos Requerimentos nºs 483, 640 e 685, de 2003, do Senador José Agripino e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 118/03 – GLPDT

Brasília, 12 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado para compor a Comissão Mista de

Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, como titular o Senador Almeida Lima, em substituição, a pedido, do Senador Álvaro Dias.

Ao ensejo renovamos a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Jefferson Péres**, Líder do PDT.

Ofício nº 933/03

Brasília, 12 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, venho indicar pelo Partido Progressista, o Deputado Dr. Heleno, como titular, e o Deputado Nelson Meurer, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 127, de 4 de agosto de 2003, que “dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica e dá outras providências”.

Atenciosamente, – **Pedro Henry**, Líder.

OF PSDB/I/Nº 1.230 /2003

Brasília, 12 agosto de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Rommel Feijó para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, de Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Jovair Arantes.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

OF/A/PSB/619/03

Brasília, 13 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação da Deputada Luiza Erundina na vaga de suplente do PSB na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil” (Requerimento nº 2/2003 – CN, das Senhoras Maria do Rosário, Serys Marly Silhessaenko e Patrícia Saboya Gomes), em substituição a Deputada Miriam Reid.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Campos**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de, no momento adequado da sessão, poder ter o direito à palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Exª tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, gostaria de pedir a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Eu só informo que este presidente é o terceiro inscrito para falar, mas se houver mais espaço...

V. Exª tem a palavra, Senadora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Gostaria, então, Sr. Presidente, de fazer a minha inscrição, como primeira suplente, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está assegurada, nobre Senadora, a sua inscrição.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Quero me inscrever como Líder para falar após a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Todos os Srs. Senadores e a Srª Senadora inscritos terão, na prorrogação da Hora do Expediente, assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, público que nos assiste, público que nos ouve pela **Rádio Senado**, antes de entrar propriamente no pronunciamento que me propus fazer nesta tarde, gostaria de fazer um registro – a propósito, agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela gentileza da cessão.

É que hoje a Comissão de Fiscalização e Controle criou duas subcomissões. A primeira delas, uma subcomissão temporária, vai discutir as obras inaca-

badas. Realizada uma votação, foram eleitos, para Presidente, o Senador Efraim Morais e, para Vice-Presidente, o Senador Leonel Pavan. Para Relator foi indicado o nobre Senador Delcídio Amaral.

Foi feita também votação para preencher os cargos de uma outra subcomissão, permanente, da Comissão de Fiscalização e Controle, que tem hoje uma grande importância para o nosso País, constituída que está sendo para fiscalizar os atos de gestão das agências reguladoras. Ou seja, nós, Senadores da República, que também temos o papel de fiscalizar, vamos agora ter uma subcomissão específica na Comissão de Fiscalização e Controle para cumprir esse papel. Eu, que fui autora do requerimento de criação da subcomissão que vai fiscalizar as agências reguladoras, fui eleita, hoje, a sua Presidente. Foi eleito Vice-Presidente o Senador Valmir Amaral, e foi indicado como Relator o nobre Senador Leomar Quintanilha.

É de especial importância esse registro, pois vivemos um momento em que é particularmente grande a necessidade de que as agências bem desempenhem o seu papel, principalmente naquilo que diz respeito a serviços públicos fundamentais, como o fornecimento de energia elétrica e telecomunicações, que foram privatizados. As agências precisam ser acompanhadas por este Congresso Nacional.

Quero falar sobre um tema a que, por diversas vezes, já tive a oportunidade de fazer referência da tribuna deste plenário do Senado da República: a situação do Estado do Pará e a sua relação com as empresas mineradoras, em particular com a Companhia Vale do Rio Doce.

No último dia 28 de julho, a Companhia Vale do Rio Doce anunciou a instalação, na cidade de São Luís, no Maranhão, de seu novo pólo siderúrgico. O investimento que a mineradora pretende efetivar para a produção de placas de aço é parte de sua estratégia de criar **joint-ventures** com consumidores de minério de ferro para a instalação de novos projetos.

A empresa pretende também implantar uma usina destinada à produção de 370 mil toneladas por ano de ferro-gusa em sociedade com a Nucor, uma das maiores empresas siderúrgicas dos Estados Unidos. Os dois minifornos desse empreendimento serão abastecidos pelo minério de ferro de Carajás, do Estado do Pará, e por carvão vegetal oriundo das madeiras das florestas da Celmar, no Maranhão.

A notícia de uma nova empresa siderúrgica, que fabricará placas de aço, com investimento estimado em um bilhão de dólares e uma receita esperada de

seiscentos milhões de dólares ao ano, é alvissareira para o Brasil, refletindo a confiança no crescimento de nossa economia não só do empresariado local como do estrangeiro, já que a Companhia Vale do Rio Doce atua nesse empreendimento em sociedade com capitais chineses.

Entretanto, esse anúncio naturalmente causou imenso impacto no Estado do Pará, já que o minério de ferro extraído de Carajás será levado para processamento em outro Estado, que será beneficiado com os investimentos e a criação de novos empregos que surgirão em virtude de tal empreendimento.

Não se trata aqui de artificializarmos uma disputa regional entre Pará e Maranhão, obviamente não é esse o papel do Senado da República. Mas esta Casa tem que debater uma crise estabelecida, que envolve dois Estados da Federação, que poderá afetar as exportações brasileiras e que diz respeito à forma de desenvolvimento da maior região geográfica do País, onde se encontram a maior reserva florestal e também a maior reserva mineral do mundo – que está no Pará.

A Companhia Vale do Rio Doce apresentou uma proposta de investimentos na região denominada “Arco de Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de um projeto que prevê investimentos em plantios florestais de 130 milhões de dólares em dez anos, com “a utilização adequada das vastas áreas já alteradas no Arco do Desflorestamento da Amazônia Legal, com a implantação de consórcios agrosilviculturais industriais permanentes.” Essas são palavras da própria companhia, apresentadas ao Estado do Pará.

Nas últimas duas décadas foram implantadas no corredor da Estrada de Ferro Carajás, que liga o projeto ao porto de Itaqui, no Maranhão, mais de uma dezena de siderúrgicas, que produzem tão-somente ferro-gusa – essas siderúrgicas, principalmente no Estado do Pará. O ferro-gusa é uma forma de ferro primário pela qual a maior parte dos compostos feríferos tem que passar antes de ser transformada em aço. Essas siderúrgicas utilizam o carvão vegetal como redutor para a produção de ferro-gusa, em uma proporção de 0,8 tonelada de carvão para uma tonelada de gusa. Tal quantidade de carvão vegetal é adquirida de milhares de fornecedores locais, que na Amazônia o retiram da floresta primária.

São mais de um milhão de toneladas por ano. Esse consumo de carvão vegetal é hoje o principal elo de articulação da indústria siderúrgica com a sociedade da região, com a sociedade paraense. A produção desse carvão vegetal tem acarretado muitos impactos sociais e ambientais de grande escala, é sus-

tentada por trabalho precário, mal remunerado e insalubre e, em regra, é feita nos assim chamados “fornos de rabo quente”. Inclusive, já foi constatado o trabalho infantil nesses fornos.

Agora, em um momento de crise de relacionamento com a Companhia Vale do Rio Doce, a questão das terras degradadas, principalmente no sudeste do Pará, vem à tona. Essas terras são o resultado de anos de não-compromisso com um projeto de desenvolvimento sustentável para a região. Essas áreas degradadas são o resultado da exploração da nossa floresta tropical por vários setores – é bem verdade que não são só os setores mineradores –, entre os quais o setor guseiro, que exerce pressão por meio da demanda por carvão vegetal. O setor guseiro atende a Companhia Vale do Rio Doce no Estado, mas não é o único responsável por essa degradação.

A Companhia Vale do Rio Doce pretende iniciar o reflorestamento das terras degradadas visando transformar a região em produtora de biomassa florestal, de uso múltiplo, onde a prioridade deverá ser a produção de carvão vegetal. Além disso, há a possibilidade da instalação de projetos de larga escala voltados para a produção de grãos, notadamente soja.

Sem dúvida, a preocupação com o desmatamento da floresta nativa é um elemento a mais a ser destacado na nova proposta da empresa. Como já dissemos, a atuação das siderúrgicas na Amazônia Oriental brasileira é um dos elementos que aprofundam o desmatamento, e há duas décadas não havia, por parte dos Governos estaduais e do Governo Federal, a preocupação de elaborar um plano de controle do uso dos recursos florestais.

Outro componente a ser destacado na proposta da Companhia, no que tange ao uso das áreas já desmatadas, é a recuperação das áreas com espécies nativas produtivas. A proposta chama a atenção para a possibilidade de desenvolver culturas de madeiráveis e folhosas nas áreas de várzeas – um exemplo é o açaí, que hoje, inclusive, já tem uma utilização e é conhecido nacional e internacionalmente – e de terra firme – como exemplo, há o jaborandi, o curauá, entre outros. Mas a proposta não diz quem disponibilizaria os recursos na ordem de US\$130 milhões só para o investimento em plantio, fora os custos de manutenção.

A Vale indica ainda a possibilidade de parte desse reflorestamento ser feito em áreas de assentamento envolvendo famílias de agricultores, dentro da nova proposta de assentamento do Ibama e do Incra, para formação de uma base florestal industrial. Inclusive, há uma nova proposta do Ibama e do Incra de não

apenas titular terras; queremos discutir a concessão e o uso dessa terra. Para tanto, o Incra e o Ibama estão discutindo o que já existe em outros países do mundo, como o Canadá: a concessão de uso da floresta.

A proposta apresentada me parece uma intenção de reflorestamento que – aí reside o problema que precisamos discutir – não garante a criação de novos empregos, o controle ambiental e o estabelecimento, na região, de um pólo que permita o desenvolvimento regional. Esse “plano de intenções” é algo muito inicial que não prevê custos com o processo de titulação e desapropriação das terras degradadas, o próprio controle das áreas reflorestadas e da logística necessária para a venda destas madeiras. O “plano de intenções” não discute a possibilidade de pesquisas nas áreas de madeiras tropicais que permita o uso de novas espécies para a indústria moveleira. O “plano de intenções” defende ainda o reflorestamento com base no eucalipto, o que resulta em um sistema florestal homogêneo, que não recupera a biodiversidade existente na floresta nativa, que é a maior riqueza da Amazônia.

O Governo do Estado recebeu a proposta da empresa, apresentou suas reivindicações e, além disso, fixou um prazo de dez dias para que a Companhia Vale do Rio Doce pudesse responder. Essas reivindicações dizem respeito ao reflorestamento de 200 mil hectares, a construção de 40 mil casas populares, a discussão da verticalização de um outro minério: ouro, cobre, alumínio ou níquel. O Governador do Estado tem declarado, nos jornais, que pretende criar uma alíquota interestadual de ICMS para o ferro que for extraído no Pará para ser industrializado no Maranhão, caso a Companhia Vale do Rio Doce não atenda às solicitações feitas.

Chamo atenção para o fato de que essas propostas aparecem em um momento de crise e revelam a inexistência de um projeto de desenvolvimento sustentável para a nossa região, em especial para o meu Estado, o Pará. Os vários Governos, em especial os do Pará, permitiram a implantação de um projeto de desenvolvimento baseado, entre outras coisas, em uma política mineral que não preservou a floresta, não aumentou de forma significativa – como era a expectativa da sociedade – o nível de emprego e não possibilitou uma melhor distribuição de renda.

Hoje, temos essa visão mais ampla da crise por que o Pará está passando, mas é preciso que tenhamos a lucidez de não demonizar a Companhia Vale do Rio Doce – mesmo reconhecendo sua responsabilidade também nessa crise – como a única responsá-

vel pela inexistência de um projeto de desenvolvimento para a região.

A Companhia Vale do Rio Doce se instalou na Amazônia com o aval dos Governos Federal e Estadual, mas somente agora lhe é cobrada uma outra relação com a sociedade ali existente, em especial com a sociedade paraense. Quero deixar claro que nós, particularmente, já cobrávamos outra relação da Companhia Vale do Rio Doce com a sociedade paraense.

Considero que um dos pontos essenciais para que possamos imprimir novos rumos às políticas para a Amazônia implica construirmos uma agroindústria vinculada à produção do pequeno produtor que venha reforçar a produção familiar, não aquela baseada em uma cultura homogênea, mas, sim, em uma policultura. Para essa política se estabelecer, são necessários estudos nas áreas de manejo, de mudas e de prevenção de doenças e na pesquisa de mercados consumidores e de **marketing** comercial.

A Companhia Vale do Rio Doce poderá ser uma parceira nessa construção e, assim, mudar a sua imagem ante a sociedade local, que a vê, hoje, como uma empresa que não tem responsabilidade social e que, ao longo dos últimos 30 anos, explorou as riquezas do Estado do Pará e não trouxe uma compensação suficiente e justa para o povo do nosso Estado.

Acredito que este é o momento de discutirmos um projeto de desenvolvimento para o Estado. Para tanto, solidarizo-me – e já fiz isso por diversas vezes – com um jornal da nossa terra, **O Liberal**, que enfrenta hoje um processo da Vale do Rio Doce. E por quê? Simplesmente pelo fato de o jornal ter catalizado esse sentimento existente ao longo dos anos por parte do povo do Pará em relação à Companhia Vale do Rio Doce.

Mas, repito, não podemos demonizar a Companhia Vale do Rio Doce, visto que, quando ela se instalou, não houve nenhuma cobrança por parte dos Governos no sentido de um projeto de desenvolvimento.

Temos que discutir, sim, o que queremos para a Amazônia. Temos que estudar um projeto de desenvolvimento sustentável para a região que não mais permita que as nossas riquezas saiam do Pará para contribuir com o alcance do **superávit** na balança comercial brasileira, deixando tão pouco para nosso Estado, ou até para gerar empregos, com a verticalização, em outros Estados da Federação. Com todo o respeito ao povo do Maranhão, existe um sentimento de perda muito grande no povo do Pará.

Se vamos discutir a compensação em relação a isso, que ela seja baseada num projeto de desenvolvimento sustentável que envolva de forma digna os pequenos trabalhadores e os agricultores familiares, em especial. Que não seja simplesmente um projeto que preveja, mais uma vez, a homogeneização da nossa floresta. Na verdade, a história tem nos mostrado que essa tentativa, feita nas últimas décadas, não tem dado certo, Senador Mozarildo Cavalcanti. Não têm êxito projetos que consideram que a Amazônia é só minério, boi e madeira. A Amazônia tem uma diversidade imensa. Temos de aproveitar este momento para discutirmos. Não vamos continuar a plantar eucalipto para queimar e fazer carvão, em condições precaríssimas, inclusive com a utilização de trabalho infantil. Queremos uma outra realidade e uma outra perspectiva de desenvolvimento para a nossa região. É sobre isso que quero me pronunciar no dia de hoje, é isso que quero deixar como objeto de discussão.

Esta Casa tem um papel importantíssimo a cumprir. Hoje, no Senado da República, foi realizada uma audiência pública com o Ibram, que representa as empresas mineradoras, e teremos outra com o DNPM, para discutirmos uma legislação – e apelo a todos os Srs. Senadores para que a elaborem o mais rápido possível – que altere a compensação financeira sobre cessão mineral. Queremos discutir não apenas o aumento da alíquota, o aumento de recursos, mas também uma melhor distribuição desses recursos, a progressividade na atuação da lei, para que as pequenas empresas sejam tratadas de forma diferenciada das grandes empresas, e o estabelecimento do controle social sobre esses recursos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Líder Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me pronunciar pela Liderança do PSB após a Ordem do Dia, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª será atendido, na forma do disposto no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dando continuidade à lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

S. Exª dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o jornal **O Globo**, edição de 14 de julho de 2003, publica uma importante matéria sobre a produção nacional de medicamentos, enfatizando: “O Governo vai adotar uma série de medidas para estimular a produção nacional de medicamentos, reduzir a importação e aumentar o acesso da população a esses produtos. A orientação é que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dê prioridade aos financiamentos para a indústria farmacêutica”.

Trata-se de assunto da mais alta prioridade e relevância, que interessa a todos os cidadãos, principalmente a nós que exercemos cargos públicos e temos responsabilidade política e compromisso com o bem-estar da população.

Sem a garantia da saúde e da alimentação, todos os direitos individuais e sociais não passam de promessas vãs, pois haveria a negação do direito maior, que é o direito à vida.

Certamente, não tem qualquer efeito prático a Constituição Federal estabelecer, em seu art. 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, se o cidadão não dispõe dos elementos anteriores à garantia dos demais direitos sociais.

Ter as condições necessárias para o acesso aos medicamentos indispensáveis à recuperação da saúde não pode ser mera questão de mercado, mas questão de vida ou morte, em que não é legal nem moralmente aceitável subordinar a pessoa humana aos ditames de monopólios, cartéis e oligopólios, que detêm, em última análise, o poder de decretar, de forma disfarçada, um tipo de pena de morte.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente José Sarney, um dos mais experientes políticos brasileiros, com sua sensibilidade de intelectual e homem público, sempre se preocupou e adotou medidas efetivas para a solução dos problemas relacionados com a produção de medicamentos destinados à população mais pobre.

Em 1996, com o apoio e o estímulo do Presidente José Sarney, o Senado Federal patrocinou a publicação de um importante livro sobre esse assunto denominado **A Indústria Farmacêutica – O Controle Internacional de Medicamentos**, de autoria do Professor Doutor Granville Garcia de Oliveira, médico, pesquisador e cientista, descobridor da Síndrome de Falência de Múltiplos Órgãos, e que realizou seu pós-doutorado em fármacos na **Food and Drug Administration** (FDA), nos Estados Unidos.

Esse trabalho examina o perfil da assistência médico-farmacêutica no Brasil, seus aspectos históricos, os cartéis, as patentes, a tecnologia envolvida na produção de fármacos, os medicamentos genéricos, a inserção da indústria farmacêutica brasileira no contexto mundial, a Central de Medicamentos, o **marketing** farmacêutico, o receituário médico, a automedicação, a Vigilância Sanitária no Brasil e em diversos outros países.

Para tentar administrar todos esses problemas relacionados com os medicamentos, seus preços elevados, as dificuldades e até mesmo a impossibilidade da grande maioria dos pacientes de adquirir os remédios necessários aos seus tratamentos, o médico, muitas vezes, fica impossibilitado de exercer efetivamente a sua profissão, pois não pode utilizar a sua principal ferramenta de trabalho: o medicamento.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me interrompê-lo, Senador Papaléo Paes. Eu estava dizendo ao seu colega médico, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que falo como um interessado. Faço uso de uma série de medicamentos de uso continuado, e é assustador o preço cobrado à medida que o mês passa. Todas as semanas vou ao Hospital das Clínicas, onde sou conselheiro – tenho uma paixão muito grande pela Medicina, tenho um filho médico –, não para tratamento médico, mas para acompanhar de perto as pesquisas realizadas pelos médicos que lá trabalham, os quais admiro, e fico constrangido ao ver a grande quantidade de pessoas na fila, aguardando a entrega de medicamentos gratuitos. Essas pessoas, às vezes, não têm dinheiro para pagar a condução e vão a pé de suas casas até o hospital. Saem com a receita na mão e não têm onde adquirir o remédio, porque não têm dinheiro nem para pagar o transporte. E, na reforma da previdência, querem cobrar contribuição dos inativos, das pessoas de idade, que em geral têm necessidade de usar medicamentos. Não há como se substituir a compra do medicamento necessário à sobrevivência. Se deixam de comprar sa-

patos e roupas para trabalhar, não podem deixar de comprar o medicamento. V. Exª traz esse assunto ao Plenário demonstrando conhecimento e entusiasmo – no bom sentido, pois está buscando uma solução para um problema sério do Brasil. Quando há uma CPI a respeito, por exemplo, do problema das distribuidoras de medicamentos, dos remédios falsificados, ficamos muito aflitos, porque se trata de um crime contra a sociedade. Por isso, seu discurso tem que ser ouvido. Alguém tem que ouvi-lo e procurar atendê-lo não só pela qualidade do discurso, mas também pela grande experiência que V. Exª tem na área médica. Cumprimento-o e endosso de corpo e alma o seu discurso.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Exª pelas palavras. Elas reforçam a nossa preocupação.

Informo as senhoras e senhores Senadores que, na condição de Presidente da Subcomissão de Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, patrocinamos uma audiência pública, em que foram ouvidos três representantes de instituições do Governo, de instituições privadas e dos usuários sobre a assistência farmacêutica no âmbito do SUS, porque o que nos preocupa é a ponta de uma consulta médica, que é o recebimento de um medicamento.

Veja o drama de um cidadão que é consultado no serviço público. Ele passa inúmeras horas, noites inteiras em filas para marcar uma consulta. Quando consegue, chega no ambulatório e, se o médico for um bom funcionário público, vai ser bem atendido e na hora certa. Sai dali com uma receita, vai à farmácia, mas a farmácia não tem como atendê-lo. É difícil encontrarmos solução imediata para isso, mas a nossa preocupação com esse ponto deve ser permanente.

Tenho tempo suficiente de profissão para dizer que houve um período relativamente bom, quando o Governo Federal, por meio da Central de Medicamentos, fornecia medicamentos aos serviços públicos. As nossas dificuldades eram bem menores. Porém, com a extinção da Ceme – até hoje não sabemos quais foram as justificativas reais para a sua extinção –, a iniciativa privada prevaleceu, vendendo medicamentos aos governos municipais, estaduais, por meio de licitações, de qualquer maneira, com preços nunca acessíveis, fazendo com que esses governos não tenham condições de adquirir a quantidade suficiente para atender a sua clientela. Essa situação ficou cada vez mais difícil e, por conseguinte, mais preocupante para todos nós da área da saúde.

Vem agora a taxação do aposentado. Ainda ontem, conversava com um colega médico neste plená-

rio e disse-lhe que o que me preocupa é que, quando passamos dos cinquenta anos ou, às vezes, até antes disso, começamos a necessitar de medicação para tratarmos de algumas doenças, principalmente das doenças crônicas e degenerativas. E cito duas delas que atingem grande parte da nossa população: hipertensão arterial – 20% dos adultos são portadores dessa doença, que deve ser tratada diariamente, porque ela não é curável, é tratável, é controlável – e diabetes. Os diabéticos, em sua maioria, precisam tomar medicação diariamente. Assim, aqueles que se aposentam, em alguns casos, investem 70% do seu rendimento na aquisição de remédios, porque o serviço público não lhes fornece os medicamentos necessários.

Essa situação é, repito, muito preocupante. Por essa razão, reforçado principalmente pelo relatório Medicamentos, da Subcomissão de Saúde, trouxe o tema ao debate. A minha preocupação com essa questão é tão grande que amanhã darei entrada em um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais no sentido de que sejam ouvidas pessoas envolvidas diretamente com os genéricos. Se esse tipo de medicamento foi uma boa idéia, um bom investimento do Governo anterior – e reconhecemos que foi –, nós talvez tenhamos perdido as rédeas do controle de seus preços e, por conseguinte, eles estão competindo, em preço, com aqueles que chamamos de medicamentos de marca. Queríamos deixar, pelo menos os genéricos, na condição de a classe média poder adquiri-los. Vamos ouvir, nessa audiência pública, os responsáveis e envolvidos com os genéricos.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Papaléo Paes, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Pela experiência que tive no Amapá, como Governador, posso relatar que ainda existe uma rede de laboratórios públicos, como a Forp, em São Paulo, e a Lafep, em Pernambuco. O propósito do Governo Lula é ampliá-los, para que os Estados possam produzir e atender à demanda principalmente da imensa maioria população brasileira que não ganha o suficiente nem mesmo para se alimentar, quanto mais para comprar remédio. Essa é uma questão fundamental. A outra, nós precisamos solucioná-la, que é a distribuição de renda. O Brasil continua sendo o grande campeão da má distribuição de renda. Somos a oitava economia do mundo, mas com uma distribuição de renda que corresponde a dos países de profunda desigualdade. Então, a transferência de riqueza dos pobres para os ricos nós temos a obrigação, o dever, de estancar. E,

com relação à taxação dos inativos prevista na reforma da previdência, quero afirmar que o nosso Estado é um Estado de funcionários públicos, como é Roraima do Dr. e Senador Mozarildo Cavalcanti – aliás, nesta primeira fileira temos vários médicos: Dr. Papaléo Paes, Dr. Mozarildo Cavalcanti, Dr. Tião Viana. Nesse final de semana – aliás, já o venho fazendo há algum tempo – consultei pessoas que me são próximas, que conheço e que estão aposentadas ou em vias, sobre a questão da reforma. Poderia citar alguns casos. Conheço uma pessoa, dentista, trinta e poucos anos de trabalho, a quem perguntei como ficaria sua situação na reforma da Previdência, se ela iria ou não ser descontada. Ela me disse que ganha R\$1.400,00. Depois, consultei uma professora de nível universitário que não ganha mais do que R\$1.300,00. Eu ainda não encontrei ninguém, lá em Macapá pelo menos, onde tem muito funcionário público, que será taxado pela reforma da Previdência. E já procurei. Tenho telefonado para muitas pessoas perguntando qual será a perda que terão com a reforma. Até agora, lá no Amapá, não encontrei ninguém. Pode ser que exista. V. Ex^a sabe que existe sim. Mas no Amapá, fiz um levantamento dos aposentados do Estado que irão contribuir porque recebem mais do que R\$1.200,00. Encontrei apenas onze aposentados, cuja folha de pagamento é de R\$41.000,00. Dois deles recebem R\$16.000,00 e o restante do dinheiro é distribuído para os outros nove. Então, só serão taxados os que ganham R\$16.000,00 de aposentadoria por mês. Esses irão pagar os 11%. Os outros nove estão isentos. Penso, portanto, que precisamos ponderar um pouco e analisarmos a reforma da previdência com casos concretos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Nobre Senador Papaléo Paes, como seu colega, parabeno-o pelo importante tema que aborda em seu pronunciamento. Realmente, é frustrante para o médico, ao prescrever uma medicação, ver que o paciente fica com a receita nas mãos, sem conseguir se medicar. Porém, mais angustiante mesmo é para o paciente quando tem uma doença como as que V. Ex^a citou, que não são curáveis, mas são tratáveis e controláveis, não ter condições de manter essa medicação com regularidade. Precisamos nos mobilizar e cobrar do Governo criatividade, como as idéias que o nobre Senador João Capiberibe mencionou, da reativação, do estímulo para o surgimento de laboratórios públicos nos Estados, incentivar a produção de remédios com custo baixo para que possamos atender a gran-

de massa da população que depende dessa medicação de uso continuado. Cumprimento V. Ex^a pelo importante tema que aborda no dia de hoje.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, bem como ao Senador João Capiberibe, os apertes, que representam uma contribuição ao nosso pronunciamento.

Como afirma o professor Granville: “...o médico não pode se furtar em tornar-se ciente das facetas econômicas, administrativas e políticas que interferem diretamente no seu trabalho, em particular no que concerne à pesquisa, à vigilância sanitária, à industrialização, à comercialização, ao controle de preços, à divulgação, à estocagem, ao transporte, à dispensação, à receita, à automedicação, entre outros aspectos”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como médico e homem público, representante de uma região economicamente desfavorecida, com uma população com muitos problemas na área de saúde, desejo expressar meu integral apoio à iniciativa do Governo Federal de adotar medidas para estimular a produção nacional de medicamentos, reduzindo a importação de componentes estrangeiros, a fim de facilitar o acesso da população a esses bens essenciais.

O Fórum de Competitividade da Indústria Farmacêutica, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior representa um importante passo no sentido de produzir fármacos eficazes a preços razoáveis, compatíveis com o nível de renda de nossa população.

O Brasil não faz parte do conjunto de países dotados de uma indústria farmacêutica sofisticada, com investimentos elevados em pesquisa inovadora.

O Brasil ainda se encontra entre os países com pouca capacidade inovadora na área de produção de fármacos, e só produzimos uma pequena parte, aproximadamente 3%, dos insumos necessários ao funcionamento normal de nossa indústria farmacêutica.

Por isso mesmo, o Brasil não pode permanecer refém dos cartéis da indústria farmacêutica multinacional, que impedem o desenvolvimento desse setor em nossa economia.

Não se trata de xenofobia, nem de descartar a participação do capital produtivo estrangeiro. Trata-se, efetivamente, da defesa da vida humana, de oferecer condições de sobrevivência para pessoas de baixa renda, de proteger as camadas mais pobres da população de imperfeições de mercado, de cartéis, de monopólios e oligopólios.

Sr. Presidente, a participação do BNDES em projetos de financiamento da indústria farmacêutica é essencial para o desenvolvimento do setor e aumento da oferta de insumos e medicamentos que devem beneficiar toda a população brasileira.

Existem hoje, no Brasil, mais de 60 milhões de pessoas sem condições financeiras para adquirir os medicamentos necessários a seus tratamentos de saúde.

Certamente, os grandes laboratórios estrangeiros, que fornecem medicamentos a preços muito elevados, até dolarizados, não resolverão esse grave problema de saúde pública nacional.

Daí a necessidade de se criar um órgão governamental nos moldes da antiga Ceme, Central de Medicamentos, que teve um papel pioneiro na produção de medicamentos essenciais, destinados às populações mais pobres, e que foi desativada num processo que, certamente, não atendeu ao interesse público.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos perfeitamente que a saúde do povo brasileiro só atingirá o nível adequado quando tivermos ações básicas que envolvam emprego, alimentação, saneamento básico, higiene, moradia, educação e, certamente, medicamentos eficazes e acessíveis.

Tenho plena convicção de que o Senado Federal dará todo o apoio necessário às medidas de incentivo à indústria farmacêutica nacional, para que a população carente possa efetivamente ter o direito à saúde garantido na Constituição transformado em realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo, do PSDB do Estado de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requiro, nos termos do art. 167 do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia do **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2003**, que *aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar a executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sete Lagoas, Minas Gerais*, pois se encontra pronto para ser incluído na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Como bem disse V. Ex^a, a matéria encontra-se pronta para entrar na Ordem do Dia e a Mesa adotará

as providências para que ela venha a ser deliberada pelo Plenário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero, também, solicitar a minha inscrição para falar em nome da Minoria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a fica devidamente inscrito, na quarta posição, após a Ordem do Dia, e a Mesa aguardará um requerimento de V. Ex^a para inclusão na Ordem do Dia do Projeto citado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Continuando a lista de oradores, concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para novamente tratar da reforma tributária. Como disse na semana passada, foi esse tema provavelmente o primeiro a vir à tona após a promulgação da Constituição de 1988. Já naquela ocasião, as divergências predominaram sobre as convergências e o tema entrou capenga e mal-resolvido na Carta Magna.

E assim continua, Sr. Presidente.

Não é fácil, de fato, chegar a um consenso em matéria tão complexa, em que nenhuma das partes envolvidas admite perder ou conceder. Como o coberter é curto, sempre algo fica de fora. Por essa razão, a primeira – ou uma das primeiras – reformas propostas após a ordem constitucional de 1988 foi a tributária.

De lá para cá, não houve governo que não a propusesse, embora nenhum tivesse obtido o resultado pretendido.

O presente Governo evidentemente não é exceção. Incluiu também a mudança no sistema tributário como uma de suas prioridades. Apresentou inicialmente uma proposta fechada, que deveria ser absorvida por sua Base parlamentar sem maiores discussões. A única instância de negociação inicialmente admitida era a dos Governadores. Não há dúvida de que os chefes do Executivo estadual devem ser ouvidos, já que lhes cabe lidar diretamente com a realidade tributária.

Mas o mesmo se dá em relação aos Prefeitos. E por que excluí-los? Os Prefeitos são os únicos que lidam com a vida real em sua plenitude. Ninguém, a rigor, habita a União ou os Estados, que são abstra-

ções jurídicas. Vive-se no âmbito concreto e palpável dos Municípios. Ali desenvolve-se a vida real com todas as suas limitações de desafios.

Por essa razão, uma reforma tributária, que se queira democrática e realista, não pode excluir de seu universo de negociadores os Prefeitos municipais.

Penso, Sr. Presidente, que cabe, sobretudo ao Senado Federal, Casa que zela pela federação, o dever de corrigir essa distorção, que partiu de um pressuposto questionável: de que os Governadores abrigariam a defesa dos interesses dos Municípios. Tal não ocorre, contudo. Há aspectos dessa questão que só quem vive a realidade municipal tem a sensibilidade de perceber.

Fazemos esse alerta, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois nos preocupa o rumo que toma a reforma tributária. Preocupa-nos ver que se preparam os Municípios e suas organizações para vir a esta Casa defender, vigorosamente, seus legítimos interesses. Tais fatos podem atrasar a reforma tão necessária, ou inviabilizá-la, ou empobrecer por demais seu resultado final.

O **Jornal do Senado** noticiou, recentemente, o seguinte:

Em 2002, os municípios brasileiros arrecadaram R\$20,6 bilhões em impostos e taxas, o que representa crescimento real de 6,4% em relação ao ano anterior. Se comparado com os impostos administrados pela União, o crescimento foi pequeno. No ano passado, os tributos federais permitiram à União aumento de 9,4% na arrecadação de impostos como o de Renda (IR) e o sobre Produtos Industrializados (IPI).

Isso ocorre porque, nos últimos anos, o Governo Federal tem criado tributos, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), ou alterado a alíquota de outros já existentes, como a da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que passou de 0,30% para 0,38%. Como essas receitas não são compartilhadas com estados e municípios, o resultado é que a arrecadação da União distanciou-se cada vez mais das demais.

É para reverter essa tendência que os Prefeitos reivindicam participação maior na arrecadação do Governo Federal, com a transferência, por exemplo, de parte da CPMF ou da Cide para os municípios. Além disso, os municípios arrecadam pouco em

relação às suas receitas próprias e por isso dependem tanto das transferências da União.

Quero lembrar também, Sr. Presidente, por entendê-las extremamente relevantes, afirmações do Senador Hélio Costa, quando disse, nesta Casa, que:

Sessenta e três por cento da arrecadação de impostos fica com a União; 24% é destinada aos Estados e apenas 13% vai para os municípios. Neste momento, muitos Prefeitos estão em Brasília para pedir verbas para suas cidades.

Segundo o nobre Senador Hélio Costa:

O FPM vem diminuindo paulatinamente desde o ano passado, em função da queda da atividade industrial do País: passou, entre maio e julho deste ano, de R\$1,7 bilhão ao mês para cerca de R\$1,2 bilhão. Essa constante perda de receitas afeta a maior parte dos municípios, alertou, pondo em risco serviços básicos para a população, uma vez que eles têm arrecadação insignificante do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **site** do BNDES na Internet disponibiliza no momento excelente estudo elaborado pelo Ibam, denominado "Feitos da Proposta de Reforma Tributária nas Finanças Municipais". Tal trabalho afirma, entre outras coisas, que:

– nos últimos anos, o Governo Federal e os Governos estaduais se valeram de inúmeros mecanismos para reforçar suas finanças, fazendo com que a disponibilidade de recursos tributários nas mãos dos Municípios, depois de efetuadas as transferências constitucionais, não passasse de 14,8% em 2002;

– os Municípios com população inferior a cinco mil habitantes não conseguem arrecadar, em média, mais do que 2,5% dos recursos de que dispõem. Nesse grupo estão 1.365 Municípios, que correspondem a 25% do total de Municípios do País. Os Municípios com população entre cinco mil e dez mil habitantes arrecadam, em média, 4,1% dos recursos disponíveis, enquanto que aqueles com população entre dez mil e vinte mil ha-

bitantes conseguem arrecadar tão-somente 4,7% dos recursos de que dispõem. Verifica-se, pois, que em 74% do total de Municípios do País (com população inferior a vinte mil habitantes) a receita tributária arrecadada representa 4,1% do total da receita tributária municipal do País. Esses números dão conta não só da fragilidade das receitas tributárias municipais, mas evidenciam também a falta de sintonia entre o sistema tributário nacional e a realidade dos Municípios. Isso se deve ao fato de que são dados a todos os Municípios tributos de característica exclusivamente urbana, quando a realidade desses 74% de Municípios é francamente rural. No outro extremo estão os cento e cinco Municípios com população acima de duzentos mil habitantes, os únicos que, em média, conseguem superar a média nacional. Esse 1,9% do total de Municípios acumula 73,5% do montante da receita tributária do conjunto dos Municípios, o que representa fantástica concentração da receita tributária em alguns poucos Municípios, ou seja, em cento e cinco Municípios brasileiros;

— a partir da proposta de emenda constitucional da reforma tributária muito pouco será efetivamente destinado aos Municípios pela via tributária municipal. O ITBI progressivo somente deverá atender — e mesmo assim sem grande expressão financeira — aos Municípios de muito grande porte demográfico, principalmente àqueles que se encontram na região Sudeste do País, onde se concentra a maior parte da arrecadação do imposto.

Outro ponto pelo qual os Municípios deveriam lutar seria a compensação por despesas municipais com atividades ou serviços de responsabilidade da União e dos Estados. Sabe-se que é difícil imaginar, ou seja, é extremamente improvável que os Municípios venham a ser compensados financeiramente. Mas, pelo menos, poderiam se valer de um ajuste meramente contábil, de tal forma que não fossem computadas essas despesas nos cálculos dos limites de gastos com pessoal e na apuração do resultado fiscal (superávit/déficit). Se essa prática fosse adotada, dos 31,5% de Municípios que apresentaram déficit fiscal em 2001, apenas, Sr^{as} e Srs. Senadores, 7,1% deles continuariam nessa situação.

Na prática, os Municípios vêm sendo duplamente apenados: de fato, ao pagar a conta propriamente dita; e de “direito”, pelas normas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso acontece em razão do disposto no art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que abre caminho para “a irresponsabilidade fiscal” dos demais entes da Federação, vez que é sabido que os Municípios se vêm pressionados a realizar esses gastos, pois se não o fizerem, esses serviços deixarão de ser oferecidos à população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma outra possibilidade que vislumbramos para solucionar os problemas financeiros de Estados e Municípios no âmbito da reforma tributária seria revisar o percentual de receitas correntes líquidas dos Entes Federativos que estão comprometidas com o pagamento de dívidas junto à União.

Parece-nos justo assim proceder, de sorte a permitir um alívio financeiro aos Entes Federativos, que, assim, poderiam auxiliar o Governo Federal a iniciar o tão ansiado “espetáculo do crescimento”, que demora a aparecer e impacienta o Brasil. Para evitar que esses recursos fossem dispersados, poder-se-ia obrigar os entes subnacionais a investi-los em infra-estrutura, na renegociação dos contratos que advirá da adoção da medida que ora propomos.

Os termos em que isso se daria seriam definidos na legislação apropriada, mas é fundamental que deixemos o terreno para tal mudança demarcado já na emenda constitucional que ora se debate no Congresso Nacional.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Cumprimento V. Ex^a pela felicidade do pronunciamento, cujo tema é da maior importância, além de ser extremamente momentoso, até porque estamos cuidando da reforma tributária — a matéria ainda tramita na Câmara dos Deputados, mas, conseqüentemente, virá para o Senado. Os números que V. Ex^a exibiu dessa tribuna estão corretos. Digo isso, porque tive a oportunidade de manuseá-los e de estudá-los. Esta é a verdade: os Municípios vêm perdendo em arrecadação. Os Prefeitos vivem uma situação humilhante. Constantemente, temos recebido Prefeitos que nos procuram em busca de uma emenda para comprarem até mesmo uma ambulância, porque o seu Município não tem condições de fazê-lo. E sabemos que 81% dos brasileiros moram nos Municípios; apenas em torno de 19% mo-

ram na zona rural, a qual depende exclusivamente de seus Municípios correspondentes. Todos os impostos são arrecadados nos Municípios, nas cidades, inclusive a CPMF, a Cide e outros mais. Assim, nada mais justo do que contemplar melhor os Municípios no bolo tributário nacional, para que as prefeituras possam resolver os problemas dos seus munícipes. Se cada Prefeito tiver os recursos necessários para resolver os problemas de moradia, da fome, de saneamento, naturalmente todos os problemas brasileiros estarão também resolvidos. Se cada Município resolver os seus problemas, os problemas do Brasil estarão resolvidos, inclusive os de desemprego, de violência e assim por diante. Por isso, é fundamental contemplarmos os Municípios com uma melhor fatia do bolo tributário. Nada mais justo do que isso. Vejo o Governo Federal defendendo a sua parte, os Governos estaduais se mobilizando, mas o importante é que nós, Senadores da República, tenhamos a sensibilidade para defender os interesses dos Municípios brasileiros. O meu Partido, o PMDB, já está mobilizado e, sem dúvida, defenderá uma melhor fatia para os nossos Municípios. Inclusive, já foi criada uma frente em prol dos Municípios. Enfim, todos nós devemos ter essa consciência, ou seja, a de que precisamos melhorar a vida das nossas cidades para melhorar a vida do País. Parabéns pelo belíssimo pronunciamento, profundo, abalizado em números reais, que, sem dúvida, marcará época nesta Casa. Muito Obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Maguito Vilela, agradeço o seu aparte e o incorporo, na íntegra, ao meu pronunciamento. Sabemos da importância desse aparte, pois V. Ex^a é ex-Governador de Estado e, portanto, é profundo conhecedor da real situação dos Municípios.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço o Senador Almeida Lima, com muito prazer.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Efraim Moraes, quero, nesta oportunidade, somar-me ao pronunciamento de V. Ex^a, pois esse é o meu pensamento. E, sem dúvida alguma, essa será a minha ação política deliberativa aqui neste Parlamento. Quero, no entanto, aproveitando o ensejo, ressaltar que não tive ainda a oportunidade de ouvir um único Parlamentar, no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados, pronunciar-se de forma diferente, porque o discurso é sempre nesse diapasão, na defesa de uma melhor fatia de receitas para Estados e Municípios, embora esse desiderato ainda não se tenha concretizado. Espero que todo esse discurso, quando da deli-

beração da reforma tributária nas duas Casas do Congresso Nacional, torne-se efetivo na prática. E terei, aqui, a oportunidade – porque tenho a certeza de que verei V. Ex^a fazer esta cobrança – de o auxiliar. Muito obrigado, Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço-lhe, Senador Almeida Lima, pelo aparte. V. Ex^a pode ter a certeza de que farei essa cobrança. Estarei com V. Ex^a, não só nas Comissões, principalmente na de Constituição, Justiça e Cidadania quando essa matéria estiver lá tramitando, como aqui no Plenário, para, juntos, Senadoras e Senadores, independentemente da cor partidária, encontrarmos o ponto de equilíbrio tributário entre Estados, União e Municípios.

Sr. Presidente, devemos nos lembrar ainda que, enquanto no Brasil os Municípios representam pouco mais de 10% da despesa pública, a média entre os países desenvolvidos, segundo estatística da OCDE, supera os 17%, ultrapassando os 22% nos Estados Unidos.

Em função do grande número de Municípios pequenos em nosso País, onde estão situados os contingentes dos que têm problemas de renda, emprego e moradia, entre outros dramas sociais relevantes, torna-se cristalino que não é propondo novos tributos municipais que solucionaremos o problema. Assim, como está sendo proporcionado para os Estados, antevemos que a solução para os Municípios brasileiros é obter maior participação nas receitas da União – em especial, a Cide, a CPMF, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a Cofins.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concedo o aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Efraim Moraes, antes de tecer minhas considerações, cumprimento-o pela eleição como Presidente da Subcomissão das Obras Inacabadas, da Comissão de Fiscalização e Controle. Trata-se de uma Comissão muito importante para a Casa, porque nos mostrará como os recursos públicos são desperdiçados neste País. Tenho a certeza de que V. Ex^a, na Presidência daquela Subcomissão, além de trazer muito trabalho para o Senado, também nos mostrará como está o panorama dos investimentos públicos e como uma obra paralisada faz com que percamos tantos recursos, tendo em vista a sua degradação com a ação do tempo. Também o cumprimento pela oportunidade deste pronunciamento em favor dos

Municípios. Creio que qualquer iniciativa em favor das prefeituras, dos Municípios brasileiros, terá que vir acompanhada de uma outra, que caberia também a nós: disciplinar os gastos com pessoal nas prefeituras. V. Ex^a deve se recordar que, com a Constituinte, praticamente dobramos a arrecadação dos Municípios. No entanto, tudo se transformou em folha de pagamento, de modo que os Municípios estão novamente apertados. Se conseguirmos aumentar os recursos destinados aos Municípios, teremos que, daqui a alguns anos, de novo, dar-lhes mais recursos, porque tudo vai sendo transformado em folha de pagamento. Há a necessidade de se estabelecer, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, daqui para frente, aqueles recursos só serão aplicados em benefício direto da população, como, por exemplo, na área da saúde ou em obras de infra-estrutura. Essa seria a maneira de auxiliarmos os Municípios e, ao mesmo tempo, estabelecermos uma barreira na pressão que, às vezes, diante do desemprego, os Prefeitos sofrem para fazer nomeações em seus Municípios. Cumprimento V. Ex^a. Queria apenas deixar essa observação. Há oito anos, assim que iniciou a discussão da reforma tributária, eu dizia – e isso, infelizmente, vem acontecendo – que o perigo da reforma tributária é que os Estados, a União e os Municípios a querem para arrecadar mais, e o contribuinte, para pagar menos. É uma equação difícil de ser acertada. Há mais de oito anos fala-se no assunto e até hoje não se conseguiu uma reforma tributária para o País.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a tem razão, Senador Gerson Camata. Agradeço o aparte, lembrando que, graças à emenda da Deputada Rita Camata, limitamos em até 60% os gastos com a folha de pagamento. V. Ex^a sabe que se tornou um grande benefício para a população brasileira essa iniciativa da Deputada, na época, minha colega.

Então, Sr. Presidente, para concluir, devo dizer que não há sentido em empobrecer os Municípios para depois a União repassar-lhes os recursos para que possam se ocupar de seus moradores. Por que não entregar os recursos diretamente às administrações municipais, como fazem os países mais desenvolvidos? Por que não aproximar os recursos do controle da população?

Assim, é urgente revermos as necessidades municipais no contexto da reforma tributária, de sorte a modernizarmos a estrutura de prestação de serviços públicos e o modelo federativo de nosso País. Não podem a União e os Estados fazer um pacto que não abranja largamente a ótica municipal. Fica aqui nosso alerta e nosso posicionamento favorável aos

pleitos dos Municípios brasileiros, em particular dos Municípios paraibanos, que temos a honra de representar nesta Casa.

Evidentemente, Sr. Presidente, aqui estamos também vigilantes para que possamos fazer a divisão do bolo tributário sem onerar os contribuintes. O PFL, meu Partido, não votará aumento de impostos nesta reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência prorroga, de ofício, a Hora do Expediente por 15 minutos, a fim de que possam ser ouvidos os Srs. Senadores inscritos para comunicações inadiáveis, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^s e Srs. Senadores, quero dar o meu testemunho sobre o desenvolvimento dos diálogos e negociações, que se têm caracterizado ora por dificuldades, ora por avanços.

Ontem, telefonei ao Sr. Ministro Ricardo Berzoini, depois de ter estado em duas reuniões na Unafisco, em São Paulo. Representantes de inúmeras entidades de servidores federais, estaduais e municipais haviam solicitado um diálogo comigo, mas, sobretudo, queriam transmitir seus anseios, dificuldades e aflições ao Ministro da Previdência Social. E desejam fazê-lo agora ao Senado Federal, antevendo que a discussão da proposta de reforma da previdência passará para esta Casa logo após sua votação, na próxima semana, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, já que, em primeiro turno, a votação será concluída ainda na data de hoje.

O Ministro Ricardo Berzoini resolveu atender-me, e, hoje, das 10h às 13h – portanto, durante quase três horas – tivemos um diálogo, em que estiveram presentes os representantes da Unafisco/São Paulo, Narayan de Souza Duque, da Associação dos Administradores Municipais de São Paulo, da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo, da Associação dos Contadores Municipais da Prefeitura de São Paulo, da Associação dos Inspectores, Analistas e Advogados da Comissão de Valores Mobiliários, da Associação dos Pensionistas do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, da Associação e Sindicato dos Inspectores Fiscais da Prefeitura do Município de São Paulo, da Associação

Paulista dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo, da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo, do Sindicato dos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de São Paulo e do Sindtten –SP.

Sr. Presidente, solicito que conste do meu pronunciamento a relação de todos que participaram dessa audiência.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores que o diálogo de três horas deu-se em um ambiente de mútuo respeito, com espírito de colaboração e construção. Desde o início, as diversas pessoas que ali representavam os servidores, como a Sr^a Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, expressaram a importância de um processo de negociação continuada. Inclusive a representante dos servidores municipais de São Paulo fez um paralelo com o sistema de negociação continuada, iniciado por proposição de Douglas Gerson Braga, muito conhecido do Ministro Ricardo Berzoini.

Cada um dos pontos, relativos ao subteto, à integridade, à paridade, à preservação do poder aquisitivo, às remunerações e pensões, foi objeto de considerações.

Entre algumas questões, o Ministro ressaltou que a reforma da previdência distingue-se muito da promovida na Argentina e Chile e do sistema dos Estados Unidos e México. Segundo S. Ex^a, não se trata de um sistema de privatização da previdência, pois os fundos de pensão serão fechados, sem fins lucrativos, geridos paritariamente. Informou que o Governo do Presidente Lula tem a determinação de realizar a reforma, mas não vai agir como um rolo compressor. Mencionou como, com determinados requisitos, o Governo acabou aceitando parcialmente a integridade, tendo realizado 150 audiências com as mais diversas entidades, em diferentes Estados e também no Congresso Nacional. Observou que a paridade definida nos termos da lei foi objeto de grande preocupação por parte daquelas entidades; que a proteção integral das pensões até R\$2.400,00 está assegurada; que o Governo não vai se fechar ao diálogo, ainda que haja, agora, uma margem estreita para negociação. Mencionou também, Sr. Presidente, que a Secretaria da Previdência Complementar veria com muito bons olhos a oportunidade de uma visita dessas entidades para que verifiquem como são controlados os 370 fundos de pensão, e convidou-as para um diálogo sobre o assunto, um café da manhã.

Finalmente, como procedimento no Senado, já dialoguei com o Presidente José Sarney – o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, está viajando esta semana, mas gostaria de transmitir a S. Ex^a e ao Vice-Presidente, Senador José Maranhão, minha sugestão – sobre a realização, durante a tramitação da matéria naquela Comissão, de uma audiência não apenas com o Ministro Ricardo Berzoini, mas também com as mais diversas entidades representativas dos servidores públicos.

Acredito que essa será uma decisão assegurada pela Casa, porque se trata da vontade de todos os Senadores. Mesmo que venhamos a votar a reforma tal como aprovada pela Câmara, devemos assegurar que todos os Senadores estejam muito conscientes das aspirações e anseios de todos os segmentos da sociedade, inclusive dos servidores.

Esta é a sugestão que faço: a realização de audiências públicas com essas entidades, cujos presidentes visitam hoje a nossa Casa e têm assento na tribuna de honra, pois logo mais deverão ter uma audiência com o Presidente José Sarney. Peço, Sr. Presidente, a transcrição no meu pronunciamento dos nomes dos dirigentes dessas entidades.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

São Paulo, 12 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor
Ricardo Berzoini
Ministro da Previdência Social
Brasília

Senhor Ministro,

Vimos por meio desta agradecer o pronto atendimento de Vossa Excelência à solicitação de audiência pública com as entidades que subscrevem, agendada através do Excelentíssimo Senador Eduardo M. Supply, para amanhã, dia 13 de agosto, às 10 horas.

Há muito, entidades representativas dos servidores das três esferas vêm solicitando a abertura de diálogo com o Executivo para demonstrar, com fatos inquestionáveis, a ineficácia da atual proposta de Reforma da Previdência, inclusive sob o ponto de vista fiscal.

Cientes da relevância do tema para os milhões de funcionários que servem o País de norte a sul, solicitamos a presente audiência, certos de que iremos encontrar, em Vossa Excelência, receptividade para um franco diálogo.

Destacamos, logo após a relação das entidades, o nome dos representantes dos servidores que participarão da reunião agendada com Vossa Excelência.

Atenciosamente, **Narayan de Souza Duque**, Presidente da Unafisco DS/São Paulo.

Associação dos Administradores Municipais de SP, Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de SP, Associação dos Contadores Municipais da Prefeitura de SP, Associação dos Inspetores, Analistas e Advogados da Comissão de Valores Mobiliários, Associação dos Pensionistas do Instituto de Previdência Municipal de SP, Associação e Sindicato dos Inspetores Fiscais da Prefeitura do Município de SP, Associação Paulista dos Delegados de Polícia do Estado de SP, Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de SP (FASP), Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de SP, Sindicato dos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de SP, SINDTTEN-SP, e Unafisco DS/São Paulo.

Relação dos representantes:

Ana Mary da Costa Lino
Armando Coelho Neto
Davi Falcão
Davi Torres
Deize Cunha
Flavio Gianini
João Eduardo Dado de Carvalho
José Arimatéia Paz
José Carlos Beltrão de Castro
Luiz Antônio Amorim
Marcello Escobar
Margarida Prado Genofre
Maria Lucia Fattorelli Carneiro
Narayan de Souza Duque
Odair Paiva
Reinaldo Puggi
Teruo Massita
Vania Maria Andrade Aguiar
Vicente Posseto

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Eduardo Suplicy, a Presidência informa a V. Ex^a que todas as prerrogativas constitucionais e regimentais das Sr^{as} e Srs. Senadores serão rigidamente observadas por esta Presidência nesta Casa. Ao mesmo tempo, registra, com alegria, as presenças mencionadas por V. Ex^a, na tribuna de honra, assim como cumprimenta os telespectadores da **TV Senado**, os populares que assistem a esta sessão. Para nós, Senadores, é sempre uma alegria e uma honra ter a participação do povo nas nossas galerias e também dos ouvintes da **Rádio Senado**, ondas curtas e FM.

A transcrição solicitada por V. Ex^a será atendida na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para uma comunicação inadiável, nobre Senador Osmar Dias, do PDT do Estado do Paraná.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço atenção dos Senadores, principalmente os do Rio Grande do Sul e do Centro-Oeste, e sobretudo os do Nordeste.

Vou fazer uma denúncia e pedir uma providência à Mesa do Senado e ao Governo brasileiro. A denúncia que faço, Sr. Presidente, é de que os moinhos de trigo brasileiros, os produtores de trigo do Brasil estão sendo apenados por uma fraude da indústria de trigo argentina, que se vale do acordo do Mercosul para exportar farinha de trigo misturada com sal, uma mistura de 0,3% de sal, para se valer de uma regra que estabelece uma alíquota de exportação diferenciada da farinha de trigo pura.

A farinha de trigo pura da Argentina entra no Brasil com um imposto de 20%. A farinha de trigo com pré-mistura com imposto de 5%. Essa farinha jamais poderia ser considerada pré-mistura quando se mistura o sal, porque a pré-mistura significa para nós, técnicos, a mistura com fermento. Como não há uma conceituação sobre o que é pré-mistura, eles misturam sal. Essa pré-mistura com sal vale para reduzir a alíquota para 5%.

Todos se lembram quando debati e lutei para que se aprovasse um projeto de lei que reduzia a alíquota interestadual da farinha de trigo para 7%. Por três vezes o meu projeto foi retirado de pauta para atender a interesses que ainda não foram muito bem explicados. Pois agora me parece muito claro. Moinhos de trigo localizados no Nordeste já não moem

mais trigo porque para eles é muito mais interessante importar a farinha de trigo com 0,3% de sal com 5% de imposto do que comprar o trigo do sul do País para moer e, dessa forma, gerar emprego, renda e imposto para os Estados e Municípios do Nordeste, onde estão localizados.

Faço a denúncia de que essa fraude está prejudicando os moinhos de trigo do Brasil localizados em outras regiões e está prejudicando os produtores de trigo do Brasil porque estamos iniciando a colheita da safra, e os preços serão insuficientes para cobrir o custo de produção, caso o Governo brasileiro não dê atenção ao problema que aqui denuncio.

Ontem, estive com o Ministro Luiz Fernando Furlan. Estamos solicitando ao Governo brasileiro que interceda no sentido de que todo o trigo importado da Argentina tenha alíquota de 5%. Ficará tudo igual: o trigo importado da Argentina e a farinha de trigo misturada com sal. Aí, sim, valerá a pena importar o trigo sem a mistura e moê-lo em nossos moinhos. O que não podemos é perder um só emprego neste momento. Se o Governo brasileiro reduziu o IPI dos automóveis com o argumento de que os empregos não podem ser reduzidos em nosso País, não pode liquidar a indústria de trigo apenas para atender, momentaneamente, a interesses da indústria argentina, que não está agindo com honestidade.

Um outro apelo que faço – e aqui está o Líder do Governo, neste momento, Senador Aloizio Mercadante – no sentido de que o Governo brasileiro não empreste um centavo de dólar à Argentina enquanto este assunto não for resolvido, porque faz um ano que o Governo brasileiro está negociando, mas não com a ousadia, posso dizer, não com a agressividade que deveria estar. Estamos em agosto; em setembro estaremos comercializando a safra de trigo brasileiro, e os preços cairão lá embaixo, cairão por terra, sacrificando os produtores nacionais e, dessa forma, beneficiando moinhos argentinos.

Repito, para que o Senador Aloizio Mercadante ouça e tome providências: os moinhos argentinos estão mandando farinha com pré-mistura, assim chamada porque eles colocam 0,3% de sal, que está entrando em nosso País com 5% de alíquota, enquanto o trigo entra com 20%.

V. Ex^a deve lembrar do projeto que tentei aprovar aqui, mas que foi retirado de pauta, para que cobrássemos 7% apenas de alíquota interestadual no comércio do trigo brasileiro. Os interesses que foram atendidos eu não sei quais foram, porque esse projeto não consegue passar aqui, apesar de ter um apelo social enorme. O trigo gera em nosso País três mi-

lhões de empregos, viabiliza as culturas de verão em extensas regiões porque lhes reduz o preço ao dar eficiência e utilização ao capital investido na terra, nos equipamentos e em mão-de-obra, já que não há alternativas para algumas regiões no inverno a não ser o plantio de trigo. Com a redução do custo relativo, viabilizamos a cultura de verão em muitas regiões. No entanto, o trigo é tratado para atender a interesses localizados, desprezando-se os interesses nacionais.

No momento em que faço esta denúncia, apelo à Mesa, para que o Senado Federal coloque novamente em pauta aquele projeto de minha autoria, que reduz para 7% a alíquota na transferência interestadual de trigo, e ao Governo brasileiro, através de sua liderança nesta Casa, para que não empreste nenhum centavo do BNDES à Argentina enquanto esse problema não for resolvido e para que faça valer a sua liderança no sentido de que a alíquota do trigo importado da Argentina, então, seja de 5%, igual à que está sendo cobrada da farinha misturada com o sal, de forma desonesta, fazendo com que o nosso comércio fique completamente prejudicado, repito, prejudicando produtores, moinhos brasileiros e, principalmente, os trabalhadores que dependem dessa indústria que produz no campo e na cidade.

São esses dois apelos que faço, com a denúncia que deixo registrada nos Anais desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Osmar Dias, a Mesa informa que o projeto da autoria V. Ex^a esteve na pauta de votação no dia 26 de junho e foi apresentado à Mesa requerimento de sobrestamento da matéria para aguardar a votação da reforma tributária. Esse requerimento foi enviado pela Mesa à Comissão de Assuntos Econômicos; tão logo seja devolvido, a Mesa o submeterá a votos. Portanto, a informação que a Mesa presta a V. Ex^a é de que a matéria está dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos. A partir de então, a Mesa adotará todas as providências solicitadas por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dando continuidade à lista de oradores inscritos para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa, o nobre Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive, no dia de ontem, a alegria de receber em meu gabinete, na

vice-Presidência do Senado, o Ministro Ricardo Berzoini.

Por que essa alegria?

A Casa se lembra daquele incidente, no mês de junho ainda, quando uma audiência não se realizou. Estava previsto encontro deste Senador com o Ministro da Previdência Social para discutir a reforma da Previdência. No dia de ontem, o Ministro veio ao meu gabinete, dizendo que esse era o momento adequado, já que a reforma estaria vindo para o debate aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, o Ministro Ricardo Berzoini foi muito feliz nas suas declarações neste encontro que teve comigo. Confesso que, no estilo bem gaúcho, tomamos o chimarrão, que alguns chamam de cachimbo da paz, e debatemos, sim, Sr. Presidente, a questão da reforma da Previdência.

Durante todo o período em que estive no gabinete, em nenhum momento, o Ministro abriu mão de defender as propostas do Governo e deixou muito claro – e eu respeito sua posição – que a vontade do Governo é de que, aqui no Senado, seja aprovado o texto que está para vir da Câmara dos Deputados, já que o mesmo texto, segundo S. Ex^a, foi fruto de ampla negociação naquela Casa.

Ao mesmo tempo em que respeito o Ministro pelas suas convicções e posições, quero também, Sr. Presidente, deixar registrado que me agradou muito o Ministro dizer que respeitava também as minhas convicções e posições. S. Ex^a sabe que trabalhei com a questão da Previdência durante 16 anos na Câmara dos Deputados. Eu disse ao Ministro: se depender de mim, Paulo Renato Paim, Senador da República, não abro mão de que o Senado debata esta matéria com a mesma profundidade com que vai debater a reforma tributária.

Não concordo, Sr. Presidente, embora saiba que inúmeros Senadores têm posição diferente – gostariam de aprofundar o debate sobre a reforma tributária e deixar passar como veio da Câmara a reforma da Previdência. Respeito as posições, mas gostaria também, a exemplo do Ministro, que respeitassem a minha: eu quero debater as duas reformas. Penso que o Senado não tem que abrir mão das suas prerrogativas e deve aprofundar o debate, sim, sobre a reforma tributária, que tem repercussão no social, mas o Senado da República também está preocupado com os idosos, com os aposentados, com aqueles que estão para se aposentar, com as pessoas portadoras de deficiência, que estão também esperando para saber como fica a sua aposentadoria nesta reforma. E não vamos nos omitir, nem nos esconder desse debate. É

importante enfrentar o debate aqui, sim, e votar a matéria contra, a favor, fazer o destaque no ponto adequado.

Eu falava ao Ministro, por exemplo, que, até o momento, não estou convencido, por exemplo, da situação da pensionista que, na morte do titular, poderá ter um redutor de até 50% naquilo que exceder a R\$2.400,00. Não estou convencido sobre a contribuição dos inativos. Não estou convencido sobre o sub-teto. E vou dar um exemplo – tenho comigo aqui uma cópia da Lei: há governador de Estado cujo salário é de R\$3 mil, mas, quando se aposenta, leva o salário de desembargador, e vai para R\$15 mil. Então, é muito fácil dizer que o salário do servidor fica anexado ao salário do governador, que ganha R\$2 mil, R\$3 mil. No ato da aposentadoria, contudo, esse servidor vai, quem sabe, receber R\$1 mil, e o governador dispara para até R\$10 mil, R\$12 mil, R\$15 mil, conforme o caso.

Sr. Presidente, o que quero é votar com a maior tranquilidade. Sou um homem da base do Governo e estou convicto de que a reforma da Previdência avançou na Câmara dos Deputados – tenho cumprimentado o Relator Deputado José Pimentel e o Presidente da Câmara Deputado João Paulo –, mas, aqui, no Senado da República, entendo que temos todo o direito de fazer o debate e aperfeiçoar a redação que veio daquela Casa.

Parece-me que a frase que eu disse ontem criou alguns constrangimentos – não sei por quê. A reforma tributária pode ser promulgada fatiada; a da Previdência, não. Por que não pode? Se tivermos uma questão polêmica nesse ou naquele ponto, e o Senado resolver alterar, pode-se, por exemplo, promulgar a reforma, e aqueles outros dois, três pontos – não sei quantos serão – voltariam para a Câmara se posicionar a respeito.

Eu não concordo com pesos e medidas diferentes para duas reformas tão importantes.

O meu pronunciamento tem principalmente o objetivo de cumprimentar o Ministro Ricardo Berzoini pela sua posição tranqüila, transparente e pela sua defesa, com convicção, daquilo em que acredita, ou seja, a reforma que está em debate na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo comunicar à Casa que acabou de ser instalada a Frente Parlamentar em favor dos Municípios, no que tange à discussão da reforma tributária. Uma solenidade singela, mas muito participativa, ocorreu no Auditório Petrônio Portella.

Houve uma seqüência de atos nas últimas quarenta e oito horas, reunindo prefeitos e governadores, para tratar da reforma tributária.

Quero comunicar a V. Ex^a, Sr. Presidente, e às Sr^{as} e Srs. Senadores que ontem tive uma reunião com Parlamentares de meu Estado, de todos os partidos – do PTB, do PT, do PMDB, do PFL – e com prefeitos também de todos os partidos, uma reunião suprapartidária para tratar da reforma tributária, que, em última análise, no meu entendimento, significa a repactuação da federação. Está em jogo o pacto federativo, porque os Municípios estão literalmente quebrados. Afora os Municípios sedes de capitais, que têm uma base tributária mais elástica com o ISS e o IPTU, principalmente os pequenos Municípios estão literalmente quebrados, sem condições de cumprir as suas obrigações mínimas com os seus municípios.

Após a reunião de ontem, suprapartidária, tive, a convite de S. Ex^a, o Presidente José Sarney, uma reunião de Líderes com governadores de Estado, que trataram também das questões – e são mais ou menos as mesmas – que dizem respeito às agruras e às necessidades dos Estados. E os Líderes se manifestaram com relação à participação na Cide, à desvinculação da DRU, ao Fundo de Desenvolvimento para os Estados do Nordeste e com relação à CPMF, que, Sr. Presidente, é a questão fulcral. Estou convencido disso, até pela manifestação que ouvi do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que, presente à reunião, creio que verbalizando a posição do Governo, em tom muito firme – eu diria quase próximo do impositivo –, declarou ser absolutamente impossível tratar de qualquer tipo de concessão com relação à CPMF.

E é sobre isso que quero dar uma palavra rápida. O Líder Mercadante, um homem sensato, de diálogo, parecia verbalizar o pensamento do Governo, porque já vi o Ministro Palocci referir-se de forma peremptória: “com a CPMF ninguém mexe!”.

É coisa parecida com o que eu ouvi, meses atrás, de Sua Excelência o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente Lula, que, numa atitude que eu diria no mínimo irrefletida disse que só Deus impediria as mudanças. Tenho certeza de que Sua Excelência se referia às reformas que foram trazidas pessoalmente por ele ao Congresso Nacional para debate, a tributária e a previdenciária.

Refletindo sobre as palavras de Sua Excelência, poucos dias depois, sobre as reformas – “Só Deus impediria as mudanças” –, cheguei à conclusão de que seria recomendável ao Presidente calçar as sandálias da humildade, porque a decisão desse fato estava com o Congresso Nacional – a Câmara, Senador Jefferson Péres, já fez mudanças profundas. É seu direito e sua obrigação apreciar, Senador Ramez Tebet, os projetos que lhe são submetidos. Somos o corte vertical da sociedade, temos o direito indelegável de raciocinar pela sociedade. Os que são Governo fazem a sua parte, os que são Oposição verbalizam a voz das ruas.

E como está a reforma da Previdência? Não está concluída não, mas muita coisa já avançou. A reforma da Previdência está longe de ser a reforma dos meus sonhos, porque ela é espasmódica, não é permanente, não produzirá resultados que tragam equilíbrio permanente. Ela trará equilíbrio por dez, onze, doze anos, porque não mexe com o princípio fundamental: benefício concedido **versus** contribuição definida.

De qualquer maneira, a reforma da Previdência avançou, porque o que foi proposto pelo Presidente Lula foi o fim das aposentadorias integrais, algo que já foi derrubado pela pressão dos partidos políticos, pela pressão da sociedade, pela pressão das entidades de classe: já foi decidido pelo voto que, para os atuais servidores, a aposentadoria integral se preservará mediante condições.

Propunha-se acabar com a paridade, mas ela será mantida. Ao lado da integralidade, vai ser mantida a paridade, diferentemente do que propunha Sua Excelência o Presidente, que dizia que nada seria modificado. Mudou sim! Mudou para atender os reclamos da sociedade, assim como mudou aquilo que foi proposto para as pensões.

Para as pensões, inicialmente, foi proposta uma redução linear de 30%, mas isso foi mudado pelo diálogo e pelo entendimento dos Partidos: as pensões que excederem o teto de R\$2.400 serão reduzidas em 50%. Entretanto, o Deputado Aleluia, Líder do PFL, que veio conversar comigo e pedir a minha opinião, me disse que já propõe ao PFL o entendimento para que caia para até 30% a redução, pelo diálogo que está estabelecido e pela pressão que os partidos de oposição fazem para melhorar um projeto de reforma da Previdência que reputo imperfeito.

O subteto para o Judiciário foi modificado pela pressão daquele Poder, e essa modificação foi feita em etapas sucessivas. Foi aprovado em 90,25%, depois de evoluir dos 75% propostos inicialmente para 85%.

Digo isso tudo, Sr. Presidente, para chamar a atenção desta Casa, que é a Casa da Federação. O Senado da República, para onde virá o projeto de reforma da Previdência – eu e meu Partido entendemos que o texto que aqui vai chegar não é finalizado –, tem o direito e cumprirá a sua obrigação de rever o texto que aqui vai chegar e, se preciso, vai melhorá-lo.

As condições da Câmara são as condições da Câmara; o pensamento da Câmara é o pensamento da Câmara; o pensamento do Senado é outro. A prática da Câmara já demonstrou que nenhuma proposta é imutável. O que só Deus mudaria, a força dos homens já mudou. E aí vai, Sr. Presidente, a minha questão sobre a CPMF, que é fulcral para os Municípios.

Disse o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que a CPMF é intocável, porque encerra um volume de recursos que já é transferido para os Municípios. Da alíquota de 0,38%, 0,2% vai para a saúde, 0,1% vai para a seguridade, e 0,8% vai para o Fundo de Pobreza. Por que não transferir esses mesmos recursos para os municípios diretamente, para o atendimento à saúde e ao Fundo de Pobreza? Essa seria uma forma.

Eu não aceito que um tributo que só tem vigência até 31 de dezembro deste ano seja entendido como um tributo imutável. Ele não é imutável porque ele se encerra em 31 de dezembro. Se esta Casa resolver não aprovar a prorrogação da CPMF, esses recursos, os 24 bilhões, não existirão. Nós temos o direito de definir a sua prorrogação e definir a sua destinação.

Está na hora de esta Casa – que, repito, é a Casa da Federação – usar de suas atribuições e defender os Municípios. A hora é agora, não há outro momento. Não é 1999, 1998 nem 1997: é 2003, por-

que em 2003 é quando se está operando a reforma tributária. A hora é agora e cabe a nós, que representamos a Federação, fazer a nossa parte. E não me venham dizer que isso quebraria a União, porque o que está quebrando a União é a taxa de juros que, hoje, é de 24,5%, e todo mês sangra o Orçamento da União com o pagamento do serviço da dívida.

Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a sabe o quanto significa em economia para a União 1% de queda na taxa de juros Selic? Significa R\$6 bilhões. V. Ex^a, tanto quanto eu, deve saber que a arrecadação total da CPMF é de R\$24 bilhões. O que se pleiteia é a metade para os Estados e Municípios, ou seja, R\$12 bilhões. Dois por cento de queda na taxa Selic de juros já seria suficiente. O Governo anuncia em, no mínimo, 10% a queda da taxa de juros daqui até o próximo ano. Dez por cento são R\$60 bilhões. A União não tem o direito de apresentar o argumento de que não tem caixa para conceder, por meio do diálogo, o benefício da sobrevivência aos Municípios.

Cabe a nós operar com autonomia, e quero aqui convocar a autonomia do Senado. Esta é a Casa da Federação. A Frente Parlamentar Pró-Municípios, que acabou de se instalar, tem que cumprir, sem demagogia e com sinceridade, aquilo a que está se propondo: defender a Federação, beneficiando os Municípios antes que eles quebrem.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 689 DE 2003

Requeiro nos termos do Art. 167 do Regimento Interno, a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 5 de 2003, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, que se encontra pronta para ser incluído na ordem do dia.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Devidamente instruído, o projeto constará da Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 690, DE 2003

Requeiro ao Plenário, com fundamento no art. 258 do Regimento Interno, ajuntada do PLC nº 151, de 2001, aos PLS nº 145, de 2000 e PLS nº 370, de 1999, para tramitação em conjunto, em vista de que essas proposições visam regular a mesma matéria.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2003. – **Fernando Bezerra.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento será incluído na Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 594/2003-GSMC

Brasília, 7 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em face de numerosos encargos e compromissos político-partidários e da representação do meu Estado nesta Casa, sinto-me impossibilitado de continuar integrando, como Titular, a Comissão de Legislação Participativa e, como Suplente, as Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e Parlamentar Conjunta do Mercosul, bem assim do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, as quais integro por honrosa indicação do Partido Libertador, ressalvadas, no entanto, a titularidade e suplência de outras Comissões Permanentes, inclusive da Mesa, e a função de Vice-Líder do Governo.

Permita-me Vossa Excelência ainda informar que a presente comunicação foi precedida de igual procedimento à Liderança do meu Partido, dando cumprimento, assim, ao disposto nos artigos 78 e 86 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente, Senador **Marcelo Crivella.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa recebe como renúncia o pedido do Senador Marcelo Crivella, e a matéria vai à publicação. Renúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 691, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 50, § 2º, da Constituição, informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre o processo de dissolução, liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal, previsto no Decreto nº 3.277, de 7-12-1999, bem como seu ativo, passivo e pessoal ativo e inativo.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Senador **Marcelo Crivella.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 692, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre quais os projetos de intercâmbio de bolsas de estudo de natureza científico-cultural, de pós-graduação ou de extensão universitária, mantidos diretamente, ou por suas entidades vinculadas, com os Estados Unidos Mexicanos, o número de bolsistas brasileiros freqüentando tais cursos e, reciprocamente, de estudantes bolsistas mexicanos freqüentando cursos similares no Brasil, bem assim, se o referido intercâmbio foi ou está restringido ou interrompido, a partir de que data e por quais motivos.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Senador **Marcelo Crivella.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 693, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Educação sobre quais os projetos de intercâmbio de bolsas de estudo de natureza científico-cultural, de pós-graduação ou de extensão universitária, mantidos diretamente, ou por suas entidades vinculadas, com os Estados Unidos Mexicanos, o número de bolsistas brasileiros freqüentando tais cursos e, reciprocamente, de estudantes-bolsistas mexicanos freqüentando cursos simila-

res no Brasil, bem assim, se o referido intercâmbio foi ou está restringido ou interrompido, a partir de que data e por quais motivos.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Senador **Marcelo Crivella**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 694 DE 2003

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2003, de minha autoria, que dispõe sobre a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações em atraso relativas a financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Projeto de Lei da Câmara no 18 de 2002 (nº 465/99, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado), por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, em de agosto de 2003. – **Efraim Moraes**.

REOUERIMENTO Nº 695, DE 2003.

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado de nº 90/2003, “que dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoal portadoras de deficiência visual”, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, em de agosto de 2003. – **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos na Ordem do Dia.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327 DE 2003

Modifica o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, visando incluir a reabilitação de vítimas de acidentes de trânsito entre as destinações da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para §1º:

“Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em reabilitação de vítimas de acidentes de trânsito, sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

§ 1º

§ 2º A parcela de recursos de que trata o caput deste artigo, destinada à reabilitação de vítimas de acidentes de trânsito, será de, no mínimo, cinco por cento da receita total arrecadada, e só poderá ser aplicada em unidades integrantes do Sistema Único de Saúde que não tenham fins lucrativos, sediadas na Unidade Federativa em que foi aplicada a multa, voltadas prioritariamente para pesquisa e tratamento de doenças e lesões do aparelho locomotor decorrentes de acidentes de trânsito. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo dados do Ministério da Saúde, 17% dos casos de internação hospitalar, por causas externas (que incluem acidentes de várias espécies, envenenamentos e violência), em unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), devem-se a acidentes de transporte.

Por outro lado, é fato notório que a saúde pública no Brasil, pela ausência de priorização de investimentos no setor por parte dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apresenta grandes dificuldades de financiamento. A Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), criada para financiar a saúde no País foi totalmente desvirtuada e serviu apenas como pre-

texto para a introdução de mais um tributo, como se já fossem poucos, no ordenamento jurídico brasileiro.

Em decorrência desses e de vários outros fatores a saúde no Brasil está na UTI. São freqüentes, e amplamente divulgados pela mídia, episódios repugnantes de pacientes acidentados, por exemplo, que necessitam de cuidados urgentes e permanecem por horas e horas em macas, nos corredores de hospitais a espera de atendimento. Não raro, morrem nas dependências de um hospital público sem sequer ser examinado por um médico. Faltam leitos, profissionais habilitados e dignamente remunerados, material de consumo e medicamentos, entre outros.

Diante desse quadro, é importante que novas fontes de receita possam ser encontradas para o financiamento da saúde pública brasileira. O projeto que ora apresento se orienta nesse sentido: busca recursos na receita arrecadada com a aplicação de multas de trânsito, configurando um mecanismo, antes de tudo, justo, na medida em que as multas representam uma forma de coibir comportamentos que são potencialmente geradores de acidentes de trânsito com vítimas.

Saliento que o projeto impõe duas condicionantes principais.

A primeira delas estabelece em, no mínimo, 5% do total da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, o montante dos recursos a serem aplicados em unidades integrantes do Sistema Único de Saúde voltadas prioritariamente para pesquisa e tratamento de doenças e lesões do aparelho locomotor decorrentes de acidentes de trânsito. O percentual proposto, de no mínimo 5%, poderá reduzir sensivelmente as dificuldades, principalmente de ordem financeira, hoje enfrentadas pelos estabelecimentos públicos e conveniados de atendimento a acidentados. O que em uma primeira análise pode parecer ínfimo é bastante representativo. Só a título de exemplo, no ano de 2001 foi arrecadado no País, com a cobrança de multas, algo como R\$1,2 bilhão, que poderia ter gerado um repasse superior a R\$60 milhões.

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Justiça, o volume total de recursos arrecadados com a cobrança de multas vem aumentando ao longo dos últimos anos, notadamente em função da crescente eficiência dos dispositivos eletrônicos de fiscalização.

A segunda condicionante restringe a aplicação dos recursos às unidades integrantes do Sistema Único de Saúde, sediadas na Unidade Federativa em que foi aplicada a multa, voltadas prioritariamente para pesquisa e tratamento de doenças e lesões do

aparelho locomotor decorrentes de acidentes de trânsito. Evita-se, assim, o desvio de finalidade na aplicação dos recursos obtidos, isto é, veda sua utilização em estabelecimentos que tenham fins lucrativos ou em unidades integrantes do SUS que não priorizem a reabilitação de acidentados.

Conto, portanto, com a sensibilidade dos ilustres parlamentares para a aprovação do presente Projeto, que entendo de elevada importância e alcance social.

Sala das Sessões, 13 agosto de 2003. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CORRELATA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as

passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública e as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.

Art. 3º As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Parágrafo único. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328 DE 2003

Acrescenta § 3º ao art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às instituições de ensino superior a dedução de despesa com concessão de bolsa de estudo para atleta praticante de modalidade olímpica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 13.

§ 3º As instituições de ensino superior poderão deduzir, integralmente, o valor da bolsa de estudo concedida a atleta praticante de modalidade olímpica, observados limites e condições estabelecidos em regulamento. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º II, 12 e 14 da Lei

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 3º O disposto no art. 1º produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É da tradição brasileira que a formação e o desenvolvimento de atletas, assim como a organização de competições, seja feita a partir dos clubes e associações desportivas sem finalidade lucrativa.

Todavia, é fácil perceber que esse modelo não tem apresentado a eficiência desejável e, nem de longe, proporcionado o desenvolvimento do potencial esportivo de tamanho e da diversidade da população do País.

Seja por aspectos culturais, que levam à concentração de esforços em poucos esportes de competição, já envolvidos em avançado estágio de profissionalização, seja porque a geração de renda proporcionada por esses poucos esportes profissionalizados não é suficiente para a manutenção das modalidades olímpicas, o fato é que, a não ser por exceções raras, não se consegue escapar da verdadeira “monocultura” esportiva representada pelo futebol.

Na verdade, sabe-se que mesmo os clubes dedicados ao futebol enfrentam crônica falta de recursos e, no momento, a crise se agravou e vários deles ostentam passivo imenso que já teria provocado a falência, se se tratasse de empresas.

Este projeto tem a finalidade de criar um fator de mudança ou, pelo menos, de diversificação do modelo, ao estimular as entidades educacionais de nível superior a proporcionar bolsas de estudo para atletas praticantes de modalidades olímpicas.

Não se pretende que tudo se resolva com o projeto. Evidentemente, outras ações de Governo e das entidades dirigentes do esporte nacional seriam necessárias, no sentido de se formar uma estrutura de competições entre as entidades educacionais, de tal forma que estas se sintam tentadas a participar com suas equipes até como forma de divulgação institucional.

Se isso ocorresse, teríamos as Universidades e Faculdades isoladas funcionando como base de formação e desenvolvimento de atletas, como ocorre em vários países que logram, não apenas grande êxito nas competições internacionais, mas também o suprimento do próprio mercado esportivo profissional com atletas de alto nível.

O projeto permite que a empresa aproprie como despesa a bolsa concedida. **Mutatis mutandis**, equivale a permitir que uma empresa deduza como despesa a doação de parte de sua produção. Todavia, considerando a situação peculiar das entidades educacionais frente ao sistema tributário, o impacto na arrecadação deverá ser mínimo.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Senador **José Jorge**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e aprovados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º – O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º – Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º – A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º – Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

I – de qualquer provisão, exceto as constituídas para o pagamento de férias de empregados e de décimo-terceiro salário, a de que trata o art. 43 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da

Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável;

II – das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

III – de despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

IV – das despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores;

V – das contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica;

VI – das doações, exceto as referidas no § 2º;

VII – das despesas com brindes.

§ 1º Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I – as de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II – as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III – as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal,

fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

SEÇÃO III Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

CAPÍTULO III Da Receita Pública

SEÇÃO I Da Previsão e da Arrecadação

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

SEÇÃO II

Da Renúncia de Receita

Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º,

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos Custos de cobrança.

(Às Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a Decisão Terminativa)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2003

Denomina Palácio do Congresso Nacional Presidente Juscelino Kubitschek a sede do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O Congresso Nacional tem sede no Palácio do Congresso Nacional Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília.

§ 1º Esculturas enaltecedoras da memória do Presidente Juscelino Kubitschek deverão compor a arquitetura externa do Palácio e o fundo dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º A execução do disposto no § 1º dependerá de aprovação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio artístico e histórico nacional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O ex-presidente JK fez o país avançar cinquenta anos em cinco anos de governo, de modo a incluí-lo entre as principais economias mundiais. E foi através de sonhos, desafios e realizações que JK dimensionou sua vida pública fazendo o país desenvolver com um ímpeto vertiginoso como nunca antes.

Juscelino teve o seu mandato do Senador da República pelo Estado de Goiás cassado pela ditadura militar em junho de 1964, dois anos após ter sido eleito por uma esmagadora votação, de 96% dos votos, em disputa eleitoral com o ex-deputado Wagner Estelita Campos, fato inédito na história política brasileira e das democracias parlamentares mundiais.

Infelizmente nossos heróis não têm sido devidamente reconhecidos e valorizados. Aqueles que nasceram depois de 1964 sabem muito pouco ou quase nada sobre a nossa história, sobre o desenvolvimento, e sobre os feitos do nosso grande estadista, que mudou os rumos da história do Brasil. Alguém disse com muita propriedade que *um país que não tem heróis para cultuar, não tem história para contar*. E hora de despertar o nosso povo para os nossos valores, para homens destemidos como JK, que tiveram coragem de ousar. Ele provou, mais que qualquer um, que para a concretização de um grande feito é necessário um sonho, uma idéia e a ação.

Nosso povo, especialmente os estudantes brasileiros, devem conhecer mais sobre nossa história desenvolvimentista. A história que culminou com a grande arrancada para a conquista do Centro-Oeste, estendida, posteriormente, para o Oeste, Norte e Nordeste-Central. A grande epopéia que resultou na fundação de Goiânia e, mais tarde, de Brasília e que mudou os rumos da história desenvolvimentista do Brasil, cujos feitos políticos se constituíram nos mais importantes do século XX. Juscelino Kubitschek foi o artífice do arrojo e da audácia destes tempos de mudanças.

Reivindico para mim a inclusão da palavra desenvolvimento no vocabulário político brasileiro, por-

que antes, ninguém percebia o conteúdo político desta palavra, afirmou JK em discurso pronunciado no recinto do Plenário do Senado Federal, no ano de 1962.

A palavra *desenvolvimento* reivindicada por JK, traduziu-se em adiantar, aumentar, melhorar, aperfeiçoar de uma forma conjugada todos os recursos do país, fazendo-o progredir como um todo. Desenvolveu todas as suas potencialidades. Ampliou os horizontes da inteligência nacional. Expandiu a exploração dos recursos naturais do país.

JK é sinônimo de desenvolvimento, e há unanimidade neste reconhecimento, pois foi ele o único presidente na história do país a entender o sentido intrínseco da palavra *desenvolvimento*, aquilo que poderíamos chamar de crescimento gradual, passando de um estágio inferior, atrasado, subdesenvolvido, onde perdurava a anarquia, a desordem, a pobreza, para um estágio mais aperfeiçoado e evoluído. Imprimiu mudanças para alterar a conceituação de princípios, normas e valores.

Apesar de ter sido injustiçado, no passado, por circunstâncias políticas, a justiça haverá de ser feita e, no futuro, o nome e os feitos de JK deverão se perpetuar para que gerações vindouras saibam que um dia existiu um homem que sonhou, realizou, superou obstáculos e ultrapassou as fronteiras de modo a marcar indelevelmente a história de seu país como desbravador, realizador e herói.

Juscelino jamais será esquecido. Foi eleito, em novembro de 1999, por trinta representantes dos mais diversos campos profissionais, o líder nacional que mais se destacou no século XX. Também foi escolhido o *Brasileiro do Século*.

Por ocasião da entrega do título à Márcia Kubitschek, em 14 de dezembro de 1999, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, o Presidente Fernando Henrique Cardoso discursou:

Eu não sei se haverá muitos lugares hoje no mundo em que seja possível como nós, aqui e agora, nesta cidade, quase à moda renascentista, homenagearmos alguém que criou uma cidade. E que, ao criar esta cidade, teve o condão de chamar os melhores artistas do país, como é o caso de Niemeyer, e deixar marcas que vão perpetuar-se pelos séculos afora. Que, ao criar uma cidade, cria também uma espécie de síndrome permanente de um país que acredita em si mesmo. Eu não sei se haverá muitos lugares hoje que têm essa força que o Brasil tem e que esteja tão bem simbolizada como por

Brasília. ~ alguma coisa de extraordinário que o criador de Brasília seja o homem do século. Criou Brasília. E, ao criar Brasília, recriou o Brasil. Com líderes como esse, não temos o que temer, pois somos capazes, como povo, de seguirmos adiante. Pedimos a JK que continue a nos inspirar. (isto é, edição nº 1.577, especial nº 12, dez 1999, p. 24-28).

Também afirmou Fernando Henrique Cardoso, quando anunciou sua proposta de governo, em 1994, no Memorial JK, como candidato à Presidência da República:

Hoje, Juscelino é uma unanimidade. Soube governar com sentido democrático por compreender que, em uma sociedade complexa como a brasileira, a tolerância e o trabalho permanente de aproximar forças divergentes são os únicos caminhos para fazer com que a política cumpra o seu objetivo maior: servir ao bem público. Juscelino foi essencialmente, um articulador de consensos, um homem de ação, de resultados. JK alcançou o que poucos estadistas conseguem: criar uma nova identidade nacional.

Assim, o espírito empreendedor, democrático e eterno de JK, tendo em vista as palavras de Afonso Arinos de Melo Franco – De todos nós, é o nome dele que vai durar mil anos (...) Juscelino estará na memória das gerações porque sua aventura vital foi extraordinária –, deve ser associado ao Congresso Nacional, mediante a justa homenagem que denomina a sua sede de Palácio do Congresso Nacional Presidente Juscelino Kubitschek.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2003. – **Demóstenes Torres.**

(*Às Comissões de Educação e Diretora.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 696 de 2003

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal por Minas

Gerais, Fernando Fagundes Neto, ocorrido no dia 1º de agosto de 2003.

Justificação

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, novamente me convoca o dever, como representante do povo mineiro nesta Casa, de registrar com pesar, a morte ocorrida no dia 1º de agosto, do ex-deputado federal por Minas Gerais Fernando Fagundes Neto. Engenheiro, empresário e político, no rastro de seu destino deixou, aquele mineiro ilustre, a ocupação de inúmeros cargos e funções na iniciativa empresarial e pública que resultaram em grandes serviços prestados a Minas e ao País. Pertenceu a uma geração de mineiros que tinham o “sentimento do mundo”, para os quais os desafios eram a grande motivação para mudá-lo e transformá-lo. Por isso, não negou a si deixar suas prósperas atividades empresariais para servir ao povo de Minas, nos governos Magalhães Pinto, Aureliano Chaves e Franco Lima Pereira, durante os quais ocupou cargos marcadamente técnicos, não obstante, com destacada competência política. Assim, foi Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Secretário de Viação e Obras, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo e Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo de Minas Gerais. Com êxito, disputou as eleições parlamentares de 1970 e 1974 vindo como representante de Minas à Câmara dos Deputados, nos dois mandatos em que teve destacada participação, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, daquela Casa Legislativa e, como titular de algumas Comissões Especiais do Congresso Nacional, como a criada para analisar o Projeto de Lei sobre a redação do Código de Propriedade Industrial.

Engenheiro e político sabia conciliar a lógica e o sonho de transformar a vida dos brasileiros. Em todas as atividades por ele exercidas, notava-se o traço do homem público, ou seja, a marca daquele que nas palavras do nosso inesquecível Ministro San Tiago Dantas “ajusta o seu destino individual ao da sociedade a que pertence, e não só procura, como consegue exprimir, na sua vida intelectual e na sua vida pública, o imperativo vital de sua época, fazendo de si mesmo um instrumento e uma resposta às questões que desafiavam seus contemporâneos”.

Fernando Fagundes Neto foi um acabado exemplo de adaptação providencial de indivíduo a sua vocação. Tinha solução para qualquer problema. Sua inteligência era fértil em sugerir fórmulas de conciliação, de afirmação ou de correção. Homem do método e do raciocínio, construiu pacientemente seu destino

nos caminhos dos valores mais elevados da gente mineira: trabalho, honradez e orgulho de suas tradições. Amealhou sólidas estruturas de amizade e de respeito entre os que, com ele, tiveram o privilégio de conviver.

Tive esse privilégio, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores. Tive o privilégio de conhecê-lo de perto. Na minha opinião, poucos o excederam em descortínio na visão e análise do desenvolvimento social, econômico, e, sobretudo, tecnológico do Estado de Minas Gerais.

Fernando Fagundes Neto, na verdade era um homem do trabalho que tinha um grande coração aberto a todos. Dele, podia-se discordar, mas era mister admirá-lo e respeitá-lo por suas opiniões e posições no cenário político recente do nosso Estado.

Fernando Fagundes Neto foi um político cheio de idealismo. E a história de Minas está repleta de políticos como ele. Por isto, em uma das páginas da história de Minas Gerais, Fagundes Neto já está merecidamente inscrito.

Neste sentido, solicito seja enviado pelo Senado Federal à família e às autoridades do Município de Juiz de Fora, cidade-base em que atuou, como político, o nosso inesquecível Dep. Fagundes Neto, votos de profundo pesar pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência atenderá a solicitação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 697, DE 2003

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Diva Miranda Soares, apresentando condolências à família.

Justificação

Diva Miranda Soares nascida em Uberaba, Estado de Minas Gerais, morreu aos 91 anos.

Mulher valorosa, mãe amorosa de sete filhos: Marco Antonio, Marcelo Miranda, Milton Miranda, Mansa Miranda, Graziela Miranda, Márcio Miranda, já falecido, e Mauro Miranda.

Dentre seus filhos, temos dois destaques da vida política nacional: Marcelo e Mauro. Marcelo Miranda foi Prefeito de Campo Grande/MS, Governador

nomeado, quando o Estado de Mato Grosso foi dividido, Senador da República e Governador eleito de Mato Grosso do Sul; e Mauro Miranda, Diretor do DER/GO, Deputado Federal por dois mandatos e Senador da República.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte desta mulher extraordinária.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2003. – **Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará o voto de pesar na forma solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 698, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, Voto de Congratulações, ao Sr. Procurador de Justiça Jarbas Soares Júnior, por sua posse como presidente da Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente, desejando a ele e à nova diretoria sucesso nas suas iniciativas.

Requeiro também que seja congratulada à Sra. Procuradora de Justiça Silvia Cappelli, ex-presidente, pelos trabalhos realizados.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pela importância do Ministério Público de Meio Ambiente no acompanhamento das políticas de desenvolvimento sustentável do meio ambiente no Brasil.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações, na forma solicitada pelo Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Requerimento nº 511, de 2003**, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria de natureza operacional no Banco Central e na Agência Nacional de Energia Elétrica– Aneel, constou da sessão deliberativa ordinária do último dia 5, oportunidade em que foi lido e aprovado o Requerimento

nº 631, de 2003, de adiamento da votação da matéria para hoje.

Avulsos do requerimento encontram-se à disposição das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores em suas respectivas bancadas.

Em votação o Requerimento nº 511, de 2003.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias, a fim de cumprir a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia – art. 172,
II, d, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2003, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que *disciplina relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002*.

Dependendo de parecer da Comissão Mista.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma matéria extremamente complexa. Quando da oportunidade da discussão e da votação do substitutivo elaborado por este Plenário na figura do seu Relator, Senador Sérgio Cabral – substitutivo este que, posteriormente, foi alterado de forma substancial pela Câmara dos Deputados –, eu alertava sobre a possibilidade de o Governo vetar a matéria e buscar um entendimento, especialmente com os Estados, que eram os signatários desse texto que basicamente representava uma antecipação de receita transferida para a União, com contrapartida para que os Estados assumissem a manutenção de estradas federais no âmbito estadual.

Essa matéria, portanto, como já disse, é extremamente polêmica e complexa, e o Governo vetou a medida provisória.

A Constituição permite um projeto de decreto legislativo, dentro do prazo regimental de 60 dias, para que se possam convalidar ou não os efeitos do ato legislativo que foi vetado pelo Presidente da República. O decreto legislativo, portanto, a partir da vontade do Plenário do Senado, pode ser convalidado parcialmente ou integralmente ou não ser convalidado.

No nosso entendimento, como o veto não foi apreciado, o que não é procedente é legislarmos sobre essa matéria com o risco de termos dois estatutos legais para o futuro.

Com a compreensão do proponente, Senador Pedro Simon, chegamos ao entendimento de que a matéria não deve ser colocada em votação nesta sessão, para que tenhamos tempo de dialogar. Com isso, poderemos proceder de forma a atender às expectativas do Senador Pedro Simon, que representa os interesses do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mas, ao mesmo tempo, não podemos abrir um precedente legal – do meu ponto de vista, inconstitucional –, que seria o decreto legislativo legislar sobre o veto não apreciado, indo além da sua competência restrita, que é a possibilidade de convalidar os atos durante a vigência da medida provisória. Esse é o nosso entendimento.

Peço, portanto, à Presidência que abra um prazo, para que construamos uma saída negociada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esta Presidência sugere a inversão da pauta, colocando o Item 1 como o último, de modo a que haja o entendimento solicitado pelo Senador Aloizio Mercadante. Se não houver objeção por parte dos demais Senadores e do Relator, a inversão da pauta será feita, para possibilitar – repito – um entendimento sobre a matéria.

O Senador Pedro Simon concorda com a inversão da pauta?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a inversão da pauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Não havendo objeção, está invertida a pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 493, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353,
parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003 (apresentado pela Co-

missão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.075, de 2003, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho), *que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2003*.

A Presidência esclarece que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, para discutir, por dez minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa matéria foi objeto de deliberação na Comissão de Assuntos Econômicos, na reunião de ontem.

Inicialmente, pretendo estabelecer um esclarecimento a V. Ex^{as} pela preocupação que venho tendo em relação ao esvaziamento, ou à tentativa de esvaziamento, das funções e da competência legislativa fiscalizadora do Senado Federal. Vejam as Sr^{as} e os Srs. Senadores que a matéria refere-se à “programação monetária para o terceiro trimestre de 2003”. Ora, já estamos hoje no dia 13 de agosto, no terceiro trimestre, iniciado há 43 dias, e só agora o Plenário do Senado Federal vem discutir e deliberar uma programação monetária para um trimestre já em andamento, com a defasagem de 45 dias.

O que desejam, portanto, da instituição Senado Federal? O que desejam, portanto, fazer deste Poder, que é o Poder revisor no bicameralismo? Desejam que se trate apenas de um Poder para referendar ou homologar as decisões do Poder Executivo? Não fui eleito para isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. É um absurdo. Ouvimos diariamente declarações nesse sentido.

É preciso estabelecer uma reflexão: ou seremos um Poder altivo ou um Poder subalterno. Não fui eleito para ser Senador subalterno ao Poder Executivo. Aqui represento parcela expressiva do povo de meu Estado. Não vim ao Senado Federal para ver a equipe econômica de grandes doutores em economia aplicar a política monetária.

Passo a ler documento do Banco Central referente à programação monetária: 1) O Produto Interno Bruto, PIB, a preços de mercado, apresentou variação negativa; 2) A produção industrial recuou 0,7% em abril relativamente ao mês anterior.

Na comparação com abril de 2002, a produção industrial retraiu 4,31%; adiante, dados mostram que a taxa de desemprego elevou-se para 12,4%.

Agora, vem ao Senado Federal uma avaliação da programação monetária executada no primeiro e no segundo trimestres, ampliando as dificuldades do povo brasileiro, a recessão, aumentando o desemprego e, nas mesmas bases, estabelecendo a política de programação monetária para o terceiro trimestre. E pretende-se pleitear a aprovação do Senado Federal.

Tenham certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que a matéria poderá ser aprovada por este Plenário, como foi na Comissão de Assuntos Econômicos, mas com o voto contrário deste Senador, pois nesta Casa não estarei para referendar uma política econômica que desemprega os brasileiros a cada dia. Não estarei no Senado para referendar uma política econômica, dizendo, com a visita de uma missão do Fundo Monetário Internacional, que “o Brasil cumpriu todos os seus compromissos”. Aliás, dizem mais: “o Governo foi além das metas preestabelecidas”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso significa que o Governo matou mais brasileiros de fome. Dizer que o Governo aplicou mais do que regimento a política monetária é o mesmo que dizer que o Governo dos trabalhadores desempregou mais trabalhadores.

Por essa razão, eu não poderia adotar uma outra posição senão a de votar contra, por entender, sobretudo, que se trata de um desrespeito ao Senado Federal, que passa a deliberar uma matéria que não deixa de ser uma ficção, uma deliberação virtual ou apenas a homologação daquilo que manda o Governo Federal, pelo trabalho do Banco Central e da sua equipe econômica, para deliberação.

Entendo que precisamos estabelecer uma reflexão profunda acerca dessa questão, sobretudo porque esse parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos propõe também a revogação dos artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 9.069, que dispõe sobre o Plano Real. E a revogação desses dispositivos tem o objetivo de diminuir as funções e a competência do Senado Federal, pois o art. 6º estabelece que compete ao Presidente do Banco Central submeter o Conselho Nacional e a programação monetária ao Senado Federal para avaliação e aprovação. Já o art. 7º, que pretendem ser agora revogado, reza que o Presidente do Banco Central enviará, por intermédio do Ministro da Fazenda, ao Presidente da República e aos Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional: primeiro, o relatório trimestral-mensal das emissões de real; segundo, demonstrativo mensal, relatório trimestral sobre a execução da programação monetária.

Em outras palavras, o Governo do Partido dos Trabalhadores além de promover o que considero uma falta de respeito ao Poder Legislativo, ao Senado Federal, ainda propõe doravante que esses dispositivos sejam revogados para seque o Banco Central encaminhar ao Senado Federal o relatório de acompanhamento da aplicação da programação monetária deste País. Querem, Sr. Presidente, substituir os relatórios que nos dão condições de uma avaliação, pelos dados que eles mesmos encaminham para o Senado Federal – como diz o Relator dessa matéria –, pelo comparecimento trimestral do Presidente do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos apenas para uma exposição, sem um compromisso de ordem legal, estabelecendo os mecanismos necessários para a fiscalização.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este Projeto de Decreto Legislativo não contará com a nossa aprovação, sobretudo pelo respeito que tenho pelo Senado Federal e pela necessidade que temos de resgatar este Poder, diante da tentativa do Poder Executivo de diminuí-lo, apequená-lo, tirando as funções e as competências que lhe são constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, Relator.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Almeida Lima tem se mostrado um Parlamentar muito voltado para as questões sobretudo econômicas. Lamento que S. Ex^a esteja obstinadamente combatendo uma matéria que, na verdade, não tem relação, hoje, com um controle que deveria ser exercido pelo Senado Federal a respeito da política monetária.

Na verdade, o Senado Federal, desde a criação da política do Plano Real, não vem exercendo esse controle. E esse ritual só corrobora a necessidade de modificá-lo radicalmente, porque hoje não há como se debruçar sobre a política monetária com os instrumentos de que o Congresso Nacional dispõe.

O Senador Almeida Lima já teve o dissabor de, na Comissão de Assuntos Econômicos, ficar numa posição isolada. S. Ex^a votou, Sr. Presidente, contra a matéria sozinho, porque todos os outros Senadores entenderam que o esforço de S. Ex^a era inútil, completamente inútil.

O Senado precisa ter uma nova legislação para acompanhar a execução da política monetária.

Temos aqui algumas considerações mais técnicas, mas vou me abster de lê-las aqui em plenário. Contudo, faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores no sentido de que aprovem a matéria e, assim, possamos ter, num futuro próximo, a sua reformulação, por meio de apresentação de um projeto de lei.

Já me antecipo, revogando algo que nada mais tem a ver com uma verdadeira apreciação da política monetária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o **Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003**.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, para encaminhar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez uso a palavra para um esclarecimento complementar.

A minha discordância não é apenas quanto à forma, mas também quanto ao mérito. Quanto à forma, a discordância é exatamente por considerar um absurdo estar já há 45 dias sendo aplicado esse programa monetário e só agora, após esse prazo, o Senado Federal deliberar se ela deve ou não ser aplicada e perseguida pelo Governo Federal. Essa é a minha discordância formal.

A discordância de fundo, de mérito diz respeito ao fato de que é essa política monetária aplicada pelo Governo do Partido dos Trabalhadores que vem ampliando a miséria e o desemprego no País, como o próprio Banco Central atesta nesse relatório, quando afirma que a taxa de desemprego se elevou acima de 12%.

Portanto, a minha posição é bem clara: primeiro, que seja tratado com o devido respeito e dignidade o Senado Federal. Se essa lei, a do Plano Real, merece sofrer alguma modificação – e entendo que merece –, que seja para estabelecer a obrigatoriedade para o Poder Executivo, fazendo com que o Ministério da Fazenda encaminhe ao Senado Federal no final do trimestre anterior, antes do início da aplicação da Programação Monetária para o trimestre seguinte. Esse é o primeiro aspecto.

Segundo: não posso votar numa Programação Monetária que cada vez mais amplia a recessão e, como consequência, o desemprego de todos os brasileiros.

Por essa razão, Sr. Presidente, no encaminhamento à votação, ratifico meu voto contrário a este Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra para orientar a Bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Bloco encaminha o voto “sim”, destacando a lucidez e a maneira elevada com a qual o Senador Garibaldi Alves Filho encaminhou e discutiu a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o **Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003**, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Almeida Lima.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

PARECER Nº 1.076, DE 2003

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2003.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 agosto de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Heráclito Fortes**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.076 DE 2003

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2003.

Aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2003, nos termos da Mensagem nº 146, de 2003 (nº 328, de 2003, na origem).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 666, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2003 (nº 4.016/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *concede pensão especial a Mário Kozel e Terezinha Kozel*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.037, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Edison Lobão.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na ausência do Senador Edison Lobão, pedi autorização a meu Líder para que pudesse me manifestar a respeito dessa pensão, que, em boa hora, vem atender à família do soldado Mário Kozel Filho, falecido em 1968, vítima de atentado – portanto, há 35 anos –, quando prestava o serviço de sentinela no quartel do então 2º Exército. Vítima de explosão de um carro-bomba, o jovem soldado de 18 anos, tendo seu corpo mutilado, veio a falecer.

Cumprimento os então Ministros José Gregório e Waldeck Ornelas pela iniciativa. A Mensagem foi assinada pelo então Vice-Presidente no exercício da

Presidência, Marco Maciel; e o Presidente Lula confirmou a continuidade deste projeto nesta Casa.

Essa é uma história do passado, mas de um passado presente, pois todos estamos sujeitos a passar momentos de angústia e de dificuldade. Contudo, temos certeza de que ocorrências como essa não se repetirão, porque hoje há o nosso compromisso, de toda sociedade, de fortalecimento da nossa democracia.

V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador José Sarney, com seu trabalho, pôde recompor as virtudes da democracia durante sua difícil gestão na Presidência da República.

Portanto, peço aprovação do projeto que concede a pensão à família de Mário Kozel Filho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Solicito a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, trata-se de uma matéria delicada, que necessita da reflexão do Parlamento.

Estamos diante da situação de um jovem soldado vítima de ato de violência, praticado numa época de impasse político, quando o Estado democrático de direito estava rompido. Ele, então, perdeu sua vida.

Há, portanto, um propósito das Forças Armadas e do Poder Executivo brasileiro de recuperação da memória desse jovem por meio de uma homenagem consubstanciada em pensão vitalícia à família, aos pais que, seguramente, estão carentes desse apoio governamental.

O nosso Partido entende tratar-se de matéria merecedora de respeito. Houve uma vítima da violência, e, parta de onde partir, deve haver reconhecimento e responsabilização, para que tal fato não ocorra mais em nosso País.

Somos intransigentes defensores do Estado democrático de direito. Entendemos que a matéria deve ser aprovada. Ainda mais: conversando com setores envolvidos, em solidariedade à família desse jovem vítima da violência, entendemos que ela deva receber uma reparação, uma pensão maior, que deve ser objeto de mensagem oriunda do Poder Executivo.

O nosso encaminhamento é pelo voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o **Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2003**.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

É a seguinte a matéria aprovada

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2003

(Nº 4.016/2001, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Concede pensão especial a Mário Kozel e Terezinha Kozel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida pensão especial, mensal e vitalícia, no valor de R\$330,00 (trezentos e trinta reais), a Mário Kozel e Terezinha Lana Kozel, pais do soldado Mário Kozel Filho, que faleceu, vítima direta de atentado, ocorrido em 1968, promovido por motivações políticas.

§ 1º A pensão de que trata este artigo é pessoalíssima e não se transmite aos herdeiros dos beneficiários.

§ 2º As importâncias pagas serão deduzidas de qualquer indenização que a União venha a desembolsar em razão do acontecimento.

§ 3º o valor da pensão será atualizado nos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º A despesa decorrente desta Lei, correrá à conta do programa orçamentário “Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 4:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Efraim Morais, que *dá nova redação ao § 1º do art. 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 593, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 5:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal*, tendo

Parecer sob nº 806, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Tião Viana.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 699, DE 2003

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da discussão por 30 dias do PLC nº 19, de 2003, que “Dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal”, a fim de ser apreciado no dia 24 de setembro.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 6:**

REQUERIMENTO Nº 684, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 684, de 2003, solicitando, nos termos regimentais, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001, que *tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 91, de 2000, e Projetos de Lei do Senado nºs 657, de 1999, 32 e 200, de 2000.*

Em votação o requerimento.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de ressaltar apenas que este requerimento de urgência tem relevância porque estamos às vésperas do nosso 7 de setembro. E esse nosso projeto torna relativa, suaviza a maneira formal com que a Lei de 71 enca bresta o povo brasileiro diante dos símbolos nacionais.

É preciso lembrar que hoje, se Fafá de Belém, por exemplo, cantar o Hino Nacional, como o fez na visita do Papa, será crime, porque a interpretação dela não estava nos compassos nos quais o Hino foi criado. Então, o nosso projeto, para o qual peço urgência, trata exatamente de permitir que a alma do povo brasileiro possa se manifestar mais expansivamente em comemorações, como fazia, por exemplo, Ayrton Senna quando segurava a nossa bandeira, o que, por lei, é crime. Mas ele a segurava do **cokpit** do seu carro, fazendo com que nosso coração quase chegasse à boca, com aquela vinheta da **Rede Globo**, gravada em nossa memória.

Por isso, Sr. Presidente, peço urgência e também que não venhamos a considerar, neste momento, tantas emendas agregadas ao projeto na Câmara dos Deputados. Uma delas, por exemplo, muda a denominação daquela estrela maior que está acima da linha “Ordem e Progresso” da nossa bandeira, para que ela não represente mais o Pará, uma vez que, originariamente, representava os Estados do Norte, todos unidos. Não existia Amazônia naquela época; existia apenas o Grão-Pará.

Gostaria que não se considerassem tantas emendas. Há outras, propondo mudar o ramo de fumo, símbolo da República brasileira, por um ramo

de guaraná. Acredito que essa discussão traria muita controvérsia, e não conseguiríamos aprovar esse projeto antes do dia 7 de setembro.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho o requerimento de urgência, para que possamos votar este texto vindo do Poder Executivo sem tantas controvérsias. O objetivo é apenas tornar mais relativa e mais informal as comemorações do povo brasileiro diante dos seus símbolos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua o encaminhamento de votação. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o **Requerimento nº 684, de 2003**, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima quarta-feira, dia 20, para leitura dos pareceres das Comissões de Educação, e de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do inciso III do art. 346 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Voltamos à apreciação do **Item 1**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, II, *d*, do Regimento Interno)
(Inversão da pauta, com aquiescência do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2003, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sergio Zambiasi, que *disciplina relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002*.

Dependendo de parecer da Comissão Mista.

Chamo a atenção do Senador Pedro Simon e da Liderança do Governo na Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há o entendimento das Lideranças no sentido de deixarmos esta matéria para terça-feira, se V. Ex^a concordar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – De acordo com o entendimento das Lideranças, a Mesa adia a

apreciação da matéria e a incluirá na sessão de terça-feira. Como se trata de proposição com prazo estabelecido, não pode ser objeto de requerimento de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, rapidamente, tenho a honra de comunicar à Casa que o Senador Álvaro Dias reingressa no PSDB. Isso foi muito discutido pelo Senador com sua Base, com o PSDB do Paraná e resultou de aprovação unânime de ambas as partes, inclusive da alta cúpula do meu Partido, a qual se regozija com o fato de termos alguém que, na ocasião em que o nosso Partido é Oposição, vem na contramão do que seria o mais fácil e opta pelo mais difícil, para nos ajudar a organizar – repito, sou tautológico –, de maneira construtiva, uma Oposição lúcida, a qual se viabilize para o poder, ao lado dos seus aliados.

Portanto, em nome da Liderança do PSDB, em nome dos meus companheiros, saúdo o reingresso do Senador Álvaro Dias ao meu Partido, sabendo que passaremos a contar com alguém que, na democracia, será um guerreiro tão bravo quanto bravo guerreiro fui nos combates que testemunhei e dos quais participei contra o regime autoritário de 1964.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Mozarildo Cavalcanti, com sua permissão, informo aos Líderes que falarão em rodízio com os oradores inscritos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para denunciar ações ilícitas de registro de patentes, praticadas por empresas de alguns países desenvolvidos, contra riquezas existentes na Amazônia, que são patrimônio reconhecido do Estado brasileiro e do povo daquela região.

Trata-se da biopirataria, um êxodo anual de bilhões de reais em prejuízo do nosso País, um verdadeiro saque contra o nosso patrimônio genético e contra a nossa flora e fauna, que termina a sua trajetória nos laboratórios das grandes empresas transnacionais.

Eminentes Senadoras e Senadores, entre as várias espécies que têm sido alvo dessas práticas irregulares, algumas podem servir de exemplo neste pronunciamento. Assim, gostaríamos de alertar sobre registros recentes de patentes e marcas, envolvendo o cupuaçu, o açaí, a andiroba e a copaíba, plantas ainda pouco conhecidas em nossas pesquisas laboratoriais, mas altamente cotadas no mercado internacional, porque geram dezenas de subprodutos que têm ampla aceitação de consumo no mundo inteiro.

Em relação ao cupuaçu, no Brasil e no Peru, por exemplo, a polpa da fruta é usada para fazer suco, creme, sorvete, geléia, torta, sabonete, cosmético e chocolate de delicado sabor. Suas sementes, largamente usadas por várias comunidades indígenas e pelos habitantes da região amazônica, têm apresentado, inclusive, grande eficácia no combate às dores abdominais e outros males.

Aliás, o cupuaçu, apesar de ser uma árvore que pode alcançar até 20 metros de altura, pertence à mesma família do cacau. Por isso, os seus frutos podem ser usados para fabricação de um tipo de chocolate, que já está sendo, inclusive, fabricado e produzido em larga escala no Japão, com o nome de cupulate, embora sua fabricação tenha sido desenvolvida e disponibilizada pela Embrapa há cerca de dezessete anos.

Apenas para termos uma idéia da importância do cupuaçu no mercado japonês, convém assinalar que, somente no primeiro quadrimestre de 2002, o Estado do Amazonas exportou cinquenta toneladas de sementes da fruta em direção àquele país. Segundo estimativas, até o final deste ano, os embarques do produto em estado bruto para o Japão poderão alcançar duzentas toneladas de semente. O pior de tudo é que o Brasil só exporta a matéria-prima **in natura**, enquanto o Japão revende os subprodutos industrializados, inclusive com patentes e marcas registradas.

Enquanto os interesses meramente capitalistas agem dessa maneira, ignorando leis, regras de mercado, ética e tradições, é importante relembrar que, durante séculos, os povos indígenas e as comunidades de toda a Amazônia cultivam o cupuaçu como fonte primária de alimentos. No entanto, como acabamos de ver, o Japão e outros países desenvolvidos, mesmo não dispondo de terras e climas propícios para o desenvolvimento da cultura do cupuaçu, dizem-se donos do direito do uso da palavra “cupuaçu”.

Para eles, não basta a utilização da polpa e das sementes dos frutos dessas árvores para fabricação de vários produtos de consumo final de seus interesses, que são vendidos a peso de ouro no mercado internacional; arrogam-se o direito de processar outras empresas que utilizem o nome em seus produtos sem o pagamento de **royalties**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre 1998 e 2002, podemos contar pelo menos sete registros de patentes sobre o cupuaçu. Em 1998, no Reino Unido, a empresa *The Body Shop International Pic* registrou patente com o título: “Composição Cosmética Incluindo Extrato de Cupuaçu”.

Em meados de 2001, no Japão, mais precisamente no dia 30 de outubro de 2001, a empresa *Asahi Foods Co. Ltd.*, com sede em Kyoto, registrou patente com o título: “Gordura do Cupuaçu – método para produzir e uso”.

Não demorou nem dois meses e a mesma empresa, em 18 de dezembro de 2001, também no Japão, registrou outra patente com o título: “Óleo e Gordura Derivados da Semente do Cupuaçu – método para produzi-los”. Mais uma vez, em 2002, a mesma empresa japonesa registrou patente na União Europeia com o título: Produção e Uso da Gordura da Semente do Cupuaçu. Na mesma data e com o mesmo título, a referida empresa estendeu a patente em âmbito mundial.

Mais curioso ainda é que, em 17 de outubro de 2002, a empresa *Cupuaçu International Inc.*, com sede nos Estados Unidos, na verdade uma subsidiária da empresa japonesa, registrou também patente em âmbito mundial com o mesmo título apresentado pela matriz japonesa. Como podemos observar, existe grande interesse internacional pelos direitos do uso da palavra “cupuaçu”.

No que se refere ao açaí, há igualmente acirrada disputa pela hegemonia do mercado mundial. A exemplo do cupuaçu, o açaí apresenta grandes possibilidades de comercialização e de aceitação internacional. Desde março de 2001, o nome da planta “açaí” tornou-se marca registrada na União Europeia.

Nos Estados Unidos, várias empresas também estão posicionadas na luta pela conquista da maior fatia do mercado.

Como muitos sabem, o açaí é uma palmeira que nasce em várias áreas da Amazônia. A polpa dos frutos serve para a preparação de vinho, suco, sorvete, creme, licor, além de ter outros fins culinários e gerar uma infinidade de outros produtos. Além de tudo, o açaí apresenta excelente sabor e alto poder energético, servindo inclusive para recuperação de atletas que são submetidos a duras provas de esforço físico.

O caroço pode ser usado para produzir artesanato e adubo orgânico de excelente qualidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a apropriação indébita do nome da fruta do cupuaçu pela empresa japonesa tem gerado uma onda de protestos em toda a região amazônica. Várias instituições que atuam em defesa do patrimônio cultural dos povos da floresta, inclusive a Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas, não têm medido esforços no combate à biopirataria. O maior objetivo das entidades é que as autoridades brasileiras lutem perante a Organização Mundial do Comércio – OMC – e as Nações Unidas para definir, o mais rápido possível, uma legislação firme contra essa forma irregular de patenteamento da nossa biodiversidade. É importante lembrar que a Amazônia brasileira detém 20% da biodiversidade do mundo e esse imenso patrimônio não pode continuar sendo explorado em prejuízo do País e dos povos amazônicos, que são seus verdadeiros proprietários.

Sr. Presidente, complementando o que abordei em meu pronunciamento, trago uma notícia publicada por um jornal do Estado de Roraima que traz um fato inusitado, que passo a ler:

Suspeita de Pirataria é Averiguada

Os estudantes de Biologia Ryo Yamashita, 20, e Yuji Nakano, 29 – japoneses aparentemente insuspeitos – tentavam embarcar ontem pela agência dos Correios Central, via sedex, três caixas contendo sementes de espécies vegetais que compõem a biodiversidade amazônica. O destinatário: um suposto colecionador, residente na cidade de Okinawa, no Japão, que eles identificaram como Kazakami Takeshi.

Alertada pela reportagem da **Folha** para a possibilidade de prática de biopirataria, a direção da agência dos Correios resolveu reter a “mercadoria” para que seja examinada pelo Ibama – e pela Polícia Federal.

Sr. Presidente, o que chama a atenção é o uso dos Correios para remeter para o exterior, de maneira “legal”, produtos da nossa biodiversidade. E o mais interessante é que, coincidentemente, esses estudantes que vieram do Amazonas postaram essas sementes em Roraima e pagaram pela remessa apenas R\$175. Estão contrabandeando, fazendo biopirataria por intermédio de uma empresa pública brasileira. Já se parte para uma sofisticação.

Temos detectado com muita frequência na Amazônia que turistas que se dizem apenas apreciadores

da natureza descaminham produtos da nossa flora, das nossas plantas, ou da nossa fauna – animais, insetos etc. Agora usam os Correios, de maneira mais cômoda, de forma que eles possam ir e vir sem nenhum tipo de constrangimento já que os nossos Correios se encarregam de levar a mercadoria, cuja remessa é claramente ilegal. Nesse caso eram duas caixas com várias espécies de semente, a caixa maior com cerca de dez quilos.

Gostaria de pedir a transcrição desse artigo da **Folha de Boa Vista**, como parte do meu pronunciamento, para denunciar que a biopirataria no Brasil, em vez de estar sendo controlada, combatida de maneira eficaz, está sendo praticada de maneira aprimorada, por meio dos Correios.

Quero chamar a atenção da direção dos Correios e da Polícia Federal para esses casos, porque não se trata de violar correspondência ou encomenda de quem quer que seja, mas de estabelecer, no mínimo, em cada agência dos Correios, pelo menos as das capitais, o uso do aparelho de Raio X para detectar o conteúdo dessas remessas. No caso, o fato chamou a atenção porque dois estudantes japoneses estavam remetendo sementes para um pseudo colecionador no Japão.

Diante do que se denuncia a respeito do cupuaçu, do açaí, da andiroba e da copaíba, precisamos estar atentos para muitas outras plantas cujos efeitos medicinais ou cosméticos já são controlados pelas corporações financeiras internacionais. O Governo brasileiro precisa defender com mais garra o nosso patrimônio e exigir, nos fóruns internacionais apropriados, a reversão dessas medidas de patenteamento de coisas nossas para que, amanhã, não tenhamos que pagar **royalties**, por exemplo, para utilizar aqueles materiais dos quais nós somos, verdadeiramente, o grande banco dessa biodiversidade que existe na Amazônia e no Brasil como um todo.

Deixo aqui mais um alerta sobre a importância de cuidarmos melhor da Amazônia, do nosso patrimônio e de termos cada vez mais dignidade. Recentemente, fiz uma denúncia sobre a questão do avião francês que pousou em território brasileiro, exatamente na Amazônia. O Brasil precisa ter mais coragem de defender o seu território, a sua soberania e o seu patrimônio.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Senador Mozarildo Cavalcante**Documento a que se refere****Suspeita de biopirataria é averiguada**

DEB. VALÉRIO
Folha de Notícias

Os estudantes de Biologia Ryo Yamanishi, 20, e Yuji Nakano, 29 - japoneses aparentemente insuspeitos - tentavam embarcar ontem pela agência dos Correios Central, via sedex, três caixas contendo sementes de espécies vegetais que compõem a biodiversidade amazônica. O destinatário: um suposto colecionador, residente na cidade de Okinawa, no Japão, que eles identificaram como Kazakami Takeshi.

Amostras de duas sementes que foram embaladas nos Correios

Alertada pela reportagem da Folha para a possibilidade de prática de biopirataria, a direção da agência dos Correios resolveu reter a "mercadoria" para que seja examinada pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

"Vamos consultar os órgãos federais para sabermos os procedimentos a serem adotados", disse o gerente da agência Sebastião Postilho, que está no cargo há seis meses. Oriundo do Estado do Amazonas, ele disse considerar estranho o volume de sementes postado pelos japoneses.

As sementes, segundo contou Ryo Yamanishi, vieram de Manaus (AM), compradas de nativos. As mais exóticas custaram até R\$ 40,00. Entre os tipos embalados para serem postados, haviam sementes de sapucaia e jatobá. Questionados pela documentação liberando a remessa das sementes para o exterior, Yamanishi disse que não a possuía e que a falta da autorização não era problema.

Quando a Folha chegou aos correios, Yamanishi cuidava do acondicionamento das sementes em caixas de papelão. Num ritmo frenético, ele embalava o produto em papel jornal para depois acomodá-lo nas caixas. Em cada uma das embalagens as sementes eram cuidadosamente descritas em idioma japonês.

Depois de feita a postagem - a da caixa maior, com cerca de 10 quilos e custou R\$ 175,00 - Yamanishi e Yuji Nakano deixaram a agência dos Correios e tomaram um táxi-lotação, com destino ignorado. Antes, uma mulher, que assistia a tudo a certa distância e que não quis se identificar, conversou com os dois, perguntando se tinha dado tudo certo. Com a afirmação positiva, despediram-se e foram embora.

CORREIOS - Consultados pela Folha, os funcionários dos Correios que faziam a recepção da mercadoria nos guichês, admitiram desconfiar de contrabando de biodiversidade (biopirataria), mas, como não havia nenhuma recomendação da Delegacia Federal de Agricultura (DAF), órgão do Ministério da Agricultura ou do Ibama, mandando fiscalizar esse tipo de postagem, receberam a mercadoria normalmente.

A direção da agência dos Correios demonstrou surpresa ao ser informada pela Folha da operação feita por Yamanishi e Nakano. O chefe da agência, Sebastião Postilho, resolveu reter as caixas com as sementes para pedir que seja feita uma análise do material pelo Ibama ainda hoje. Os responsáveis pela postagem das sementes serão convocados para prestar esclarecimentos sobre a origem e o destino das sementes.

"Só vamos liberar a saída desse material daqui do Estado, quando tivermos a certeza de que não há nenhuma ilegalidade no envio dessas sementes. A princípio - e pelo

volume - parece algo destinado ao comércio", comentou Postilho. Ele disse, no entanto, não haver uma fiscalização rígida para evitar o embarque de sementes, porque os órgãos federais - DAF e Ibama - nunca enviaram nenhuma recomendação aos Correios para procederem dessa forma.

A Folha também procurou a DAF para saber da legalidade da remessa de sementes de plantas nativas da região para o exterior sem autorização. O corpo técnico do órgão disse que em muitos casos se faz necessário que o remetente das sementes tenha registro do Ministério da Agricultura, para que retire a certificação do material a ser remetido. "Não tendo certificação está irregular", afirmou o delegado da DAF Anastácio Levimar.

Eles alegaram ser difícil fiscalizar esse tipo de ação no Estado, devido à falta de um *colis-posteaux* (departamento responsável pela triagem de produtos para saber da legalidade da sua transferência de um lugar para outro). "A rigor, qualquer semente para sair do país precisaria passar pelo menos por uma fiscalização fitossanitária para não comprometer o país destino", observou.

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conforme acertado com os Srs. Líderes, convido a Senadora Serys Slhessarenko para fazer uso da palavra como Senadora inscrita.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tratarei de dois assuntos.

Primeiro, gostaria de falar sobre a reforma do Poder Judiciário, hoje discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que acredito ser dos temas mais relevantes.

Estão em tramitação as reformas da Previdência e a tributária e, em breve, com certeza, a reforma Partidária. A reforma do Judiciário precisa ser debatida não só em audiência pública, como foi hoje, de forma bastante interessante, mas também no plenário. Precisamos começar a ouvir as Sr^{as} e os Srs. Senadores e definir os pontos que devemos realmente discutir para construirmos a melhor reforma para o Poder Judiciário, que já tramita há dez anos e que precisa chegar a bom termo.

Como estamos em época de discutir reformas, precisamos também fazê-lo com relação ao Judiciário. Eu diria que a reforma do Judiciário é uma luta histórica da Ordem dos Advogados do Brasil, que entende que aquele Poder, além de ter um órgão nacional de planejamento que trace, no plano administrativo e funcional, diretrizes gerais a serem seguidas por todos os seus órgãos, deve contar também com um órgão nacional autônomo forte que exerça o controle disciplinar dos magistrados. Esse órgão, para ter independência e não ser contaminado pelo chamado espírito de corpo – espírito esse que, aliás, não deve contaminar nenhum dos Poderes –, deve ter a pre-

sença de pessoas estranhas ao Poder Judiciário. A ele seria dado o direito não só de punir com penas mais brandas, como advertência e censura, mas também, em casos graves, determinar a disponibilidade e até mesmo a demissão do magistrado.

Quanto à PEC nº 29/2000, conhecida como a reforma do Poder Judiciário, não merece elogios num ponto. O relatório da Câmara previa um conselho composto por 15 membros, sendo 9 do Judiciário e 6 de fora: 2 advogados; 2 do Ministério Público e 2 cidadãos indicados pelo Congresso. Ou seja, segundo proposta do ex-Senador Bernardo Cabral, esse conselho já estaria reduzido a 11 membros.

Não nos parece razoável e nem condiz com as propostas já aprovadas no Conselho Federal a redução feita pelo Relator, especialmente retirando os representantes do Ministério Público.

A OAB luta para que sejam incluídos novamente os membros do Ministério Público e também outros operadores do Direito, tais como os defensores públicos.

Teríamos outras questões a serem discutidas, como por exemplo a da quarentena após a aposentadoria do Magistrado. A OAB sempre apoiou a idéia de que se deveria impor aos magistrados que se afastam de suas funções, seja por aposentadoria ou exoneração, um período de abstenção quanto à prática da Advocacia. Esse período foi estabelecido inicialmente na Lei nº 4.215/63, o Estatuto da OAB, em dois anos. É discutível. Acredito que nós, Senadoras e Senadores, teremos que aprofundar a discussão desse item.

Temos outro item, qual seja, a vedação da nomeação de parentes para o Judiciário. O nepotismo é problema grave em todos os Poderes – no Legislativo, no Executivo e no Judiciário. É uma questão de mora-

lidade. Nos Três Poderes, precisamos extinguir o nepotismo. Não à contratação de parentes em qualquer um dos Poderes!

Fui Deputada Estadual por três mandatos em Mato Grosso, meu Estado. Nas três legislaturas, entrei com um projeto pelo fim do nepotismo nos três Poderes. Infelizmente, nunca consegui aprová-los. Não sei que história é essa de as pessoas se estabelecerem em um Poder para contratarem parentes, aglutinados nos cargos. Deixo muito claro que sou radicalmente contra o nepotismo. Por isso, falo em vedação da nomeação de parentes no Judiciário. E antes que alguém do Judiciário diga que somos contra o nepotismo naquele Poder mas que ele existe aqui e no Executivo, digo que existe sim, mas que sou favorável ao fim dele. Vou lutar, durante meus oito anos no Senado da República, pelo fim do nepotismo nos três Poderes. Esse é um dos itens que deve ser debatido e extinto do Judiciário.

Dentre os muitos itens que temos para discutir está a questão da quarentena de entrada. Como existe a quarentena de saída para os magistrados, teríamos também uma quarentena de entrada. Não vamos entrar nessa discussão agora em função do nosso compromisso, apesar de dispormos de 50 minutos. Vou restringir a minha fala a 20 minutos, para viabilizar a participação de outros Srs. Senadores. Peço ao Sr. Presidente que me avise quando faltarem 5 minutos. Creio ser importante que eu restrinja a minha fala, para que outros Senadores possam usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª pede quanto tempo? V. Exª dispõe de 50 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço-lhe muito. Sem dúvida, a Casa ficará satisfeita com sua atitude.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Creio que o processo democrático precisa franquear o uso da palavra ao maior número possível de Senadores. Por isso, vou restringir-me. Peço ao Sr. Presidente que me avise quando faltarem 5 minutos.

Uma outra questão precisa ser tratada: a composição dos TREs. E há outros itens a serem discutidos, como aquele que diz respeito aos precatórios.

Como foi feito hoje na CCJ, na audiência pública, aprofundaremos a discussão do assunto neste plenário, porque daqui sairá a decisão, pelo voto, da nova proposta para o Judiciário.

Concedo um aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Exª falou muito bem a respeito do controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público porque os dois...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador, por favor, ligue o microfone.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Repetirei, Senador. Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço som para o microfone do Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador, por favor, mude de lugar.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senadora, ouvi atentamente o seu discurso quanto ao controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público. Concorde com V. Exª. Não podemos conceber um órgão de controle externo formado em sua maioria por juízes e promotores. O objetivo é um controle social não do julgamento, não do parecer do promotor, não das suas demandas. Isso é natural. Promotor é promotor e continuará sendo, e continuará a ter liberdade para atuar; e o Poder Judiciário continuará tendo liberdade para julgar. São aquelas, digamos, incorreções que há no Poder Judiciário e que o Ministério Público não está livre de ter. Por exemplo, em Goiás, quando seria anunciado o nome escolhido para Presidente do TRE, que pela tradição seria o desembargador mais antigo, na véspera esse anunciou que iria cumprir a lei do nepotismo. Portanto, colocaria na rua os parentes dos desembargadores que ali estavam. Na véspera, fizeram uma chicana e empossaram um outro desembargador mais jovem. Não há corregedoria que consiga resolver esses problemas; só quem pode é um órgão do controle externo do Poder Judiciário. Imaginem se esse órgão tiver por maioria juízes e promotores, sem nenhuma desconfiança sobre a probidade deles. Mas esse órgão precisa realmente estar vinculado à sociedade. Daí por que temos que lutar. Farei essa sugestão ao nosso nobre Relator José Jorge, porque parece-me que é pacífico que todos aceitem que o Poder Judiciário deva ser controlado, mas não por juízes e promotores; senão não será controle externo e sim controle interno. Daí a minha concordância com V. Exª.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Exato. Como eu disse, eu falaria sobre dois temas hoje.

O outro tema é aquele sobre o qual venho falando todos os dias, quando tenho oportunidade de usar da palavra. Hoje, infelizmente, parece que há algo novo a esse respeito, o que está me deixando extre-

mamente contrariada. Trata-se da Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico). Já me disseram que só sei falar desse assunto, mas me comprometi tratar dessa questão até dezembro. Todas as vezes que assomar a tribuna falarei a respeito da Cide, porque é insuportável a situação das estradas. O dinheiro está posto, está aí, está recolhido e estamos sem estradas.

Assustou-me, Sr. Presidente, uma notícia que ouvi nas rádios – e tenho um trecho aqui de uma das notícias. Ainda não li nos jornais e ainda não vi nas televisões, mas já ouvi nas rádios. Espero que isso que ouvi nas rádios não se concretize.

Sras e Srs. Senadores, nós temos acompanhado a discussão dos Governadores com o Presidente da República, pedindo um percentual da Cide para os Estados de em torno de 25%. Mas essa é uma discussão separada. Acredito que isso possa acontecer. A descentralização, do meu ponto de vista, é sempre interessante, mas também tem que ser amarrada, como ocorreu com a Cide, que, na criação, foram vinculados 75% dos recursos para conservação, restauração e construção de estradas federais. Então, que se amarre também para os Estados; senão, esse dinheiro se diluirá e ninguém saberá para onde irá.

Essa é outra discussão a respeito da qual não quero me pronunciar agora. O que ouvi nas rádios foi que o Ministro Guido Mantega admitiu a possibilidade de aumento da alíquota da Cide, Sras e Srs. Senadores, dos recursos que seriam utilizados na construção de rodovias e ferrovias. A medida faria parte do acordo com os Governadores na reforma tributária. Isso é um absurdo! Essa contribuição foi criada com vinculação determinada e agora, se for tomada esta decisão – que ainda não sei se é formal – do repasse dos 25% para os Estados, cogita-se, parece-me, o aumento da Cide, contribuição que foi criada para restauração, conservação e construção de estradas federais.

As estradas estão totalmente destruídas e o dinheiro foi recolhido. Temos R\$10 bilhões e, até o final do ano, a previsão é de R\$12 bilhões. E o dinheiro está guardado – deve estar fazendo superávit primário. Agora, cogita-se passar 25% para os Estados. Nada contra o repasse, desde que se determine o vínculo com obras de infra-estrutura nos Estados, principalmente estradas. Contudo, espero que não se cogite em aumentar a contribuição, porque repassar para os Estados e aumentar a contribuição, isso não faz sentido. Essa contribuição foi criada com finalidade determinada, para o Governo Federal restaurar, conservar e construir estradas federais.

Se repassarem 25% para os Estados, que não se aumente a contribuição. Ao contrário, se na regulamentação feita para a Cide ficou determinado 75% para a conservação, restauração e construção de rodovias e ferrovias etc, se for muito esse percentual, que na próxima regulamentação, na derrubada do veto, que se faça nova regulamentação ou que se faça uma medida provisória. Enfim, que se destinem recursos também para as estradas federais! Com o repasse de 25% para os Estados, com esses recursos os Governadores com certeza vão conservar as estradas estaduais.

Assim, espero que o nosso Presidente da República, o Presidente Lula, o Presidente Lula, que é do meu Partido, destine por medida provisória já 25% para a restauração das estradas federais.

Em Mato Grosso a situação é insustentável. Vai começar a chover em 40 ou 50 dias, e não há mais como se utilizar as estradas, principalmente a BR 163; a BR 070 apresenta um trecho difícil também; assim como a BR 364 e a BR 158 também apresentam dificuldades. Isso para falar apenas de Mato Grosso.

Portanto, deixo aqui um apelo e a esperança de que esse comentário que ouvi das rádios não se concretize, que não venha aumento da Cide, porque chega de o contribuinte pagar.

Precisamos, sim, utilizar esse dinheiro da Cide que já está arrecadado e tudo o mais que vier a ser arrecadado para a finalidade para a qual foi criada essa contribuição. Se isso acontecer, Sr. Presidente, prometo que nunca mais falarei em estrada aqui, muito menos em Cide. Todos olham para mim e perguntam o que é essa Cide? Já estão cansados de me ouvir falar nisso.

Mas estou querendo mudar de assunto!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora, os 20 minutos de V. Ex^a se completaram. Pode continuar mais uns três minutos, porque eu acho que é um direito, já que V. Ex^a está abrindo mão de mais de 30 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, muito obrigada. Farei uso de apenas mais um minuto. Somente direi que temos que começar a taxar, sim, as grandes fortunas. Quero começar a falar nisso! Chega de falar em Cide! Chega de falar em estrada! Vamos começar a falar em taxar as grandes fortunas, em dar um basta nos lucros exacerbados dos bancos. Quero começar esse discurso aqui, sim, e falar de outros assuntos. Quero deixar de ser impertinente quanto às estradas e quanto à Cide, que precisa ser destinada para a restauração, conser-

vação e construção de estradas. Quero parar de falar nisso. Quero falar de outros assuntos, sim, como da reforma do Poder Judiciário, de que já falei hoje, da taxa das grandes fortunas – é fundamental, imprescindível, falarmos disso –, como quero também falar em como realmente se controlar esses lucros exacerbados dos bancos em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Senadora.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive hoje numa reunião, para mim, muito importante e promissora, relacionada com a instalação do Grupo Parlamentar de Apoio aos Municípios, presidido pelo Senador Ney Suassuna.

No evento da sua instalação compareceram lideranças municipais de todo o Brasil. A tônica dos debates que se travaram logo após a instalação desse grupo parlamentar se deu com a discussão da queda da arrecadação dos municípios, do enfraquecimento financeiro das comunas em todo o Brasil e, conseqüentemente, de uma perspectiva de melhoria da arrecadação municipal, do crescimento econômico, da redução das taxas de juros, enfim, da reforma tributária que estamos a discutir no Congresso Nacional, que começou pela Câmara e que, dentro em breve, estará tramitando aqui no Senado Federal.

Por enquanto, somos 42 Senadores, o que já significa a maioria do Senado Federal apoiando os Municípios brasileiros que se encontram em situação vexatória, com as suas receitas mal dando para a sustentabilidade da ação administrativa dos Municípios, da saúde, da educação, da limpeza pública. Afinal, todas essas ações, que são imprescindíveis ao bem-estar de uma coletividade do interior, estão sendo prejudicadas pela queda descomunal das receitas dos Municípios.

Desde 1967, com a aprovação, durante o regime discricionário, da Carta Constitucional, que os Municípios, em substituição às famosas quotas de participação, começaram a fortalecer as suas finanças. Isso de 1967 a 1969. Com a edição do Ato Institucional nº 5, uma verdadeira tragédia se abateu sobre os Municípios, porque o então Presidente Costa e Silva, na calada da noite – eu era Prefeito de um Município do interior –, reduziu a 50% o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, deixando aos ad-

ministradores dos Estados e dos Municípios a situação constrangedora de não terem os recursos essenciais de que dispunham para a execução de serviços em favor da população, notadamente das obras que foram projetadas em função dos recursos que recebíamos.

Concedo um aparte ao nobre Senador Ney Suassuna, Presidente do Grupo Parlamentar em Defesa dos Municípios.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quero parabenizar V. Ex^a, primeiramente, por fazer parte da frente e mostrar que aqui no Senado nós nos preocupamos com os entes federados, sendo os Municípios mais numerosos e onde as pessoas vivem. Quero dizer, complementando o que tão bem disse V. Ex^a, é que vamos ter pela frente muita pedra para quebrar. Porque, por exemplo, os Municípios passaram a ser cobrados pelo INSS, e antes não havia essa pressão. Hoje, eles pagam 9% do atrasado, porque se devia isso pelo atraso; mas se paga o do mês também, como é de direito. Então, só aí já são 20%. Agora, os precatórios, nobre Senador. Há Municípios que estão pagando 40% da arrecadação sobre precatório. E hoje ouvi, como deve ter ouvido V. Ex^a, estarrecido, um prefeito dizer que foi apanhar o Fundo de Participação dele e viu que estava devendo. Não só não recebeu nada no mês como ainda estava devendo para o mês seguinte. Sacaram todo o seu dinheiro, porque a Justiça tem esse poder de mandar bloquear o dinheiro e fazer o pagamento. Então, a situação dos Municípios é periclitante. Não estamos contra o Governo Federal, porque não é sua culpa. Isso é uma ação cumulativa. Somos parcialmente responsáveis, porque permitimos que isso ocorresse, que essas retiradas fossem feitas com outro rótulo, para não cair na “cumbuca” que divide para os Estados e os Municípios. Parabéns! Juntos, vamos trabalhar para defender nossos Municípios. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Comecei minha vida política como Prefeito, e não poderia ser diferente. Senti na minha própria pele a redução do Fundo de Participação dos Municípios. Depois, ele foi um pouco recomposto. Mas, nos últimos anos, sofreu uma queda acentuada. Hoje, a participação dos Municípios no bolo tributário nacional está reduzida a perto de 16%.

A nossa intenção, com a sua participação e com a de tantos outros que aqui trabalham em favor dos Municípios, como o Senador Efraim Morais, é que os Municípios tenham a sua arrecadação aumentada,

não em função do aumento dos impostos, mas de uma distribuição equitativa desses recursos, porque as responsabilidades municipais são enormes e têm crescido nos últimos anos.

O Senador Efraim Morais apresentou uma proposta de emenda constitucional que merece a consideração desta Casa. Ela dispõe sobre os precatórios. Vou votar favoravelmente a ela. O percentual máximo permitido para o pagamento dos precatórios seria de 2%. Pode ser até que o percentual não seja o ideal. Entretanto, somente a idéia da apresentação dessa proposta, limitando o pagamento de precatórios pelos prefeitos, que recebem de outras administrações os cofres combalidos, em situação deplorável, já é importante. É justo que os administradores não sejam penalizados com uma carga tão alta de precatórios em todo o Brasil. E V. Ex^a é testemunha disso.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, quero parabenizá-lo por trazer mais uma vez esse discurso a esta Casa. V. Ex^a é um dos Senadores que mais tem defendido a questão dos Municípios. Realmente V. Ex^a é um municipalista nato e sabe, acima de tudo, das dificuldades que atravessam os Municípios brasileiros. Eu fiz um pronunciamento hoje também sobre esta matéria e tive oportunidade de dizer que, da mesma forma que está sendo proporcionado aos Estados, já estamos antevedendo que o Governo terá que discutir com os Prefeitos e com os Senadores e Senadoras, para que possamos obter maior participação dos Municípios brasileiros na receita da União, seja na questão da Cide, da CPMF, da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e da Cofins. Precisamos encontrar um caminho para ajudar os Municípios, porque a ninguém interessa a quebradeira. Sabemos que os Municípios recebem o primeiro impacto. Temos certeza de que o Governo precisa aproximar os recursos do controle da população, e a única forma de fazê-lo é repassar os recursos para os Municípios. Parabenizo V. Ex^a e o Senador Ney Suassuna pela iniciativa da Frente Municipalista. Em relação à emenda constitucional de nossa autoria, que, na próxima semana, será votada em primeiro turno no plenário, limitamos em 2% a questão dos precatórios. Se exceder, pagaremos a dívida de forma parcelada, em 60 vezes, o que significa dizer que, pelo menos agora, serão pagos os precatórios. Ninguém está prejudicando quem tem precatório a receber. Pelo contrário, estamos encontrando uma forma de pagamento sem onerar os Municípios, os Estados e a União. Senador Antonio

Carlos Valadares, cumprimento V. Ex^a pelo brilhante discurso que faz nesta tarde.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Efraim Morais, agradeço a V. Ex^a o aparte e a participação neste debate tão importante e necessário para o desenvolvimento do municipalismo brasileiro.

O Sr. João Alberto Souza (PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador João Alberto Souza, ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. João Alberto Souza (PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, ouço V. Ex^a, que traz um tema muito importante para o debate nesta Casa. Também já fui Prefeito. Assim como o Senador Efraim Morais, creio que os precatórios não são realmente o vilão da história, pois representam dívidas que evidentemente devem ser pagas. No entanto, é preciso que, nesta Nação, as Prefeituras sejam inseridas no pacto federativo. Atualmente, percebo que o Presidente da República preocupa-se muito com a participação dos Governadores nas reformas. Porém, não ouvi ninguém falar nos Prefeitos do nosso País. Os Governadores estão numa situação difícil, mas os Municípios talvez estejam numa situação ainda mais difícil do que a dos Estados. Reconheço também a situação da Nação. Nenhum projeto chega a esta Casa a não ser que alavanque ou aumente a cobrança de impostos. Também faço parte do grupo de Senadores que assinaram a defesa dos Prefeitos, tão bem coordenados pelo querido amigo Senador Ney Suassuna. Espero apenas que, nesse pacto federativo que melhora a situação das Prefeituras, não aumentem a carga tributária do País. Defendo que a CPMF seja repassada também para os Municípios. Recentemente ouvi um Ministro dizer numa palestra que a situação das Prefeituras melhorou e que o ISS passará a ser cobrado a partir do ano que vem. Entretanto, lembro que a medida não beneficiará os pequenos Municípios principalmente do Norte e Nordeste. Parabenizo V. Ex^a por trazer a debate esse tema. O Congresso Nacional, principalmente o Senado Federal, deve aprofundar a discussão dessa questão, visando minorar as dificuldades dos Municípios brasileiros, enquanto se pode fazê-lo. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador João Alberto Souza, em contato com alguns Prefeitos que compareceram à reunião de instalação da Frente Parlamentar, verifi-

quei que alguns Municípios não só de São Paulo, mas também de Roraima, Rondônia e do Nordeste estão praticamente fechando as portas diante do impacto da queda da arrecadação. Na verdade, quando a reforma Tributária chegar a esta Casa, discutiremos este assunto em profundidade e haveremos de fazer uma distribuição, como eu disse, eqüitativa, de tal modo que não só os Estados, mas também os Municípios, tenham participação na arrecadação da CPMF e da Cide, uma vez que estamos assistindo, como V. Ex^a se referiu, a uma luta dos Governadores – que considero justa – para participarem do bolo tributário. Mas há quase o esquecimento de que, atrás dos Estados, existem os Municípios, sem os quais não pode existir um Estado definido nesta Nação.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, serei bastante sucinto, porque não quero mais tomar o tempo de V. Ex^a. Desejo apenas prestar minha solidariedade tanto à Frente Parlamentar que foi criada e que tem à frente o Senador Ney Suassuna, como a V. Ex^a, em cujo discurso mostra, com muita propriedade, a difícil situação dos Municípios. Os Municípios do meu Estado estão se incorporando aos de todo o País por meio de uma federação, para que tenhamos, na reforma tributária, a oportunidade de fazer justiça a todos eles, diante dos encargos que foram, paulatinamente, sendo herdados. Presto, portanto, integral solidariedade a V. Ex^a em virtude de seu discurso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex^a foi um Governador voltado para o fortalecimento das comunas do Estado do Rio Grande do Norte e fez uma administração voltada, essencialmente, para o desenvolvimento do interior do Estado e da capital também, de sorte que seu aparte fortalece, sem dúvida, as idéias consubstanciadas no meu discurso.

Eu iria fazer um discurso sobre o Imposto de Renda, mas deixarei para outra oportunidade, em homenagem ao Senador Fernando Bezerra que deseja falar, uma vez que amanhã S. Ex^a fará uma viagem. O Senador quer prestar uma homenagem a Dinarte Mariz, um grande político do Rio Grande do Norte e do Nordeste, que também merece as homenagens dos sergipanos, por tudo que fez por nossa região.

Antes, porém, Senador Fernando Bezerra, eu queria deixar uma posição bastante clara. Há uma tentativa do Governo – que considero correta do ponto de vista político – de fazer o Senado debruçar-se

sobre a reforma Tributária e receber a reforma da Previdência como vem da Câmara, para que entre imediatamente em vigor. Segundo a pretensão do Governo, nós não discutiríamos em profundidade o que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em termos de Previdência. Entretanto, quero deixar bem claro que o Partido Socialista Brasileiro, no Senado Federal, não se compromete em não discutir em profundidade a reforma da Previdência, porque se trata de uma matéria da mais alta magnitude para o futuro do nosso País, que envolve os mais diversos interesses. Os funcionários públicos, que participaram e participam do desenvolvimento nacional, não podem ser considerados, de forma alguma, responsáveis por todas as mazelas da administração pública estadual.

Quero discutir em profundidade a questão inclusive para provar que o Senado Federal ou a Câmara dos Deputados não tem relação alguma com certas propostas que estão inseridas na reforma da Previdência e que são responsabilidade exclusiva dos Governadores e das Assembléias Legislativas assim como dos Prefeitos e das Câmaras Municipais.

Estaremos, Sr. Presidente, se continuarmos com essa idéia de não discutirmos em profundidade a reforma da Previdência no Senado Federal, invadindo a autonomia dos Estados, dos Municípios e tornando o Estado federal brasileiro um Estado unitário, e não é isso que queremos. Pretendemos, sim, descentralizar as ações não só administrativas, mas também as responsabilidades políticas.

Dou-me muito bem com os Governadores, à exceção dos que não conheço. Não tenho nada contra Governador. Já fui um deles, mas na época assumi a minha responsabilidade e entendo que devem, nesse momento, não esperar que os Senadores e Deputados Federais aprovelem o que uma assembléia ou câmara de vereadores deve aprovar.

Não somos uma Assembléia Legislativa e não estou atingindo Deputados Estaduais; não somos uma Câmara de Vereadores e não estou atingindo os Vereadores, mas estou em sua defesa, pois devem ser ouvidos com relação à reforma previdenciária que vai, sem dúvida alguma, repercutir na vida de suas comunidades.

Essa é a posição do Líder do PSB nesta Casa. Vamos discutir a forma como deve ser aprovada no Senado Federal. Quero votar, mas convencido de que ela é realmente benéfica para o Brasil, para o futuro do nosso País, sem tirar, indubitavelmente, a autonomia dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra e, em seguida, ao Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Aelton Freitas.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero trazer meu agradecimento ao Senador Antonio Carlos Valadares pela gentileza de ter-me cedido o espaço para que, neste instante, eu possa fazer uma saudação ao centenário do saudoso Senador Dinarte Mariz.

Esta Casa, Sr. Presidente, realizará amanhã sessão especial comemorativa do centenário de nascimento do inesquecível Senador Dinarte de Medeiros Mariz, acolhendo proposição subscrita pela Bancada do meu Estado. Entretanto, problema de saúde impede-me de estar presente à merecida e oportuna homenagem, motivo que me faz antecipar as palavras que eu gostaria de pronunciar naquela ocasião.

Dinarte Mariz foi com certeza para a geração a que pertencemos uma das mais emblemáticas e singulares figuras de homem público. Para mim, sua dimensão assume maior proporção memorial, pois nasci e fui criado no agreste potiguar, terra de transição para o vizinho Seridó, e oriundo de família com atividades predominantes no comércio e no cultivo do algodão. Os meus ascendentes diretos – pai, tios e avós – também foram fundadores e dirigentes do velho PSD. Dinarte, por sinal, exercia as mesmas atividades empresariais e fundara e liderava a temida adversária, a UDN. Era, assim, o ícone do antagonismo.

Não é difícil, portanto, Sr. Presidente, imaginar a força da presença invisível de Dinarte Mariz no meu ambiente familiar e, a partir daí, na minha trajetória de vida do menino a adulto, evoluir para avaliação isenta do homem e das circunstâncias sociais e políticas que marcaram seu tempo, tornando-o uma das figuras-símbolo do meu respeito e da mais profunda admiração.

Sinto-me privilegiado por estar hoje nesta tribuna tantas vezes ocupada por ele para homenageá-lo e sei que o faço em nome dos meus ascendentes, que, com Dinarte, por muitas décadas, mesmo em trincheiras opostas, travaram o bom combate na busca daquilo que consideravam o melhor para a sua terra e para a sua gente.

Sr. Presidente, Dinarte, agricultor, pecuarista, minerador, comerciante, industrial, exerceu com sucesso múltiplas atividades empresariais, lançando-se desde cedo no mundo dos negócios, movido que era

por excepcional tino comercial. Foi um gerador de riqueza e de empregos, com seus negócios espalhados por vários Estados. No entanto, a sua grande paixão e prodigiosa vocação foi a política, que exerceu com prazer, abnegação, altruísmo, força, coragem, desprendimento e sacrifícios.

Ele próprio definia-se como “um irredento, um irrequieto, uma corrente que não pára de correr, um vento que não pára de soprar, um eterno conspirador contra a inércia, o conformismo, a estagnação e o imobilismo”. O homem político se auto-reconhecia, ao dizer que começara a fazer política no ventre da mãe.

Para compreender Dinarte Mariz, é preciso um mergulho, mesmo rápido, na sua história. Nasceu na Cidade de Serra Negra, nos confins do Seridó, no espaço onde ninguém sabe ao certo onde termina o Rio Grande do Norte e começa a Paraíba, a sua Paraíba, Senador Ney Suassuna, dadas as suas similaridades fisiográficas, humanas e culturais.

O berço familiar explica a sua predestinação para a política, pois era filho e neto de proeminentes líderes. O seu avô paterno foi a figura ímpar do Coronel José Bernardo de Medeiros, duas vezes Presidente da Província do Rio Grande do Norte, Constituinte em 1891, Senador da República, de 1890 a 1907, e grande chefe liberal do meu Estado. O primeiro livro que Dinarte leu foi os **Anais do Senado**, que o avô levava para casa, e, menino, escondido, ficava com as mãos em concha nas orelhas, ouvindo as conversas do avô e do pai com as constantes visitas nos alpendres acolhedores da fazenda Solidão. O aprendizado político caminhava à frente da tabuada e da matemática.

O chão onde nasceu explica, por outro lado, o seu determinismo de servir. O Seridó é a microrregião mais árida do semi-árido nordestino, com o embasamento cristalino aflorante; com a agricultura de subsistência reduzida à várzea estreita dos rios esquilados e com a agricultura comercial limitada ao xerófilo algodão Mocó, que também alimentava o gado – a outra vertente econômica – depois da colheita. Isso, quando chovia.

Se a terra e o clima não eram pródigos, Deus compensou mandando para enfrentá-los um povo forte e determinado e que, para sua sobrevivência, construiu uma peculiar e diferenciada identidade cultural e econômica em que se sobressai um profundo espírito de solidariedade.

Esse traço cultural foi dogma para Dinarte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Fernando Bezerra, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Concedo o aparte ao nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Solidarizo-me com V. Ex^a por essa louvação que faz ao nobre Senador Dinarte Mariz, por quem sempre tive uma admiração muito grande. Morei no Rio Grande do Norte, na cidade de Patu, ao lado de Almino Afonso e Pau dos Ferros, e lembro, como hoje, o tratamento carinhoso que ele tinha com meu pai. Ele sempre tratava-o como primo, porque meu pai era Maia por parte de mãe e, portanto, Mariz. Mas que cabeça e que altivez! Para aquele tempo e para aquelas dificuldades, que vislumbre tinha aquele homem! V. Ex^a, ao prestar essa homenagem, faz justiça a um homem cuja personalidade buliçosa, ousada, capaz e eficaz nunca conseguiremos definir.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, e acolho o seu aparte como homenagem ao Rio Grande do Norte na figura inesquecível de Dinarte Mariz.

Dizia que esse traço cultural foi dogma para Dinarte. Em uma das suas últimas entrevistas, perguntado sobre o que tinha sido na vida, Dinarte prontamente respondeu: “Fui um homem solidário”.

Esse homem era, portanto, a própria terra seridoense, na sua força telúrica, e a encarnação do espírito de solidariedade, na força da doação desinteressada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não pretendo esgotar o tema, por ser uma tarefa impossível. Pincei da história de Dinarte apenas alguns fatos e episódios que revelam com nitidez a sua personalidade de político e homem público.

Começo por Caicó, a pátria das suas emoções. Quando Prefeito, sabendo que o Ministro da Viação, o grande José Américo de Almeida, visitaria o Município em plena seca, convocou os retirantes que, de mãos estendidas, enchiam as ruas da cidade. Distribuiu pás, enxadas e picaretas e mandou iniciar a construção do açude Itans, obra fundamental para o abastecimento de Caicó, reclamada desde o Império e sempre adiada pelo Governo Federal. Chegando a Caicó, vendo aquela multidão esquelética a trabalhar na obra, o Ministro José Américo oficializou de pronto a construção, mesmo contra o parecer de técnicos do Dnocs, e o Itans foi concluído, mitigando a sede de gerações e criando novos meios de vida com a piscicultura e a irrigação, em pleno sertão.

Como Governador, a sua mais importante obra foi certamente na área educacional. Embora tivesse

concluído formalmente apenas o curso primário, conduzia um largo cabedal de conhecimentos literários e humanistas e se dizia formado pela “universidade da vida”. Reconhecia na educação a chave para o progresso social. São suas estas palavras: “Só na educação uma Nação encontrará caminhos para a solução dos seus problemas e felicidade de seu povo”.

E assim fez como Governador, ao criar a Universidade do Rio Grande do Norte, depois federalizada, e construir modernos centros educacionais em Mossoró e Caicó, dotados dos mais avançados recursos pedagógicos da época. Era seu Secretário de Educação o Dr. Tarcísio Maia, pai do Senador José Agripino, a quem também rendo as minhas homenagens.

Outra importante iniciativa de Dinarte Mariz como Governador foi a pioneira concessão de incentivos fiscais, como mecanismo para atrair a implantação de indústrias. A isenção do IVC de então seria trocada por empregos e geraria renda, compensando de forma indireta a perda direta da receita tributária. Ele dizia que ninguém perdia o que não tinha. Se não tinha fábrica, não se estaria perdendo nada. Um dos mais sólidos grupos empresariais do Brasil de hoje começou no Rio Grande do Norte, em 1956, com a isenção fiscal concedida por Dinarte Mariz. Refiro-me ao grupo Guararapes, hoje liderado por Nevaldo Rocha.

Como idealista, foi conspirador e revolucionário em defesa dos princípios que julgava corretos. Em 1930, posicionou-se ao lado de Getúlio Vargas, pela derrubada da oligarquia que dominava o País; em 1932, combateu Getúlio, alinhando-se a São Paulo pela prometida e não cumprida Constituição e seguiu para aquele Estado com cerca de 150 voluntários seridoenses, sendo preso e recolhido a quartéis no Rio de Janeiro; em 1935, enfrentou os revolucionários comunistas que tomaram Natal chegando ao choque armado; em 1964, estava ao lado dos militares e civis que derrubaram o Presidente João Goulart.

Sr. Presidente, um homem destemido, convicto dos seus ideais e que por eles arriscava a própria vida. Não era, contudo, radical ou vingativo. Ao contrário. O espírito nato de solidariedade sempre emergia e, depois das refregas, quando procurado, ajudava sem restrições àqueles que combatera. São numerosos os exemplos de conterrâneos que foram socorridos por Dinarte após 1935 e durante o período de obscurantismo que pairou sobre a democracia brasileira depois de 1964.

Como Senador da República, o que se pode dizer é que esta Casa está impregnada da presença de Dinarte Mariz. Aqui, exerceu quatro mandatos, foi

Vice-Presidente, quatro vezes 1º Secretário e membro atuante de numerosas

Comissões, inclusive da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste, a conhecida Cocene, que deu base a muitas decisões federais importantes sobre a política do desenvolvimento regional.

Uma das alas deste prédio que nos abriga tem o seu nome em imorredoura homenagem dos seus pares e desta Casa, que simboliza a união federativa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, homem de visão universal, preocupava-se com a inserção altaneira do Brasil no cenário mundial. Os atuais debates sobre a Alca mostram a sua acuidade e capacidade analítica, ao preconizar que o Brasil sempre deveria procurar estreitar a sua amizade com os Estados Unidos, embora não devesse aceitar as suas pretensões hegemônicas. A relação teria que ser de parceria, tema esse de absoluta atualidade.

A formação de novas lideranças para a condução dos negócios públicos era outra de suas grandes preocupações. Convivi um pouco com Dinarte Mariz quando ele procurou atrair-me, como também Geraldo José de Melo e outros jovens para a vida pública, com o objetivo de criar novas opções e novas alternativas políticas para o meu Estado. Não éramos seus afilhados, até porque alguns – como eu – não tinham afinidades partidárias ou ideológicas. Mas ele via em alguns de nós a potencialidade da vocação no servir e queria atrair-nos e estimular-nos para a causa do bem comum. E, nesse caso, recorro ao chavão usado nas campanhas políticas de Dinarte, para confirmar que “O velho tinha razão”.

Sei que amanhã outros oradores – certamente daqui desta tribuna falarão os Senadores José Agripino e Garibaldi Alves Filho – mais capazes e com maior proficiência abordarão melhor do que eu a rica personalidade de Dinarte Medeiros Mariz, que não foi somente político e empresário. Loquaz, espirituoso, elegante, dominava com a palavra fácil e a verve sertaneja as rodas de jornalistas, os ambientes literários e as conversas com os amigos.

Muito ainda será pesquisado, escrito e falado sobre esse seridoense “fibra longa” que, no exercício de uma liderança incontestada, se tornou o retrato fiel do homem público carismático e messiânico.

Sr. Presidente, quero pedir permissão para encerrar este meu pronunciamento com a leitura de um belo texto do livro do nosso Presidente José Sarney.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Pois não, Senador Marco Maciel, com muita honra.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Eu gostaria de louvar a iniciativa de V. Ex^a de render homenagem merecida ao Senador Dinarte Mariz. Amanhã também nos aprestamos para dar seqüência a essas manifestações. Conheci o Senador Dinarte Mariz e posso subscrever as observações que V. Ex^a faz a esse notável homem público nordestino, um nome de projeção nacional. Ele conhecia como poucos os problemas do Nordeste, sabia como resolvê-los, conforme salientou V. Ex^a ao lembrar seu trabalho na Cocene. Era um homem de visão muito dilatada do Brasil. Dessa forma, ele contribuiu, para que pudéssemos enfrentar e resolver muitas das questões que dizem respeito ao desenvolvimento do País. Congratulo-me, portanto, com V. Ex^a pelo discurso que profere nesta tarde, associando-me à justa homenagem ao Senador Dinarte Mariz, um modelo de cidadão e empresário, mas, sobretudo, como V. Ex^a salientou, de político. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Agradeço V. Ex^a, Senador Marco Maciel, por associar-se a esta homenagem que presto, hoje, a esse grande norte-rio-grandense que foi Dinarte Mariz. Com certeza o faço em nome do povo do Rio Grande do Norte. Honra-me muito que V. Ex^a tenha me apartado nesta homenagem, sendo V. Ex^a um dos homens mais ilustres desta Casa e que teve o privilégio da convivência com o Senador Dinarte Mariz.

Mas, eu dizia, Sr. Presidente, que pedia a permissão para encerrar este meu pronunciamento com a leitura de um belo texto do livro do nosso Presidente José Sarney, sobre o Senador Dinarte Mariz, transcrito do livro “Solidão, Solidões”, de autoria do poeta e escritor *Diógenes da Cunha Lima, Presidente da Academia de Letras do Rio Grande do Norte e ex-Reitor da Universidade Federal do meu Estado.

São palavras do Senador José Sarney:

Dinarte Mariz foi o mais lúcido sobrevivente dessa geração que já não existe, dos políticos fortes, chefes de bandos do bem comum, cangaceiros da luta pelo Nordeste, heróis da resistência da seca, no sentido de olhar a política como uma paixão sem volta, de doação absoluta, na arte de fazer possível o caminho para conseguir o impossível. Passei a estimá-lo, admirá-lo, querer-lhe bem e tratá-lo como um patriarca, desses que são constantes e vivem eternamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel por permuta com o Senador Aelton Freitas, que pronunciará discurso após o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos objetivos do processo de modernização, importante em termos de mudança social, mas pouco percebido pela nossa sociedade, é a diminuição da tutela do Estado e o conseqüente aumento dos poderes da cidadania. Exemplos significativos dessa transformação podem ser encontrados no Código de Defesa do Consumidor, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Arbitragem. É sobre esta última que desejo, agora, Sr. Presidente, referir-me.

A proposição convertida na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, de minha autoria, é, como assinalo na justificativa do projeto, fruto de um longo e proveitoso debate, liderado pelo Instituto Liberal de Pernambuco, sob a coordenação do Dr. Petrônio R. G. Muniz e colaboração de uma comissão relatora, integrada, entre outros, pela Dr^a Selma Ferreira Lemes e seus colegas Carlos Alberto Carmona e Pedro Batista Martins.

A arbitragem inclui-se entre as práticas usuais da política, valorizando a conciliação, a busca do consenso e a solução pacífica dos conflitos, e oferece à sociedade uma opção ágil e concreta para solução de litígios, tudo com escopo na segurança jurídica.

Trata-se de um assunto que, por suas implicações, insere-se em questões das mais amplas de interesse geral, em que dois temas são de inquestionável atualidade. O primeiro diz respeito ao funcionamento do Poder Judiciário e o segundo, à modernização institucional do Estado brasileiro. A Lei 9.307 está centrada nos institutos jurídicos do compromisso e do juízo arbitral, ambos previstos no Código Civil e no Código de Processo Civil brasileiros, não sendo portanto matéria nova no Direito brasileiro. A inovação, na realidade, consistiu em dar previsão legal ao assunto, para suprir duas lacunas que tornaram esse instituto jurídico inaplicável na prática, ou pelo menos de aplicação extremamente difícil e reconhecidamente morosa. Os impedimentos eram basicamente dois: primeiro, a circunstância de que, exatamente por falta de previsão legal para a cláusula compromissória, a promessa contratual de solucionar eventuais pendências através de decisões arbitrais não tinham outro efeito que o de gerar perdas e danos de difícil liquidação. O segundo era a necessidade de se homologar

obrigatoriamente todo e qualquer lado arbitral pelo Poder Judiciário, o que eliminava, de fato, duas das maiores vantagens desse instituto: o sigilo e a celeridade.

Como assinala a Dr^a Selma Ferreira Lemes, especialista no assunto, o objetivo desse instituto é viabilizar uma alternativa à Justiça oficial, que resolva os litígios rapidamente e a um custo mais baixo. É nesse sentido que o tema diz respeito a uma questão de inegável atualidade.

No que se refere ao funcionamento do Poder Judiciário, o que se constata é que não há programa político de modernização institucional que não se refira, em termos mais ou menos candentes, à necessidade de modernizarmos a Justiça brasileira.

Segundo dados publicados pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, o Brasil pediu por justiça mais de doze milhões de vezes em 2002. Esse é o volume de ações propostas nas diversas instâncias do Poder Judiciário, na União e nos Estados. *“Nos últimos 12 anos, o brasileiro bateu 113,7 milhões de vezes às portas dos tribunais, como aponta o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário. De 2000 para cá, foram 3,5 milhões de ações, média de 1 milhão por mês, trinta mil todo dia. (...) Baseado em rastreamento feito por um economista – informa o advogado Ricardo Tosto, na mesma matéria – estima que o peso da Justiça morosa alcança anualmente, valores equivalentes a 2% ou 3% do produto interno bruto (PIB)”*.

Em sua edição desse fim de semana o jornal **Valor Econômico** traz números eloqüentes que demonstram a convergência entre o Congresso Nacional e a sociedade na busca de aparelhar institucional e legislativamente a arbitragem.

Permitam-me citá-los. Os procedimentos instaurados nos centros de arbitragem no Brasil foram apenas 10, em 1996, ano em que a lei foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Saltaram para 4.412 em 2001, segundo levantamento feito pelo Conima – Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem –, o que mostra, a meu ver, a aceitação que a lei vem recebendo da sociedade brasileira. É bom constatar que no Brasil na havia uma cultura da arbitragem. E essa cultura começa a forjar-se e é importante para que esse instituto realmente possa se consolidar em nosso País como uma instância que pode contribuir muito para reduzir o número de feitos que chegam às instâncias judiciais no nosso País.

Indo além dos números, o jornal **Valor Econômico** informa também, na mesma edição, que as em-

presas brasileiras estão optando pela utilização de cláusulas de arbitragem em seus negócios, e estima, no campo internacional, que 99% dos contratos elejam o referido mecanismo. Revela também que a difusão dos métodos alternativos de solução de controvérsias, como a arbitragem, a mediação e a negociação, está criando um novo campo de atuação para os profissionais de Direito, o que significa dizer que estamos ampliando, por esse caminho, o mercado de trabalho.

O ilustre e acatado Ministro Sepúlveda Pertence, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em entrevista à **Folha de S.Paulo**, de 14 de maio de 1995, sintetizou o desafio do Poder Judiciário afirmando: *“Não há juízes, não há dinheiro, mas é preciso pensar objetivamente a realidade”*. Esta, no entanto, não é a única opinião abalizada do Ministro Pertence de que partilho. Comparto também das soluções que ele aponta e que dizem respeito, em última análise, ao segundo aspecto da atualidade do problema a que me referi há pouco, ou seja, a modernização do Estado. Na mesma entrevista o Ministro do STF diz com muita propriedade:

“O processo jurídico tradicional é lento, quase que inevitavelmente lento. E caro. Então, precisamos subtrair dessa máquina tradicional do Judiciário, essas peculiaridades. Temos por exemplo, as experiências dos juizados de pequenas causas, que são excelentes. A Constituição, na mesma linha, acena com outra figura de maior aprofundamento. São os juizados especiais, que envolvem jurisdição criminal – a Constituição chama de crimes com pequeno potencial ofensivo – e causas cíveis. Acontece que o Congresso até agora não conseguiu votar isso, embora existam ótimos projetos. Eu acho isso da maior urgência”.

Sr. Presidente, também desejo lembrar que o instituto da arbitragem, como via coadjuvatória da prestação jurisdicional por parte do Estado, tem exatamente essa virtude de extrair do Judiciário, por meio dessa via rápida, sigilosa e barata, as peculiaridades que se atribuem ao processo judicial no campo do Estado, ou seja, a lentidão, o alto custo – muitas vezes –, assegurando-se, sobretudo, um julgamento feito com árbitros adequadamente habilitados.

Há outra circunstância que também não deve ser esquecida. Todos sabemos das dificuldades que existem na busca de soluções judiciais do Estado nos casos de comércio internacional, que envolvem em-

presas, firmas, fornecedores e consumidores de diversos países. A tendência do Direito em cada Estado nacional é fazer prevalecer a lei, a jurisprudência e a doutrina em favor de seus nacionais, o que amplia necessariamente o âmbito desses conflitos. O juízo arbitral é a solução, ao mesmo tempo, mais eficiente, mais justa e mais barata nesses casos.

O Brasil está intensificando o seu comércio exterior e ampliando suas relações econômicas e financeiras com a abertura econômica que data de alguns anos e que tomou muito impulso nos últimos anos, sobretudo a partir do grande esforço que fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso de ampliar nossa interlocução no exterior. Mais do que isso, estamos participando ativa e fecundamente de um novo bloco econômico que busca integrar o mercado econômico com os países do Cone Sul – vale destacar o esforço feito pelo então Presidente José Sarney para criar o Mercosul.

Brevemente, todos os países da América do Sul formarão um bloco, porque, a meu ver, é esta a tendência do Mercosul: converter-se em um bloco, uma união aduaneira ou – quem sabe? – um mercado comum. Esse seria o sonho do nosso futuro, sem contar o enlace que devemos fazer, se as negociações prosperarem, no sentido de estabelecer uma integração hemisférica, isto é, incluindo todo o continente americano, o que pode materializar-se ainda na primeira década deste século. Tudo isso sem falar nos acordos em andamento entre o Mercosul e a União Européia.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Marco Maciel, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço V. Ex^a com prazer, nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Marco Maciel, ontem tivemos a honra de jantar, juntamente com inúmeros Senadores, com nosso Chanceler, Celso Amorim. E ficamos muito felizes de saber que, além do Mercosul, estamos buscando maior aproximação não só com o Chile, mas também com os demais países da costa do Pacífico e que estamos fazendo um investimento muito grande na consolidação desses relacionamentos na América do Sul. Além dessa alegria, tive a oportunidade de dizer ao Ministro que eu e o Senador Eduardo Suplicy tínhamos ido a Israel, e, para surpresa nossa, os países do Caribe, da América do Sul e da América Central clamavam para que o Brasil ocupasse esse espaço de liderança. Então, tenho a ligeira impressão de que, num futuro não muito distante, a iniciativa do Presidente José Sarney de criar o Mercosul se transformará numa

união subcontinental, ou seja, de toda a América do Sul, senão até – quem sabe? – um alívio a mais para Caribe e América Central. Todos esses países almejam que o Brasil ocupe esse espaço. O que V. Ex^a está dizendo pode vir a ser algo muito importante no futuro. Teremos de discutir a Alça – não há dúvida –, teremos de negociar com os Estados Unidos, porque um mercado daqueles não pode ser desprezado. Com certeza, teremos um espaço muito grande nesses países latinos, bem como nos países da América Central e do Caribe, nos países da costa pacífica e da costa atlântica da América do Sul.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que pôs luz numa questão que considero muito importante, qual seja, a integração, como V. Ex^a salientou, subcontinental, a integração sul-americana.

Devo lembrar que, entre 31 de agosto e 1.º de setembro de 2000, o Brasil realizou uma reunião com todos os chefes de Estado e de Governo – porque em alguns países há parlamentarismo – da América do Sul. Isso foi algo inédito, porque geralmente essas reuniões de Chefe de Estado e Chefe de Governo que ocorriam na América eram reuniões hemisféricas, ou seja, envolviam a América do Norte, a América Central, o Caribe e a América do Sul. Geralmente, nobre Senador Ney Suassuna, essas reuniões eram convocadas pelo Presidente dos Estados Unidos da América do Norte. Pela primeira vez, em nossa longa história, tivemos a oportunidade de sediar em Brasília, por uma iniciativa extremamente feliz da chancelaria brasileira, sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma reunião desse porte.

Essa iniciativa teve a vantagem de permitir que nos aproximássemos mais dos nossos vizinhos, não somente dos vizinhos mais meridionais, os do Cone Sul e do Prata, que sempre foram a grande preocupação de Rio Branco – ele recomendava sempre atenção ao Prata –, mas também com os vizinhos mais setentrionais, que sempre ficaram esquecidos.

Todos sabemos que o Brasil tem fronteiras com todos os países da América do Sul, menos com o Chile e o Equador, e não por culpa do Brasil, mas devido a problemas fronteiriços com o Peru ainda no século XIX. Podemos dizer que com esses dois países – Equador e Chile –, temos uma parceria tão próxima e uma amizade tão grande que poderíamos dizer, repetindo um jargão diplomático, que temos com eles uma amizade sem limites.

Entendo que o avanço nesse campo será muito bom, não pode ficar circunscrito apenas às relações econômicas e comerciais; tem que atingir também as

relações sociais e culturais, pois é no território da cultura que se alojam os valores, e também atingir o campo político e o jurídico-institucional.

Por isso, Sr. Presidente, trago a questão da arbitragem a debate nesta Casa, pois precisamos discutir formas alternativas de prestação jurisdicional, formas de simplificação do processo de solução de controvérsias independentemente do recurso à instância estatal.

Voltando ao discurso, o arbitramento é um instrumento que se impõe em nosso País. Devo lembrar que Rio Branco recorreu à arbitragem no campo do Direito Internacional Público, não do Direito Comercial, com êxito em sua profícua passagem pelo Ministério das Relações Exteriores.

Ele ficou dez anos naquele Ministério começando com o Governo de Rodrigues Alves, que fez um excelente ministério – Rio Branco era um desses expoentes ao lado de tantos outros eminentes políticos. Diria que Rio Branco trabalhou bem a arbitragem no campo do Direito Internacional.

Não podemos deixar de reconhecer que foi graças a Rio Branco que conseguimos delimitar precisamente toda a nossa fronteira. O Brasil é um país muito grande e tem a ventura, se assim posso dizer, a grande graça de ter todas as suas fronteiras demarcadas e definidas sem contestação. E Rio Branco se louvou muitas vezes no instituto da arbitragem. Não vou me alongar aqui porque há outros oradores inscritos, mas eu queria lembrar que, nas questões em que recorremos à arbitragem, salvo em um caso, fomos bem-sucedidos.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estimo que a cultura da arbitragem continue consolidada em nosso País. Tomara consigamos fazer com que, cada vez mais, seja exercitada, porque ela atende, a meu ver, a duplo objetivo. De alguma forma concorre para reduzir o número de feitos, para a prestação jurisdicional por parte do Estado e nos permite simplificar os procedimentos. Também permite nos inserir melhor na comunidade internacional. Na Europa, assim como nos Estados Unidos, esse instituto é muito desenvolvido. A tendência é que cada vez, mais e mais, possamos recorrer à arbitragem e as suas formas anteriores – a mediação, a conciliação –, deixando para submeter à jurisdição estatal aquelas questões mais relevantes que exijam, conseqüentemente, um melhor e mais demorado e acurado estudo.

Contamos, Sr. Presidente, avançar nesse e no território jurídico-institucional. Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está esgotado o tempo regimental. Indago aos Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Aelton Freitas se poderiam dividir o tempo na tribuna, para que eu possa prorrogar a sessão por mais dez ou quinze minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, acredito que minha fala se restringirá a dez minutos somente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois bem. V. Exª pode usar da palavra e, em seguida, o Senador Aelton Freitas, também por dez minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve. Costumo falar depressa, mas tenho que ter o cuidado de falar pausadamente para poder ser entendido.

No momento em que as discussões sobre a reforma tributária ganham contornos mais definidos, com a divulgação do relatório preliminar pelo Deputado Virgílio Guimarães, é importante que esta Casa dê seu sinal de alerta sobre questões que poderão afetar de maneira muito íntima as administrações municipais e estaduais, e até mesmo a federal.

Quando o Governo Federal propõe alteração completa do parágrafo único do art. 158 da Constituição, que cuida da distribuição dos recursos do ICMS, acende-se uma luz vermelha em todos que, como eu, já se envolveram na gestão dos recursos públicos.

Em Minas Gerais, em trabalho harmônico com a Assembléia Legislativa, foi criada uma lei que, obedecendo ao art. 158, definiu a redistribuição do ICMS aos 853 Municípios mineiros, conforme critérios populacionais, incentivo a políticas públicas como a saúde da família, incremento das matrículas escolares, bem como a preservação do meio ambiente, a destinação final do lixo e do esgoto, a preservação do patrimônio histórico, a geração de receita própria, área cultivada e programa de agricultura familiar, além da destinação de uma cota mínima igual para todos, mas essencial para os Municípios de menor atividade econômica.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já naquela época, colocamos em prática aquilo que os então oposicionistas viviam pregando por todos os cantos do Estado: uma distribuição mais efetiva da renda.

Há dias, o Professor Léo Pompeu, membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, em artigo publicado no jornal **Estado de Minas** intitulado “Reforma Tributária e Meio Ambiente”, lembrou a promoção de políticas públicas para o meio ambiente, implantadas com a Lei Hobin Hood, recentemente citadas no Relatório do IDH da ONU para 2003. É que, em 1996, apenas 98 Municípios se habilitaram ao chamado ICMS ecológico – distribuído de acordo com as áreas preservadas; hoje, 287 Municípios estão habilitados. Isso, segundo estudos do professor, significou a incorporação de mais de um milhão de hectares preservados, praticamente o dobro do que existia antes do incentivo.

Outros dados importantes de serem ressaltados podem ser coletados na área de saneamento ambiental, lixo e esgoto: saímos de menos de uma dezena para os atuais 43 Municípios habilitados para o ICMS de saneamento e que representam mais de 25% da população do Estado. Nesse universo, grandes cidades com enorme concentração populacional como Uberlândia, Belo Horizonte e Ipatinga passaram a receber, via distribuição do ICMS, os investimentos que fizeram na destinação final do lixo e esgoto. Outras médias e pequenas cidades, como Viçosa e Coimbra, e tantas outras, praticamente em todas as regiões do Estado, conseguiram o mesmo resultado.

Por seu lado, o ICMS cultural, fruto de uma lei da cultura específica e de outra política de preservação da Lei Robin Hood, a do Patrimônio Histórico, apresentou resultados extremamente compensadores, pois saímos de 105 Municípios, em 1996, para atingirmos em abril deste ano a expressiva marca de 351 Municípios que aderiram à preservação, realizando, na prática, o que preconizava o notável mestre que implantou o IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade: “Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio de arte e de histórica do País: é a educação popular”.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a elaboração dessa lei estadual, discutindo peculiaridades de 853 Municípios, de 38 bacias hidrográficas distintas, consumiu quase um ano de trabalho. A proposta do Governo, ora em discussão, de conciliar o Brasil, ainda muito mais diverso e subdividido, com 5.561 Municípios, mediante lei complementar, poderá transformar-se numa atividade de difícil transposição.

E vem a dúvida se nessa transposição prevaleceriam os atuais critérios, a maioria de longa maturação, por se tratar de processo de convencimento. Com que interesse e garantia as pessoas, empresas e administradores públicos se envolveriam, dada a incerteza criada?

Posso dizer que não é exagero meu afirmar que a manutenção de leis estaduais significa um avanço na promoção de políticas públicas, embora mais complexas como as de Minas.

Não seria um retrocesso reduzir esse esforço levado pela autonomia estadual em diversos Estados do País a uma simplificação proposta pelo Governo, adotando apenas o critério populacional? Concorro que é preciso federalizar a legislação sobre o ICMS, justificando assim a eliminação da guerra fiscal entre Estados, mas ao querer definir de forma geral os critérios, a reforma reduz a competência legislativa estadual em assuntos de característica eminentemente regional. O ICMS é um imposto estadual, é razoável que os Estados, por meio de suas Assembléias Legislativas, continuem legislando ainda que sobre parte apenas desse imposto.

Propostas inovadoras já apresentadas e outras consolidam regras tributário-ecológicas já existentes: a criação de mecanismos de compensação pelo uso de recursos naturais e pela degradação ambiental; a análise do impacto ambiental; a exclusão do ICMS sobre quaisquer serviços de saneamento, em qualquer fase, em qualquer regime; atribuição de crédito presumido às cooperativas de catadores e outros atuadores na coleta seletiva do lixo; a não tributação pelo ITR das áreas sob preservação permanente, reserva legal e interesse ecológico. Finalmente, é a consolidação do ICMS ecológico como política pública.

Enfatizo que já temos em Minas uma política de incentivo à cultura e uma política de preservação do patrimônio histórico, apoiadas em leis estaduais, a que chamamos de ICMS cultural.

Por tudo isso, conclamo os Pares para, mais uma vez, serenamente, levar essa discussão para um objetivo concreto. Devemos manter o que está dando certo, que são as leis estaduais de redistribuição de ICMS, que cuidam de apenas 25% dos recursos dos Municípios, e rediscutir, sim, a distribuição do ICMS na maior parte dos 75% restantes, três quartos, que adota critério de acordo com o Valor Adicionado Fiscal – VAF. Registre-se que 12 Municípios mineiros recebem 50% dos recursos, representando apenas 26% da população.

Quero crer que os autores da atual proposta de distribuição do ICMS se esquecem da autonomia dos

Estados e, certamente, não tiveram a oportunidade de consultar os seus companheiros estaduais, em todo o Brasil, que votaram essas leis, como também é o caso do Estado do Paraná.

Talvez por isso não percebem que elas representam um valioso instrumento de promoção de políticas públicas, que estão funcionando bem e são do agrado de Prefeitos e das populações atendidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, quero trazer aqui o alerta de que a reforma tributária não pode desconhecer avanços que foram feitos e muito menos atingir a autonomia dos Estados, que têm a prerrogativa de legislar sobre parte do imposto estadual, que é o ICMS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a compreensão de V. Exas. Dado o avanço do tempo, procurarei ser o mais breve possível.

Muitos dos valores predominantes em nossa época, que se diz pós-moderna e avançada, são de causar espanto e decepção até no mais ferrenho dos otimistas. O que se valoriza hoje? Valoriza-se a juventude, a beleza, a aparência, a exterioridade, a rapidez. São coisas admiráveis, mas também passageiras, superficiais, efêmeras! Outros atributos – como a sabedoria, a vivência, a tolerância, a aceitação do outro, o conhecimento acumulado, a compreensão profunda das coisas –, quanto mais passa o tempo, mais engrandecem homens e mulheres.

Vou falar, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, de um tema: a velhice. A velhice em nossa sociedade não tem a conotação positiva como em outras partes do mundo. Para os orientais, por exemplo, o respeito ao velho é um valor cultural que passa de pai para filho. Os idosos são vistos como as pessoas mais sábias e mais experientes da comunidade, como as detentoras da história do povoado, da cidade ou da nação. Quem necessita de um esclarecimento, de um conselho, de uma recomendação, procura os mais velhos. Eles encarnam não só a sabedoria e a experiência, o juízo, o bom senso, a ponderação, o equilíbrio, a prudência.

No ocidente, Sras e Srs. Senadores, a velhice não está associada a tantos predicados positivos. Aqui no Brasil, o idoso costuma ser visto como um imprestável, um inútil dentro de casa, um estorvo para

as famílias, uma fonte de conflito com os mais jovens. Muito bem fez o novelista Manoel Carlos, autor da novela "Mulheres Apaixonadas", de inserir na trama um casal idoso, que convive com filhos, netos, nora e, nessa condição, espelha o cotidiano de milhares de idosos em conflito com as gerações mais novas. É muito bom que as novelas tragam para o seio das famílias brasileiras problemáticas como essa. Como a audiência é enorme, espera-se que o assunto se espalhe em toda a sociedade e gere uma reflexão saudável e que seja capaz de mudar o modo de pensar de muita gente, capaz de mudar o comportamento e as atitudes dos telespectadores que vivem problemas semelhantes.

Pois bem, Sr. Presidente, os idosos no Brasil já se estão percebendo como um segmento que tem direitos, que merece respeito e, principalmente, que pode transformar o período da velhice na melhor idade para ser vivida, usufruída e curtida intensamente. Livres da jornada da jornada diária de trabalho, libertos do famigerado relógio-ponto, com os filhos criados e os compromissos saldados, os idosos estão partindo para usufruir com plenitude programas educacionais, atividades culturais, bem como o turismo dentro e fora do País.

Quero me ater especificamente ao turismo voltado para a terceira idade. E o faço com particular satisfação, para conciliar a temática de duas subcomissões desta Casa das quais sou titular: a Subcomissão de Turismo e a Subcomissão do Idoso.

Já estamos cansados de proclamar as virtudes que tem nosso País na esfera do turismo. Mas o segmento dos idosos é um filão riquíssimo para o turismo, que não foi ainda explorado da forma mais conveniente. É um mito dizer que velhos não gostam de sair de casa. Gostam sim, e gostam inclusive de formas de turismo mais ousadas, como o turismo de aventura e o ecoturismo.

A Associação Brasileira das Agências de Viagem – ABAV – apurou recentemente que 20% da receita gerada pelo turismo brasileiro é proveniente do fluxo dos turistas com mais de 60 anos. As estações de águas, tão procuradas no passado, ficaram para trás. Esse público prefere hoje viajar para locais históricos, em pacotes que incluam atividades culturais. E encaram com prazer o turismo de aventura, viagens radicais, ecoturismo, como já disse. Nada de baralho e passatempos na mala! Levam mochilas, tênis, boné e, não fossem os cabelos brancos, seriam confundidos com um grupo de adolescentes. Fazem caminhadas, percorrem trilhas, escalam dunas, andam em jipes e até lanchas.

O fenômeno é mundial, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Nos Estados Unidos, 49% dos turistas têm mais de 55 anos. Na Europa, de cada seis turistas um tem mais de 60 anos. No Brasil, foi exatamente essa faixa que impulsionou o turismo das últimas três décadas. E não há o que estranhar. Existem hoje quatorze milhões e meio de brasileiros na terceira idade. Hoje, a população brasileira tem uma vida média de 68 anos. Conforme as estimativas, haverá trinta milhões de pessoas com mais de 60 anos no Brasil até 2020. A esperança de vida estará acima dos 70 anos de idade. Na América Latina, a população brasileira já é uma das mais velhas. Em 2025, o Brasil estará certamente entre as seis maiores populações de idosos no mundo.

Quem considerava o velho um peso morto na família surpreendeu-se com a informação revelada numa pesquisa do IBGE. No Brasil, mais da metade dos idosos chefes de família vivem com os filhos e os sustentam. Chegam a cinco milhões os idosos nessa situação hoje.

O Brasil segue, Srs. Senadores, uma tendência mundial de envelhecimento da população, resultado da combinação do aumento da expectativa de vida com a queda da natalidade. Para se ter uma idéia do aumento do número de idosos, vamos fazer uma comparação. Por exemplo, há duas décadas havia 16 idosos para cada 100 crianças; dez anos depois, eram 21 idosos para cada 100 crianças. Hoje já são 29 idosos para cada grupo de 100 crianças.

Não é sem motivo que a indústria turística nacional tem demonstrado mais interesse pelos serviços voltados para a terceira idade. O turismo da "melhor idade", como é chamado, de acordo com os profissionais do setor, ainda pode crescer, e crescer muito. Com o tempo, para viajar e fazer turismo fora dos tradicionais meses de férias escolares, os turistas com 50 anos ou mais são os responsáveis hoje pelos lucros do mercado no período de baixa estação, como exemplo. Por seu lado, lucram com os preços de equipamentos e custos dos serviços mais baixos nessas épocas de entressafra do turismo.

A cadeia de turismo, Sr. Presidente, deve dar mais atenção aos turistas brasileiros. Das agências de viagem à rede hoteleira, todos devem buscar se especializar para prestar melhor serviço a esse segmento da população, grande nicho, podem ter certeza disso.

Os idosos têm disposição para usufruir todo o serviço de lazer; integram-se com facilidade aos grupos de faixas diferentes e mostram surpreendente energia para viver situações novas. Eles possuem li-

mitações, é natural, pois são próprias da idade! O que faz o diferencial do atendimento a essa população é justamente tais restrições serem consideradas e respeitadas na programação oferecida no dia-a-dia.

Não passou despercebida a demanda da terceira idade por turismo. A Embratur – Empresa Brasileira de Turismo – mantém há treze anos um programa voltado para a terceira idade, que propicia a melhoria da qualidade de vida para brasileiros com mais de 50 anos. Os Clubes da Melhor Idade funcionam como centros de convivência, incluindo atividades artísticas, culturais, de lazer e recreação, bem como viagens, preparadas por agências credenciadas pela Embratur, a custos reduzidos. Com filiais espalhadas por quase todos os Estados. Os Clubes da Melhor Idade já contam com mais de 200 mil associados. A programação de viagens procura aproveitar a oferta de equipamentos e serviços turísticos nas baixas temporadas.

Programas voltados para atender o público idoso devem merecer a atenção de nossos dirigentes e administradores, não só por darem vazão a uma demanda crescente, mas também porque tais programas impulsionam toda a cadeia do turismo, principalmente quando os equipamentos e serviços estão ociosos, na baixa temporada. Com certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabe disso o nosso Ministro do Turismo e meu particular amigo, Walfrido Mares Guia, a quem envio, na oportunidade, as saudações amigas deste conterrâneo mineiro.

É necessário que se multipliquem no País ações efetivas em favor dos nossos idosos. Cito também como exemplo o brilhante trabalho desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio – Sesc – que desenvolve desde a década de 60, em diversas regiões do País, grupos de convivência, cursos e atividades intergeracionais que valorizam o ser humano na idade em que mais precisa.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pois não, Senador Garibaldi Alves Filho, com muito prazer.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Parabeno V. Ex^a por trazer ao conhecimento da Casa uma riqueza de dados atinentes à Terceira Idade e também pela perspectiva que suscita no sentido de termos um turismo voltado para os idosos. É salutar que o País tenha este cuidado. Não apenas no segmento mais elitizado da população, que pode fazer tu-

rismo esse nicho que se abriu, como V. Ex^a disse, mas também em regiões mais pobres, mais deprimidas, as pessoas mais velhas procuram superar as adversidades da idade. É preciso dizer que, no Nordeste, por exemplo, em face do desemprego existente, são as pessoas de mais idade, que recebem pensões do INSS, pensões do antigo Funrural, que sustentam sua família, que sustentam os mais jovens. São pessoas que merecem ser vistas, que merecem esse olhar de compreensão e de estímulo que V. Ex^a lança sobre elas. Parabeno V. Ex^a.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Senador Garibaldi Alves Filho, como grande Governador do Rio Grande do Norte que foi, V. Ex^a fez daquele Estado o grande pólo turístico que é hoje. Sinto-me orgulhoso em ser seu companheiro nesta Casa, principalmente na Subcomissão de Turismo, na qual trabalhamos juntos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso século tem pela frente o grande desafio de criar novas instituições e novos mecanismos para articular as gerações.

A sociedade moderna, que hoje se pauta pelos conceitos de beleza, juventude e rapidez, tem de inventar uma nova forma de convívio capaz de atenuar os conflitos entre as gerações. Os jovens precisarão aprender a usar a sabedoria, a temperança e o bom senso dos idosos. Isso não depende apenas de Governos e instituições; depende de educação, de aprendizagem que começa no berço, que continua na escola e que se consolida na vida, no dia-a-dia. Será uma longa aprendizagem que levará décadas para mudar as coisas. Mas o tempo que levará não importa tanto. O que mais importa é nossos netos e bisnetos poderem contar para seus filhos o quanto seu País evoluiu no convívio entre as gerações, acabando com a discriminação em relação aos mais velhos.

Essa luta, Sr. Presidente, tem de ser uma bandeira de todos nós, Senadores, nas comissões e nesta tribuna. Portanto, termino lembrando, que oferecer mais dignidades aos idosos é o desafio de muitas Nações.

Deixo registrado que ocorre esta semana, em Brasília, o III Mercoseti – Encontro do Mercosul sobre a Terceira Idade. Representantes de vários países estarão trabalhando juntos em busca de medidas que garantam um envelhecimento digno e saudável para todos.

Como Senador da República e membro titular da Subcomissão do Idoso, terei a honra de discursar, amanhã, no encerramento do evento e contribuir para

essa discussão de grande importância para toda a sociedade.

Sr. Presidente, agradeço sua compreensão e a dilatação do tempo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero solicitar a habitual tolerância de V. Ex^a. Eu era o sétimo inscrito para falar, mas não consegui. Sei que V. Ex^a tem sempre a preocupação em fazer com que os oradores inscritos possam falar.

Eu iria abordar novamente o problema dos Municípios.

Farei apenas um registro. Não irei, de maneira alguma, contrariar V. Ex^a.

Recebemos hoje a visita de muitos Prefeitos, inclusive do meu Estado, Rio Grande do Norte, e, acredito, do Estado de V. Ex^a, preocupados com a situação financeira dos Municípios e desejosos de mudanças na reforma tributária que possam trazer equilíbrio na distribuição dos recursos.

Os nossos Prefeitos são representados pela Femurn – Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, e encontra-se aqui, em Brasília, o Vice-Presidente da Federação, Sr. Zeca Pantaleão, pois o Presidente, Sr. Agnelo Alves, ex-Senador, não pôde vir.

Registro o meu apoio a esse movimento, no sentido de que possamos encontrar saídas para esse problema durante a discussão da reforma agrária.

Sr. Presidente, muito obrigado e desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há problemas, Senador Garibaldi Alves Filho. Ouço, com todo prazer, V. Ex^a, que registra esse importante assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 160, DE 2003

(Nº 375/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal, dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País nos dias 14 e 15 de agosto corrente, a fim de participar das cerimônias de transmis-

são do mando e posse do novo Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, em Assunção.

A presença do Presidente do Brasil na cerimônia de posse de seu homólogo paraguaio é extremamente relevante, consideradas as relações históricas, culturais e sócio-econômicas do Brasil com aquele País.

Brasília, 13 de agosto de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Mensagem lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 693, de 2002** (nº 1.817/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Pais e Professores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José, Estado de Santa Catarina*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 705, de 2002** (nº 1.859/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cipó, Estado da Bahia*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 730, de 2002** (nº 1.933/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2003** (nº 1.998/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croatá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Croatá, Estado do Ceará*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2003** (nº 1.727/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Palmeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2003** (nº 1.903/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Zygmund Felinski, para o Desenvolvimento*

Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2003** (nº 2.023/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Nova Barrense de Comunicação e Radiodifusão – Ancora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2003** (nº 2.031/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Representantes dos Povoados do Município de Esperantinópolis – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantinópolis, Estado do Maranhão;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2003** (nº 2.038/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês – Amacim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2003** (nº 2.044/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural de Mutum – Acordecum a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2003** (nº 2.048/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Artística e Cultural de Coromandel – MG – Ascoben a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2003** (nº 2.053/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa Esperança para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2003** (nº 2.068/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Bonfim Esperança – Abespe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfim, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2003** (nº 2.092/2002, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Dona Euzébia – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2003** (nº 2.103/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2003** (nº 2.108/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cachoeirense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2003** (nº 2.113/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Araújo – Acca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araújo, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2003** (nº 2.126/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Lassance a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lassance, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2003** (nº 2.130/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Estrela do Mar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamandaré, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2003** (nº 2.134/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Teixeiraense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teixeiras, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2003** (nº 2.144/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação “Comunidade Viva” de Dom Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro, Estado do Maranhão;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2003** (nº 2.146/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Boas Novas a executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2003** (nº 2.150/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão – PAM – Povo Ataleense Mineiro – para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ataléia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2003** (nº 2.151/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio, Jornal e Televisão Verde Vale a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinolândia, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2003** (nº 2.152/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2003** (nº 1.988/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural de Rio Preto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2003** (nº 2.207/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamogi, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2003** (nº 2.217/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2003** (nº 1.935/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade Renovar “CR” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2003** (nº 2.161/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novarensense de Difusão e Apoio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2003** (nº 2.168/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (Proart) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2003** (nº 2.172/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pontual a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2003** (nº 2.173/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – A.M.B. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2003** (nº 2.174/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2003** (nº 2.176/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2003** (nº 2.177/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2003** (nº 2.182/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2003** (nº 2.183/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Central de Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radi-

odifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2003** (nº 2.184/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Santamariense de Comunicações Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2003** (nº 2.186/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2003** (nº 2.189/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paudalho, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2003** (nº 2.221/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Sul-Mineiro de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2003** (nº 2.158/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2003** (nº 2.206/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2003** (nº 2.028/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2003** (nº 2.196/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2003** (nº 2.198/2002, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que outorga permissão à Medina FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2003** (nº 2.201 /2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2003** (nº 2.202/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à TV Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Açucena, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2003** (nº 1.737/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2003** (nº 2.267/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2003** (nº 2.345/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2003** (nº 2.211/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2003** (nº 2.122/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bailon Lopes Carneiro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2003** (nº 2.305/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural de Praia Grande para executar ser-

vição de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2003** (nº 2.402/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Educativa Nossa Senhora Milagrosa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobral, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2003** (nº 1.805/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Piúma – Arcop a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piúma, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2003** (nº 1.848/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pedreiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedreiras, Estado do Maranhão;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2003** (nº 1.906/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, os projetos vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os textos encaminhados à promulgação

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 693, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação de Pais e Professores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 462, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Pais e Professores a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Leonel Pavan**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 705, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cipó, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 506, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cipó, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Edison Lobão**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 730, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 485, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Edison Lobão**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 15, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croatá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Croatá, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 797, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croatá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Croatá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Reginaldo Duarte**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2003**

(Nº 1.727, de 2002, na origem)

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Palmeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de junho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Palmeira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 43, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Zygmund Felinski, para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radi-

odifusão comunitária na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 499, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Dom Zygmund Felinski, para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 75, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Nova Barrense de Comunicação e Radiodifusão – Ancora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 294, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Nova Barrense de Comunicação e Radiodifusão – ANCORA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 79, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Representantes dos Povoados do Município de Esperantinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantinópolis, Estado do Maranhão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 508, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação dos Representantes dos Povoados do Município de Esperantinópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Esperantinópolis, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente, – **Edison Lobão**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 82, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês – AMACIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 572, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês – AMACIM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 86, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural de Mutum – ACORDECUM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 293, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Desen-

volvimento Cultural de Mutum -ACORDECUM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 94, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Artística e Cultural de Coromandel – MG ASCOBEN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 488, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Artística e Cultural de Coromandel – MG – ASCOBEN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 2003

(Nº 2.053, de 2002, na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa Esperança para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 654, de 13 de novembro de 2001, que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa Esperança para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 103, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Bonfim Esperança – ABESP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfim Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 792, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Bonfim Esperança – ABESP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Bonfim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de Julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 106, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Dona Euzébia – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 148, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Dona Euzébia – MG a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de Julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 108, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ca-

choeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 397, de 27 de julho de 2001, que autoriza a Associação Rádio Vida, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **João Capiberibe**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 113, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cachoeirense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Cachoeirense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 115, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Araújo – ACCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araújo Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 711, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Araújo –

ACCA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Araújo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 122, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação comunitária dos Amigos de Lassance a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lassance, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 814, de 21 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Lassance a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lassance, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Acelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 124, DE 2003

Aprova ato que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Estrela do Mar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamandaré, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Estrela do Mar a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tamandaré, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente. – **Sérgio Guerra**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 126, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Teixeiraense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teixeira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente Teixeiraense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Teixeira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 129, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunidade Viva de Dom Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 22, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação “Comunidade Viva” de Dom Pedro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Dom Pedro, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 131, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Boas Novas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 27, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Boas Novas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 133, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão – PAM – Povo Ataleense Mineiro – para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 117, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão – PAM – Povo Ataleense Mineiro – para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 134, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio, Jornal e Televisão Verde Vale a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinolândia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 118, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Rádio, Jornal e Televisão

Verde Vale a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Divinolândia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Renildo Santana**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 135, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 119, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 147, DE 2003

Aprova o ato que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural de Rio Preto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 745, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural de Rio Preto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente. – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 151, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamogi, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 177, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itamogi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 155, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 230, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 160, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Comunidade Renovar “CR” a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 769, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Comunidade Renovar “CR” a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 162, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Novaresendense de Difusão e Apoio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nR 205, de

25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Novaresendense de

Difusão e Apoio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 163, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 710, de 26 de novembro de 2001, que autoriza

a Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 165, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pontual a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 206, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Pontual a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Renildo Santana**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 166, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – A.M.B. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 159, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – A.M.B. a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 167, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 231, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de Julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **João Capiberibe**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO SENADO Nº 168, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 16, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 169, DE 2003**

(Nº 2.177, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 173, DE 2003**

(Nº 2.182, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 330, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 174, DE 2003**

(Nº 2.183, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Central de Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 333, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Central de Telecomunicações Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 175, DE 2003**

(Nº 2.184, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Santamariense de Comunicações Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 334, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Santamariense de Comunicações Ltda. – ME para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 177, DE 2003**

(Nº 2.186, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 300, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 179, DE 2003**

(Nº 2.189, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar ser-

viço da radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paudalho, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 356, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paudalho, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 184 , DE 2003**

(Nº 2.221, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Sul-Mineiro de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 318, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Sul-Mineiro de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 189, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 190, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **José Jorge**, Relator **ad hoc**.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 192, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 657, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **João Capiberibe**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204 , DE 2003**

(Nº 2.196, de 2002, na origem)

Aprova o ato que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 205, DE 2003**

(Nº 2.198, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Medina FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Medina FM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 207, DE 2003**

(Nº 2.201, na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2003**

(Nº 2.202, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à TV Norte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Açucena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 360, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à TV Norte Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Açucena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 17 de março de 2003. –
João Paulo Cunha, Presidente.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2003**

(Nº 1.737, de 2002, na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 235, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 105, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a

Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca – ABCCM, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 238, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 593, de 11 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Leonel Pavam**, Relator (ad hoc).

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 240, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria Nº 170, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Papaléo Paes**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2003

(Nº 2.122, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bailon Lopes Carneiro, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 134, de 05 de fevereiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Bailon Lopes Carneiro, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2003

(Nº 2.305, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural de Praia Grande para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 608, de 25 de abril de 2002, que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural de Praia Grande para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 252, DE 2003

(Nº 2.402, de 2002 – na origem)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Educativa

Nossa Senhora Milagrosa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 485, de 26 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Educativa Nossa Senhora Milagrosa para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 270, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Piúma – ARCOP, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piúma, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 541, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Piúma – ARCOP, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Piúma, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Gerson Camata**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 274, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pedreiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedreiras, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 377, de 11 de julho de 2001, que autoriza a

Associação Cultural Comunitária de Pedreiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pedreiras, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Edison Lobão**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 277, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 377, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Gerson Camata**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 700, DE 2003

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o PLC nº 151, de 2001, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, seja submetido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, para que aquele órgão se manifeste quanto ao impacto da proposição sobre a economia nacional.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – **Paulo Octávio**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 701, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 687, de 2003.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência defere o Requerimento nº 701, de 2003, de retirada do Requerimento nº 687, de 2003.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 107, de 2000, e 214, de 2003**, continuam tramitando em conjunto e voltam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Assuntos Sociais.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 92, de 1996; 303, 511 e 555, de 1999, e 156, de 2000**, continuam tramitando em conjunto e voltam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação e à de Assuntos Sociais.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 135, de 2002; e 20 e 103, de 2003**, continuam a ter tramitação autônoma e retornam às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há mais oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, gostaria de dar uma boa-nova, se V. Exª me der licença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Suplicy, de vez em quando é bom receber uma boa-nova, mas pediria que V. Exª fosse breve, porque será encerrada a sessão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – O Ministro Antonio Palocci comunicou-me há pouco que está de acordo com a proposta que encaminhei a S. Exª e ao Relator da proposta de reforma tributária, Deputado Virgílio Guimarães. Inclusive, eu estava dando-lhe a notícia agora, mas S. Exª me autorizou a transmiti-la de pronto, aqui da tribuna do Senado Federal.

A proposta é no sentido de aperfeiçoar o parágrafo único do art. 203 da Proposta de Emenda à Constituição que trata da reforma tributária, que ficaria com a seguinte redação:

“A União instituirá programa de renda mínima, destinado a assegurar a subsistên-

cia das pessoas e das famílias, priorizando-se inicialmente as de baixa renda, a ser financiado solidariamente e realizado por meio de convênio com os Estados, o Distrito federal e os Municípios, na forma da lei.”

Considera-se que o programa de renda mínima poderá ser por família ou por pessoa, o que é um acréscimo, se assim o desejar o Congresso e o Governo. Em segundo lugar, este programa se iniciará pelas pessoas e famílias de baixa renda, com a perspectiva de alcançar um dia a todos, como já aprovou o Senado unanimemente, ou seja, haverá a instituição de uma renda básica como um direito à cidadania. Em terceiro lugar, que se considere na forma da lei, e não apenas a Lei Complementar. Por quê? O Senado Federal aprovou unanimemente, em 1991 – V. Exª foi um dos Parlamentares que participaram dessa votação –, a instituição de um programa de renda mínima por meio de um imposto de renda negativo. Em dezembro passado, foi aprovado duas vezes, por unanimidade, na Comissão de Economia – e, portanto, no Senado, porque foi terminativo –, na forma do parecer do Senador Francelino Pereira, projeto para instituir, a partir de 2005, uma renda básica de cidadania para todos, não importando origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, iniciando-se, todavia, pelas camadas mais necessitadas, portanto, pelas famílias de mais baixa renda, a critério do Poder Executivo. Como o Deputado Virgílio Guimarães informou que acataria a sugestão, caso o Governo concordasse, informo que foi acatada.

Sr. Presidente, eu pediria a gentileza de poder ser transcrito o ofício em que explico na íntegra as razões dessa proposição.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Brasília, 29 de julho de 2003

Exmo Senhor
Antonio Palocci
DD. Ministro da Fazenda
Ministério da Fazenda
Brasília, Distrito Federal

Caro Ministro Antonio Palocci,
Venho encaminhar a Vossa Excelência a sugestão de redação referente ao parágrafo único do Artigo 203, da Proposta de Emenda à Constituição Federal,

que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, nos seguintes termos:

Art. 203.....

Parágrafo Único. A União instituirá programa de renda mínima destinado a assegurar a subsistência das pessoas e das famílias, priorizando-se inicialmente as de baixa renda, a ser financiado solidariamente e realizado por meio de convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma da lei.

A redação proposta leva em consideração a evolução do debate e pensamento econômicos sobre o assunto, bem como os projetos de lei que já foram aprovados, unanimemente, pelo Senado Federal. O primeiro, o PLS 80/1991, em dezembro de 1991, e o segundo, o PLS 266/2001, em dezembro de 2002, instituindo, respectivamente, o Programa de Garantia de Renda Mínima e a Renda Básica de Cidadania. Ambos aguardam votação pela Câmara dos Deputados, onde tramitam na Comissão de Finanças, tendo como relatores, o deputado Onix Dornelles Lorenzoni (PFL-RS), do PL 2561/1992, em substituição ao deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), hoje governador do Rio Grande do Sul, que deu entusiástico parecer favorável, e o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), do PL 254/2003.

Uma alteração proposta é que seja considerada a possibilidade de o programa de renda mínima ser regulamentado por lei ordinária, uma vez que dois projetos sobre a matéria já foram aprovados, por unanimidade, pelo Senado. Basta, agora, que a Câmara dos Deputados vote um deles, seja na forma já aprovada pelo Senado, ou aperfeiçoando-o à luz de contribuições que o Executivo e a Câmara desejem fazer, para que o programa possa ser implementado.

Outro aperfeiçoamento da redação refere-se à possibilidade de não apenas as famílias, mas também as pessoas poderem ter o direito à subsistência através de uma renda mínima. Lembro que a Lei 10.219/2001, que institui a renda mínima associada à educação ou bolsa-escola, já em vigor e aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional, é uma lei ordinária. Ela define o direito à renda mínima para as famílias que ganham até meio salário mínimo mensal *per capita* e que tenham menores de 6 a 15 anos, proporcionando-lhes um benefício mensal de R\$ 15,00, R\$ 30,00 ou R\$ 45,00, dependendo se houver uma, duas ou mais crianças frequentando a escola. Já os projetos de lei, de minha autoria, mencionados no pa-

rágrafo anterior, definem o direito à renda mínima por pessoa, podendo perfeitamente serem adaptados para o caso de se prever o benefício por família.

Outra inovação considera o propósito de se iniciar a garantia de renda mínima pelas pessoas ou famílias de baixa renda, buscando prover maior racionalidade, eficiência e dignidade aos beneficiários. E quando as condições fiscais e econômicas do país o permitirem, o programa poderá ser transformado numa renda básica de cidadania.

O Governo pode iniciar a implantação de um Programa de Garantia de Renda Mínima, através de um imposto de renda negativo, seja por pessoa ou por família, definindo-se eventuais contrapartidas, como as previstas em alguns dos atuais programas de transferência de renda – como o bolsa-escola, bolsa-alimentação, PETI, cartão-alimentação e outros.

Quais as vantagens de se caminhar nesta direção? Será vantajoso para os pobres que se pague uma modesta renda, de forma indistinta, mesmo aos mais ricos?

É provável que em se pagando a todas as pessoas, os pobres sejam beneficiados de maneira mais eficiente, pois não haverá necessidade de controlar o pagamento de apenas um segmento da população. Obviamente, os ricos receberão, mas contribuirão proporcionalmente mais, para que eles próprios e todos os outros recebam o benefício.

Assim, a renda básica de cidadania, ao conferir a todas as pessoas, não importando a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou sócio-econômica, uma modesta renda para garantir a subsistência de cada um, significará:

A simplificação da burocracia envolvida, evitando-se a declaração e verificação das rendas individuais;

Eliminação do sentimento de estigma ou de vergonha por ter de declarar o quão pouco recebe para ter o direito ao benefício;

Maior grau de dignidade e liberdade para as pessoas, ao saberem, previamente, que a partir da instituição da renda básica de cidadania, cada mês, e gradativamente mais a cada ano, com o progresso do país, todos receberão o suficiente para a sua sobrevivência;

Serão eliminados os fenômenos das armadilhas de desemprego e pobreza, presentes em muitos dos programas de transferência de renda, pois permanecerá o estímulo ao trabalho e ao progresso de cada pessoa na medida que tudo o que obtiver por seu esforço, criatividade, capacidade empresarial, etc lhe

será garantido, sem prejuízo do recebimento da renda básica de cidadania.

Peço a gentileza de Vossa Excelência examinar com atenção a proposta de redação aqui registrada, contando com seus bons ofícios, no sentido de encaminhá-la à consideração do relator da PEC n. 41, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Respeitosamente, Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Suplicy, quero cumprimentá-lo por essa luta tão desgastante durante anos. V. Ex.^a será atendido na forma regimental.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Arthur Virgílio, Augusto Botelho e Amir Lando enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex.^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com felicidade que trago ao conhecimento desta Casa o Relatório Anual de 2002 da Bovespa, a Bolsa de Valores de São Paulo.

Inegável é a importância das bolsas de valores em uma economia moderna. Existe uma clara correlação entre desenvolvimento econômico e a existência de um mercado de capitais forte e saudável. Mais que isso, podemos observar que os países desenvolvidos são aqueles em que grandes parcelas da população, incluindo camadas menos favorecidas da população, aplicam nas bolsas de valores.

O relatório traz mensagens do Presidente da Bolsa, Raymundo Magliano Filho, e do Superintendente-Geral, Gilberto Mifano. Além disso, procede, entre outras coisas, ao exame da economia nacional e do mercado brasileiro de capitais.

O ano de 2002 foi difícil para o mercado de capitais. Mesmo diante das adversidades, o mercado não se abateu. Ao contrário de alguns mais catastróficos, os analistas da Bolsa procuram imaginar um futuro mais promissor para o Brasil.

Como corretamente observou o Superintendente-Geral da Bolsa, Gilberto Mifano, “é claro que as dificuldades pelas quais o mercado de capitais vem passando nos últimos anos não podem ser atribuídas exclusivamente às políticas e decisões equivocadas do governo federal. O cenário macroeconômico, tanto externo quanto interno, é o determinante principal das nossas agruras”. Diante disso, o mercado encarou com otimismo, mesmo que cauteloso, o novo governo.

Ratificando a afirmação do Superintendente-Geral, o Presidente da Bolsa, Raymundo Magliano Filho, verificou que “em meio a um período de turbulências enfrentado pelo mercado de capitais, a Bolsa de Valores de São Paulo chegou ao final de 2002 movida pela convicção de que o difícil momento que atravessamos nos últimos anos poderá se reverter nos próximos exercícios”.

Todos sabemos, é bom lembrar, que 2002 não foi um ano particularmente feliz da economia brasileira. Como o próprio relatório ressalta, a economia brasileira realizou expressivo ajustamento às condições externas adversas, marcadas pela forte retração dos fluxos de capitais para os países emergentes em razão da desaceleração das economias dos Estados Unidos e da Europa. Além disso, resultado dos escândalos contábeis nos EUA, houve, também, descrença na solidez dos mercados financeiros.

Esse quadro externo de instabilidade, combinado com o clima da campanha eleitoral presidencial, levou à assinatura de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, a fim de garantir recursos para o financiamento dos déficits em transações correntes de 2002 e 2003.

Com precisão, o relatório observa que o desafio do governo é, agora, o de compatibilizar os anseios da sociedade por mudanças com as restrições políticas e econômicas encontradas.

O ano de 2002 também não foi tranquilo para o mercado de capitais. O Índice Bovespa encerrou o ano em 11 mil e 268 pontos, ou seja, uma desvalorização nominal de 17% e de 45,5% frente à variação cambial. Os negócios da Bolsa foram de R\$ 139 bilhões, ou 7,5% inferior ao obtido em 2001.

A fim de enfrentar tais dificuldades, a Bovespa, como observa o Dr. Magliano, tem procurado incrementar o mercado de capitais. Em suas relações com o Legislativo, a Bolsa de São Paulo propôs duas sugestões: a primeira visa a reduzir de 20% para 10% o imposto incidente sobre operações com renda variável; a segunda visa tornar possível, para os trabalhadores, utilizar o FGTS para compra de ações.

Outra iniciativa interessante da Bolsa é o programa “Bovespa vai até você”, que busca difundir, para a sociedade, as vantagens do mercado de capitais.

Da mesma forma, a Bolsa procurou, ao longo de 2002, investir no aprimoramento dos serviços prestados e no desenvolvimento de novas atividades para o atendimento de investidores, companhias abertas e

intermediários financeiros, com destaque para a intensa mobilização institucional realizada.

Além disso, a Bovespa fez grandes investimentos em tecnologia no ano passado. Por meio desses investimentos, objetiva procura tornar o acesso ao mercado de capitais mais simples. O **site** da instituição na Internet tem sido continuamente aprimorado. Ao longo de 2002, implantaram-se inovações, como por exemplo, a Revista Bovespa On-line; demonstrações financeiras das empresas listadas e cronograma de leilões e ofertas públicas.

Mesmo com todas dificuldades existentes, a Bovespa não tem se descuidado dos seus programas sociais de auxílio a famílias carentes. Tem, por exemplo, ajudado o desenvolvimento educacional de famílias de baixa renda. Também, é bom frisar, recolheu mais de três toneladas de alimentos para tornar mais feliz o Natal de centenas de famílias carentes.

Por fim, parece-me importante ressaltar que a Bovespa tem realizado salutar trabalho de divulgação de suas atividades. A Bovespa tem divulgado a sua atividade por meio de inúmeros programas, como o já mencionado "Bovespa vai até você" e os "Bovespa vai à fábrica" e "Bovespa vai à universidade". O esforço de divulgação e, conseqüentemente, de expansão do mercado acionário levado a termo pela Bolsa de Valores de São Paulo tem sido tão sério que repercutiu nas páginas do **The New York Times**, mais importante jornal americano.

Como observei no princípio desta exposição, a existência de um mercado de capitais forte é condição essencial para que seja alcançado o desenvolvimento econômico. O relatório ora apresentado é sinal claro que a Bovespa, apesar das dificuldades passageiras da nossa economia, acredita convictamente no futuro do Brasil. Acreditar no Brasil, mesmo nos momentos difíceis, é a mais importante lição que a leitura do relatório nos deixa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

ECONOMIA EM DECLÍNIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o governo petista do Presidente Lula anuncia que espera dar uma acelerada nos programas e obras que constam do Plano Plurianual – PPA. É a forma escolhida, espero que não seja tarde para segurar um pouco o declínio da economia brasileira.

Cansei de fazer advertências ao governo, aqui desta tribuna, mas o governo parecia nem estar aí, fa-

zendo ouvidos moucos também a todo o clamor da sociedade brasileira.

Só não vê a gravidade da situação da economia brasileira quem não quer ver. Basta ler os jornais para ficar em sintonia com o que o povo fala e clama nas ruas. O povo fala, o governo finge não ouvir e até vinha preferindo curtir as delícias e as benesses do poder.

Primeiro, cuidou de ajeitar o campinho de futebol da Granja do Torno, arrumou a churrasqueira e tratou de pedir a renovação do enxoval do Palácio da Alvorada, com direito a copos de cristal, lençóis com bordado inglês e uma fartura de fazer inveja para abastecer a despensa do poder, de bombons sonho-de-valsa a bebidas para ninguém botar defeito.

Em diversas oportunidades, mostrei que um dos caminhos seria a redução das taxas básicas de juros. O vice-Presidente José Alencar fez o mesmo, abrindo um berreiro do tamanho da boca do trombone.

Enquanto isso, de São Paulo, do Sul, do Sudeste, do Nordeste e do Norte, não faltam advertências. O comércio a desfalecer, a indústria demitindo e o desemprego aumentando. Seria necessário um quadro mais tenebroso?

Ainda hoje, conforme publica o **Jornal do Brasil**, as informações continuam negativas. "A indústria de São Paulo demite pelo quarto mês".

Diz a nota que o nível de emprego no setor industrial de São Paulo completou em junho o quarto mês seguido de queda. Acrescenta o jornal, com base em informações da FIESP, que a indústria só voltará a contratar em setembro e outubro. E aduz: "Não há momento mais propício para uma redução substancial dos juros do que agora, quando as empresas colocam muitas mercadorias nas lojas". Segundo explica o noticiário, para a diretora Clarice Messer, da FIESP, a redução dos juros funcionaria como um desacelerador da recuperação de empregos.

Leio, a seguir, para que conste dos Anais do Senado, como parte integrante deste pronunciamento, a notícia do jornal carioca:

Indústria de São Paulo demite pelo quarto mês Fiesp pede isonomia na redução do IPI e queda mais forte dos juros

SÃO PAULO – O nível de emprego no setor industrial de São Paulo completou em julho o quarto mês seguido de queda. E segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), responsável pelo

levantamento, a indústria só voltará a contratar entre setembro e outubro. Na avaliação da entidade, os dados de julho carregam um alento: houve uma diminuição no ritmo das demissões. No mês passado, foram fechados 1.213 postos, o que significa variação negativa de 0,08%. Em junho, o número de postos fechados no Estado chegou a 4.564 (variação negativa de 0,30%).

O resultado também é melhor na comparação com o de julho de 2002, quando o recuo chegou a 0,52%. Como tem sido praxe nos últimos meses, em julho apenas setores ligados, direta ou indiretamente, às exportações e à agricultura sobressaíram na criação de postos. No setor de congelados, o nível de emprego aumentou 16,18%, favorecido pelo envio da safra de laranja para as indústrias exportadoras. Já no setor automotivo, houve recuo de 0,13%.

A Fiesp cobrou do governo cortes mais ousados da taxa básica de juros e a extensão da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados a outras cadeias produtivas, além do setor automotivo.

– Funcionaria como um acelerador da recuperação de empregos – defendeu a diretora da Fiesp Clarice Messer.

Para a federação, a desaceleração das demissões ocorreu justamente graças aos ajustes (desova) dos estoques. Para a entidade, a atuação governamental deveria ocorrer em três vertentes: política monetária (juros), estímulo à confiança entre investidores (via aprovação das reformas) e subsídios à indústria, como o IPI menor e a desoneração de investimentos.

– Não há momento mais propício para uma redução substancial dos juros que agora – defendeu a diretora. – Com as empresas ofertando muita mercadoria no mercado, o tal risco de inflação de demanda fica muito reduzido.

A diretora da Fiesp referia-se aos argumentos do Banco Central, para a política de reduções graduais dos juros, de que um aquecimento rápido da economia pode provocar escassez de produtos e estimular reajustes. Clarice sustentou que, mesmo sem a atuação do governo, a retomada nas contratações virá no próximo mês, por conta de fatores sazonais (proximidade do Natal).

Mas não significa que o governo não possa fazer nada. Há um custo que está sendo carregado pela indústria, seja em menores investimentos, em empregos e diminuição da margem de lucros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, nesta oportunidade, expressar meu mais profundo sentimento de alegria e orgulho com relação ao recebimento pela ASSOCIAÇÃO DE LUTA PELA VIDA, do Estado de Roraima, do Prêmio Gates de Saúde Global de 2003.

Gostaria, também, de congratular-me com o Ministério da Saúde pelos brilhantes trabalhos realizados na área de prevenção e assistência às pessoas portadoras do vírus HIV, sem os quais o Programa Brasileiro de Combate à AIDS não seria contemplado com essa importante comenda (Prêmio Gates de Saúde Global).

De fato, a Fundação Bill & Melinda Gates, sediada em Seattle, selecionou o Programa Brasileiro de Aids para receber, em 2003, o prêmio no valor de US\$1 milhão. O programa, considerado um modelo de combate ao HIV/Aids em países em desenvolvimento, combina acesso gratuito ao tratamento anti-retroviral com agressivas campanhas de prevenção do HIV.

Segundo Dr. William Foege, membro sênior da Fundação Bill & Melinda Gates e Presidente do Corpo de Diretores do Conselho Global de Saúde “o Brasil demonstrou que com perseverança, criatividade e compaixão, é possível para um país fortemente atingido reverter a epidemia de Aids”. E arremata: “O Brasil está salvando vidas e economizando recursos ao mesmo tempo, e isso deve servir de inspiração para os países ao redor do mundo”.

O Brasil adquiriu visibilidade internacional na prevenção e combate ao HIV, em 1996, quando garantiu o acesso gratuito a medicamentos anti-retrovirais a todos os cidadãos.

Hoje o País fornece tratamento para HIV para aproximadamente 115 mil pacientes. O Governo, em meritória investida, conseguiu reduzir os custos de tratamento negociando preços mais baixos com as companhias farmacêuticas e fabricando versões genéricas de alguns medicamentos.

Estimativas apontam que, desde 1996, esse programa de tratamento reduziu a mortalidade decorrente da AIDS em quase 50% e as infecções oportunistas em 60 a 80%. Além disso, o programa de trata-

mento preveniu quase 360 mil internações, entre 1997 e 2001, resultando em uma economia para os cofres públicos de mais de 1 bilhão de reais.

Sem dúvida, com o seu programa de prevenção e combate à AIDS o Brasil mostrou ao mundo ser possível o tratamento, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo, de pessoas com AIDS em países em desenvolvimento.

O Programa de tratamento do Brasil é totalmente integrado com seus esforços de prevenção ao HIV no País, que inclui aconselhamento e teste de HIV, distribuição de preservativos, campanhas educativas e programas de tratamento.

Em seu recente relatório, a presidente do Conselho Global de Saúde citou o Brasil como “o mais claro exemplo da sinergia potencial entre as iniciativas de prevenção e tratamento”.

Por ser tão bom, o programa brasileiro se tornou referência para muitos outros países, sobretudo para os em desenvolvimento. Ademais, referido programa orienta ações da Organização Mundial da Saúde, balizando os trabalhos realizados em escala mundial.

Para finalizar, poderíamos dizer que não só os membros pertencentes à ASSOCIAÇÃO DE LUTA PELA VIDA merecem nossos cumprimentos, mas todas aquelas associações e fundações brasileiras que têm labutado contra a proliferação da AIDS, e que também receberam a comenda. Mais ainda o Ministério da Saúde, que soube e está sabendo conduzir com maestria os programas ligados à AIDS.

O Brasil está de parabéns.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Ficarás sem pão, porque te faltará o suor do teu rosto”. Essa parece ser a versão moderna do castigo atribuído ao homem expulso do mercado de trabalho. Nem mesmo os primeiros seres humanos do universo, que desobedeceram ao mandamento do Criador, herdaram tamanha penitência. “Comerás o pão com o suor de teu rosto”, isto depois do primeiro casal ter abocanhado, pelo menos, um pedaço de maçã, ainda que fruto proibido. O trabalho, que já foi castigo no início dos tempos, transformou-se, hoje, em sinônimo de cidadania e instrumento de auto-estima, apesar de um mercado longe do significado de paraíso celestial.

Imagine-se, então, o trabalhador, rosto rude e queimado pelo sol a sol, mãos calejadas pelos guatambus da vida, depois de intermináveis vias sacras

diante das estações do “não há vagas”, de volta à casa das panelas rasas e das contas cortadas, e o balbucio traduzido pelo entendimento paterno como “fome”. Que pecado teria cometido tal criatura, para suportar a dor da míngua do filho inocente? Não importa, nem mesmo a maior das culpas poderia merecer tamanha expiação. É essa a situação dos desempregados, neste início de terceiro milênio, ávidos por suor, para terem pão. Talvez a oração que o Senhor nos ensinou adquira, na voz aflita do pai desocupado, versão mais atual: “O pão nosso de cada dia, livrai do mal da fome e da miséria, o fruto do nosso ventre. Amém”.

São tamanhos contingentes que, diante da tentação da serpente da fome, podem, também, curvar-se à violência, enquanto pecado originário do desespero. Não há que haver associação linear ou direta entre miséria e violência, até porque elas são sinônimas, mas, também, não há como negar que a exclusão social cria condições favoráveis para o delito. Ninguém suporta, calado e imune, a dor do inocente.

Lembro-me da obra maravilhosa do diretor Vittorio de Sica, em “Ladrões de Bicicletas”, ambientado na Itália, no imediato pós-guerra. Empoeirado nas prateleiras dos filmes clássicos, o filme é um retrato, em preto e branco, dos nossos dias. Antonio Ricci, desempregado e desesperado, dois filhos, um, recém-nascido, outro, Bruno, no início da idade da compreensão e da razão, vê-se diante de uma sonhada e disputada, oferta de emprego. Colar cartazes, obrigatoria a bicicleta penhorada para o aluguel, o pão e o leite, e liberada pela mulher, Maria. No lugar do penhor, o enxoval de casamento, três jogos de lençóis usados e dois novos. Primeiro dia, sonhos à flor da pele, filho a tira-colo, primeiro cartaz, bicicleta roubada. Desespero, busca do meliante. Único dia, sonhos interrompidos. Sociedade injusta, falta de solidariedade, dignidade à prova. Lágrimas de Bruno, tentação, tentativa de roubo de bicicleta de outrem, alcançado pela multidão em fúria, perdão por pena, brios solapados. Fiapo humano. Fim.

Quantos serão os Antonios neste mundo de Deus? Ou, os Severinos, iguais em tudo na vida aos Josés, aos Pedros, aos Franciscos... Quantas serão as Marias, mães dos mesmos Brunos, dos mesmos Joões, dos mesmos... No Brasil, são milhões, cidadãos sem rosto e sem destino. São os mesmos os retratos, em preto e branco. Os mesmos retratos da vida.

Como no filme, entre o desemprego e a violência, mora o desespero. Na obra de Vittorio de Sica, os atores foram pinçados da vida real; eram desempregados

de seu tempo. Então, ela poderia ser ambientada, hoje, em qualquer região do Brasil. Haveria Antonios, Brunos e Marias, perambulantes nas ruas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre ou de Porto Velho. Somente nas seis maiores regiões metropolitanas poderiam ser selecionados atores da vida real entre os mais de 2,7 milhões de desempregados. Todos eles aptos para representar a si próprios.

Tal película poderia apresentar dois enredos diferentes, dependendo da vontade de quem se propõe a dirigi-la. No primeiro, a deterioração do relacionamento familiar e social, a perda da identidade humana, os distúrbios psicológicos, a destruição das qualificações profissionais, o aniquilamento da auto-estima e, por fim, a violência.

Neste enredo macabro, as cenas mais fortes da vida real brasileira, que resultam em homicídios, poderiam ser selecionadas entre as quase 50 mil anuais, no crime organizado que alicia Antonios e Brunos, nas esquinas dos outros meninos de rua, nas balas perdidas ou miradas, ou na banalização da vida que vale, muitas vezes, menos que um calçado, um boné, ou uma bicicleta.

No segundo enredo, um projeto de desenvolvimento nacional, a prioridade ao mercado local, a reconstrução do pacto federativo, a reforma agrária, o apoio às pequenas e médias empresas, o investimento em infra-estrutura econômica e social, a defesa da Amazônia, a redistribuição de renda, a geração de empregos, a produção de alimentos e, por fim, um país democrático, cidadão e soberano.

Este enredo luzente, nada mais seria que a tradução da índole do povo brasileiro, calcada no respeito, na justiça, na solidariedade, na cidadania, na responsabilidade, na honestidade, na dignidade, no bom senso, na tolerância, na civilidade, na educação, na família e no trabalho.

O povo brasileiro tem demonstrado que prefere produzir esse último enredo. Para tanto, deu sinais de que não se contenta, apenas, em se constituir em figurantes secundários da história. Ao contrário, quer ser ator principal. Por isso, elegeu um dos seus mais legítimos representantes para dirigi-lo. E espera o mesmo desempenho de todos os demais atores coadjuvantes. Esse mesmo povo cansou-se dos dramas, das ficções e das comédias da vida real. Ele quer construir o seu próprio documentário, para que, nas prateleiras das gerações futuras, além da inevitável poeira do tempo, os Brunos do amanhã possam reconhecer a saga de um povo que não teve medo da mudança, embora, muitas vezes, tenha lhes faltado, na arte da vida, luz e câmera. Jamais a ação.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 36, DE 1999

(Incluída em Ordem do Dia

nos termos do Recurso nº 26, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999**, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados*, tendo

Parecer contrário, sob nº 1.367, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Luiz Pontes, com voto vencido, em separado, do Senador José Fogaça, que se absteve em relação ao relatório vencedor.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 23, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2003**, tendo como primeiro signatário o Senador Efraim Moraes, que *dá nova redação ao § 1º do art. 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 593, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 5, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia,

nos termos do Recurso nº 11, de 2003, e do Requerimento nº 689, de 2003 – art. 167 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2003** (nº 2.009/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outor-*

ga concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 480, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

4**REQUERIMENTO Nº 621, DE 2003**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 621, de 2003**, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 223 e 287, de 2003, por regularem a mesma matéria.

5**REQUERIMENTO Nº 624, DE 2003**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 624, de 2003**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 1999, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às dezenove horas e dois minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL
SENADOR JOSE SARNEY**

13-8-03**Quarta-Feira**

8:30 Café da manhã com a Ministra Duma Rouseff, Ministra de Estado de Minas e Energia, acompanhada do Senhor Silas Cavalcanti, Presidente da Eletronorte e Senadores

Residência Oficial do Senado Federal

10:30 Membros da Coordenadora Democrática, grupo de oposição da Venezuela:

Presidência do Senado Federal

11:00 Reunião com os Governadores do Nordeste e Líderes no Senado

Presidência do Senado Federal

15:30 Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2003**

Dia 2 de junho de 2003, segunda-feira, às 14h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 02 de junho de 2003, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada a: 1) leitura de expedientes; 2) exposição do Sr. **GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI**, sobre “A questão da concentração da propriedade nos meios de comunicação social”; 3) exposição do Sr. **EDMOND FERNANDO SANTIAGO**, Diretor Comercial da Brasil Telecom, sobre “TV Turbo e Inclusão Digital”; 4) breves relatórios sobre andamento dos trabalhos das comissões; 5) comunicações dos Conselheiros: **FERNANDO BITTENCOURT** – “Cenário tecnológico nas mídias de comunicação social”; **GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – “Proposta de audiência pública, no âmbito do Conselho de Comunicação Social, com a presença do Ministério da Justiça e Polícia Federal, Ministério das Comunicações e Anatel, e Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro”; e **ROBERTO WAGNER MONTEIRO**.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO – Presidente
Representante da sociedade civil

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO
Representante das empresas de rádio

ROBERTO WAGNER MONTEIRO
Representante das empresas de televisão

FERNANDO BITTENCOURT
Engenheiro com notório conhecimento na
área de comunicação social

FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional
dos jornalistas (Suplente)

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
Representante da categoria profissional dos radialistas

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA
Representante da categoria profissional dos artistas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Representante das categorias profissionais
de cinema e vídeo

ALBERTO DINES

Representante da sociedade civil

CARLOS CHAGAS

Representante da sociedade civil

RICARDO MORETZSOHN

Representante da sociedade civil

Esteve presente, também, a Conselheira **REGINA DALVA FESTA** (Representante da sociedade civil – Suplente).

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Boa-tarde a todos. São 2h09min. Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião do Conselho de Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de dar início à Ordem do Dia, registro a presença do Conselheiro Frederico Ghedini, representante do Conselheiro Daniel Herz, que não pôde estar presente. Ao Conselheiro, dou as boas-vindas.

Passo a ler mensagem eletrônica recebida do Conselheiro Jayme Sirotsky: “Lamento não poder comparecer à reunião da próxima segunda-feira. Devo presidir a reunião do Conselho de Administração do **RBS** nesse mesmo dia. Por telefone, havia dito ao Presidente que tentaria conciliar, o que não foi possível”.

Srs. Conselheiros, a Ata Circunstanciada e respectivas notas taquigráficas da última reunião encontram-se disponíveis em cópia sobre a mesa e na página do Conselho na Internet. Conforme combinado na última reunião, a Secretaria encaminhou comunicação eletrônica com orientações sobre como acessar as atas na Internet.

Indago dos colegas se haveria algum registro ou correção a ser feita. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação, considero aprovada a ata e liberada para publicação no **Diário do Senado Federal**.

Passo a dar conhecimento ao Conselho dos expedientes recebidos. Cópias dos documentos constam dos avulsos de pauta e encontram-se sobre as bancadas, à disposição dos senhores.

Há uma comunicação do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, solicitando a convocação de audiência pública neste Conselho para tratar da questão da radiodifusão comunitária no Brasil. A Presidência, em princípio, concorda com a convocação e em dar todo o apoio necessário. Mas encaminhará a solicitação à Comissão de Radiodifusão Comunitária, que

está tratando da matéria e deverá tomar deliberações nesse sentido.

O segundo documento é o ofício do Deputado Federal Orlando Fantazzini, coordenador da campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, solicitando que a discussão sobre a campanha seja incluída na pauta deste Conselho. Designo Relator para essa matéria nosso representante nessa campanha, o Conselheiro Ricardo Moretzsohn, que tem participado da discussão e, que neste Conselho, é quem mais se ocupa da questão. Estaremos bem representados. Na próxima reunião, o Conselheiro fará um relato minucioso sobre o andamento da campanha.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tem V. Sª a palavra.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sr. Presidente, gostaria de pedir um breve tempo, porque, a meu convite, está presente nesta reunião o Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, companheiro Armando Rollemberg, que gostaria de oficializar um comunicado a todos nós. Esse pedido foi enviado por escrito a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Por favor, Armando. Rompem-se todas as formalidades. V. Sª manda. A única exigência é mitigar essa saudade intensa, com sua presença aqui ao nosso lado.

Está tudo errado, Conselheiro Chico Pereira. No meio do expediente... Mas o Armando manda. Manda em você e manda em mim.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Boa-tarde a todos. O Chico esteve hoje na minha sala e comentei com ele que, na semana passada, o Presidente José Sarney – dando prosseguimento a uma conversa que teve com Lula, em Buenos Aires, quando da posse do Kirchner – me informou da possibilidade de realizarmos uma parceria inédita entre a **TV Senado**, a **TV Câmara**, a TV do Poder Judiciário e a **Radio-brás**, para constituirmos um canal público internacional de TV e de rádio para divulgar as atividades do Estado brasileiro, não só do Estado brasileiro, com também veicular filmes e programas produzidos por artistas e produtores nacionais.

A idéia prosperou rapidamente, porque os dois ficaram hospedados na residência do nosso Embaixador em Buenos Aires, onde tiveram oportunidade de conversar sobre o assunto. Voltaram daquele país no mesmo voo. Disso já resultou uma carta do Presidente Sarney, a qual trouxe ao conhecimento de vocês e que se encontra com o Dr. José Paulo, formalizando a idéia para o Presidente Lula e para o Presidente João Paulo. O Presidente Sarney deve oficialar nesses mesmos termos ao novo Presidente do Supremo Maurício Corrêa.

A idéia prosperou também no âmbito administrativo. Realizamos uma reunião preliminar com a Presidência da **Radiobrás**, com a Diretoria de Comunicação do Senado e da Câmara. Na quinta-feira, teremos um encontro de ordem técnica e de pessoal-jurídica, para saber como seria esse novo ente.

A solução para esse ente pode passar por uma construção inédita.

Comunico isso porque é algo pertinente a este Conselho. Apressei-me a dar conhecimento dessa nova proposta encampada pelo Presidente Sarney e recebida com muita simpatia pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Presidente João Paulo. Já contamos, em princípio, com a simpatia. Estamos começando a formatar essa nova idéia.

Nós, do Senado, consideramos que a operação desse novo ente deve estar localizada na **Radiobrás**, mas que deve haver um equilíbrio; a **Radiobrás** não teria o comando do processo, mas deverá sediar. Como é um órgão que visa à divulgação do Estado brasileiro, não pode controlar esse novo ente.

Quem sabe as luzes do Dr. José Paulo possam nos ajudar nesse processo final de formatação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Armando é um velho amigo, já deu provas de espírito público, da dimensão do coletivo. Este Conselho se sente honrado em tê-lo aqui presente.

Esse assunto não é de hoje; há, inclusive, um projeto de lei do Senador Hélio Costa, PMDB – MG, para a criação de uma TV Brasil internacional. O Presidente José Sarney teve essa idéia há muito tempo.

S. Ex^a tem sido um bom amigo deste Conselho, não nos tem faltado apoio. Entretanto devo dizer que não é uma idéia consensual. A experiência internacional não tem dado bons exemplos de que os custos de um entendimento como esse correspondem efetivamente ao interesse coletivo.

Quero dizer ao querido amigo Armando que este é um Conselho plural. Temos sempre buscado

produzir consenso aqui. Se esse assunto vier ao Conselho – e espero que venha –, terá um tratamento adequado. Apenas estou querendo dizer que, ao lado da simpatia dos proponentes, essa matéria tem que ser bem examinada, pois há argumentos a favor e contra, ambos muito consistentes. Teremos de fazer uma avaliação, mas faremos isso com todo o apreço não apenas ao próprio Armando, que aqui traz a proposta, como ao Presidente José Sarney.

Com a palavra a Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Srs. convidados e Sr. Armando Rollemberg.

Semana passada, vi na imprensa a proposta de criação da TAL – a TV da América Latina, que realmente me chamou a atenção. Tivemos oportunidade de discutir. Paralelamente à representação que exerce no Conselho, presidido a **TVE** do Paraná. Nessa condição, participei da reunião da ABEPEC – Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais, no último final de semana, em São Paulo, com a presença do Presidente da **Radiobrás**, Sr. Eugênio Bucci, onde tivemos a oportunidade de discutir essa proposta, mas não em profundidade.

Na realidade, mais do que entender a integração dos povos latino-americanos como uma necessidade efetiva, nós, do Paraná, já vínhamos desenvolvendo uma atividade nessa área. O Governador Roberto Requião tem uma visão muito clara da importância da atuação conjunta e do nosso desenvolvimento integrado, sobretudo neste momento. Portanto, fatalmente, a partir do momento em que se defina o ente jurídico e como viabilizar o empreendimento – digamos assim –, os senhores terão necessidade de trabalhar a expansão da rede (como levar esse sinal lá). Temos alguma experiência e ficamos à disposição para trabalharmos juntos nessa perspectiva.

Da mesma forma, exorto ao Sr. Eugênio Bucci, em especial, que pense na rede pública de tevê, nas emissoras educativas e culturais, como parceira em todo esse processo não apenas para formar o conteúdo que será necessário veicular, mas também para fortalecer o sistema público de radiodifusão, que carece, neste momento, de reconhecimento e de um apoio mais concreto.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Armando sua visita de cortesia.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não vamos discutir esse assunto, que está fora da pauta. Foi apenas um gesto de cortesia. Gostaria que não perdêssemos muito tempo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sim. Apenas antevendo a vinda ao Conselho dessa proposta da TV Brasil, eu, como representante...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – TV Brasil?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Parece que o nome vai ser TV Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Os jornais dizem que vai ser a TAL.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Não. Desculpe-me. São duas coisas distintas. A TAL é uma idéia que vem como troca de conteúdos. Nós, da **TV Senado**, também estamos superinteressados em participar e colaborar, sem dúvida, mas a idéia do canal público é diferenciada da idéia da TAL.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Estou antevendo a vinda aqui e já estou externando meu total apoio à idéia...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Do Canal Brasil.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Exatamente, porque entendo que esse é o caminho para se divulgar mais o Brasil na área do Judiciário, do Executivo e do Legislativo.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Agradeço. Desculpem-me ter invadido a pauta. Não era a minha intenção.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Era sua intenção sim (risos).

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Foi minha intenção apressar-me em comunicar minha opinião, já que o assunto é pertinente. Não gostaria que o assunto rolasse sem que os Conselheiros do Conselho de Comunicação Social tivessem se acercado dele. Estou à disposição para, em outro momento, depois

que a idéia prosperar um pouco mais, discuti-la em profundidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Encareço que expresse ao Presidente José Sarney as estimas do Conselho.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Aproveito a presença do Armando Rollemberg, que já foi Presidente da FENAJ, para comunicar que ontem foi o Dia Nacional da Imprensa, que desde 2000 vem sendo comemorado no dia 1º de junho em função de ser a data em que, pela primeira vez, circulou o **Correio Brasileiro**.

No próximo dia 04 de junho, às 9h, haverá uma sessão solene, na Câmara dos Deputados, em homenagem ao Dia da Imprensa e do Jornalista e um ano sem Tim Lopes.

Sugeriria, então, Sr. Presidente, que o Conselho designasse alguém para acompanhar essas festividades, já que é uma data extremamente importante aos jornalistas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Algum voluntário se dispõe a cumprir esse papel? (Pausa.)

O Conselho designa como voluntário o Conselheiro Paulito, com o apoio de todo o Conselho.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Claro que aceito prazerosamente, Sr. Presidente, porém, lamentavelmente, não sou jornalista e creio que, para desempenhar essa função, deveria sê-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas estará representando o Conselho.

Recebo ofício da Anatel, que encaminha cópia de mensagem eletrônica do Sr. Adelino Ozores Neto II referente à manifestação de subprogramação exibida em canal de TV envolvendo tratamento de pessoas portadoras de deficiência física. Diz esse cidadão:

“Vale tudo pela audiência... pelo dinheiro. Vale até reproduzir ou simular situações de cenário urbano: ‘atravessando uma avenida movimentada, um cadeirante solicita ajuda aos transeuntes para transpor a via e no meio da pista se atira no chão. Rapidamente o pretenso deficiente é socorrido, carregado até

margem da avenida. Ao colocá-lo no chão, ele se levanta e anda até a cadeira, chamando àqueles que o auxiliavam de otários, pois queria apenas dar uma voltinha – é pegadinha.” Risos... se não fosse trágico. Os otários somos nós. É vergonhoso. Estou tão indignado que não encontro palavras para protestar.”

Como o Conselheiro Ricardo Moretzsohn vem se ocupando dessa matéria, encaminho-a ao Conselheiro para examinar esse assunto e fazer um relato ao Conselho na próxima reunião.

Ofício do Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental do Ibama sugere a possibilidade de se proibir a participação de animais silvestres em programas de televisão, propagandas, filmes e afins, a menos que tenham um cunho educativo, com vistas a impedir a sua extinção. S. S^a inclusive ressalta que de cada dez animais capturados nove geralmente morrem antes do destino final.

Dada a semelhança do assunto, também encaminho a matéria ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn, que deverá se pronunciar na próxima reunião.

Ofício da Associação de Rádios Comunitárias de Uberaba traz comentários, para apreciação por este Conselho, ao projeto de lei que cria os serviços de telecomunicação comunitária. No mesmo sentido, há a mensagem da **Rádio Vale**, dizendo que estão de olho, o que é um bom instrumento de controle social. Creio que devem ficar de olho, sim, em tudo o que disser respeito ao interesse coletivo.

Ofício nº 790, do Presidente do Senado, encaminha a este Conselho o Projeto de Lei do Senado nº 575, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária, de autoria do então Senador Paulo Hartung, solicitando parecer sobre a matéria.

Usando o precedente processual da conexão, por meio do qual as novas ações que se conectam com as anteriores são julgadas pelo juiz anterior, e como o Conselho já se pronunciou sobre um tema muito semelhante há pouco, aprovando por unanimidade um parecer do Conselheiro Paulito, com adendo do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz, a Presidência sugere que o relato dessa matéria caiba aos Conselheiros Paulito e Daniel Koslowsky Herz. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, está aprovado.

Passaremos, agora, à segunda parte...

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, uma única observação...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheiro.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – ...dada a observação do Senador no sentido que não se percam os prazos que S. Ex^a estabelece no documento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não. Isso já ficou claro. Conselheiro Paulito, não custa nada lembrar. Houve uma adaptação do Regimento do Senado nesse sentido, portanto temos que apreciar a matéria em duas reuniões. Gostaria, então, que houvesse empenho dos Conselheiros Paulito e Daniel Herz, no sentido de produzirem consenso, se possível, a fim de deliberarmos a esse respeito na próxima reunião do Conselho.

Passemos à segunda parte da nossa reunião.

Concedo a palavra, para expor sobre TV Turbo e Inclusão Digital, ao Dr. Edmond Fernando Santiago, Diretor Comercial da Brasil Telecom. Graduado em Engenharia Elétrica Eletrônica e Telecomunicações, pela Universidade de Brasília, atua há 32 anos no setor de telecomunicações.

Em nome do Conselho, Dr. Fernando, dou-lhe as boas-vindas e passo-lhe a palavra.

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Boa-tarde, senhores! Dr. José Paulo Cavalcanti Filho, Presidente do Conselho de Comunicação Social, demais componentes, demais presentes, gostaria, primeiramente, de agradecer, em nome da nossa Presidente, a oportunidade que me foi dada de comparecer a esta sexta reunião do Conselho. Infelizmente, não foi possível o comparecimento da nossa Presidente, tendo em vista S. S^a encontrar-se fora de Brasília, em compromisso inadiável.

Espero trazer-lhes contribuição, mostrando o que nós, Brasil Telecom, pensamos, como operadora de telecomunicações, o que é possível fazer para ajudar o nosso País a crescer e ajudar na chamada inclusão digital e, conseqüentemente, social.

Pretendo fazer uma breve demonstração de alguns números da nossa empresa e, ao término dessa apresentação, fecharei nossa participação exatamente enfatizando a parte que os senhores chamam de turbo vídeo ou Inclusão Digital.

Apenas a título de informação, exporei alguns dados para mostrar o que temos feito ao longo destes

quase cinco anos de privatização do sistema de telecomunicações do País.

Atendemos hoje a uma área territorial de 2,6 milhões de km², que corresponde a 33% do território nacional, uma área cuja baixa densidade os senhores conhecem bem, o que determina certa "dificuldade" de dotar os nossos clientes do serviço de telecomunicações como um todo. Abrangemos 23% da população, 40 milhões, atuando em todo o Centro-Oeste e Sul do País e parte da região Norte.

Há hoje 10,548 milhões linhas instaladas, o que significa dizer que, na sua totalidade, conseguimos atingir toda a demanda, na região de atuação. Ou seja, basicamente estamos levando serviço telefônico a praticamente 40 milhões de habitantes dessa região.

Aqui há um dado importante do ano passado. Temos hoje em torno de 168 mil acessos ADSL assunto que vamos abordar posteriormente, o que significa acesso dessa população à alta velocidade, à banda larga.

O serviço de comunicação de dados, para que os senhores tenham idéia, teve um crescimento da ordem de 55%, em 2002. Somos hoje a segunda maior provedora de serviços de acesso em banda larga na América Latina. Devemos atingir, este ano, 400 mil assinantes de banda larga e, no próximo ano, 800 mil. É um número bastante agressivo e interessante, o que vai possibilitar uma ajuda substancial por parte da Brasil Telecom ao Governo no que diz respeito à inclusão digital.

Temos hoje o controle da BrT Serviços de Internet S/A, que é a provedora do Portal BR Turbo. Temos o controle integral da GlobNet; uma participação minoritária na Vant, MetroRed e a licença de SMP e Datacenter. No caso deste, estamos disponibilizando aos nossos clientes quatro Datacenters: em Curitiba; em Porto Alegre; um em Brasília e estamos fazendo um quarto, um novo Datacenter em Brasília, que deverá ficar pronto no início do próximo ano.

A responsabilidade da Brasil Telecom poderia ser resumida da seguinte forma: a Brasil Telecom tem consciência da sua responsabilidade para com sua clientela no sentido de oferecer o que há de melhor em tecnologia de ponta. Isso nós estamos fazendo na medida do possível. Hoje oferecemos aos nossos clientes o que há de mais arrojado em termos de tecnologia, mas também temos consciência de nossa responsabilidade com relação ao fator sócio-cultural. Nesse sentido, participamos, de forma bastante agressiva, de eventos culturais, esportivos e sociais.

A evolução para uma sociedade de integração está aprofundando as diferenças sociais no Brasil e no mundo. Da mesma forma que o analfabetismo é fator de exclusão social, a exclusão digital também levará, com certeza, a diferenças sociais no Brasil e no mundo. É aí que nós, da Brasil Telecom, temos a consciência da nossa participação e responsabilidade para diminuir essa diferença entre aqueles que têm, hoje, condições de navegar na Internet, por exemplo, e aqueles que não têm.

Devemos utilizar todos os meios de comunicação disponíveis na garantia da inclusão digital: televisão, Internet, rádio. E entramos com ADSL também. Nesse sentido, oferecemos uma solução de inclusão digital para escolas. Já levamos essa idéia ao Ministério, como proposta da Brasil Telecom, oferecendo banda larga, alta velocidade, a todas as escolas do País. Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, hoje há, dentro da nossa região, aproximadamente duzentas cidades já servidas por banda larga. Isso quer dizer que poderíamos levar banda larga às escolas e, por meio de Datacenter que possuímos, de solução mais simples, com computadores de menor sofisticação na ponta, podemos minimizar o custo da inclusão digital nas escolas.

Resumindo, a operadora Brasil Telecom arcaria, então, com toda responsabilidade pelo investimento no Datacenter, nos equipamentos, na tecnologia, enquanto o Governo, no caso, poderia arcar com os custos operacionais.

É sabido que, quando começamos com a Internet, poucos davam valor a ela, isso há dez ou quinze anos atrás. Na realidade, não se imaginava que tivéssemos uma evolução tão rápida em termos de velocidade e processamento. Naquela época, não se pensava em ter alta velocidade. Falava-se em alta velocidade de 64 quilobits em cima de par trançado, de par telefônico. Pensava-se naquela época que a única maneira de se levar banda larga, alta velocidade, aos domicílios seria através de fibra ótica. Isso é passado. Na realidade, a tecnologia evoluiu, os *modems* hoje utilizados se sofisticaram e é possível transmitir alta velocidade em cima de um par, que há bem pouco tempo servia única e exclusivamente para voz e telefonia.

Conforme mencionei ainda há pouco, a idéia é que cheguemos a algo em torno de 400 mil acessos ADSL em 2003 e a previsão é de 800 mil acessos em 2004.

O que defendemos é que a Brasil Telecom detém uma capilaridade da magnitude de 10 milhões de terminais instalados, o que significa um meio de che-

gar à residência das classes A, B e C de forma simples, com base em uma rede que já está plantada, enterrada no solo. Não podemos esquecer que, hoje em dia, cada tostão vale ouro. E se podemos convergir aquilo que gastamos em telefonia em cobre, que está enterrado e, ao mesmo tempo, levar banda larga, alta velocidade ao cliente, estaremos convergindo a um custo muito mais barato.

Na realidade, o que queremos mostrar com este slide é exatamente onde aparece a seta, indicando convergência. Aqui, a nossa rede é a Brasil Telecom. Na realidade, o par trançado que hoje chega a nossa residência e chega ao telefone; se for o caso, se houver um microcomputador na ponta, passa-se pelo *modem* ADSL e chega-se ao computador. Com essa mesma estrutura, podemos trazer um sinal qualquer, seja de vídeo, seja de áudio e, com equipamentos de ponta, podemos derivar um sinal para a televisão.

Não estamos falando, em hipótese alguma, em momento algum, em distribuir sinal de vídeo. Estamos falando numa convergência em que operadoras de TV a cabo ou TV aberta poderiam utilizar nossa infra-estrutura e chegar à casa do assinante. Estamos dizendo que deveríamos, sim, convergir de tal forma a maximizar aquilo que fizemos, em termos de investimento, na nossa região da Brasil Telecom.

Para que isso seja feito, seria necessário, da mesma forma como hoje transmitimos dados pela ADSL, um servidor de vídeo que entraria na nossa rede e chegaria até nosso assinante.

Quem é o responsável por esse servidor de vídeo? Não é a Brasil Telecom.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Qual é a qualidade do sinal da televisão nesse sistema?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – O que estamos fazendo ainda é teste. Na realidade, quando se fala num par com características elétricas adequadas, estamos falando em transmitir a 2 megabits. A 2 megabits você transfere o sinal de vídeo com boa qualidade, desde que, evidentemente, estejam todos os parâmetros equacionados. Não tenho dúvida, e é uma posição particular, de que cada vez mais a tendência é se ter uma evolução maior na ponta, com base nos equipamentos de ponta, de tal forma que a flexibilidade dos *modems* permita navegar em velocidade até maior do que 2 megabits.

Voltando ao assunto, insistimos que, uma vez enterrados milhões de metros de cabo e disponível a evolução tecnológica dos *modems*, é possível, numa

convergência com as operadoras de TV, utilizar essa rede para a transmissão de vídeo.

O que o turbo vídeo oferece? Distribuição de conteúdo, gerada em canais de TV e armazenada no servidor para oferta de serviço sob demanda – nesse caso, depende da operadora de TV – por um *set top box*. Na realidade, o *set top box* aparecerá nessa ponta. Assim, haverá condições de escolher se acessará canal de TV, se tráfegará dados – ADSL em cima de ADSL – ou se falará na tradicional transmissão de voz.

Pelo controle remoto, o cliente poderá escolher, como já disse. Na realidade, ele passará a ter o controle de todo sinal que chega a sua residência em um único equipamento, que poderá ser mandado para o televisor, para o computador ou para o telefone.

Gostaríamos de frisar, mais uma vez, o que temos abordado desde o início. Entendemos que o momento é de convergência, de união. Se as operadoras de TV a cabo e de TV aberta não se juntarem às operadoras de telecomunicações – não necessariamente apenas a Brasil Telecom –, estaremos desperdiçando uma oportunidade muito grande de levar a milhões de residências o que chamamos de inclusão digital. Essa é a oportunidade de se chegar às residências de classe “C”, “D”, e, se não for possível, a escolas, quiosques ou a quaisquer locais em que se possa oferecer, de forma adequada, ao nosso povo o que existe em termos de inclusão digital.

Era o que eu tinha a apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pergunto ao conferencista se poderá disponibilizar ao Conselho essas transparências, para que a Dr^a Márcia possa entregá-las aos demais Conselheiros.

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Já há os disquetes. Está tudo pronto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a poderá transferi-las posteriormente.

Faculto a palavra aos Conselheiros que ainda desejam manifestar-se a respeito do assunto.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento o Dr. Edmond Fernando Santiago pelas palavras esclarecedoras.

Tenho algumas dúvidas. A primeira refere-se ao BR Turbo. Ele é compatível com TV aberta, TV a cabo e TV por satélite?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Não. BR Turbo, na realidade, é um provedor de Internet. O que o BR Turbo faz... O senhor está citando a matéria?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não. Pelo slide, em algum momento, o BR Turbo receberia conteúdos da TV aberta ou da TV a cabo. Pergunto se as TVs por satélite também poderiam transmitir o seu conteúdo pelo BR Turbo, ou apenas a TV aberta e a TV a cabo.

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Tecnicamente, é possível fazer isso. Não saberia informá-lo quais seriam os equipamentos envolvidos neste momento. Porém, da mesma maneira que se recebe via cabo, pode-se receber via satélite.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Por hipótese, digamos que uma TV aberta tivesse interesse nisso. Pelo seu conhecimento prévio, os custos seriam suportáveis?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Seria muito prematuro falar em custos neste momento. Na realidade, ainda estamos engatinhando, iniciando um teste dessa nova tecnologia. Fazer uma comparação seria uma inferência muito inoportuna no meu caso. Não conheço os custos da TV aberta e ficaria muito difícil compará-los.

O importante é que podemos caminhar nesse sentido. Podemos realizar um *trial* e, com esforços conjuntos e até em parcerias, poderíamos chegar a condições que, com certeza, seriam favoráveis para ambos os lados.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – A TV digital do futuro seria também compatível com esse sistema?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Transmitir dados, transmitir bits, venham eles de onde eles vierem, ou seja, haverá condições de receber em uma ponta da mesma forma em que se recebe em outra. A TV digital, na realidade, é a transmissão de dados, é a transmissão de bits. Da mesma forma, é possível também fazer uma integração. Não sei dizer a que custo, porque ainda não se tem esse dado, mas é possível.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Nessa matéria do jornal, fala-se que o assinante deveria ter, sobre a sua televisão, um conversor. Essa tecnologia já existe?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – O *set top box*. Na realidade, ela já existe. Fala-se, na verdade, em vídeo sob demanda há um bom tempo. Isso era muito caro, porque se trabalhava, como eu disse ainda há pouco, em distribuição via fibra óptica. É inviável chegar à residência do cliente com fibra óptica, pois fica caríssimo. À medida que houve uma evolução significativa em termos de transmissão em cima do par trançado, as coisas ficaram mais facilitadas.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Finalmente, Dr. Edmond, já examinamos no Conselho o SCM – Serviço de Comunicação Multimídia. Até fiz um estudo sobre o SCM, o qual demonstrava que a transmissão de conteúdo não poderia ser transmissão e geração.

Ficou claro nos seus *slides* que o serviço BR Turbo não pretende construir o conteúdo. Na verdade, o que vocês pretendem é ser um veículo de transmissão dos conteúdos gerados pelas televisões. Isso é correto?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Isso tem de ficar bem claro. Nós, em momento algum, falamos em gerar conteúdo ou em distribuí-lo. O que estamos oferecendo é uma parceria às empresas operadoras de TV, para que possamos prover o transporte, única e exclusivamente, o transporte.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Roberto Wagner e penso que, sobretudo na última pergunta, ele focou a questão central. A nossa preocupação é visualizar esse sistema como alternativa técnica de transmissão de conteúdo. Mas também não tive a sensação, na sua exposição, de que o senhor estivesse imaginando fazer outro sistema em que a Brasil Telecom mesma pudesse gerar esses conteúdos. Agradeço a sua resposta.

Passo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Ao cumprimentar o Dr. Edmond Santiago, gostaria de in-

sistir um pouco no ponto suscitado pelo Conselheiro Roberto Wagner, principalmente naquele referente à distribuição de conteúdo de produção via satélite.

Sabemos, Sr. Presidente, que as empresas devidamente autorizadas a operar no mercado brasileiro, as empresas via satélite, têm participação de capital e não se sujeitam a qualquer tipo de limitação. Então pergunto a V. S^a se não seria possível que essas empresas, por exemplo, gerassem conteúdo fora do Brasil e, de alguma forma, contratassem o serviço de comunicação multimídia da Brasil Telecom para fazer essa distribuição no território brasileiro, não estando sujeitas à Constituição brasileira, principalmente ao seu art. 221.

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – A pergunta é muito boa, não resta a menor dúvida. Isso nos preocupa.

O que a Brasil Telecom está oferecendo é uma parceria para transporte de informações e de vídeo para as operadoras brasileiras. Não estamos fazendo um tripé para chegar a um cliente lá fora. Não é essa a posição da Brasil Telecom e não será.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Quer dizer que o senhor nos assegura que essa distribuição de conteúdo pela Brasil Telecom será feita de acordo com a Constituição brasileira, sujeitando-se às normas do art. 221, e para empresas que são produtoras desse conteúdo, as quais, evidentemente, se sujeitam a esse preceito constitucional. É isso?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – É mais do que isso. A Brasil Telecom vai sempre cumprir o que está na Constituição brasileira, sempre.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Aproveito, Dr. Edmond, para lhe fazer uma segunda pergunta.

O senhor poderia, em rápidas palavras, nos dizer qual é a constituição do capital social da Brasil Telecom?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Não, não tenho essa informação.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Gostaria de saber apenas os números totais.

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Não, mas eu poderia passar essa informação ao Conselho, se o Presidente me permite, ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil – Representante da sociedade civil) – V. S^a não está apto a fornecer nem o nome do controlador da empresa?

O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – A Telecom Italia tem 19% e o Opportunity e os fundos de pensão, outros percentuais. Não tenho aqui os valores percentuais, mas nada impede que mandemos as informações para o Conselho. Aliás, esse é um dado disponível para todos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Pela ordem, Sr. Presidente.

As palavras do Conselheiro Paulito foram extremamente sábias, de sorte que requeiro ao Presidente que, ao final da exposição do Dr. Edmond, possamos ter um consenso. Podemos elaborar um ofício ao Sr. Ministro das Comunicações, relatando o que o Conselho percebeu das palavras do Dr. Edmond.

Estamos realmente muito contentes com sua afirmação, mas o Conselho poderia oficiar ao Ministro das Comunicações, talvez ao Presidente da Anatel, ressaltando que o Conselho ficará atento, de sorte que não haverá hipótese daquilo que o Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto salientou: de uma empresa de TV por satélite, não nacional – não com a Brasil Telecom, porque já se disse que não é o desejo dela, mas com outras empresas –, ter a possibilidade de burlar o Texto Constitucional quando uma TV por assinatura não nacional que operar não no Brasil fizer uma vinculação com uma operadora de telefone no Brasil, podendo veicular conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro e já quero indicar que esse é um contencioso de que o Conselho muito em breve vai ter de se ocupar. Há um sistema caótico de base legal sobre os meios de comunicação no Brasil. Uma distinção que não é feita em nenhum lugar culturalmente maduro entre radiodifusão e telecomunicação, que leva a uma situação difícil de imaginar. Há rádios e televisões abertas indicados como um serviço de radiodifusão, não obstante na Lei nº 4.117 sejam indicados como de telecomunicação; e há um sistema de TVC, televisão a cabo, com uma lei enormemente minudente, estabelecendo um conjunto bastante variado de obrigações. E sistemas que são, do ponto de vista do usuário, exatamente iguais, que nem criados por lei são e que estão livres de qualquer tipo de sistema de controle de conteúdo – como,

por exemplo, TV por satélite, DTH, como TV por microondas, MMDS, como serviço de comunicação multimídia – SCM. A distinção em relação ao fato de que um é pago e o outro não é pago é intolerável do ponto de vista lógico. É quase como se os carros de uma emissora fossem pintados de azul e os de outras, não.

Pergunto: com um centavo por ano, pago na conta telefônica, essa televisão é paga ou não é? O bom-senso parece sugerir que a distinção estaria em: transfere-se conteúdo ou não se transfere conteúdo? Então está chegando o momento em que o País não poderá esperar mais. É preciso debater como será possível criar um sistema que permita a transferência de conteúdo sem que seja por lei, isto é, sem que seja a vontade nacional. Essa transferência de conteúdo será livre de qualquer tipo de controle social ou democrático. Do ponto de vista do espectador, qual é a diferença entre uma imagem que chega pela televisão a cabo e outra que vem por satélite? Nenhuma. Uma está sujeita a um conjunto de obrigações, e a outra não está sujeita a nada?

Temos um contencioso com a Anatel, para onde já enviei um ofício. Recebi resposta que não foi satisfatória. Pedi parecer à Consultoria do Senado, que também não foi satisfatório. Devo ter me expressado mal. Reiterei à Consultoria do Senado que emitisse um parecer, a fim de submetê-lo à Comissão.

Essa é uma das questões com a quais, assim que limparmos um pouco a pauta, teremos que nos ocupar. Para nossa sorte, há alguns atores, por parte da Anatel, que têm sido enormemente solícitos e têm demonstrado espírito público, vontade de colaborar, um dos quais está presente, a quem presto uma homenagem.

Dr. Ara, na minha terra, Ariano Suassuna diz que as boas regras de educação mandam falar mal somente pelas costas. Mas penso que os compromissos com a lealdade exigem que os atores expressem abertamente suas posições, porque somente assim chegamos a algum consenso.

De forma que, além dos méritos que teve, essa bela exposição mostra que está chegando o momento em que teremos que nos ocupar do tema, pois não é possível a consciência nacional assistir impotente à criação de instrumento de transferência de conteúdo fora da lei, fora do Congresso Nacional, fora de qualquer controle, de outorga, baseado apenas na distinção de que uma TV é paga, mas ela não será.

O pior não é isso. Entre as pagas, a TV a cabo não pode, e a por satélite pode, assim como a MMDS, a multimídia. E com a Brasil Telecom vai poder?

A colocação da Brasil Telecom, no meu modo de ver, está perfeita. Eu preciso de alguém na ponta que se interesse em comprar o meu trabalho. Quero levar um conteúdo ou a informação que eu quiser de um lugar a outro. Sou um provedor de meio como a Brasil Telecom.

Penso que está perfeito, mas é preciso regular a transmissão do conteúdo, porque precisamos refletir sobre até quando o País vai renunciar a ter uma política minimamente soberana em relação à transmissão de conteúdo.

Dr. Ara, o senhor ouviu os outros Conselheiros e já está informado sobre nosso pensamento.

Concedo a palavra ao Sr. Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Não sou especialista em regulamentação, mas discutimos várias vezes neste Conselho sobre o serviço de comunicação multimídia. Pelo que li e entendi, o serviço de comunicação multimídia permite fazer vídeo e conteúdo não-continuamente, *on demand*.

Assim, entendo que o oferecimento de um serviço de concessão de TV a cabo pela tecnologia turbo, que foi apresentada aqui, é muito interessante e colide com a regulamentação do serviço de comunicação multimídia, que só permite fazer vídeo não-contínuo. É muito claro o texto do referido serviço. Ou seja, entende-se que o vídeo é sob demanda, assistir a algo que foi requisitado; assistiu e parou.

O serviço tradicional, como é vista a TV a cabo, que é um serviço de vídeo contínuo, no meu entendimento, não poderia ser oferecido por esta tecnologia que foi falada aqui: a ADSL ou vídeo turbo.

É o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Fernando Bittencourt. Apenas lembro que V. S^a se refere à legislação no sentido *lato*, de norma jurídica, pois ainda não há lei para o serviço de comunicação. Há uma resolução interna da Telebrás, de nº 272/2001. Portanto é a legislação no sentido de que as normas que hoje presidem, não obstante não seja lei, não tendo passado pelo Congresso Nacional, não sejam resultado de debate amplo da comunidade a respeito da matéria.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Ela ainda é polêmica. Cada pessoa que a lê interpreta de uma forma. O fato é que existe um

parágrafo que aborda claramente o assunto do vídeo contínuo, que é um vídeo como a TV a cabo tradicional. No caso, entendo que não poderia ser um serviço similar.

O SR. FREDERICO GHEDINI – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheiro. Mas Conselheira Berenice havia pedido a palavra anteriormente e, se eu não lhe conceder, serei sua vítima. Por isso, concedo a palavra à Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Estou muito tranqüila, Sr. Presidente. Se o Frederico quiser falar antes, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não. *Ladies first*.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, obrigada.

Sr. Presidente, eu tentava recordar se foi o Alberto Dines, com seu brilhantismo, ou se o Carlos Chagas – sei que foi um dos dois – que disse, em dado momento, que o segmento das comunicações – da radiodifusão, das telecomunicações – talvez seja o menos regulado do País. E é o que podemos constatar a cada momento. Talvez isso se deva à rapidez com que a tecnologia surge e se desenvolve nesse segmento. Talvez não.

O próprio fato de uma constituição tardia para o segmento prova que não se trata apenas da questão tecnológica. Também havia interesses políticos e econômicos que levavam ao desinteresse de uma regulação mais clara dessas atividades no País. No entanto – e creio ser consenso geral –, seja pelo aspecto negocial, seja pelo aspecto tecnológico ou político, a busca da democratização, o entendimento de que hoje não basta o direito a informar, mas também o de gerar informação numa sociedade democrática, enfim, está cada vez mais clara a urgência da criação de um marco regulatório na área da comunicação social no País.

Não sabemos que circunstâncias fizeram com que a sociedade brasileira não pudesse ter acesso ao plano para a comunicação social do Governo eleito. Nunca vi o programa publicado nem ouvi referências a ele nem tampouco referências ao seu processo de construção. No entanto, talvez por isso, penso que podemos, como membros do único Conselho constitui-

onal do País, avocar a necessidade de aconselhar o Governo brasileiro a tratar esta como uma questão realmente urgente. Proponho, inclusive – talvez não seja o momento, mas o Presidente saberá conduzir isso da melhor forma –, que criemos uma comissão.

Será um trabalho árduo, que demandará tempo e esforço de vários segmentos, mas devemos pensar no sentido de contribuir para a criação desse marco regulatório, que será a Lei Geral da Comunicação Social no País, analisando projetos que vieram do falecido Ministro Sérgio Motta e do ex-Ministro Pimenta da Veiga, enfim, todos os projetos existentes.

Não pretendo alongar-me, até porque penso que, ao lado da consolidação e do esclarecimento institucional e mesmo econômico de todas as questões, que são importantes, sabemos da magnitude financeira e econômica, que são fundamentais para a evolução da sociedade brasileira. Penso que, ao lado da consolidação institucional, é necessária também uma consolidação de novos patamares tecnológicos.

Assim como analisamos e acabamos apoiando a abertura ao capital estrangeiro para as empresas de radiodifusão aberta, porque era necessário que houvesse a modernização econômica desse segmento, também será impossível segurar, impedir, não ver ou não compatibilizar essa convergência tecnológica. E nem todos poderão fazer tudo; esses trabalhos terão que ser unidos. Digo isso à medida que vimos desenvolvendo uma experiência, também no Paraná, que chamamos de Rota Digital, a partir da compreensão da importância e da necessidade da inclusão digital e da compreensão de que, atrás da comunicação social, vem a educação, a saúde, o próprio Estado, a Justiça, as finanças.

Estamos, a partir da **Rádio TV Educativa**, do Paraná, desenvolvendo um projeto digital com a Copel e a Brasil Telecom, usando o *back bone* da Copel onde ele existe e usando a capilaridade de ADSL da Brasil Telecom para levar a comunicação social, rádio e TV a todo o Paraná. Até o final do ano, queremos fechar em 100% do Paraná. Hoje, estamos cobrindo cerca de 70%, e queremos fechar nas regiões deprimidas, porque é ali que devemos atuar com mais empenho.

Srs. Conselheiros, nesse momento, precisamos democratizar, dar acesso a nossa população de qualquer forma, seja via satélite, via ADSL, via *back bone*, via fibra ótica, via MMDS, etc. E teremos que encontrar uma forma de sentar, conversar e negociar, para que todos ganhem, como *business*.

Era o que tinha a dizer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Após a Conselheira Berenice, falará o último Conselheiro sobre essa matéria, o Conselheiro Frederico Ghedini, porque temos uma pauta.

Convido à Mesa o Dr. Ara Apkár Minassian, Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, a quem passarei a palavra em seguida. V. S^a me dê o prazer de sentar-se conosco.

Com a palavra o Conselheiro Frederico Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, muito obrigado pelas palavras amáveis de boas-vindas. Estou substituindo o Conselheiro Daniel Herz, que está nos Estados Unidos fazendo uma manutenção do seu tratamento. Penso que é conhecido dos senhores o seu problema grave de saúde.

Gostaria também de parabenizar o Sr. Edmond Santiago pela sua apresentação e de apoiar com bastante ênfase a proposta de que este Conselho estude algo e crie, assim que puder, uma comissão que se detenha sobre as bases para um novo marco regulatório visando à universalização do acesso.

Na verdade, se analisarmos os nomes das cinco comissões existentes, estamos atacando o problema pelas bordas. Todos as questões de que estamos tratando nessas comissões dizem respeito a aspectos do problema. Mas, se pensarmos em termos da necessidade da universalização do acesso ao conhecimento, a uma comunicação de qualidade, o primeiro meio de acesso mais universal que existe é a TV aberta, o segundo é a rede telefônica.

Então, como o Sr. Edmond falou várias vezes, esses milhões ou talvez bilhões de dólares ou reais enterrados por todo o Brasil na rede telefônica é que permitem, com uma tecnologia hoje já bem próxima da utilização, o acesso, se não a todos, a um número razoável dos lares brasileiros de um conteúdo de qualidade da comunicação, que pode ser a TV aberta ou a TV a cabo. Inclusive o Engenheiro Fernando Bittencourt referiu-se a um aspecto de uma lei que impede a utilização desse tipo de tecnologia para aquela transmissão de conteúdo que existe em outras tecnologias.

A verdade é que a tecnologia está chegando lá e, do ponto de vista técnico, isso será possível. Então, em sendo possível e mais barato, por que não utilizar? Essa é a pergunta que se faz. Entretanto, se vai se utilizar essa tecnologia, qual será o marco regulatório dela? É a isso que imagino que o Presidente estava se referindo. Creio que esse é um problema que

a colega Berenice também lembra. Quer dizer, temos que reunir o conjunto das normas existentes envolvendo essa problemática e atualizá-lo do ponto de vista da tecnologia que temos hoje, de modo que cada ator encontre o seu espaço nesse novo cenário. O que se vê é que a tecnologia está fazendo mudar as possibilidades dos próprios atores.

Quero dizer também da necessidade de nos debruçarmos sobre um estudo dessa importância, dessa profundidade, dessa amplitude num próximo momento e deixar como matéria para reflexão deste Conselho, que trata de comunicação social dos meios, primordialmente.

Uma das grandes tristezas deste País é o baixo nível de leitura e, por conseguinte, o baixo nível de reflexão que tem a população brasileira. Quero aproveitar a presença de um representante de uma empresa tão rica como a Brasil Telecom para dizer que é fundamental que se invista no incentivo à leitura, porque um povo que não lê é um povo que não reflete, portanto, um povo que não produz o seu destino.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Frederico Ghedini.

Vamos encerrar esta parte para ouvir, em seguida, o Dr. Guilherme Canela, que é precedido de uma fama que vai muito além das nossas fronteiras.

Então, para encerrar esta primeira fase da nossa conversa, vou passar a palavra ao Dr. Ara Apkár Minassian, que tem sido um parceiro extraordinário do Conselho. Não há qualquer informação de que o Conselho precise que não tenha em Dr. Ara, uma pessoa inteiramente à disposição para fornecer os esclarecimentos. O País muito deve a ele, que pediu a palavra para se pronunciar em relação a essa matéria.

Dr. Ara, já que vamos, na próxima reunião do Conselho, tomar posição em relação à TV comunitária, se o senhor já pudesse, rapidamente, fornecer ao Conselho algumas informações sobre as questões técnicas, seria muito interessante, porque, na próxima reunião, o Conselho já estaria preparado para enfrentar esse assunto.

Dr. Guilherme, imediatamente em seguida, V. S^a falará aqui.

Com a palavra o Dr. Ara.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Sr. Presidente do Conselho, Srs. Conselheiros, muito obrigado. Toda vez que o Conselho pre-

cisar reitero que estamos à disposição para fornecer qualquer informação. Também informo que buscaremos a informação que V. S^a pediu. Verificaremos.

Estamos trazendo alguns pontos tirados da legislação vigente, para uniformizarmos o entendimento sobre televisão comunitária.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Esse é um projeto que V. S^a vai relatar (Dirigindo-se ao Conselheiro Paulito)

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Perfeito, Sr. Presidente, mas entendi que o Dr. Ara faria um comentário sobre a palestra do Dr. Santiago. Estou correto?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Imagino que sim, porque S. S^a pediu a palavra. Então solicitei a ele que juntasse os dois temas e fizesse essa exposição, que será útil e já informará ao Conselho...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Perfeito, é que, como disse, entendi que o Dr. Ara faria algum comentário sobre a exposição do Dr. Santiago.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Estou tentando ganhar tempo, para que tenhamos mais tempo disponível para o Dr. Guilherme e o Fernando Bittencourt, que fará uma exposição também.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Falarei rapidamente sobre TV comunitária e, em seguida, farei uma complementação.

Entendemos que TV comunitária é uma extensão da radiodifusão comunitária ou que faça parte do processo; radiodifusão é de som ou de sons e imagens.

No caso da radiodifusão sonora, tema que o próprio Conselho discutiu algumas vezes, atualmente todo o conceito está baseado em estações que atendem comunidades que podem ser vilas ou bairros, restringindo-se a um raio de 500 metros, o máximo de alcance de uma emissora de rádio comunitária. Mas mesmo assim permite a instalação de várias emissoras.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Até onde sei, a Lei de Rádio Comunitária menciona estritamente emissoras de sons; não dá margem

para se imaginar que essa legislação atinja também a televisão,

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Não estamos falando disso. Por isso, na nossa projeção...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não, mas V. S^a, no início, pelo menos a meu juízo...

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Estou tentando fazer um paralelo com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Ele está tentando fazer um paralelo com esse projeto que vamos discutir na próxima reunião.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Estou tentando fazer um paralelo para que possamos entender como deve ser a TV comunitária no conceito da radiodifusão comunitária.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – No cenário desse projeto.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Hoje, no âmbito do Congresso, existem diversos projetos que tratam da radiodifusão sonora comunitária, no entanto, um deles amplia o escopo da radiodifusão sonora comunitária para a radiodifusão, passando a abranger TV e rádio. Portanto não entramos no mérito, mas mostramos a nossa posição quanto à 575. Do contrário, vamos entender não o nome em si, que deve ter um conceito. Estamos trazendo o conceito de radiodifusão sonora para que possamos entender o conceito da TV comunitária, se for sobre isso que a Mesa do Senado vai deliberar.

Passando logo para a terceira transparência, porque na segunda estamos mostrando o conceito de radiodifusão comunitária... Aqui está o conceito da radiodifusão comunitária sonora. Vamos para o próximo.

Hoje a TV usa uma largura de faixa de seis mega, enquanto uma radiodifusão sonora usa uma largura de faixa de 200 quilo. Com isso, pretendemos mostrar que a faixa da TV é bem maior e, portanto, o número de canais possíveis de serem alocados, como por natureza envolve uma faixa bem maior, tem que ser menor do que o número de canais de rádio.

A proteção, no caso de TV, tem que ser maior do que a proteção requerida para o caso de rádios. Mesmo no caso das rádios comunitárias, garantimos a proteção dentro do diâmetro de um quilômetro – isso é importante. Na hora de falarmos em TV, tenho que dar essa mesma proteção, não importa a que distância.

Por que isso ocorre? Porque, no caso de uma emissora de TV, toda vez em que houver uma interferência, haverá perda de cor e de estabilidade da imagem, isto é, pode haver uma rolagem vertical da imagem. Tal interferência faz com que as condições que levamos em consideração, no caso da TV, sejam bem maiores do que no caso do rádio.

No caso do espectro da TV, tanto VHF ou UHF, nos grandes centros – por exemplo: Rio e São Paulo –, infelizmente, está saturado na condição atual. Essa saturação faz com que não adiante gerar mais um canal no meio para a TV comunitária. Onde colocarei esse canal sem interferir?

E, por fim, o custo de uma emissora de TV – uma vez que a maioria opera com TV –, por mais que falemos em TV comunitária, é bem maior do que o custo de operação de uma rádio, que hoje compramos e instalamos facilmente.

O que a Anatel fez ao longo desses dois anos? Como existia uma demanda muito forte para implantar emissoras de baixo custo e para atender comunidades, após vários estudos, emitimos um novo plano básico de TV. Na realidade, são 2.796 canais e arredondamos para 2.800, permitindo que, nos pequenos municípios – sem importar o tamanho deles –, possam ser inseridas TVs de baixa potência – sem essa potência toda da qual estamos falando para as emissoras regularmente instaladas. Eu poderia operar emissoras de classe “C”, que é a menor potência; seriam 1.6 kw de potência e, com isso, haveria uma área de serviço de 14 quilômetros.

O que eu quero mencionar? Que, no caso de TV...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Qual o diâmetro?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – De 14 quilômetros, a extensão total. Não consigo reduzi-lo; não consigo trabalhar com cinco ou seis quilômetros. No caso da TV, há repercussões exatamente na proteção. Por isso, em certas cidades em que há o canal 4, não há o canal 5. Existe tecnicamente uma manobra para que ele possa operar no

canal 6, mas não posso ter canais justapostos, ou adjacentes, como estamos falando.

O que temos hoje? Dos canais que estão no plano básico, temos 3.631 canais de geradoras e 12 mil de retransmissoras. Das geradoras, hoje, apenas 436 encontram-se outorgadas com canais designados. Então temos 3.195 canais livres no espectro que podem ser usados em localidades ou em municípios de pequeno porte. Com isso, procuramos não agravar a situação e permitir com que geradoras de pequeno alcance possam ser instaladas. Esse é o projeto.

Quando falamos agora em TV comunitária, há o seguinte problema: como vamos colocar TV comunitária em Brasília? Como vamos colocar uma TV comunitária em Belo Horizonte, utilizando a canalização existente? Na prática, haverá alguma dificuldade.

Nos pequenos municípios, conseguimos atender à comunidade instalando as geradoras. Foram viabilizados 2.796 canais de baixa potência. Pode-se requerer ao Ministério das Comunicações, dentro das regras vigentes, a instalação de uma emissora de baixo custo, de baixa potência, que possa atender aos interesses da comunidade.

Na realidade, não estamos emitindo nenhum juízo de valor; estamos colocando a situação para o Conselho de Comunicação. Sabemos que esse projeto está tramitando, o Conselheiro Paulo Machado será o Relator e vocês terão uma posição. Tecnicamente, esses são os dados que estamos colocando aqui à disposição do Conselho, para que, numa futura análise, quando do debate, possam ter algumas informações básicas. Não sei se esse nosso objetivo foi alcançado, mas poderemos trazer outras informações.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Eu gostaria de oferecer aos Conselheiros esses dados.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Preferem no papel?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sim; é simples.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Farei algumas correções...

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, permita-me fazer uma pergunta de caráter técnico.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Dr. Ara Apkár Minassian, o senhor teria um custo estimado para a instalação de uma TV comunitária comparativamente a uma emissora de rádio comunitária? Dez, vinte, trinta vezes mais? Existe uma possibilidade de uma aproximação que permita uma visualização?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Eu não gostaria, neste momento, de chutar qualquer estimativa, mas, se for preciso, poderemos, na próxima reunião, mandar essa estimativa ao Conselheiro Dr. Paulo Machado ou enviá-la diretamente ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Dr. Ara Apkár Minassian, assim que a Anatel der essa informação ela será transmitida aos Conselheiros.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – O Conselheiro Fernando Bittencourt falou o necessário, exatamente o ponto central da questão da comunicação multimídia. E gostaria apenas de acrescentar, lembrando que, para evitar qualquer tipo de dúvida em relação ao SM, que na realidade é um serviço de transporte da forma que o Brasil teria com o DIS, a Anatel editou a Súmula nº 006 para evitar qualquer tipo de especulação sobre a matéria.

Além disso, foi levantada uma questão que é importante que os Conselheiros tenham em mente. Não adianta, por exemplo, ter-se uma outorga para realizar o serviço SM e não conseguir gerar conteúdo. Esse conteúdo tem que ser gerado por alguém que detenha essa outorga, que possa usar as facilidades do serviço SM – que é de transporte – para transportar o sinal.

Portanto, em nenhum momento, há condições de burlar a regra ou tentar usar de artifícios para que os provedores do SM possam gerar conteúdo. Esse procedimento está regido por lei. Já existe todo o arcabouço.

Por mais que a legislação não tenha sido atualizada, ela está vigendo, e hoje, para todas as emissoras, quer de rádio, quer de TV ou mesmo TV paga, quando comprem ou geram conteúdo, há uma regra que tem que ser respeitada. Não há como alguém que não detém outorga para gerar conteúdo, por meio do sistema de transporte, colocar no ar, porque aquele que irá solicitar essa facilidade tem que ter essa outorga.

De qualquer forma, Conselheiro, vamos verificar quais as dúvidas que foram geradas e a Anatel estará sempre à disposição para esclarecer.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Paulito, última participação antes do debate com o Dr. Guilherme.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Aproveitando a presença do Dr. Ara, como sempre muito simpático e prestativo para como o Conselho, gostaria de fazer uma pergunta.

No plano básico de distribuição de canais de televisão, aquele a que o senhor se referiu, editado em 2002, existem os canais de classe C, que é uma nova terminologia para televisão até então não existente. Pelo que sei, todos os canais de televisão têm sido concedidos por licitação pública. Então pergunto ao senhor o seguinte: o senhor tem ciência de que algum dos canais de classe C já tenha sido licitado?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Pelo que temos visto, nas licitações que os Ministérios têm realizado só entramos na parte técnica, na etapa posterior, até agora, não existe qualquer pedido à Agência para designação de qualquer canal. Quando isso ocorrer, automaticamente teremos que tornar público, por questão de transparência. Então, por enquanto, não há pedido nem formal nem informal nesse sentido.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Podemos considerar, então, que todos esses canais estariam, em princípio, disponíveis?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Inclusive, se o Conselho quiser, poderemos remeter esses canais por Estado. Talvez possa ajudar. Podemos remetê-los diretamente para a Abert.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Dr. Ara, minha pergunta é sobre a idéia que vigora na Anatel.

Hoje, as rádios comunitárias são autorizadas, elas não têm ônus. Pergunto se já existe um estudo sobre uma forma semelhante para as chamadas TVs comunitárias. Seria uma mera autorização? Sem ônus?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – É uma pergunta difícil, porque essa parte é política, não cabe à Anatel. À Anatel cabem estritamente as questões de ordem técnica. Se, amanhã ou depois, na regulamentação, o Ministério entender que se trata de uma mera autorização, tudo bem.

Na época em que esse estudo foi montado, em conjunto com o Ministério, em 2000/2001, a idéia era que haveria uma licitação. Não estou dizendo como será hoje. Naquela oportunidade, o objetivo era permitir que estações de pequeno porte pudessem operar. Com isso, na realidade, realizamos todos os estudos, mas, em nenhum momento, vislumbrou-se, naquela ocasião, pelo menos no estudo que nos foi remetido, que houvesse qualquer outorga por simples autorização. Isso é questão política que o Congresso Nacional tem de analisar e sobre o que o próprio Ministério terá que opinar fatalmente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a presença democrática do Dr. Ara Apkár Minassian, mais uma vez. Agradeço a consistência da exposição do Dr. Edmond Fernando Santiago, Diretor Comercial da Brasil Telecom. Em nome do Conselho, V. S^{as} se sintam cumprimentados.

Faço um intervalo. Convido o Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi para que se sente conosco à Mesa. (Pausa.)

Sr^{as} e Srs. Conselheiros, atendendo solicitação do Conselheiro Alberto Dines, convocamos um especialista com currículo invejável, apesar de idade tão tenra, para falar de um problema que tem preocupado o Conselho: a concentração nos meios de comunicação. O Relator da comissão é o Conselheiro Carlos Chagas. O responsável por sua indicação é o Conselheiro Alberto Dines.

O Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestrando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Pesquisador-associado do Núcleo de Pesquisas em Mídia e Política da Universidade de Brasília; Consultor da Agência de Notícia para os Direitos da Infância – ANDI; Consultor do ILANUD, Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente; Diretor-Presidente do Instituto Episteme.

Precedido da fama com que chegou ao Conselho, certamente devemos esperar de V. S^a apenas o máximo. Por favor, prove-nos que o Conselheiro Alberto Dines foi modesto no elenco de suas qualificações.

Concedo a palavra ao Sr. Guilherme Canela de Souza Godoi.

O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI – Certamente, o Conselheiro Alberto Dines deve ter exagerado muito, mas agradeço a oportunidade de estar presente.

Esse assunto já vem sendo debatido por mim, pelo Dines e pela Regina e realmente precisa entrar na pauta de discussões do País. Infelizmente, ele ainda não entrou. Na verdade, vou procurar apresentar como essa discussão tem preocupado os diferentes pesquisadores e governos, não só o brasileiro, mas os estrangeiros também, e como essa questão vem sendo tratada ao longo dos últimos duzentos anos. Não é uma questão nova; ela tem preocupado as sociedades desde que a mídia passou a ser um ator importante no cenário político e social.

A primeira grande questão, não só para as empresas de comunicação de massa, mas para qualquer outro tipo de atividade, é “por que regular”, dado que temos uma tradição importante nas mais diversas áreas, herdada do liberalismo econômico de Adam Smith, de que a regulação não é algo pertinente nem desejável, ou seja, quanto menos regulação houver, mais o mercado funciona e, portanto, melhor será para o destinatário desses diferentes serviços.

Essa tradição foi sendo alterada à medida que se verificou que as condicionantes que Adam Smith colocava para que não houvesse regulação – e que depois foram aprofundadas pela teoria neoclássica – não se verificavam. Então, acabou-se percebendo que em alguns setores havia as chamadas falhas de mercado. Nesse sentido, os diferentes governos e *policy makers* consideraram importante que se regulassem alguns setores da economia e outros.

As regulações na área de comunicações começam com a indústria de telecomunicações, na verdade, com a regulamentação de telex, etc. O transporte era muito importante. Uma das primeiras regulamentações que existem na história é a de faróis de navios, porque havia grande confusão, não sabiam quem podia ou não atracar. Então foi feita uma regulamentação, porque esse era um serviço privado que não funcionava, com a ocorrência de acidentes, etc.

Aliás, sempre começo as minhas intervenções sobre mídia e concentração para algumas platéias di-

zendo que não podemos pensar que o mercado de comunicação de massa é como se fosse uma feira livre, um mercado onde se vendem pepino, batata, etc.

Na verdade, tenho refletido sobre isso nos últimos tempos e entendo que, até para entrar no discurso dominante do *mainstream*, podemos começar pensando que realmente poderia tratar-se de um mercado de pepinos ou de batatas, que é o tradicionalmente tratado pelos neoclássicos e pelo Adam Smith. O mercado mais concorrencial que há é a feira livre – embora a que exista em frente a minha casa seja um desastre, pois todos combinam os preços. Em princípio, penso ser possível entender a feira como um bom mercado.

Mesmo assim, as condicionantes estabelecidas pelas teorias neoclássicas para que fosse esse mercado realmente livre – portanto, não haveria qualquer necessidade de regulação estatal – são basicamente – é o que está no Marshall e Adam Smith – que cada ator econômico, cada agente participante desse mercado não pode ser grande o suficiente para alterar o mercado.

É evidente que isso não acontece no setor de comunicações e em tantos outros, ou seja, os agentes são grandes demais. Portanto, isso não funciona.

A outra coisa que a teoria neoclássica vai nos dizer é que a informação tem de ser universalizada, ou seja, todos os atores que participam, seja oferecendo, seja comprando alguma coisa, devem ter informação plena. Isso, de novo, é algo que não acontece especialmente nesse mercado, em que a informação não é plena a todos os agentes. O pessoal da Anatel, que está aqui, deve saber que uma das coisas que mais preocupam na teoria da regulação é a assimetria de informação existente entre o órgão regulador e os agentes regulados, que têm planilhas de custos, e não as apresentam ao órgão regulador, etc. Isso acaba constituindo uma grande dificuldade.

Portanto, essa fundamentação liberal que existe, que ainda é o *mainstream*, no momento de entender a regulação da mídia, deixou de ser quando a escola de Frankfurt teve um grande poder de persuasão com a questão do culturalismo – com o Governo de Thatcher, na Inglaterra, e o de Reagan, nos Estados Unidos, isso voltou com muita força – e a desregulamentação do que ocorreu, principalmente após o *telecommunication act*, dos Estados Unidos, em 1934. Houve uma série de regulamentações, proibindo a propriedade cruzada, o que depois foi sendo desregulamentado pelos governos ditos neoliberais.

Quando chegamos aos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, acontece um processo mu-

ito intenso de desregulamentação que culmina na *Telecommunications Act of 1996*, por meio do qual o Congresso dá uma série de poderes, quer dizer, tira-os da legislação, dando poder à **FCC** para desregulamentar. Então a propriedade cruzada não está mais na lei.

Mesmo que estivessemos tratando do mercado liberal, ou seja, do mercado smithiano ou de Marshall, haveria necessidade de uma regulamentação.

Os meios de comunicação de massa não atendem aos pré-requisitos e às premissas que o liberalismo clássico colocava como fundamentais para que houvesse mercado, ou seja, não há mercado, no sentido liberal, para o setor. Mesmo que entendamos as empresas – e antecipo que não é o meu entendimento – como estritamente comerciais, visando ao lucro, como um feirante, não seria possível deixar de haver regulamentação, pois não atendem aos pré-requisitos. Nesse sentido há necessidade, portanto, de que haja, ao menos para que as falhas de mercado sejam superadas, uma regulação.

A segunda pergunta é mais importante. Queremos ver as empresas como quaisquer empresas capitalistas ou são empresas de uma natureza diferente? Vale também para o mercado de jornais impressos, que são empresas que não possuem regulamentação ou cuja regulamentação não é a mesma. A pergunta é: que tipos de empresas são essas? Que tipos de empresas a sociedade quer que sejam?

Ronald Reagan vetou as regulamentações feitas no Congresso com o intuito de aprofundar a regulamentação – e aí começa um grande período. S. Ex^a disse – e creio que mencionei a frase nos slides – que, na verdade, a primeira emenda da Constituição norte-americana estabelece que a liberdade de imprensa e de expressão é no sentido de que as empresas de comunicação não devem ser reguladas. Foi a fundamentação do veto que fez. Era o pensamento do Partido que estava no poder naquele momento da sociedade norte-americana. Sendo assim, são as sociedades que têm que definir.

A Teoria Política, a Teoria da Comunicação podem indicar o que deu certo e o que deu errado, mas é fundamentalmente uma decisão das diferentes sociedades.

Essa definição leva a uma segunda questão: como vamos encarar os telespectadores ou os leitores do jornal? Como cidadãos ou como consumidores? Foi a grande questão colocada nos Estados Unidos nos anos noventa e que está aflorando especialmente agora, porque chegou o momento de uma segunda revisão do *Telecommunications Act* e a **FCC** está

querendo retirar todas as barreiras existentes às propriedades cruzadas, ao controle de jornais por emissoras de TV na mesma localidade, etc.

Há um entendimento contrário, que estabelece que devemos tratar todos como consumidores e não como cidadãos. Há uma diferença fundamental. O cientista político Christopher Lasch diz que, quando se encaram os eleitores como consumidores, como *tax payers*, a quem temos que devolver algo, como se estivessem comprando do Estado, existe um tipo de política. Quando são encarados como cidadãos pertencentes à *res publica*, temos outro tipo de comportamento. Essa é a definição fundamental que deve ser feita em algum momento.

Por fim, a última questão é o critério da eficiência. Ele pode ser lido tanto pelos liberais quanto pela teoria, o que seria uma contraposição na área de análise de mídia, que entende a mídia como tendo uma função social e não apenas mercadológica. Queremos a eficiência da Escola de Chicago (eficiência de mercado, de consumo, de produzir ao menor custo possível) ou a eficiência ligada ao problema da democratização da comunicação, à eficiência da democracia enquanto instituição?

Essa definição também vai nos levar a um determinado tipo de regulação, que é na verdade uma não-regulação, ou a uma regulação mais efetiva. Essas escolhas acabam nos tirando alguns pontos obscuros que têm levado à detenção do debate na sociedade brasileira e em outras. São argumentos como “regular é censurar”, “as empresas de comunicação precisam das fusões para que haja aumento de escala” ou coisas do tipo.

Tudo isso, na verdade, está por trás das escolhas essencialmente políticas que se fazem. Não há consideração efetiva de dado real que possa dizer que regulação seja censura, inclusive regulação de conteúdo, que é a defesa que o setor tem feito, no Brasil, até perante o Judiciário. Falaremos depois sobre isso.

Em outros países, o Judiciário manifestou-se, dizendo que não é censura e que, evidentemente, a liberdade de expressão não é qualquer coisa. Existem limites na própria Constituição.

Concluindo esta introdução, a escolha ou não dessa eficiência, do que queremos com ela é o que nos levará a uma regulação ou a outra.

Outro ponto importante são as questões técnicas, que vou passar rapidamente. Basicamente, são três os fatores alegados para a necessidade efetiva

de se regular o mercado de comunicação, a partir do momento em que se entenda que ele não é a feira.

O primeiro deles, que é mais técnico e já foi exposto aqui pelo Dr. Ara, com relação à TV Comunitária mas que é a mesma coisa para a televisão, é o problema das frequências. É como o caso do navio que batia quando não existia a regulação do farol. Se não houver método e cada um colocar TV e rádio do jeito que quiser, vai virar uma bagunça, ninguém se vai entender. Então é preciso que alguma autoridade, pública ou privada em geral, é pública, regule o espectro de frequências.

O segundo fator é que o espectro eletromagnético é um recurso público finito, ou seja, não cabe todo o mundo, não é uma coisa em que dá para entrar quem quiser. E isso leva à questão da necessidade de se escolher quem entrará nesse jogo seletivo. Às vezes, fico muito impressionado por falarmos tanto em coisas como: “Achamos um poço de petróleo! Esse é um recurso muito importante, muito caro!” Mas ninguém diz que o espectro eletromagnético é um negócio caríssimo, que, por muito tempo, não só no Brasil, em diversas nações, foi dado de graça às pessoas. Isso é um complicador muito grande. Ninguém dá poço de petróleo de graça para ninguém, mas dá espectro eletromagnético, o que não conseguimos entender.

Contudo, há diferentes visões sobre isso. Um economista ganhador de um Prêmio Nobel, que raciocinou muito sobre esses assuntos, tem uma visão estritamente econômica: esse é um recurso finito. É quase vender petróleo. Ou, como dizia o Ministro Sérgio Motta, é vender vento muito caro. Mas o que interessa é fazer leilão para se conseguir o maior preço possível por fatia de espectro. Essa é uma possibilidade, ou seja, a questão é financeira, independentemente de quem comprar. Se for o mesmo grupo que comprar todas as vezes, o interesse do Estado é vender o espectro pelo valor mais alto possível.

Outra questão é a sociedade entender que esse espectro é um bem público, que a sociedade pode definir como tratar, inclusive dizendo qual o conteúdo que quer ver e como isso funciona. Essa é outra visão possível, ou seja, há um espectro de propriedade da sociedade brasileira, que tem toda a legitimidade para dizer como fazer. Pode determinar, por exemplo, que quem comprar terá de oferecer determinado tempo para programações regionais. Enfim, existem as mais diferentes possibilidades.

Isso é um interesse público. É preciso determinar o interesse público que está por trás da cessão do espectro pela licitação, seja ela visando apenas ao

valor financeiro ou visando a outras questões, tais como se esse é um setor estratégico para a sociedade ou não.

Por fim, passo a um ponto que não é consensual. Esse terceiro aspecto refere-se à regulação da mídia e aos motivos por que regulá-la. É que ela exerce poder na sociedade, poder no sentido político, ou seja, trata-se do poder de alguém sobre outra pessoa, obrigando-a a fazer algo que não queria. Não vou precisar falar dos casos que são amplamente documentados pela sociologia política brasileira, dos momentos da história político-eleitoral, em que a televisão interferiu seriamente no processo, mostrando que há algum grau de poder. Quanto à gradação desse poder, se é maior ou menor, há mais divergências ainda.

Mas três coisas são importantes: como a mídia interfere na opinião pública, sobre cada indivíduo em si; como ela molda a esfera pública, ou seja, a coletividade, independentemente de cada indivíduo; como cada indivíduo assiste ou consome o que está na televisão e, por fim, como ela trata da agenda pública, ou seja, como a mídia pauta a agenda pública.

E, no fim, são alguns tipos possíveis de sistemas regulatórios. Pode não haver regulação, que é meio impossível, dado o problema das frequências; pode haver regulação autoritária, ou seja, os bens são privados, mas o Governo exerce censura – o exemplo clássico são os regimes militares; pode haver economia de mercado, que regula simplesmente a frequência. O restante são as leis de mercado. Pode haver o caso totalmente estatal, por exemplo, os regimes comunistas; pode haver o caso misto, como o do regime britânico, por exemplo, onde há uma forte empresa estatal e empresas privadas.

Cada um desses itens pode ser permeado pelo fato de se entender que a mídia tem responsabilidade social ou não. Em alguns casos, isso acontece mais claramente; em outros, não.

Há um texto importante sobre a ligação da mídia com os fatos políticos no Brasil, de um pesquisador aqui da UNB, chamado Mauro Porto, apresentado num seminário sobre os quinze anos de democratização no Brasil. Ele faz uma caracterização muito interessante de como os especialistas e as pessoas em geral vêem a mídia: ou como instrumento político – a mídia para fazer alguma coisa – ou como mudança cultural, ou seja, a mídia muda culturas, ou como organizações autônomas empresariais; vêem a mídia como dependente da audiência – a mídia faz o que a audiência pede, ou como espelhos da sociedade, ou seja, a mídia apenas reflete a sociedade que existe.

Na verdade, o que estou tentando argumentar é que todas essas coisas são reducionistas. Na verdade, a mídia é um pouco de tudo isso. À medida que cada um desses elementos existe no comportamento dos meios de comunicação de massa, quando concentramos esses meios, que é o objeto da nossa intervenção, potencializa-se também cada uma dessas coisas.

Em havendo uma mídia concentrada, se ela atua como instrumento político, esse poder é potencializado; se ela atua como determinadora de culturas, isso também é potencializado.

Então imaginemos que fôssemos um Estado não laico, onde todas as televisões fossem dominadas, como aconteceu por algum tempo na Argentina, em que os principais canais eram muito ligados à Igreja Católica. Nesse caso, há um elemento cultural potencializado por uma concentração da mídia. Enfim, cada um daqueles exemplos poderia ter uma conotação desse tipo.

Por fim, quero dizer que isso não vai entrar na minha apresentação até por questão de tempo. Um assunto muito importante é o problema do próprio jornalismo em si, não ligado aos meios de comunicação de massa. Há diversos trabalhos muito importantes sobre a condição social do jornalista na sua ligação com as fontes, como um ser social, especialmente na sociedade brasileira, que é da classe média e que, portanto, tem determinadas preocupações, determinadas formações de vida.

O processo de formação nas universidades é muito importante para entender os acontecimentos. Não vamos tratar desse assunto aqui. Quero apenas lembrar que esse é um fato que ficou de fora, mas que tem a ver com todo esse processo.

Eis aí a questão central: quem guarda os guardiões? Jefferson está dizendo que se ele tivesse que escolher entre ter governos sem jornais e ter jornais sem governos (nos papéis federalistas), preferiria ter jornais. Porque a imprensa é o guardião da democracia, existe para dizer o que os governos estão fazendo de errado, existe para vigiar. A pergunta do poeta romano Juvenal, já na época do Império “Quem guarda os guardiões?” é fundamental, principalmente para a mídia. Temos diversas respostas, diversos atores podem guardar os guardiões, mas essa é uma pergunta que não é feita.

E me vem à lembrança Kafka. Quando os leões estão lá na porta de entrada do K., fazem a ele diversas perguntas, naquela situação terrível. É o problema da mídia, em que ela não coloca essa pergunta para si mesma e para a sociedade. Esse é o grande

problema da concentração da propriedade, ou seja, a mídia não discute a própria mídia. Essa tecla não é batida; jamais veremos essa discussão nas páginas dos jornais comerciais, porque essa é uma discussão que interfere fortemente na forma como as coisas se processam. Que poder é esse, então?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Qual será o dono de televisão que está fazendo isso?

O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI – Quais são as relações desse poder com a democracia, que é o nosso sistema. O que estamos querendo manter em se tratando de comunicação?

A esfera pública e o advento da imprensa, que é o argumento habermasiano, ou seja, a mídia foi importantíssima num momento de formulação da esfera pública no Século XIX. É isso que estamos tentando não perder, ou seja, que ela continue estimulando a esfera pública a produzir discussões que sejam independentes dos dois lados, dos interesses privados individuais e dos interesses do Estado; que ela esteja nesse meio do caminho.

Por fim, algo importante na questão da democracia ligada à mídia é a liberdade de expressão e de idéias.

Um dos autores mais importantes, que, em 1644, já defendia isso foi o John Milton, que fez um discurso célebre no Parlamento inglês sobre a liberdade de imprensa.

Uma questão importante no debate democrático é que os diferentes autores que defendem a liberdade de expressão, desde o John Milton, que é considerado o primeiro e o mais importante, também o Stuart Mill, o caso do Thomas Paine, da defesa dele pelo advogado na Inglaterra, e vários outros, fazem uma dissociação entre a liberdade de expressão e o meio efetivo em que ela ocorre nas sociedades contemporâneas. É lógico que as pessoas não estavam pensando nisso, porque não tinham esse problema, mas hoje há uma defesa da liberdade de expressão, como se fosse possível fazê-lo sem associá-la ao controle que a mídia tem sobre essa própria liberdade, um controle que é inerente a uma sociedade em que temos um problema de escala. Ou seja, temos 170 milhões de pessoas que querem ter voz, e quem possibilita isso são os meios de comunicação de massa. Então essa liberdade de expressão tem que passar, necessariamente, por uma discussão da mídia, o que, estranhamente, não acontece.

Há uma discussão, até hoje, na democracia, sobre liberdade de expressão que está desconectada

dos meios de comunicação de massa. Então não dá. Como é que você vai ter liberdade de expressão se não discutir os meios de comunicação de massa? É esse o *locus* em que a liberdade de expressão se dá. Essas pessoas estavam pensando em comunicação face-a-face quando pediam liberdade de expressão.

Temos aqui uma pergunta: é possível pensar em liberdade de expressão sem pensar nos meios de comunicação de massa?

Então, no fundo, a grande questão que nos chama aqui hoje é a pluralidade *versus* o controle. Ou seja, como iremos tornar a mídia efetivamente plural, para que permita a maior liberdade de expressão possível, e qual o grau de controle que estaremos dispostos a aceitar para que isso seja efetivo. Como vamos controlar essas duas coisas?

Esta é uma análise, que eu gosto muito, de um Cientista Político italiano, Giovanni Sartori, que diz, em resumo, que a mensagem para o mundo é a mensagem dos meios de comunicação. A grande questão é que, se tivermos um único meio, a mensagem será a desse único meio; se tivermos dois, será desses dois; se tivermos dez, será desses dez. Então a redução do número de *players* no mercado de comunicação leva também a uma redução da mensagem. Esse é um fato com que, inacreditavelmente, muita gente não concorda, mas parece que é quase que lógico e matemático.

A presença de forças antagônicas é fundamental para a democracia, e é isso que não está acontecendo. O que ocorre, especialmente com a propriedade cruzada, é que, em algum momento, por exemplo, nos Estados Unidos, onde havia a exigência de que, na mesma localidade, o jornal não fosse de propriedade de quem tinha a TV aberta, havia combates efetivos entre os jornais e as televisões. Os jornais denunciavam o que as televisões estavam fazendo de errado e as televisões denunciavam o que os jornais estavam fazendo de errado. E as rádios, da mesma forma. Ou seja, não era possível que essas três esferas fossem de propriedade do mesmo grupo. Agora acabam-se diminuindo esses antagonismos. Há cidades, há capitais importantes no Brasil onde a maior rede de televisão também é dona do maior jornal, o que complica, porque não há antagonismo nas discussões, no espaço público onde se colocam as vozes.

A discussão da democracia feita por esses autores (Schumpeter, Dahl e Downs), que são os fundadores da discussão democrática que temos hoje, do *mainstream*, é no sentido de que democracia é fazer eleições regulares. É lógico que muita gente não con-

corda que seja só isso, mas essas pessoas que estão dizendo isso também estão dizendo que uma das condicionantes é que haja liberdade de expressão e, além disso, informação suficiente para todos os eleitores, a fim de que as eleições possam ser justas.

Estranhamente, esses autores não abordam o assunto seguinte, que é como ter informação suficiente e liberdade de expressão sem a pluralidade de meios de comunicação. Há um travamento no processo. Todos esses autores, entre eles o Joseph Schumpeter e o Anthony Downs, escrevem sobre política, mas são economistas e assumem que há concorrência de mercado nos meios de comunicação de massa. Mas isso não é importante; o mercado e a mão invisível resolverão.

Ocorre que toda a teoria democrática, fundamentada por esses autores, acabou esquecendo dos meios de comunicação de massa como algo importante. Apenas as teorias laterais, que são importantes, mas que não são do *mainstream*, trazem essa discussão.

Muitas propostas baseiam-se nesses autores fundamentais: o Jürgen Habermas, com a idéia da esfera pública; o Joshua Cohen, com a idéia de democracia deliberativa, para a qual a deliberação tem grande importância, portanto, o espaço da mídia é fundamental; a Carole Pateman, que fala de democracia participativa, mas não trata especificamente da questão da mídia, apesar de seguidores seus tratarem desse assunto, que consideram importante. O Habermas é muito estratosférico, mas fala do problema.

Há importantes teóricos específicos dos meios de comunicação de massa, principalmente o John Thompson, um inglês pragmático, que diz como deve funcionar e como regular. Isso é importante, porque destrói um pouco a idéia habermasiana de que a fala ideal irá resolver o problema. Não dá para decidir baseado em fala ideal no Congresso; é preciso algo substancial.

O Bourdieu abordou um problema fundamental, apesar de ser um dos autores mais complicados e mais panfletários. Nos seus trabalhos acadêmicos, referiu-se ao o problema da voz. Ou seja, a questão fundamental da mídia e da democracia que é quem tem capacidade de aparecer na mídia. Ter voz na mídia é algo que as regulações que forem feitas deverão garantir em algum momento.

Há um projeto na Câmara dos Deputados cujo objetivo do autor é dar voz aos diferentes movimentos sociais, como sindicatos, nos espaços da televisão. É uma idéia. Há um monopólio de quem aparece na mí-

dia. Se contarem que grupos sociais têm voz efetiva, saberemos quem, na sociedade brasileira, consegue conversar com as platéias e veremos que são pouquíssimos grupos.

Numa segunda fase, Giovanni Sartori incorpora a mídia na sua teoria democrática.

O McChesney é um autor muito preocupado com a questão dos grandes conglomerados de mídia nos Estados Unidos, que são os multinacionais.

Pergunto: a mídia concentrada discute a própria mídia?

Quando divulgaram o resultado da consulta pública da proposta do Pimenta da Veiga – já mencionaram o assunto hoje –, os únicos jornais que discutiram o assunto foram a **Folha de S. Paulo** e o **Estado**, jornais que não têm meios de comunicação de massa – a proposta visava aos meios de comunicação de massa. Os outros não discutiram a proposta, que é a questão fundamental hoje.

A regulação só pode ocorrer por esse caminho, porque o Código de 1962 já está ultrapassado, ninguém o usa mais. É fato claro da história recente do Brasil. Não dá para haver uma discussão séria e democrática sobre o problema da mídia se a concentração continuar nos níveis atuais.

O problema do agendamento é fundamental nas discussões contemporâneas sobre o papel da mídia, mais do que influenciar cidadãos individualmente (o que pode ser discutível) a mídia tem a capacidade de incluir ou excluir do debate público (seja perante toda a sociedade seja na arena política) temas e questões relevantes para a sociedade. Vejamos, por exemplo, a questão da Política Externa: antes dos atentados de 11 de setembro realizamos uma pesquisa sobre como a mídia cobre assuntos internacionais. Os resultados foram alarmantes, mais de 60% da cobertura se referiam a assuntos domésticos de um outro país (um terremoto no Irã, crianças atirando em escolas norte-americanas). Política externa brasileira apareceu com resultados pífios e, quando apareceu, também não havia discussão, era a viagem do presidente a tal lugar, em geral com jornalistas questionando sobre assuntos internos. Ou seja, a mídia excluía da agenda as discussões de temas internacionais, o que trouxe, segundo outras pesquisas, algumas consequências importantes dentre as quais: um desinteresse do público em geral por estes assuntos e um desinteresse (o que é mais grave e aqui está o problema do agendamento) do mundo político por estes assuntos (verificou-se que os programas partidários de então tocavam muito superficialmente nas questões de polí-

tica externa). No entanto, veja-se que quando a mídia decide agendar o tema, há uma mudança significativa de cenários: quem não se lembra de como o contencioso Brasil-Canadá com relação à vaca louca não se tornou o tema das conversas desde o salão verde do Congresso até o botequim do seu Manuel.

A questão da voz, de como se determina a agenda, é um paradoxo – o McChesney escreveu sobre isso. A crítica do ideário capitalista ao mundo comunista, especialmente na área de comunicação, é que toda a mídia era estatal. Ironicamente, estamos caminhando para ter cada vez menos vozes. Em alguns lugares, os níveis de audiência são tão significativos que há quase um monopólio de determinada empresa de comunicação. Então, o que ocorre é que os dois opostos estão se encontrando, ou seja, a crítica que o mundo capitalista fazia ao mundo socialista – a de que este contava com um único meio de comunicação, estatal – vai perdendo o sentido à medida que temos cada vez menos meios de comunicação nos países capitalistas, desta vez sobre controle privado.

A questão toda fora daqui são as grandes corporações de mídia e a propriedade cruzada. Como fazer para resolver a questão?

Já havia citado essa frase do Reagan. Portanto, a desregulamentação – que começa com ele – é o que permite essa concentração sem precedentes, ou seja, quando ele abdica de regular a propriedade cruzada nos Estados Unidos.

Já havia falado sobre a questão da concorrência. Há diferentes escolas que pregam menos ou mais intervenção. Por exemplo: a escola de Chicago, que tem vigência hoje, está dizendo que a concorrência se resolve com eficiência, ou seja, o Estado não pode intervir quando uma fusão, como o da **AOL Time Warner**, terá ganhos de escala tão grandes que, na verdade, segundo essa escola, serão, do ponto de vista de entender o telespectador como consumidor, muito significativos, ou seja, o preço da conexão de Internet, o preço do filme da **Warner** que será distribuído pela mesma pessoa, pela mesma sala de cinema, e que, nos Estados Unidos, já chega agora diretamente de satélite; do estúdio onde é feito é transmitido diretamente pelo satélite para a sala de cinema, nem há mais o intermediário das empresas de cinema, ou seja, os preços, potencialmente, irão cair.

Do ponto de vista de consumidores, isso é um ganho de escala fundamental e barateia o custo do acesso à comunicação. A Escola de Chicago não está

preocupada com a democracia. O negócio é fazer ficar barato, e o mercado resolve.

As outras duas escolas, não (a de Harvard e a Ordoliberal); elas estão dizendo que é preciso regular a concorrência, não é possível ter atores tão grandes disputando no mercado, porque não se sabe qual será o futuro disso. Em um primeiro momento, é lógico, os ganhos de escala serão repassados, mas e depois, quando forem os únicos e não houver mais concorrência, como ficará? Mesmo para os consumidores, há uma preocupação.

São três as formas principais de concentração: horizontal, compra de mais de uma empresa do mesmo ramo; vertical, diferentes fases da produção, por exemplo, a Disney que tem desde a produção do filme até a venda do chaveiro do boneco nos parques temáticos, domina todo o espectro; e a propriedade cruzada, quando são diferentes meios: rádio, televisão, cinema, etc.

Há as economias de escala e as economias de escopo. Sobre a primeira, o que é importante entender é que ela ocorre porque o custo marginal de produzir um jornal a mais, um episódio a mais, de transmitir para uma pessoa a mais não existe, é praticamente zero. Por isso a economia de escala vai ganhando tanto reflexo quando se faz a fusão, ou seja, caro para um jornal não é imprimir um papel, mas produzir o conteúdo daquele papel. Se forem quinhentos mil ou um milhão de leitores, não faz diferença. Para a televisão, isso é mais importante ainda: caro é produzir um programa; transmiti-lo para diferentes lugares não é problema.

Então, quando se juntam diferentes companhias, acaba-se ganhando muito em escala.

Essa é uma questão sobre os conglomerados. Sobre esse assunto, há diferentes análises, inclusive, econométrica. Uma análise muito interessante, que eu e o Dines estávamos discutindo outro dia, é sobre a questão dos jornais no interior. Os economistas estão dizendo que não há possibilidade de existir mais de um jornal no interior. Não é econômico, não é viável financeiramente. Por isso aquela pergunta inicial: o que queremos? Queremos mercado ou a democracia efetiva? Se quisermos democracia, a regulação tem que prever financiamentos, etc., para essas coisas funcionarem.

Para ser ter uma idéia, nos Estados Unidos, há trinta anos, mais de quinhentas cidades tinham mais de dois jornais; hoje, há doze. O sujeito está provando econometricamente por que isso aconteceu, mas porque não houve investimento. Os jornais foram sendo engolidos pelas cadeias, etc.

Por outro lado, houve uma crise de comunicação, não só no Brasil, que está se tornando cada vez mais forte. A concentração e a venda para grandes conglomerados seriam a saída para o problema. Esses economistas também estão mostrando que não é verdade.

The Economist publicou uma edição no ano passado mostrando que esses grandes conglomerados estão enfrentando sérios problemas financeiros. Então é preciso tomar cuidado. A fusão não é a panaceia, a solução para todos os problemas; pelo contrário, está trazendo novos problemas econômicos além dos conhecidos problemas políticos.

Um último dado de economistas que penso ser importante: foi feito também um estudo econométrico, mostrando qual o resultado econômico do ponto de vista da publicidade para esses mercados. Verificou-se que, nos Estados Unidos, em todos os mercados onde houve concentração, houve um aumento muito grande do espaço publicitário e uma redução dos programas não-publicitários, ou seja, de conteúdo efetivo. Quando se concentram, eles tiram jornais, tiram programa teledramatúrgico e infantil para colocar propaganda. Sem concentração, 28% do espaço era publicitário. Quando houve concentração, subiu para 42% o espaço publicitário na programação diária.

No caso brasileiro, adotei a estratégia de não passar para vocês os dados conhecidos de quais famílias detêm os diferentes meios de comunicação nos Estados, porque penso que já são mais do que conhecidas, mas o caso brasileiro é apontado, assim como outros países da América Latina e do Sul da Europa, como um forte caso de concentração nas mãos de algumas famílias, de oligopolização da mídia.

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, apesar de haver os grandes conglomerados, ainda há 12 mil estações de rádio e 1.500 jornais. O número de jornais por 100 habitantes é enorme. No Norte europeu, também. Aqui, há concentração ainda maior dessa capilaridade da mídia, porque os níveis de audiência não são pré-estabelecidos, nos Estados Unidos nenhuma emissora de televisão pode ter mais de 35% da audiência total do mercado (em termos de quantidade de domicílios atendida por aquela determinada emissora), o que é uma redução efetiva. Há uma pluralidade nesse sentido. No caso brasileiro, sabemos que a emissora de maior audiência detém bem mais do que isso.

Apenas para citar o que está acontecendo hoje, os Estados Unidos e a União Européia estão passan-

do por um momento de redefinição das políticas concorrenciais. A União Européia sempre teve uma comissão muito mais ativa no controle das fusões e das aquisições, mas, por outro lado, havia um medo de a Europa ficar para trás nessa concorrência de grandes conglomerados. Então, houve uma certa mudança nos princípios da comissão européia, ou seja, eles estão analisando as fusões com mais cuidado, no sentido de aprová-las, porque há um medo de a Europa ficar para trás nessa questão dos grandes conglomerados, ou seja, de perder espaço na disputa por novos e velhos mercados, especialmente porque as empresas também estão se fundindo com *holdings* da área de telecomunicações.

Há um brilhante estudo do Pesquisador norte-americano Daniel Hallin sobre clientelismo em vários países da América Latina e do Sul da Europa, em que ele mostra por que ainda há uma maior concentração de clientelismo e proselitismo, baixo nível de circulação de jornais, instrumentalização da mídia privada, politização da mídia, limitação da profissão de jornalista, mostrando que essas características são muito comuns nesses países. Inclusive ele cita uma frase interessante: na Grécia — isso aconteceu até há pouco tempo —, os industriais diziam que se não ganhassem um ministério abririam uma rede de televisão, porque era o instrumento de que eles dispunham para colocar seus anseios estritamente privados. Então o dono da maior empresa de navios tem rede de televisão, assim como, na Itália, o dono da Fiat e o dono da Olivetti. Há uma ligação enorme entre o mundo empresarial e político e os meios de comunicação, mas não é esse o caso dos países do Norte da Europa.

Por fim, cito a Constituição, apenas para dizer que, do ponto de vista da fundamentação constitucional necessária, para que se faça a regulação por leis ordinárias, já temos as determinações. Enfim, não sei como perguntar a um Parlamentar que participou da Constituinte se o que está na Constituição Federal é o que acontece na realidade, porque o § 5º diz que não podemos ter oligopólio, e o caso brasileiro, nos meios de comunicação de massa, é um caso de oligopólio. Então é preciso descobrir quais são as regulações efetivas, para que se possa agir.

Do ponto de vista de conteúdo — não é matéria que devemos tratar hoje —, o art. 221 determina quais são as diretrizes da sociedade para o conteúdo, mas é preciso estabelecer qual regulação será feita para que isso seja cumprido.

No Brasil, houve o problema do coronelismo eletrônico, que está bem documentado, especialmente

no Governo Sarney e no final da Constituinte. O governo Sarney distribuiu 30% de todas as concessões de rádio e televisão que haviam sido dadas desde 1934, sendo que 52% das concessões que ele distribuiu – que foram 1.028 – foram dadas nos últimos nove meses da Constituinte. Noventa por cento dos Parlamentares que receberam votaram a favor do Presidencialismo e dos cinco anos, que era a grande discussão do momento, e que interessava à presidência da República.

É difícil discutir esses temas num Congresso que é tão proprietário de meios de comunicação de massa. A **Folha de S.Paulo**, esses dias, mencionou que a Comissão responsável por discutir esse assunto é recheada de empresários do setor.

Por fim, a regulação, que é essa proposta do Thompson, uma das mais interessantes que aparecem nas diferentes propostas: é um *mix* entre a questão do princípio público de pluralismo e o setor privado. Ele está propondo que haja uma intervenção legislativa; é preciso dizer que não podemos ter um meio de comunicação dominando os diferentes setores. E uma das propostas é que haja limitações à propriedade cruzada. Então tem de ter jornal, combater nos meios de comunicação de massa, tem de ter rádio e Internet separados. A panacéia que houve com o advento dos meios digitais é que de que agora teríamos democratização, porque existe Internet, TV a cabo, TV por satélite, TV não-sei-o-quê. Mas o que aconteceu é que a **AOL Time Warner**, nos Estados Unidos, tem todos esses meios na mesma propriedade. Então não houve democratização. O que ele está propondo é que haja uma proibição de que essas coisas ocorram.

Outro item que ele está levantando é que dar voz aos diferentes atores, por meio da radiodifusão comunitária, da televisão comunitária ou, como foi proposto na Lei do Cabo, só dará certo se houver financiamento público para essas pessoas estabelecerem esses canais. Como foi dito aqui hoje, a televisão comunitária não é a preço de banana. Não adianta produzir um programa que não dará certo. A rádio comunitária está sendo ouvida. Há espaço para novos atores, mas é preciso que haja dinheiro para produzir canal, senão ficará lá o canal comunitário aberto, sem programação para produzir, como acontece já na TV a cabo.

Enfim, haveria mais coisas, mas encerro por aqui, dizendo que a proposta de regulamentação que tinha sido feita pelo Sérgio Motta trazia algumas coisas nesse sentido, havia um artigo de contenção da propriedade cruzada; tinha uma série de problemas,

mas continha algumas inovações. E é por aí que podemos continuar o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Dines, talvez pela primeira vez na vida, não exagerou. Creio que ele foi até modesto nas qualificações do expositor.

Essa conferência foi das melhores que já ouvi nos últimos tempos. Tomarei a liberdade de pedir, D. Márcia, que quando tivermos o texto remeta ao Dr. Guilherme. De antemão, pedirei autorização ao Conselho para que, na revisão das notas taquigráficas, a qual pedirei para fazer, acrescente ao texto tudo o que deveria ter sido dito, e não foi, devido à escassez de tempo. Penso que se trai um pouco o fato histórico, mas não se trai a essência da exposição nem privamos o Conselho de uma exposição tão consistente como foi a sua.

Imagino que, com essa explicação, que constará da Ata, de que o texto publicado é tudo o que foi dito e mais um pouco que for acrescentado, o senhor terá a chance inclusive, a tempo, de fazer os complementos.

E farei uma maldade: a história do mundo, quando for escrita, o será a partir dos pequenos acidentes do dia-a-dia. O motorista de táxi que deveria trazê-lo nos causou um grande mal, porque, ao retardar a sua vinda para cá, Dr. Guilherme, no fundo, impediu-nos de ter um debate mais amplo.

Dines, rogarei para que convença o Dr. Guilherme a, num gesto cavalheiresco, na próxima reunião, vir aqui, quando eu lhe daria, inclusive, mais algum tempo para fazer um complemento à exposição, se sentisse necessidade. O debate estaria enriquecido, porque os Conselheiros já teriam lido o texto. Na próxima reunião, vamos tratar só dessa matéria, sem misturá-la com outros assuntos. Traremos o segundo conferencista e começaremos a ouvir V. S^a. Depois, procederemos ao debate com os dois expositores: com o senhor, Dr. Guilherme, e com o segundo expositor.

Não tenho coragem de lhe pedir, eu mesmo, que perca mais um dia de sua vida tão tenra. Entretanto, estou certo de que o Dines tem mais chance de conseguir isso do que eu.

Em nome do Conselho, agradeço-lhe por esta exposição.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Peço a palavra, Sr. Presidente?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Apoiado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Apoiada a fala dele ou a não-fala?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – A sua, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A minha? Quer cancelar a fala de...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Quero reiterar o convite.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O conferencista citou muitos economistas. Lembrei-me do Paulo Setúbal, proprietário do Banco Itaú, e que no Banco Itaú não há economista, só engenheiros.

O conferencista disse que a mídia existe para criticar Governo. Não é verdade. A mídia existe para relatar os fatos. O articulista que assina, este sim, dá sua opinião. Contudo, a mídia não foi feita para criticar, mas para relatar.

No Brasil, a mídia é regulada. O Pimenta da Veiga chegou a mandar para a Casa Civil o novo projeto de lei de comunicação de massa, que o Fernando Henrique retirou, a pedido do Congresso, aguardando que o novo Governo reexaminasse a questão.

E sobre esse problema de propriedade cruzada, o americano é grande porque consegue vislumbrar as coisas num *timing* que lhe é peculiar. Hoje, exatamente hoje, o FCC já está reestudando todo tipo de dificuldade legislativa quanto ao cruzamento de propriedade, porque o americano já chegou à conclusão de que isso é um atraso.

Hoje esteve presente aqui o representante da Brasil Telecom, trazendo notícias de que novas tecnologias virão, de tal sorte que não haverá mais um, dois ou seis, mas duzentos, trezentos canais. Então o futuro será a total desconcentração, pelo brutal número de emissoras de televisão. E, no Brasil, não existe concentração, Sr. Presidente. No Brasil, existem seis ou sete emissoras abertas. Cada emissora tem um grupo que a domina. É o caso da **Rede Globo**, que tem o grupo da família Marinho; a **CNT**, o grupo da família Martinez; a Record, o grupo da Igreja; a **Rede TV!** tem o grupo do Amílcare Dalevo; o **SBT**, o grupo do Sílvio Santos; a **TV Bandeirantes**, o grupo do

Saad. De sorte que não há concentração no Brasil. Aliás, no Brasil há desconcentração.

As revistas que existem no Brasil não são proprietárias de televisão. O maior jornal do Brasil, a **Folha de S. Paulo**, não tem televisão nem rádio. De sorte que falar em concentração, no Brasil, é trazer um debate de que o País não precisa. Aqui não há concentração.

Em uma reunião anterior, citou-se que há concentração em Santos e no Maranhão. Estamos falando do Brasil. As redes de televisão aberta, no País, não são concentradas. Então é uma bobagem repisar esse assunto quando isso no Brasil nunca aconteceu; é démodé. A tecnologia já mostrou, esse assunto de concentração é velho. O futuro é a total desconcentração, pelo absoluto número de televisões que vão existir.

Hoje, reitero, a Brasil Telecom já trouxe aqui a hipótese de ter duzentos canais. De sorte que fico triste em ver a tentativa trazer a discussão, a este Conselho, de um problema que já não existe. Hoje ele é velho nos Estados Unidos. O americano foi citado o tempo todo, mas hoje a FCC está estudando exatamente isto: acabar com esse tipo de viés contra as concentrações. E mais: eles já chegaram à conclusão de que vão acabar com a legislação que a proíbe, e não vai acontecer concentração. No Brasil não existe concentração.

Sr. Presidente, era somente isso.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Já entrei em contato com a Embaixada Americana, que está nos mandando um dossiê com mais de cem páginas sobre o debate de hoje e se comprometeu, tão logo acabe a reunião de hoje, da FCC, e tornada pública a decisão, a nos mandar toda a documentação, que será entregue ao Dr. Carlos Chagas para se divertir com as centenas de páginas que terá para examinar.

Também pedi informações às Embaixadas da Argentina e de Portugal sobre leis semelhantes que estão sendo estudadas agora. Estou pedindo informações ao Jornalista Lucas Mendes sobre um fato que aconteceu ontem, relatado em um programa a que tenho me referido aqui. Havia uma epidemia em uma cidade com oito rádios, e os poderes públicos não puderam informar à população, porque não havia nenhum rádio disponível, nenhum locutor disponível na cidade. As programações eram todas de cartucho.

Mortes deixaram de ser evitadas por ausência de um locutor em um serviço que é público.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Se o meu querido amigo Dines me permitisse fazer a exposição rapidíssima a que me comprometi, como Relator, creio que poderemos ordenar melhor o debate.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está concedida a palavra a V. S^a, Dr. Carlos Chagas.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – A primeira coisa, Dr. Godoy, ainda que me doa muito falar sobre a manifestação do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro, é pedir ao senhor desculpas, porque não é bobagem discutir sobre esse assunto de concentração. Muito pelo contrário.

Vamos partir do geral para o particular – e os senhores verão por quê. A proposta para a criação do Conselho de Comunicação Social nasceu da saudosa Deputada Cristina Tavares. E era completamente diferente – permita-me usar as palavras claras –, dessa quase “abobrinha” que estamos tratando aqui há mais de um ano.

A proposta da Cristina, auxiliada por outros jornalistas deputados, era de que o Conselho tivesse funções normativas e até coercitivas. Seria o Conselho a dar as concessões e a renová-las. Mais do que isso, o Conselho zelaria pelo que viria a ser o art. 220 e o art. 221 da Constituição Federal. A palavra de ordem era: “Censura, nunca mais”. Mas havia que se garantir à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem dos excessos da programação do rádio e da televisão que contrariassem o respeito aos seus valores éticos e sociais. Havia também a necessidade de que o Conselho zelasse pela preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas e tudo o que vem estabelecido no art. 220.

A proposta ganhava corpo, obteve aprovação da maioria das Bancadas na Constituinte. No entanto, uma frase fez com que a proposta da Cristina Tavares fosse arquivada e tivéssemos este nosso Conselho – que falo com dó –, este nosso Conselho desimportante. É o primeiro passo. Já dizia um autor, não muito citado nestes tempos de globalização, que “toda grande marcha começa com o primeiro passo”. É importante estarmos aqui discutindo isso, mas não era essa a finalidade do Conselho de Comunicação Soci-

al. A frase que correu a Constituinte e que fez calar todas as vozes foi apenas uma, que também falo com dó: “O Dr. Roberto não gostou”. E o Dr. Roberto não gostando, morreu o Conselho de Comunicação Social como deveria ser composto.

Decidimos formar esta Subcomissão. E eu me permito também não contraditar, mas ponderar um pouco, acrescentar um pouco ao que disse o Professor Guilherme Canela. Por exemplo: ele disse que a mídia não discute a própria mídia. Estamos diante de um grande discutidor, um homem que discute realmente a mídia: Alberto Dines, que tem o **Observatório da Imprensa**. Em alguns jornais, já existe a figura do *ombudsman*. Já existem revistas especializadas que estão discutindo a nossa mídia.

O Professor citou Thomas Jefferson, que disse: “Se me fosse dado decidir se devemos ter um governo sem jornais, ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento em preferir a última.”

Outra observação, Professor, é que, tecnicamente, desde 1934, já tivemos a regulamentação, porém técnica. Os Constituintes, os Deputados sempre falam nas entrelinhas, sempre usam de subterfúgios, de artifícios que não são claros como gostaríamos que fossem, ou como tentamos fazer na imprensa. Em 1934, eles estabeleceram que jornais e revistas independem de licença do Poder Público para ir à rua. Na realidade, o que se quis dizer? Que o rádio dependia da licença. Como o senhor falou, é a questão do éter, senão haveria uma bagunça total.

Finalizando, tentei distribuir aos Conselheiros este meu pseudo-relatório inicial, mas terminaria com uma observação muito triste também. A Constituição – e nosso Presidente é um jurista emérito –, as Constituições devem estabelecer os princípios gerais. Posteriormente, elabora-se uma lei que debulhe o assunto, que o regulamente. A nossa Constituinte de 1987/1988 duraria 10 anos, porque não havia um entendimento entre os dois principais grupos: o Centrão e os Progressistas.

Sendo assim, o que fez o Dr. Ulysses para o Brasil ter uma Constituição rapidamente? S. Ex^a inverteu o princípio de direito e disse que a lei regulamentaria aquilo que a Constituição não pôde definir. Há certos acontecimentos que apenas ocorrem no Brasil. E isso realmente ocorreu, além de mil outros fatos, principalmente na comunicação social, tanto que está previsto no art. 220 que a lei criará mecanismos de defesa da pessoa e da família contra os excessos da programação.

Onde está essa lei? Quanto tempo já se passou desde a promulgação da nossa Constituição?

A nossa Lei de Imprensa é uma herança da Ditadura, é lixo autoritário. Felizmente, uma série de artigos não vale, aqueles artigos draconianos, porque a Constituição os revogou implicitamente. Mas a lei ainda está em vigor. Por isso, é importante discutirmos todos esses problemas.

Confesso que ainda não sei se a regulamentação dos conglomerados – a técnica é necessária – é um bem ou um mal. Discutiremos esse assunto aqui. Tentaremos dissecar a matéria, porque, de um lado, havendo essa concentração sem regulamentação, estamos expostos ao controle, à limitação e à distorção da informação da notícia, e isso é péssimo.

Nos tempos bicudos em que vivemos hoje, nesses tempos de globalização fajuta, de neoliberalismo, nesses tempos de desemprego total – aproveito para falar sobre o assunto –, não sei qual é a porcentagem de desempregados no Brasil. Como a mídia desinforma, como os governos desinformam! Não adianta falar que o percentual de desempregados passou de 6,5% para 7%. Precisamos registrar o número de desempregados que, no Brasil, chega a 12 milhões. Quanto ao aspecto da criação de empregos, é possível que a concentração da mídia faça com que não se percamos tantos empregos como vem ocorrendo até hoje. Não sei se a regulamentação é um bem ou um mal. Veremos isso depois da nossa discussão.

Também não podemos falar do que está ocorrendo hoje nos Estados Unidos. As informações revelam que, no que se refere à concentração naquele país – não encontrarei os números agora –, havia mais de 90 conglomerados na década de 70; na década de 80, passou a mais de 20; e, na década de 90, há apenas cinco conglomerados. Evidentemente, esse dado não é um bem. Basta ver que a cobertura da invasão do Iraque pela televisão americana – não quero usar adjetivos nem dizer que ela foi lamentável, porque a liberdade é de cada um, cada um entende como quiser – foi uniformizada, padronizada, pasteurizada de uma maneira que chocou a todos nós que assistimos a esses acontecimentos.

Para terminar, informo que, depois de ouvirmos todos os conferencistas, todos os professores que tanto nos enriquecem, sugeridos pelo Alberto Dines, farei mais uma sugestão, que se encontra no meu relatório. Vamos levar muito tempo para discutir essa questão e não vamos resolvê-la sequer até o fim do ano. Porém, meu querido Roberto Wagner, continuaremos o debate sobre a questão da concentração, que não é uma bobagem; pelo contrário, é muito im-

portante. Vamos continuar fazendo isso e, depois que tivermos condições, democraticamente, pelo voto, decidiremos se encaminharemos à Mesa do Senado nossas sugestões, porque não nos resta fazer mais nada, haja vista a nossa desimportância. Vamos analisar se encaminharemos alguma sugestão à Mesa do Senado ou se simplesmente arquivaremos essa Subcomissão. Essa será uma decisão democrática de todos nós.

Era o que tinha a dizer, Presidente. Alberto Dines, desculpe-me por ter falado antes de V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras sempre joviais e carregadas do otimismo do Conselheiro Carlos Chagas. Passo a palavra ao Conselheiro Alberto Dines. Dr. Guilherme, rodarei as opiniões e depois lhe passarei a palavra.

Por favor, Conselheiro Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Depois do que falou o Conselheiro Carlos Chagas, realmente, resta-me muito pouco, mas tratarei apenas de uma das deixas dele. Fui o autor da bobagem, mas ela foi referendada pelo Pleno por unanimidade, portanto registro que todos nós somos autores desta “bobajada” de discutir a concentração da mídia no Conselho de Comunicação Social.

Acredito que falte ao Conselheiro Roberto Wagner um pouco de informação. Embora, neste momento, a FCC esteja recuando naquelas suas conquistas dos últimos 30 anos, é um avanço o debate que está se travando hoje nos Estados Unidos. Nunca uma reunião da FCC foi tão intensamente debatida quanto a de hoje, inclusive com surpresas, como o Ted Turner se manifestando contra as alterações, embora ele seja uma das pessoas que deveriam, supostamente, defendê-las. Portanto o debate é intenso. Em uma sociedade democrática o importante é o debate.

Por outro lado, as conquistas da democracia informativa americana, nesses últimos 30 anos, foram tantas que talvez, agora, se eles retroagirem um pouco, não terá importância, pois os conceitos sempre ficarão. Mas não chegamos ainda lá. Não chegamos nem ao que hoje está sendo decidido na FCC. Portanto acredito que, apesar do adjetivo e do epíteto de bobagem, estamos dando um passo importantíssimo. Trata-se de um momento histórico, justamente essa coincidência em que a FCC volta, dá um passo atrás, e o CCS dá um passo à frente, formalizando e institucionalizando um debate que considero crucial.

Já que esta é uma Casa de debate, e não mais do que isso, estamos começando, para mim, o debate

mais importante, que é a discussão dos guardiões da imprensa, da concentração da imprensa, do direito de se manifestar, e assim por diante.

Gostaria que se registrasse em ata que me sinto honrado com o epíteto de “rei da bobagem”, mas quero distribuí-lo a todos os companheiros que aprovaram por unanimidade a instalação deste debate, de que não quero ser o dono, apenas sugeri dois ou três nomes. O companheiro Roberto Wagner ficou incumbido de dar uma sugestão, e parece que ainda não apresentou. Esse debate tem de ser pluralista. Se temos uma função, embora diminuídos, como diz o Conselheiro Carlos Chagas, é a de fazer disto aqui um fórum, uma Casa de debates e, sobretudo, uma Casa de reflexões, já que o Congresso Nacional está, de certa forma, tão manietado pelos interesses, inclusive na área da comunicação social.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Alberto Dines. Quero me referir, Dines, que, a serem procedentes as informações a que temos acesso pela Internet, a decisão provável da FCC não é muito diferente do que estamos falando aqui.

Tentei, junto à Embaixada, ter acesso ao tal documento reservado, de 261 páginas, a que os jornais se referem, mas não foi publicado na imprensa americana. Fiz gestões numerosas com a Embaixada para que ela, pelo menos, o fornecesse, em caráter reservado, à Comissão. Não foi possível. Mas, se na Internet os dados não estiverem errados, a essência da decisão de hoje não será muito diferente do que estamos discutindo aqui. Primeiro, é a permissão para que uma empresa aumente o número de estações de TV em grandes mercados; segundo, a eliminação de veto à propriedade cruzada em cidades de grande e médio porte e sua manutenção em pequenas localidades.

Foi grande a ênfase que demos aqui no sentido de começar a separar o negócio televisão, dentro de uma visão de soberania do País, de competir no mercado internacional, da realização da democracia que se faz nas localidades. Lembro que foi um dos pontos sobre os quais centramos esforços aqui. E, curiosamente, a decisão do FCC não vai andar muito longe do que estamos discutimos aqui.

Vou conceder a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Gostaria de, primeiro, parabenizar o Pro-

fessor pela excelente apresentação e por nos trazer conceitos muito interessantes sobre o aspecto da economia e da sociedade da mídia, mas gostaria de questionar um ponto que considere muito importante e que, no meu entender, foi abordado com uma interpretação errada.

Quando o FCC, nos Estados Unidos, define em regulamentação que cada empresa de televisão deva ter um limite de 35%, não quer dizer que se está limitando a audiência daquela emissora; não se está limitando o número de aparelhos ligados naquela emissora. Esses 35% se referem à área de abrangência no país que aquela mesma empresa pode ter.

Então não há limite na audiência no sentido do número de aparelhos ligados naquela emissora. Isso pode ser 70%, 80%, o que for. O limite é que cada emissora, cada empresa, não pode ter – e é isso que está sendo discutido hoje – mais do que, parece-me, 35% do total de aparelhos existentes e o total de *houses holds* – como eles chamam casas sintonizadas – naquela empresa. Houve uma interpretação de que há limite de audiência. Não é isso. Tanto que, em vários casos, como em várias situações nos Estados Unidos, uma determinada emissora tem uma audiência muito maior do que 35%, como no caso do Superball e outros eventos, como o Oscar, que têm índices de audiência muito maiores do que esse. Não há limite.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Fiquei um pouco confusa, Presidente; acabei não entendendo direito. Quer dizer que a limitação é da área de abrangência, da área de cobertura. Por exemplo: o Oscar ou o futebol teriam que ser transmitidos, já que interessam a todos, por diferentes...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Significa o seguinte: se assumir que são 100 milhões de casas que têm aparelho de televisão nos Estados Unidos – não sei se o número é esse –, isso quer dizer que a CBS, por exemplo, não pode ser dona de emissora de televisão que cubra mais do que 35 milhões. Ou seja, ela pode ter afiliadas em outras, mas ela não pode, sozinha...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – É geográfico o critério?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – ...ser dona de emissora de televisão cuja soma cubra mais de 35 milhões.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Do território?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Isso não tem a ver com a audiência, com a nossa terminologia normal de audiência aqui no Brasil. Não é essa audiência de número de aparelhos ligados naquela emissora; é audiência no sentido da abrangência de cobertura.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – A questão da rede, por exemplo, não poderia, da forma como existe aqui no Brasil, em que a **Globo** do Rio de Janeiro, a sede, a matriz, é sócia da **Globo** do Paraná, de Minas, do Amazonas, etc. Teria que ser de uma parte só, que correspondesse ao máximo 35%.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Aqui no Brasil, há uma regulamentação que está sendo revista também, no sentido de que cada pessoa física não pode ter mais de cinco emissoras. Lá nos Estados Unidos, não são cinco, são 35% do total. É outra forma de ver isso, mas que também limita a quantidade de emissoras que determina uma empresa pode ter.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Se essas cinco cobrissem 100% do território não haveria problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não pode, lá não pode cobrir.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Ah, sim.

A comparação, Dr. Fernando Bittencourt, não pode ser extensiva ao Brasil. Porque o sistema de afiliação dos Estados Unidos não tem nada a ver com o sistema brasileiro. É completamente diferente. O sistema de audiência potencial tem essas limitações, e Marret, em seu livro **La Télévision Américaine**, apresentou um mapa do ano anterior da média de audiência dos cinco canais. E o maior canal é a **Fox**. Não é a **CBS**, **ABC** nem **NBC**. Os cinco maiores canais não têm, juntos, 18% da audiência americana, tal é a força das afiliadas locais, que têm controle amplo sobre a programação.

Então é preciso refletir com cuidado sobre as cifras americanas e as brasileiras, porque as realidades são bem diferentes.

Concedo a palavra ao Sr. Frederico Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Dr. Godoi pela exposição e dizer que, em toda essa análise, há um problema: quando se refere à questão dos meios de comunicação, não se leva em conta que, embora o interesse da comunicação seja público, ela se dá por meio de empresas privadas – no caso, falo especificamente da comunicação jornalística, para me deter a um aspecto da comunicação, porque há todo o setor da diversão. Esse aspecto é muito pouco analisado por todos os autores citados pelo conferencista e leva a uma distorção muito grande no resultado dessa análise, porque, mesmo que haja várias empresas privadas noticiando ou cuidando do noticiário, na verdade, a única coisa que garante o direito de expressão é o fato de os operadores das empresas privadas terem ou não um procedimento ético. Por exemplo: eles podem mandar publicar as várias versões no contraditório. Se não, chegamos ao que vimos recentemente, na transmissão da guerra: havia diferentes emissoras, e todas imbuídas aproximadamente do mesmo espírito; assim, houve a mesma cobertura.

Por isso, nessa análise, há que se considerar outro aspecto: o do mercado publicitário como fonte por excelência, quase que única, de recursos para a sustentação das mídias. Assim, chegamos à situação existente hoje no Brasil: o mercado está contraído, o desemprego é enorme e há uma tendência, nesse desemprego, ao aumento da concentração. É evidente que aquele que tem maior aparato para a coleta da verba publicitária – não preciso citar o nome aqui – é quem se sobressai quando há retraimento. E isso faz aumentar a concentração nesse momento.

Então se haveria de pensar no previsto pela Constituição: a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado, embora no Brasil não exista efetivamente, na mente das pessoas, a diferenciação entre sistema público e estatal.

Essas questões precisam ser mais bem trabalhadas por nós, ainda que neste Conselho sem poder, a que se refere o Carlos Chagas. Apesar disso, é um lugar onde, pela primeira vez no País, ocorre um debate que não é diretamente feito pelos interessados. No Congresso Nacional, devido à enorme quantidade de parlamentares que são proprietários, o debate é diretamente interessado. Sempre foi! Por isso a situação ali não muda. Quando vai passar, há um debate

no Congresso Nacional. Por isso este Conselho não tem poder efetivamente, em última instância.

Quero pontuar essas questões, porque se faz necessário analisarmos alguns detalhes no debate que considerem os aspectos a que estou me referindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Pois não, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a presença do Sr. Guilherme Canela de Souza. Penso até que o fato de desencadear o que desencadeou aqui já valeu a presença. Considero extremamente positivo o que ocorreu.

De qualquer forma, após a exposição do Sr. Carlos Chagas e do Sr. Alberto Dines – particularmente não me vejo contemplado –, gostaria de fazer uma deferência ao Sr. Guilherme Canela de Souza Godoi, pois ficamos conversando. Estávamos nos referindo à fala de S. S^a.

Gostaria de fazer um recorte na discussão – um recorte específico. Já que podemos pensar que esses meios são considerados, como disse o Sr. Frederico Barbosa Ghedini, um serviço público, diria que se trata de um serviço público revestido de caráter especial. Não é como um correio, uma estrada, uma ferrovia, que transporta. Por quê? Porque o serviço público de comunicação possui um conteúdo que molda comportamentos.

Em função disso, aproveitando que você traz o Habermas para a esfera pública, pensei na ação comunicativa do próprio Habermas. Aproveitando que o Sr. José Paulo Cavalcanti Filho solicitou-lhe acrescentar o que não pôde ser falado, gostaria que explorasse um pouco o tema do direito à informação. Faço uma articulação da esfera pública com o direito à informação, que é o direito que todos temos de sermos bem informados, com informação imparcial e isenta. Gostaria que V. S^a nos falasse a respeito do direito à comunicação, pois penso que seja diferente do direito à informação, forçando um pouco a questão habermasiana da esfera pública: é o direito que os grupos ou cidadãos têm de anunciar seu projeto de vida na esfera pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra a Conselheira Regina Dalva Festa.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Sr. Guilherme Canela de Souza Godoi pela clareza com que colocou as várias visões de mundo nesse momento, a partir de pessoas que estão pensando o neoliberalismo e até a possibilidade de uma sociedade tomar nas mãos seu destino diante dos meios de comunicação. Parabéns S. S^a por nos ter trazido o conflito. Soluções só nascem a partir de conflitos. E boas soluções só nascem a partir de pessoas ousadas, que colocam a criatividade a bem do serviço público.

Estive ausente por algum tempo. Visitei doze países da América Latina. Foi algo, de fato, muito saudável até para esta Comissão. E pude observar duas coisas que trago ao debate, porque são parte do que discutimos hoje.

A Brasil Telecom está se tornando um canal de transmissão, o que é muito importante para o Brasil. Mas que responsabilidade cabe a quem constrói um processo como esse em relação às mensagens que nos vão chegar? Esse é um problema que o Presidente levantou em sua fala e que não é tão simples assim. Se eu for canal, posso ser canal de qualquer coisa – para o bem e para o mal. Não é tão simples assim. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, que considero muito importante, é que existe concentração sim, que o debate é muito saudável e que essa concentração está sendo discutida não só aqui, mas em toda a América Latina, com um viés: na maioria dos países da América Latina, não se acredita que os poderes públicos vão tomar uma decisão. Por isso, na América Latina de hoje, começam a existir ouvidorias de meios de comunicação, organizações da sociedade em termos de ela própria tomar nas mãos, porque não acredita que esta Casa vai regular isso – e falo na Casa em que isso deveria estar sendo regulado –, porque é evidente a perda de poder desta Casa em todos os países da América Latina. Esse é um dado que temos de levar em consideração.

Finalmente, encerro, dizendo que tudo isso tem um impacto, sim, e o Guilherme Canela conhece muito bem, porque trabalha nisso conosco. Trouxe para vocês hoje um material da ANDI, que está sendo distribuído. São quatro livros e revistas, e peço aos senhores que os leiam, porque nesse material está demonstrado o impacto que tem a mídia na criança, no adolescente e o futuro disso para os nossos países. Como Habermas disse, enquanto estamos olhando se existe ou não existe, há um desvio da discussão, e

o desvio da discussão é o futuro dos nossos países, é o futuro das nossas gerações.

Por isso aqueles que estão me ouvindo neste momento pelos canais, se vocês acreditarem que aqui isso pode ser resolvido, apóiem-nos. Se vocês não acreditarem que nesta Casa, vamos resolver essas questões. Façam como a América Latina: tomem nas mãos o processo, porque é só por meio dele que poderá haver uma mudança real.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Regina Dalva Festa pelas palavras

Concedo a palavra ao último perguntador, Sr. Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente. Não é necessário parabenizar o nosso Expositor. Concordo plenamente com todos os que falaram antes de mim, até porque quero retornar às palavras do nosso Presidente, esperando que a sua presença nos engrandeça na próxima reunião do mês de julho. É nesse sentido que queremos ratificar a nossa fala, tendo em vista a importância, a amplitude e a complexidade do tema, que vem ao encontro do que o nosso companheiro Ghedini falou: é o marco regulatório que, evidentemente, passa a uma questão mais ampla.

A propriedade cruzada, a concentração e o poder da mídia no Brasil hoje são patentes, visíveis. Não há dúvida sobre essa questão. Há ainda as questões menores, como a democratização da comunicação, o acesso à comunicação, o direito de informar e não apenas de ser informado ou mal informado, porque nós somos mal informados.

Ratifico e espero do Presidente que seja mantido o seu convite, que o Dines consiga levá-lo a algum lugar e convencê-lo e que isso não seja prejuízo algum para o contraponto. Queremos ouvir aqui o contraponto, a pluralidade, como foi dito pelo Dines. Queremos ouvir, sim, e isso não será a curto prazo, como o Chagas falou, mas precisamos, de fato, debuchar-nos sobre esse ponto de pauta, que é urgente urgentíssimo. Que o senhor esteja aqui em julho, para nos honrar e continuarmos o debate.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi, foi uma honra para este Conselho contar com a presença de V. S^a.

Concedo a palavra a V. S^a, para que teça algumas considerações sobre o que ouviu.

O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI – Muito obrigado a todos. Como o tempo é curto, vou pincelar alguns pontos.

Primeiramente, com relação à questão da audiência, peço desculpas se me fiz entender mal. É exatamente o que um Conselheiro observou. São 35% de alcance, *reach*, como previsto no artigo do *Telecommunications Act*. Mas eu quis dizer exatamente isso comparativamente ao Brasil; como as redes de televisão geradoras são proprietárias das emissoras nos maiores centros urbanos, essa percentagem aumenta em muito, porque não se trata de limite em termos de território, mas em termos de população. Então, quando se tem São Paulo, Rio, Brasília e Recife, esses 35% passam a cavalgadas. Portanto é muito maior, porque a Amazônia, que é grande em termos de território, não tem uma população suficiente. Mas é isso, não há limitação, mesmo porque seria contraproducente se você produzisse o melhor programa e as pessoas não pudessem assisti-lo.

No caso do rádio, é limitação por quantidade de emissoras, e não por audiência, no caso dos Estados Unidos. E esse processo de limitação de audiência, nesse sentido, é adotado na maior parte dos países. Na Alemanha, são 30%, sendo que há um dispositivo na lei de que, quando chega a 10%, a comissão que cuida desses assuntos já tem que intervir e chamar as empresas para uma audiência pública, etc.

Em alguns casos em que é feito por quantidade de emissoras, houve um sério problema. Por exemplo: na Argentina, determinaram 24 emissoras como a quantidade máxima, que é exatamente o número de províncias, ou seja, não há efetividade alguma na regulamentação.

Quando falei que não havia regulamentação, evidentemente estava dizendo nesse sentido, e não de que não há nada, nenhuma regulamentação, até porque as frequências são reguladas.

A primeira regulamentação, só para citar, na verdade não foi a de 1934, mas por meio de decreto de Vargas, de 27 de maio de 1931. Logo depois que a primeira emissora de rádio começou a funcionar. Como a coisa ficou no vazio – aliás, há um texto meu em que discuto isso, que no Brasil as regulamentações são sempre *a posteriori*, porque a televisão foi inaugurada em 1950, e a lei só saiu em 1962. Há uma parte histórica, sobre a qual não deu tempo de falar aqui, que conta como essas coisas são problematizadas.

A questão da mídia discutir a própria mídia. O Dines, ao usar a Internet, a revista **Imprensa** e a Andi,

ao usar seus instrumentos, estão discutindo a própria mídia, mas é evidente que isso é muito diferente das grandes mídias discutirem a si mesmas, e mais uma...

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – E a televisão também; o Dines também está na televisão.

O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI – Na TVE.

Outro aspecto importante nessa questão de quem guarda os guardiões, sobre o que a Regina estava ressaltando, é o papel da sociedade civil, até porque o projeto de reforma do Estado, do Bresser, por exemplo, prevê que a sociedade assuma muita coisa. Concordemos ou não, é essa a reforma do Estado aprovada.

O grande problema é que não há controle sem sanção – o nosso jurista está aqui –, e a sociedade civil não pode sancionar efetivamente. Ou seja, se há regulamentação, alguma penalidade terá de ser aplicada. Talvez as telecomunicações estejam funcionando melhor no Brasil exatamente porque as sanções existem e são fortes.

Notem que o caso das telecomunicações é exemplar em alguns sentidos, em outros, não, mas que é possível, sim, colocar questões sociais em qualquer mercado, até neste. O Fundo de Universalização das Telecomunicações é uma conquista do Congresso, no sentido de que as empresas tivessem funções sociais mesmo depois de privatizadas.

Quanto à questão de – se eu disse isso, não foi nesse sentido – que a função da mídia é criticar o Governo, eu não disse que essa é a função, mas que esse é um papel fundamental da mídia, apesar de haver autores e pensadores – creio que o Ricardo Noblat, no caso brasileiro, é um dos mais expressivos – que dizem que a função da mídia é apenas e exclusivamente criticar o Governo do ponto de vista da cobertura política. Mas não partilho essa opinião dele.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas, na sua palavra, ficou claro isso. Por isso, referi-me exatamente a uma expressão sua com a qual, evidentemente, não concordo.

O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI – Não, só para complementar, o que eu quis dizer é não é criticar o Governo no sentido da crítica negativa, mas no sentido de que a função da mídia é observar o Governo e guardar, na expressão do Juvenal, ou seja, de quem guarda os guardiões. Essa foi a função de *watchdog*, pensada pela democracia nor-

te-americana. É salutar que seja essa a formulação da esfera pública, mas não criticar, no sentido negativo, o Governo.

Por outro lado, também não vejo problemas em que a mídia seja partidária de alguma coisa, desde que fique claro que é uma opinião pessoal, o que, em geral, não se faz. Por exemplo: os jornais de São Paulo, em editorial, declararam o voto na Marta. No meu entendimento, como pensador do assunto, não há problema algum, desde que seja declarado em editorial e que as reportagens não sejam pautadas por posições políticas. Posições todos podem ter, como faz a mídia americana há muito tempo.

Com relação à FCC, como foi dito, eu só queria acrescentar que a Comissão do Senado que controla a FCC – nesse ponto o Congresso norte-americano tem muito mais poder do que nosso – iniciou os debates para preparar essa reunião de hoje desde 2001. Eles estão desde 2001 ouvindo especialistas em concentração de mídia para orientar a reunião da FCC de hoje, e os Senadores que compõem essa Comissão, em geral, se declararam, em suas exposições – está na Internet e tive a oportunidade de ler todas –, contrários à modificação.

Quer dizer, a sociedade norte-americana não é unânime sobre o que está acontecendo lá hoje. Na verdade, há análises de cunho etnográfico, que vejo com restrições em geral, porque são difíceis de serem provadas, mas merecem ser mencionadas, de que isso só está ocorrendo porque o atual Governo colocou como Presidente da Comissão o ex-Presidente do Conselho da **AOL Time Warner**, gerando um conflito de interesses gigantesco. Ou seja, é a empresa que tem mais interesse em que a regulamentação do cabo e do jornal seja modificada. Eles colocam exatamente a pessoa que defendeu esse ponto de vista nas reuniões, como Presidente do Conselho da **AOL Time Warner**, como Presidente do Conselho da FCC, o que nunca havia acontecido na Comissão anteriormente. Ele também é filho do Secretário de Estado. Ou seja, há um conflito de interesses muito grande, que também está relacionado com a segunda guerra do Golfo.

As empresas de televisão estão muito interessadas no que está acontecendo lá hoje. Segundo muitos articulistas da mídia impressa norte-americana, esse conflito de interesses foi usado como moeda de troca pelo Governo norte-americano para que a cobertura não fosse a mais realista possível.

É lógico que não tenho como provar o que estou dizendo aqui; estou apenas reportando que os interesses da mídia norte-americana, nessa reunião de

hoje – argumenta-se –, foram utilizados como moeda de troca, para que não houvesse uma cobertura mais independente do processo.

Com relação ao que foi dito sobre empresas privadas cuidando do negócio público, há muitos teóricos que dizem que é preciso ter um espaço público na mídia, seja estatal ou não. Existem outras formulações, mas não há impedimento para as empresas privadas, desde que haja regulamentação sobre a matéria, ou seja, não há contradição entre uma coisa e outra. O negócio continuará sendo muito lucrativo.

A regulamentação existe em vários países do mundo. Fico abismado, por exemplo, no Brasil, com a regulamentação relacionada com a criança. Em todos os países civilizados, a lei é muito forte em relação à regulamentação para a criança. Na Suécia, por exemplo, não pode haver propagandas no horário comercial, porque a sociedade sueca entende que não se deve estimular o consumismo entre as crianças. E as televisões têm que continuar apresentando programações infantis. Essa coisa de não poder exibir filme de nudez às oito horas da manhã, porque as crianças estão assistindo, mas passa a chamada do filme da meia-noite, isso não pode em lugar nenhum onde haja regulamentação da programação infantil. E são empresas privadas que estão funcionando, estão tendo lucro. Não vejo uma incongruência entre as duas coisas. É possível fazê-lo.

Há outra coisa que acredito que falta no Brasil. Já mencionei no começo da minha fala. Existem estudos mostrando que, nos lugares onde essa questão avançou muito fortemente, foram as cortes revisoras constitucionais – no caso dos Estados Unidos, a Suprema Corte; na Alemanha, o Supremo Tribunal Alemão – que interpretaram o sentido do enunciado liberdade de expressão. A Suprema Corte disse: “Liberdade de expressão, sim, mas obscenidade não pode” e ponto. Mas porque essa é uma interpretação jurídica. Dar aos políticos o poder de definir o que é liberdade de expressão – e creio que a sociedade norte-americana encontrou o melhor caminho –, pode ser temerário. A Justiça disse, falando sobre casos concretos, o que podia e o que não podia. Talvez isso falte no caso brasileiro.

Por fim, é lógico que eu poderia aprofundar cada uma dessas questões. A questão do direito à comunicação, é evidente que essa é a proposta habermasiana, e da teoria deliberativa da democracia. Ou seja, existe a informação, mas o eleitor não poderia ser só passivo. Há estudos interessantes que mostram que isso deveria ser efetivado enquanto direito. Não compartilho de algumas visões muito panfletárias contra a

mídia, de que também o poder da mídia é de transformação total do eleitorado e da opinião pública. Por isso a questão importante é a agenda e a esfera pública, não cada eleitor.

Existem estudos nos Estados Unidos que mostram que as pessoas decidem seus assuntos públicos por atalhos, um dos quais é a socialização por meio da mídia, que é importante, mas há o grupo de amigos, a Igreja. Quer dizer, não é uma influência, não é que se diga que as pessoas pulem do prédio amanhã e elas pularão. Há estudos aqui no DF que mostram que as pessoas formam sua consciência muito direcionadas pela mídia, mas o estudo clássico de Carlos Eduardo Lins da Silva, em comunidades, mostra que não é direto, as pessoas têm suas opiniões. Mas a formação da agenda pública é muito parecida com a agenda que está na mídia.

Existem dezenas de estudos nos Estados Unidos que mostram que assuntos que são considerados importantes por especialistas, por organizações públicas e por organizações não-governamentais não estão na pauta da mídia e, portanto, não estão na pauta de discussões públicas. Isso não tem nada a ver com a formação da opinião pública direta, de cada indivíduo, mas com o que interessa à sociedade discutir ou não.

Um estudo recente sobre direitos humanos na Argentina mostra que lá há um problema sério. Como as organizações de direitos humanos são muito fortes e a relação com o regime militar existe até hoje, mostra que, como a mídia se aliou ao Governo Menem, no sentido de não discutir esse tema, é impressionante a quantidade de organizações de direitos humanos que estão discutindo – as Mães da Praça de Maio é uma das mais famosas –, mas o assunto não tem voz na mídia argentina. É uma questão de agenda pública. É um assunto de total interesse da sociedade, mas que não está sendo discutido publicamente. Isso é importante.

O efeito em cada pessoa – até porque os estudos de recepção, especialmente no Brasil, são muito poucos – é difícil de comprovar. Sabe-se qual é o conteúdo. Na eleição de 1989 editou-se o debate do Colômbio com o Lula. Para se concluir o que isso gerou no resultado da eleição seria necessário perguntar às pessoas, o que foi menos feito do que a análise de conteúdo da edição feita no dia seguinte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Renovo os

agradecimentos ao Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi.

Não encerrarei esta reunião, que continuará no começo de julho. A próxima reunião do Conselho continuará sendo, segundo o Regimento, a de agosto. Como o tempo não foi suficiente para esgotar a pauta, complementaremos em outro dia, sem que haja uma nova reunião, porque nesse ponto há implicações jurídicas. Não há divergência em relação a esse ponto, e sim convergência.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Solicito a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de encerrar esta primeira parte da reunião, ouvirei os Conselheiros Francisco Pereira e Roberto Wagner Monteiro.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Não entrarei no conteúdo, mas comentarei a lamentação do Conselheiro Carlos Chagas. Entendi muito bem que S. S^a lamenta a frieza do Conselho. Mas quero dizer o seguinte: às vezes, só queremos entrar nas coisas de forma conclusiva ou em fóruns em que temos a força da determinação.

No entanto, na própria fala do Carlos Chagas, ele considera e respeita isso como um primeiro passo. Se não alcançamos o caráter deliberativo, como possivelmente foi o nosso desejo – desde o pensamento da Sr^a Cristina –, temos sido bastante importantes, haja vista que todos os Conselheiros, sem exceção, têm sido provocados pelo conjunto da sociedade, até porque ela nos tem na forma em que foi pensado o Conselho.

Que, nesse momento, não seja uma coisa tão fria que possa cair num desmanchar de casamento. Como diz a letra do samba, às vezes é preferível sofrer juntos do que chorar separados. Então não vamos deixar que o Conselho morra na opinião pública, pois as pessoas estão nos acompanhando também pela televisão e têm que saber que este Conselho, apesar do seu caráter tão-somente consultivo, por meio de cada Conselheiro, tem-se movimentado na perspectiva de suscitar o debate, a fim de que, se na há o caráter deliberativo, haja, sim, a possibilidade de, com a discussão, trazer muitas colaborações.

Por exemplo: fiquei sabendo que o Presidente será chamado a uma entrevista da **TV Senado**, em que, provavelmente, será perguntado sobre o que o Conselho fez de concreto, porque sempre as pessoas

querem saber isso. Não se podem juntar dez pessoas conversando, porque, ao final, o repórter quer saber: “Sim, mas de concreto, o que houve? O que se concluiu?” E o concreto nem sempre é essa coisa que se quer, o resultado *pari passu*.

Por último, precisamos ter a paciência para lidar com os contrários. Às vezes, queremos que a opinião de quem vem aqui case em gênero, número e grau com o que estamos pensando, como foi o caso do nosso Conselheiro Wagner, que foi não muito cordial.

Não tenho autoridade para pedir desculpas por ele, até porque ele é contundente mesmo, é o formato dele. Mas volto a Ho Chi Min. O palestrante Godoi leva em consideração o que Ho Chi Min dizia: “Julgamentos precipitados são abjetos, condenar sumariamente à loucura. O homem é um ser complexo e deve ser ouvido muito de perto”. Então não leve má impressão do Conselheiro Wagner, porque ele é um homem bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Quando eu disse bobagem, falei no sentido jurídico da palavra, porque acredito que se trata de tentar trazer para o Brasil algo que o Brasil não tem. Mas, na teoria, o papel aceita tudo e a palavra pode ser conduzida para qualquer lado. Pode-se trazer dos Estados Unidos um problema e falar de erudição, mas, como sou um advogado muito prático, vejo muito bem onde as pessoas vão chegar. É minha intenção sempre ser crítico no sentido de construir.

Sr. Presidente, a ABTU pediu-me que fizesse chegar ao Conselho que eles desejam se manifestar, como o fizeram os representantes da TV a cabo naquela nossa Comissão. Consideram que o Conselho é realmente muito importante. Aqui não se falam somente abobrinhas; ao contrário, discute-se muita coisa interessante. Então pediram-me que, na próxima reunião da nossa Comissão de TV a cabo – vou passar para a Secretaria o endereço deles –, viessem falar sobre o interesse de vinte televisões por assinatura em UHF.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Roberto Wagner, a Secretaria informa que a próxima reunião está agendada para o dia 16 de junho.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheiro Frederico Barbosa Ghedini

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Faço uma sugestão sobre um novo assunto; novo, mas velho. O novo projeto de reformulação da Lei de Imprensa está há anos tramitando...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos agendar uma reunião somente para ela.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Eu queria propor, se for de comum acordo entre todos, que o Conselheiro Alberto Dines já estudasse o assunto no sentido de preparar um informe para este Plenário...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos fazer isso juntos...

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, peço licença por um minuto.

Conselheira Regina Dalva Festa, aproveitando sua presença, que engrandece este Pleno, como coordenadora do grupo de trabalho de radiodifusão comunitária, gostaria de defender o ofício que encaminhei ao Presidente, solicitando a realização de audiência pública convocada por este Conselho – V. S^a não tinha chegado ainda – à qual o nosso Presidente deu todo o seu apoio, sem provocação alguma, mas apresentando a questão como grave, inclusive porque os conflitos continuam, como se verifica pelo documento que passei para as mãos da Conselheira Regina, que relata o fechamento, de forma complicada, de mais duas rádios comunitárias no Rio de Janeiro.

Solicito que essa audiência se dê no mais breve tempo possível e de forma efetiva e positiva. Não espero que ela se realize de forma precipitada e que seja má realizada, mas que se dê num breve tempo e que seja eficaz e positiva.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Combinado.

Passo a palavra, para suas últimas considerações, ao Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi.

O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI – Agradeço a todos. Na medida do possível não estou com a minha agenda aqui, estarei aqui na próxima reunião.

Queria apenas falar rapidamente sobre um assunto que faltou, e que é importantíssimo: a questão do Conselho como órgão efetivo, inclusive para aplicar sanções. O projeto de lei do ex-Ministro Sérgio Motta transfere tudo para uma agência. Essa é uma diferença fundamental entre o caso brasileiro e o caso norte-americano. A FCC, queiramos ou não, é uma agência muito mais independente que o Ministério das Comunicações.

Nesse final que, se possível, poderei continuar estava falando exatamente dessas outras propostas. No meu entender, depois de estudar bastante o assunto, uma das soluções efetivas é passar o controle das outorgas, etc. para uma agência reguladora, não necessariamente a Anatel, na estrutura que ela tem hoje, mas numa estrutura parecida com a de comunicações dos Estados Unidos, exatamente para diminuir a influência política que, historicamente, existiu e está documentada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Secretaria pede para informar que as reuniões, além de serem transmitidas ao vivo pela televisão quando não há sessão concomitante do Senado, são transmitidas às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras de manhã.

Encerrarei a primeira parte da quinta reunião do mês. A quinta reunião continuará na primeira segunda-feira de julho, no dia 7 de julho, que começará com a exposição do Conselheiro Fernando Bittencourt. Aliás, solicito ao Dr. Guilherme que, como na próxima reunião já haverá o resultado da reunião de hoje do FCC, faça uma pequena exposição sobre a aprovação.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, pedi a palavra só para solicitar que organize a segunda parte da nossa reunião de forma tal que os relatores das Comissões te-

nham tempo para fazer um breve resumo dos trabalhos, para que não nos distanciemos tanto dos temas de que estamos tratando.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Quem sabe começar às 11h, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Talvez. Está suspensa a reunião, que recomeçará, em princípio, no dia 07 de julho.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 5ª REUNIÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2003, A SEREM PUBLICADOS, JUNTAMENTE COM A ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS, NO “DIÁRIO DO SENADO FEDERAL”:

- 1)Lista de Presença (1 folha)
- 2)Carta do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos (1 folha)
- 3)Ofício nº 24/2003-CB, do Deputado Orlando Fantazzini (1 folha)
- 4)Ofício nº 119/2003/OV-ANATEL, do Ouvidor da ANATEL, Sr. Fernando Antônio Fagundes Reis (2 folhas)
- 5)Ofício nº 56/IBAMA/DIPRO/CGFIS/2003, do Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA, Sr. Marcelo Marquesini (2 folhas)
- 6)Carta da Associação de Rádios Comunitárias de Uberaba/MG, enviada por meio eletrônico (1 folha)
- 7)Ofício nº 790/2003, da Presidência do Senado (1 folha)
- 8)Carta do Presidente do Senado, Senador José Sarney, ao Presidente da República (1 folha)
- 9)Carta do Presidente do Senado, Senador José Sarney, ao Presidente da Câmara (1 folha)
- 10)Documento distribuído pelo Conselheiro Alberto Dines (4 folhas)
- 11)Transparências da exposição do Sr. Edmond Fernando Santiago (12 folhas)
- 12)Transparências da exposição do Sr. Ara Apkarian (7 folhas)
- 13)Transparências da exposição do Sr. Guilherme Canela de Souza Godoi (48 folhas)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está suspensa a presente reunião.

(Suspende-se a reunião às 17h40min.)

CONTINUAÇÃO DA 5ª REUNIÃO DE 2003

Dia 30 de junho de 2003, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

Ata Circunstanciada da Continuação da 5ª Reunião do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 30 de junho de 2003, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada a: 1) Exposição do Conselheiro **FERNANDO BITTENCOURT** sobre o “Cenário tecnológico nas mídias de Comunicação Social”; 3) Exposição do Srs. **GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** (complementação) e **VENÍCIO ARTUR DE LIMA**, sobre “A questão da concentração da propriedade nos meios de comunicação social no Brasil”; 4) breves relatórios sobre andamento dos trabalhos das comissões; 5) comunicações dos Conselheiros.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO – Presidente
Representante da sociedade civil

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO
Representante das empresas de rádio

ROBERTO WAGNER MONTEIRO
Representante das empresas de televisão

FERNANDO BITTENCOURT
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social

FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos jornalistas (Suplente)

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
Representante da categoria profissional dos radialistas

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA
Representante da categoria profissional dos artistas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo

ALBERTO DINES
Representante da sociedade civil

CARLOS CHAGAS
Representante da sociedade civil

RICARDO MORETZSOHN
Representante da sociedade civil

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Declaro reaberta a 5ª reunião do Conselho de Comunicação Social.

Antes de entrar na Ordem do Dia, registro a presença do Conselheiro Frederico Ghedini, representando o Conselheiro Daniel Herz, que não pôde estar presente. Ao Conselheiro Daniel, em nome do Conselho, desejo melhoras rápidas e que retorne ao nosso convívio.

Registro correspondência eletrônica do Conselheiro Jayme Sirotsky, indicando as razões por que não poderá estar presente conosco.

Registro ainda a presença dos Srs. Marco Aurélio Jarjour Carneiro, Presidente da Associação Brasileira de Televisão em UHF, ABTU, e de Luiz Benevides, Diretor Jurídico da mesma entidade, a quem concederei a palavra na quarta parte de nossa reunião.

Srs. Conselheiros, a ata circunstanciada e as respectivas notas taquigráficas da primeira parte da nossa reunião encontram-se disponíveis em cópias, sobre a mesa, e na página do Conselho, na Internet.

Como combinado na última reunião, a Secretaria encaminhou comunicação eletrônica com orientações sobre como acessar as atas na Internet.

Indago dos colegas se há algum registro ou correção a ser feita. (Pausa.)

Não havendo manifestação nesse sentido, considero a ata aprovada e liberada para publicação no **Diário do Senado Federal**.

Antes de dar sequência à reunião, dou ciência ao Conselho de que o Ministério das Comunicações acaba de constituir grupo de trabalho, a fim de estudar a implantação de um modelo de televisão de tecnologia digital no Brasil. Procurei, numerosas vezes, o Ministério das Comunicações para tratar desse assunto. Afinal, ele acedeu e incluiu o Conselho no grupo de trabalho destinado a definir o modelo de tecnologia digital para os meios de comunicação. O decreto já foi publicado e a minuta encontra-se à disposição, na Internet, para debate desde 25 de junho. Existe uma comissão no Conselho destinada apenas ao estudo de tecnologia digital e a ela pedirei que indique um dos membros que deverá representar-nos no grupo de trabalho do Ministério das Comunicações. Submeterei à aprovação do Plenário, na próxima reunião, a indicação do nome.

Após essas comunicações, passaremos à primeira parte da reunião, que se destina à exposição do Dr. Fernando Bittencourt sobre o tema “A Análise do Cenário Tecnológico nas Mídias de Comunicação Social”.

O Dr. Fernando Bittencourt é membro titular do Conselho de Comunicação Social, Engenheiro Eletrônico graduado pela Faculdade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Central Globo de Engenharia, desde dezembro de 1991, Vice-Diretor de Tecnologia da SET – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações, Coordenador do Grupo SET/Abert, para implantação da televisão digital no Brasil, membro da SMPTE, **Society of Motion Pictures and Television Engineers**, membro do IEEE, **Institute of Electrical and Electronic Engineers**, e da SMPTE, entre muitos outros títulos.

Com honra e satisfação, passo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Conselheiros, a minha idéia é, nos próximos vinte minutos, no máximo meia hora, passar a vocês uma visão do cenário tecnológico que discutimos aqui seguidamente nas diversas mídias debatidas no Conselho. É importante que os Conselheiros tenham uma idéia da situação atual e futura dessa mídia que discutimos muito neste Conselho.

Esta é a agenda da minha apresentação: darei uma visão geral de todas as mídias; tentarei inserir todas as mídias num único desenho; depois falarei sobre TV digital, assunto tão discutido hoje – inclusive faremos parte dessa discussão; depois falarei sobre a evolução das telecomunicações, tanto a cabeada quanto a sem fio, *wired* e *wireless* – termos mais ou menos usados tecnicamente –, que são as telecomunicações fixa e celular; depois falarei sobre o cinema, que tem algo a ver conosco, porque também está no caminho digital, e sobre a rádio digital.

O cenário atual das mídias. Minha intenção é colocar todas as mídias com as quais estamos envolvidos num único gráfico e falar de uma maneira conceitual a respeito delas.

No gráfico que está ao lado esquerdo da barra amarela, estou simbolizando o que gera conteúdo. Todas as produtoras independentes e emissoras de televisão que produzem algum tipo de conteúdo estou simbolizando do lado esquerdo. A câmara e o microfone significam produção de conteúdos de áudio e vídeo; o computador significa produção de conteúdo

que não é áudio e vídeo, conteúdo multimídia; e a caixa abaixo é um container cada vez mais presente, no qual se armazena toda a produção, gerando-a sob demanda, ou seja, não mais em tempo real, mas no tempo do consumidor.

Do lado direito desse gráfico, vou listar todas as mídias que distribuem esse conteúdo do lado esquerdo. A primeira mídia, evidentemente, é a mais importante: a mídia de TV aberta, mídia do ar. Há um código de cores: o que é amarelo é digital, o que é vermelho é analógico. Vocês verão que a única mídia ainda analógica é a TV aberta. Todas as outras mídias que vou listar daqui para baixo já são digitais.

A segunda mídia de distribuição é o satélite: o satélite DTH, o satélite Direct Home, que são a **Sky**, a **Direct TV**.

A terceira mídia de distribuição desse conteúdo é o cabo ou MMDS, que são duas mídias mais ou menos iguais. O MMDS é o cabo sem fio, mas ele não muda muito o conceito de distribuição.

A quarta mídia de distribuição de conteúdo é a rede fixa de telecomunicações, cabeada, que hoje já distribui até conteúdo de vídeo. Já é possível assistir vários programas na Internet hoje por vídeo. Então essa mídia, através da banda larga e da banda estreita, já distribui conteúdo para o consumidor.

A outra mídia é de telecomunicações sem fio: a telefonia celular, que também distribui muito conteúdo e tende a melhorar. Vou entrar em detalhes um pouco mais adiante.

Para terminar, listei outras formas de distribuição: cinema, DVD, fita. Ou seja, do lado direito, listo simbolicamente todas as formas de distribuição de conteúdo: televisão aberta, satélite, cabo – estes dois são televisão paga –, telecomunicações fixa, telecomunicações sem fio, cinema, DVD.

É importante chamar a atenção para o fato de que a televisão aberta distribui basicamente a programação em *real time* – ao vivo. Essas outras mídias, por exemplo, o cabo e a Telecom cabeada, pela Internet, já podem consumir as mídias armazenadas nesse container. Ou seja, já existe hoje tecnologia disponível para que os programas sejam consumidos de acordo com o desejo do telespectador, na hora em que ele quiser assistir o programa, a novela, o noticiário, o esporte, se o negócio permitir, evidentemente. Já existe tecnologia para, através da Internet, acessar esse container e escolher o programa que quiser na hora em que quiser.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Este pro-

grama está sendo gravado para ser exibido ao público, e a ata também vai ser publicada. Acredito que seria interessante explicitar, sobretudo para os não iniciados, o que quer dizer banda larga e banda estreita.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Certamente, Sr. Presidente.

A rede de telecomunicações cabeada começou a oferecer, no início do funcionamento da Internet, o que é chamado de banda estreita, ou seja, uma velocidade de transmissão muito lenta. Em termos tecnológicos, até cinco ou dez Kb (kilobites). Com a evolução da tecnologia, já é possível alcançar-se 200, 300, 400 Kb, o que significa capacidade para a transmissão de vídeos. Ou seja, a banda larga nada mais é do que banda estreita com mais capacidade, que pode chegar até a transmissão de vídeos, assim como o celular. Falarei com mais detalhes sobre essas duas mídias em seguida.

Esse diagrama tenta, de modo simbólico e conceitual, colocar do lado esquerdo o que é produção de conteúdo, seja produção ao vivo, seja produção armazenada e distribuída sob demanda. Como eu disse, por meio do cabo ou da Internet, será possível acessar programas quando desejar.

Hoje pela manhã, tivemos uma discussão sobre TV a cabo. Uma das propostas foi que cada vez mais as emissoras ofereçam o seu conteúdo fora dos horários normais em que vai ao ar. As programações de televisão aberta, por exemplo, seguem um horário muito rígido. Uma das propostas é que essa programação pudesse ser oferecida ao consumidor de TV a cabo e armazenada, para que ele pudesse utilizá-la na hora em que desejasse, e não na hora determinada pela emissora. Esse assunto tem um lado complexo, o do negócio, mas estou abordando basicamente o lado tecnológico.

Volto a um assunto que deixei de mencionar. Reparem que nesse gráfico toda a distribuição de satélite, cabo e telecom já é digital. O cabo não é digital, mas logo será. Todas essas mídias já são digitais. A única mídia que não é digital é a televisão aberta, pelo ar. Esse é o ponto que vou abordar agora: a televisão digital.

A TV digital é a transmissão da televisão aberta pelo ar digitalmente. As emissoras de televisão já produzem quase toda a programação digitalmente, mas pelo sistema analógico e PAL-M. O próximo passo será transmitir pelo ar, digitalmente, e sobre isso vou falar em seguida.

Vou listar uma série de características da TV digital. A primeira e mais importante característica é que a transmissão digital vai permitir perfeita qualidade de som e imagem. Hoje, produz-se digitalmente e transmite-se analogicamente, o que ocasiona um som de pior qualidade e imagens com chuviscos, fantasmas. Com a transmissão digital, quem dispuser de um receptor digital receberá a atual produção com a qualidade perfeita, igual à do estúdio. Mas essa é só a primeira parte.

O primeiro grande ganho da TV digital é poder transmitir em alta resolução: a televisão de alta definição. Cito duas áreas que ganharão muito com a transmissão de alta definição: o esporte e o cinema. A televisão de alta definição, primeiro, tem um formato diferente da televisão normal, mais aberto, com uma tela parecida com a do cinema, no formato 16x9 – a televisão atual tem o formato de 4x3.

O filme, na televisão de alta definição, passa a ser visto como no cinema, ou seja, exatamente como é produzido. Hoje, quando assistimos um filme na televisão, vemos as bordas cortadas, porque, como o formato é de 3x4, não há como mostrar toda a película.

No caso da televisão de alta definição, teremos em casa a possibilidade de assistir o filme como ele é no cinema não só no formato, como na resolução ou definição. A alta definição é equivalente à de cinema, não só a imagem como o som também. Então será um grande salto de qualidade que o espectador terá em casa com relação às películas, aos filmes.

O esporte também terá um ganho enorme. No enquadramento do jogo, como a definição da imagem é muito maior, a sua resolução é cinco vezes maior do que a da televisão convencional, a câmera pode ter um ângulo de abertura um pouco maior, e ainda assim se consegue ver o jogador, a bola, a cor da camisa. Em consequência haverá uma perspectiva do jogo diferente da que se tem hoje.

Então a televisão digital de alta definição vai permitir um grande ganho no envolvimento entre o espectador e o esporte que estiver sendo transmitido, especialmente futebol. Essa é uma outra característica que só é possível com a transmissão digital.

É importante dizer que a transmissão digital vai precisar de um canal de televisão adicional para cada emissora. Cada emissora que transmite hoje, analogicamente, vai receber um segundo canal para transmitir simultaneamente o analógico e o digital. Isso vai permanecer durante dez, quinze anos, até que a grande população esteja recebendo digitalmente e o analógico seja apagado. Então cada emissora vai con-

viver, durante dez ou quinze anos, com dois canais: um transmitindo analogicamente, outro digitalmente.

Só é possível transmitir alta definição no canal digital; no canal analógico, evidentemente, esse mesmo programa será transmitido analogicamente, com as deficiências que sabemos que tem.

A segunda característica da TV digital é poder transmitir mais de um programa. Esse é um aspecto interessante, porque hoje relacionamos sempre um canal de televisão a um programa. Com a TV digital, a emissora poderá transmitir mais de um programa, isso se não tiver transmitido em alta definição. Se ela transmitir em alta definição, ocupará o canal inteiro, então só transmitirá um programa. Se ela optar transmitir vários programas com uma qualidade um pouco pior, igual à atual, poderá chegar a três ou quatro programas simultâneos. Esta é uma característica da transmissão digital: colocar mais programas.

Aqui simbolizei um computador, porque a transmissão digital agrega um conteúdo adicional que hoje não temos, que é o conteúdo de texto ou de multimídia. É algo que não é som nem imagem, mas algo adicional. Então a transmissão digital não é só de som e imagem; pode transmitir outras coisas também, como dados, multimídia, etc.

Uma outra característica da TV digital é permitir a interatividade, ou seja, um relacionamento mais intenso do espectador com o programa que está sendo transmitido. Darei um exemplo de interatividade na transmissão de um jogo de futebol.

Vamos supor que estou assistindo a um jogo de futebol que está sendo transmitido digitalmente e que a emissora ofereça um recurso adicional. Por exemplo: estou vendo o jogo ao vivo. O jogo está em dois a zero. Digamos que eu queira ver os dois gols desse jogo. Clico nesse botão “gols” e assisto numa tela auxiliar os gols desse jogo que está ao vivo. Ou posso assistir, por exemplo, através de um clique no recurso como o tira-teima, a uma jogada que me interessa. Evidentemente, quem não desejar isso pode ver o jogo na tela cheia. Esse é um exemplo de interatividade.

Outro exemplo de interatividade pode ser o caso de uma novela – e este é só um exemplo ilustrativo; não quer dizer que será assim; tenho a sinopse daquele capítulo de novela que está no ar – vou voltar porque tenho uma coisa interessante para mostrar.

Tenho, por exemplo, os personagens da novela; se eu quiser saber mais sobre o autor, por exemplo, posso comprar o CD da novela. Clico no botão “compra”. Evidentemente, assim como posso comprar um

CD, posso comprar algum brinco ou qualquer produto que a novela esteja oferecendo. Esse é só um exemplo didático, porque não acredito que as emissoras de televisão colocarão novela num canto direito da tela para tirar a atenção do espectador. Enfim, esse é um recurso para dar exemplo de que é possível a interatividade com a TV digital.

É evidente que, numa televisão aberta, o canal de retorno, a comunicação do espectador com a emissora será pelo telefone, num primeiro momento. Depois poderá ser por satélite, porque há necessidade de um canal de retorno do consumidor com quem está gerando o programa.

Uma outra característica da TV digital é poder transmitir televisão móvel, ou seja, permitir que o conteúdo transmitido seja recebido em veículos em movimento, o que hoje não é possível. Atualmente, é possível colocar um televisor num carro, assistir a dez minutos e perder meia hora, porque a imagem varia e se perde muito. Com a transmissão digital, será possível receber em qualquer elemento móvel, seja ônibus, táxi, carro, a emissora de televisão que está sendo transmitida. Para a emissora de televisão, é interessante, porque é um novo mercado que hoje não existe. Evidentemente, para o espectador também é bom, porque ele passa a ter notícia, poderá consumir programas de televisão em locais onde hoje isso não é possível. Sabidamente, perdem-se muitas horas no trânsito; e isso poderá ser aproveitado pelas emissoras de televisão, para que elas sejam vistas nessas horas em que hoje as pessoas estão sem consumir televisão.

A última característica é mais ou menos parecida com a anterior, mas é interessante chamar a atenção para ela, porque também a televisão poderá ser recebida em elementos portáteis. Palmtops, celulares que hoje já estão com displays coloridos poderão receber televisão aberta pelo ar com qualidade perfeita. Então essa será uma nova mídia. Todos esses *devices*, esses aparelhos pequenos, poderão consumir televisão aberta.

Essa é a lista do que é possível fazer com a televisão digital, ou seja, tudo isso pode ser feito simultaneamente ou não. Se alguém quiser transmitir programas em alta definição e múltiplos programas, isso será possível, desde que não seja simultaneamente. Ou seja, podem-se transmitir programas de alta definição em horário nobre e, durante o dia, transmitir múltiplos programas. É um modelo. Ou pode-se transmitir tudo em alta definição.

Evidentemente, na transmissão em alta definição, as emissoras terão que trocar os equipamentos.

São novos equipamentos. Câmera, videoteipe, tudo é novo. A transmissão de alta definição exige uma substituição dos equipamentos dos estúdios. A transmissão de multiprogramas pode utilizar os equipamentos atuais.

Então essa é a lista do que é possível ser feito com a transmissão digital na televisão aberta.

Aqui, voltei a mostrar o gráfico já definindo lá em cima: a televisão aberta digital transmitida ou em alta definição ou em mobilidade ou para ser recebida em elementos portáteis ou até tudo isso simultaneamente.

Falarei um pouco sobre a parte de telecomunicações fixas. Há um histórico que é interessante comentar. Até os anos 90, por mais ou menos cem anos, na telecomunicação fixa só trafegou voz. No final dos anos 80, início dos anos 90, começou a Internet. Com a Internet, no início, passou a ser possível trafegar texto. Nessa época, a Internet era basicamente texto. Voz sempre foi o grande uso da telecomunicação cabeadada. Atualmente, estamos num estágio em que já é possível não apenas a transmissão de voz, como, pela Internet, ter multimídia com imagens, ainda que de resolução baixa. Já temos vídeos na Internet. Já é possível, por meio da telecomunicação fixa, como foi dito aqui na última reunião, por um projeto da Brasil Telecom, transmitir vídeo pela linha telefônica. Esse vídeo não tem uma qualidade fantástica, mas já é um vídeo a que se pode assistir. Em dez anos, já evoluímos muito; da Internet apenas com texto para a Internet com multimídia, texto, imagem, vídeo de baixa resolução, havendo até um projeto como esse da Brasil Telecom, que funciona como se fosse uma televisão a cabo.

A previsão é de que essas redes de telecomunicação evoluirão não apenas no sentido de serem formadas de fibra ótica – ou seja, as empresas, cada vez mais, substituem seus cabos por fibra ótica, que tem capacidade infinitamente maior –, mas também a tecnologia de compressão permite que a qualidade do vídeo melhore cada vez mais. Então prevemos que, no futuro, até a alta definição poderá trafegar na rede de telecomunicação fixa.

É importante dizer que – hoje pela manhã discutimos isso aqui – essas redes de telecomunicação caminham bastante rapidamente para oferecer serviços, pelo menos em relação à tecnologia, iguais aos da TV a cabo. É evidente que aí há o aspecto de regulamentação, em cujo mérito não estou entrando. Essas empresas vão evoluir e, dentro de alguns anos, oferecerão vídeo com qualidade similar à da qualidade de TV a cabo.

Aqui temos desenhos mostrando o projeto da Brasil Telecom, que já vimos, em que a operadora oferece serviços por meio da rede fixa. Tem-se um *set top box* em casa e pode-se assistir à televisão. A única diferença é, como foi explicado hoje de manhã, quando se troca o canal. No caso da TV a cabo, existem todos os programas em casa simultaneamente. Nesse projeto, quando se troca de programa, o comando vai à central da empresa, onde o programa é trocado e reenviado para a casa do usuário. Assiste-se apenas a um programa de cada vez, mas, ainda assim, é possível assistir a vários programas. Não há nenhum problema, desde que a troca de programa seja feita na origem da operadora Telecom.

Telecomunicação sem fio é basicamente o celular. Aqui está um histórico do celular. No início dos anos 90, basicamente transmitia-se voz. Ainda era a Rede Telebrás. Em 1997, já entrou a digitalização, quando começaram a ser privatizadas as redes, as Telecoms, com voz e dados. Hoje, todos sabem que já é possível acessar Internet nos aparelhos atuais. Eles chamam essa versão que atualmente opera de “2,5G”. O “G” refere-se à geração. Houve a primeira, a segunda e virá a terceira geração. Como essa é uma intermediária, chamaram-na de “2,5G”.

Basicamente, é uma geração digital que já permite transmitir som, alguns jogos, acesso à Internet – com algumas limitações evidentemente, mas é possível –, inclusive com e-mail. Virá a terceira geração – essa, sim –, que oferecerá vídeo com qualidade. Ou seja, nos aparelhos de terceira geração será possível assistir à televisão via redes de telecomunicações, evidentemente com capacidade maior e com um acesso à Internet de mais qualidade.

Citei aqui as empresas que hoje operam essa tecnologia: a Oi, a TIM, a Telesp. No futuro, não sabemos exatamente. Citei a DoCoMo, porque no Japão essa tecnologia já existe e é operada por essa empresa japonesa. No Japão, já se pode assistir à televisão e vídeo em aparelhos celulares operados por essa empresa.

Damos aqui um exemplo bastante ilustrativo do que poderá ser um aparelho celular no futuro, que será capaz de receber os sinais da televisão aberta, digitalmente. O futebol, por exemplo, pode ser transmitido pela rede de televisão digital. Esse mesmo aparelho recebe ligação, consulta a Internet, consome. É um aparelho que opera com a rede Telecom. Temos aqui um exemplo típico: um jogo de futebol sendo visto pelo ar, pela rede de televisão. Se eu perdi os gols daquele jogo, demando à rede Telecom, no momento em que eu queira, pagando por isso. Então

existe aqui um casamento entre emissora aberta e rede Telecom, oferecendo o mesmo tipo de conteúdo. Evidentemente, um é de recepção livre e o outro é pago.

Esse é apenas um exemplo didático de que, no futuro, será possível, assistir na televisão aberta, livremente, por meio da rede Telecom – no caso, os gols. Posso demandar e assistir por essa telinha do celular.

O cinema, por mais de cem anos, foi e ainda é película. É produzido, distribuído e projetado em película. A película é uma mídia muito cara. O cinema, portanto, é uma mídia muito cara, porque não só a produção, mas a distribuição e a projeção são muito caras. O que vai acontecer é que esse cinema vai caminhar para ser digital, eletrônico.

E aqui tenho um diagrama que simboliza como será o cinema do futuro. Aqui se pode ver a sala de cinema, o projetor, que pode rodar, por exemplo, um DVD com uma qualidade de alta definição. Esse programa, filme ou conteúdo está sendo projetado numa sala de cinema totalmente eletrônica, com o DVD e o projetor eletrônicos.

Além disso, posso também receber na mesma sala, por meio de satélite ou de fibra ótica, um conteúdo geral de algum lugar do mundo. Então Hollywood ou algum lugar do Brasil podem gerar um programa ou conteúdo, produzido com alta definição, com qualidade igual à de cinema, que pode ser recebido por meio de satélite, na sala de cinema.

Teoricamente, será possível fazer o lançamento de um filme simultaneamente no mundo inteiro, no mesmo horário, utilizando a tecnologia de satélite eletrônico. Nessa tecnologia, a película acabou. Não existe qualquer película nesse projeto, nesse gráfico. Da produção à exibição, tudo será eletrônico. É evidente que vai levar alguns anos, mas o processo já começou. Por exemplo: atualmente, muitos filmes são produzidos em alta definição. Não são distribuídos ainda em alta definição, porque sistema é caro. Quase não existem salas de cinema digital. Alguns filmes como, por exemplo, **Star Wars** – os próximos que serão exibidos – já serão produzidos totalmente de forma eletrônica, em alta definição. O filme, originalmente, é produzido em meio eletrônico; não é mais produzido em película. Este é o modelo para o qual o cinema vai caminhar: produção, projeção e distribuição eletrônica.

Há um lado interessante: a mídia de exibição não precisa ser necessariamente de alta definição. Se o projetor for eletrônico, posso projetar uma película

de qualidade inferior. Aumenta, abre a perspectiva de produtoras de menor custo produzirem um conteúdo e o exibirem nas salas de cinema. Haverá um impacto social e econômico nessa tecnologia. Vai abrir para que produtoras de menor porte, de comunidades, tenham condições de mostrar suas produções em salas a um custo mais barato. Então o cinema digital tem um peso social e econômico bastante grande na mudança do cenário para o cinema.

É evidente que a questão está sendo discutida. Há uma briga política enorme. Hollywood está querendo manter uma padronização a mais fechada possível, para evitar o aumento, a universalização da produção. É uma questão que está sendo debatida em diversos níveis. Tudo tem que ser padronizado e codificado. Se cada um fizer o seu modelo, não funcionará.

Aqui há um sumário do que acabei de falar. Para as empresas atuais, produzir em alta definição e distribuir significa um custo 90% menor do que o atual. Para termos uma idéia, Hollywood gasta, em média, US\$1 bilhão para distribuir os filmes atuais. A tecnologia vai significar economia de US\$900 milhões por ano.

Sendo a sala de cinema digital, abre-se uma perspectiva não só para o cinema em si. Podem ser feitos programas e eventos ao vivo. É possível mostrar shows ao vivo. A sala torna-se uma mídia que não consome só coisas produzidas em outros lugares; será possível consumir coisas ao vivo. É mais uma mudança de perspectiva do conceito de uso da sala de cinema.

Para terminar, falarei a respeito do rádio, que também se encaminha para ser digital. Com o rádio digital – tentando resumir o máximo possível -, o rádio AM terá qualidade de FM. O rádio FM terá qualidade de CD. Então, com a transmissão de rádio digital, o rádio AM terá um saldo de qualidade fantástico. A grande vantagem é que o rádio digital não necessita de um canal adicional; pode ser transmitido no mesmo canal analógico. É uma grande vantagem, porque não se ocupa espectro adicional; é só uma mudança de tecnologia, uma questão de melhor ocupação do espectro que é alocado para cada empresa. O rádio terá um salto de qualidade. Eventualmente, poderá transmitir não só o som, mas dados também. Poderá ser interessante para as emissoras de rádio transmitir não somente som, música ou notícia, mas também algum tipo de dado que seja de recebimento útil ou alguma informação adicional sobre aquilo que está sendo transmitido no som, ou até alguma outra coisa que não seja som.

A rádio digital já começou nos Estados Unidos e também na Europa; é algo que vai impactar positivamente as empresas de rádio e também o seu consumo.

Basicamente é isso. Não sei se é o caso de discutirmos alguma coisa aqui ou deixarmos para o final.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Em nome do Conselho, agradeço essa exposição de altíssimo nível do Conselheiro Fernando Bittencourt.

Abro o debate. Algum dos Srs. Conselheiros quer se manifestar? (Pausa.)

Conselheira Berenice Mendes Bezerra.

A SRA. BERENICE MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Parabenizo o Conselheiro Fernando por tão caprichada e bacana apresentação! É bom ver tudo junto; isso estimula a discussão.

Gostaria apenas de comentar um aspecto que você apresentou sobre o cinema, que me toca em particular, porque é minha origem.

O Governo anterior do Paraná restaurou quinze salas de cinema de uma forma muito caprichada, mas em cidades onde não há possibilidade de rentabilidade ou auto-sustentabilidade. Temos que resolver isso, porque aquela comunidade merece e precisa ter um centro de convivência e de fruição do audiovisual, já que a nossa sociedade é, cada vez mais, a sociedade do olho, da comunicação audiovisual. Então, juntamente com o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, o Ministério da Cultura e a **TV Educativa do Paraná**, encontramos uma solução que estamos implantando lá e que é a seguinte: a TV Educativa tinha o projeto de ocupar o *backbone* de fibras óticas da Copel, que é a Companhia de Energia Elétrica do Paraná, de modo a baixar os nossos custos de satélite e rentabilizar ou otimizar o uso dessa rede de fibras óticas. Por outro lado, o Ministério da Cultura havia desistido do uso de transmissão, por meio da **TV Cultura e Arte**. Então se desativou uma série de receptores de *down links*, os quais pedimos para serem mandados para o Paraná. E o Fórum Nacional de Democratização tinha, conceitualmente, elaborado a proposta de criação de salas populares de exibição multimídia para que a população de baixa renda pudesse ter acesso. Juntamos tudo isso, transformando a **TV Educativa do Paraná** numa central de transmissão de programação que pode ter, em determinado momento, uma programação específica de entretenimento para essas quinze salas a que já estão sendo agregadas outras que estão interligadas via fibra óti-

ca. E, em outros, poderão ser assistidas programações da Orquestra Sinfônica ou do balé Teatro Guairá ao vivo, interligados com a TV. E se quisermos, mais tarde, poderemos fazer uma negociação com as operadoras de TV a cabo para que também as pessoas possam assistir à Copa do Mundo, por exemplo, ou a qualquer outro conteúdo a baixíssimo custo, talvez até simbólico, R\$0,50 (cinquenta centavos), R\$1,00 (um real), como também ter acesso à programação educativa, videoconferências e tal.

Complementando, é por isso que me manifestei outro dia a respeito de como é interessante o projeto da Brasil Telecom, porque é mais uma forma de capitalizar. Aonde não se consegue chegar pela rede de fibras óticas, continua usando-se o satélite, daí os *down links* do Ministério da Cultura que estou colocando em cidades, assentamentos de sem-terra, onde moram oito, dez, quinze mil famílias hoje, em favelas, em núcleos, em aldeias de índios. Lá eles recebem pelo ar. É só um comentário de que realmente essa convergência está aí.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Inicialmente, cumprimento o Sr. Fernando. De fato, foi muito bem feita a sua apresentação. Chamou-me a atenção, Sr. Fernando, quando o senhor falou nessa possibilidade – que já nem é remota porque existe no Japão – de o celular transmitir conteúdo.

Pela implantação da TV digital – e aqui falo como representante das TVs brasileiras – preocupam-me demais os limites legais.

Hoje de manhã, numa reunião muito interessante da nossa Comissão de TV a Cabo, falou-se sobre os limites legais que a Constituição impõe ao serviço de telecomunicações, a fim de que ele não invada o espaço da radiodifusão. Quanto à transmissão de conteúdo, no meu entendimento, há uma vedação constitucional importante.

Com o advento da TV digital, fico pensando na confusão que haverá quanto à cobrança de direitos autorais, porque estamos caminhando para as TVs globais. Quando falamos de concentração de mídia e propriedade cruzada, eu disse que considerava o discurso um pouco velho, pois entendo que a concentração não será mais de sócios nem de cotistas; a concentração que vem por aí – e dessa não se tem como escapar – é tecnológica. Então todos os países fica-

rão indefesos contra a concentração tecnológica, que vem carregada de muito dinheiro.

A Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra acabou de citar – e até comentei com o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto – algo que deve ocorrer também: a pirataria. S. S^a deu o exemplo de Copa do Mundo, o evento mais caro que existe hoje para as TVs abertas, o evento dos eventos, caríssimo. Com a TV digital, com a possibilidade de captar e retransmitir, penso que a pirataria também virá para ficar.

Por isso, Sr. Presidente, hoje, na reunião da manhã, ponderei que o Conselho deveria ter uma posição pró-ativa nesse sentido. O ilustre membro do Ministério das Comunicações, que esteve presente, entendeu quando eu disse que entendia que o Conselho deveria fazer gestões junto ao Ministério das Comunicações, que deveríamos instigá-lo a consultar a AGU para que, de forma definitiva, fosse dito se é ou não possível, ao serviço de telecomunicações, a transmissão de conteúdo, pois há a possibilidade técnica de um envolvimento, por exemplo, da Brasil Telecom com esse BrTurbo – que é uma tecnologia que veio para ficar, é fantástica – e com as operadoras de TV a cabo ou TV por satélite.

A Brasil Telecom nos disse que havia ociosidade nas suas malhas, que eles poderiam atender a 10 milhões de residências, e não atendiam. O pessoal da ABTA disse que também tem condições de transmissão, pois está com ociosidade.

Antes de finalizar minha fala, insisto em dizer que é preciso que, em algum momento, o Governo se atenha em tomar providências contra o desperdício absurdo que existe no País. Atualmente, há malhas telefônicas paralelas às da TV a cabo. Com a digitalização, a possibilidade de convergência é enorme, mas a de divergência também.

Não é segredo que as TVs abertas estão passando por dificuldades. Se houver uma concorrência do tipo anárquica, permitindo conteúdos de Hollywood e da Europa por meio da Internet e de equipamentos sofisticados, nossas televisões não poderão cumprir o que prescrevem os arts. 221 e 222. A transmissão será tão “barata” que, certamente, o que é de interesse do País, como a defesa da estrutura educacional, dos usos e costumes e da cultura, será superado por uma tecnologia que poderá sufocar os interesses dos empresários brasileiros.

Por essa razão, Sr. Presidente, peço a V. S^a que medite sobre o assunto e, no momento em que considerar oportuno, traga o tema a debate, tendo em vista sua importância.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Certamente.

Não havendo mais quem queira se manifestar, concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt, solicitando a S. S^a que, ao fazer suas considerações, informe o Plenário das possibilidades que poderiam advir dessa nova tecnologia em relação a rádios e televisões comunitárias, ou seja, de que maneira esses ganhos tecnológicos poderiam repercutir nas rádios e televisões comunitárias.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Tenho conhecimento de que várias empresas pretendem reaver as antigas salas de cinema das pequenas e médias cidades para nelas fazer uma rede de distribuição, porque a projeção está chegando a um preço muito barato. Pode-se comprar um projetor um pouco melhor do que o dessa sala, mas muito parecido, e um computador normal. Com projetor e computador, transmite-se pela Internet um conteúdo que fica armazenado durante uma semana ou alguns dias, seja programa educacional ou de entretenimento. É cada vez mais barato operar uma sala de cinema utilizando equipamento eletrônico. O custo decrescente torna viável possuir uma rede de cinemas, distribuir o conteúdo e cobrar preços bastante razoáveis, porque, como é barata a operação, pode-se cobrar um preço baixo. O assunto cinema realmente tem um impacto enorme e é muito interessante.

A pirataria digital é outro assunto que tem sido bastante estudado pelos órgãos que regulamentam a TV digital, o cabo digital, os aparelhos de consumo. Aliás, uma das razões que explicam a lentidão na evolução da TV digital é exatamente a pirataria. Estão discutindo aspectos e normas para evitá-la, mas evidentemente, por sistema digital, a cópia é perfeita. Pode-se piratear o conteúdo que se recebe de uma maneira muito fácil. Esse assunto está sendo estudado e acredito que será resolvido. Não se repetirá o que ocorreu no início da Internet. O detentor dos direitos do conteúdo será protegido; caso contrário, não haverá evolução. É evidente que ninguém vai querer distribuir de graça um conteúdo que teve custos para produzir. Então está sendo combatida e acredito que será eliminada. Se houver pirataria, será em nível muito mais baixo.

Sobre a questão do vídeo no celular, naquele gráfico que expus comparando todas as mídias, não falei que a única mídia que não é digital hoje é a TV aberta. Se ela ficar mais alguns anos somente como analógica, perderá o barco da mobilidade, ou seja, a

rede de telecomunicações transmitirá móvel e a rede aberta não poderá transmitir; a TV aberta não terá a alta definição que haverá no cabo, no satélite.

A TV digital é absolutamente fundamental para manter a TV aberta competindo com as outras linhas todas. Diria que já estamos muito atrasados nisso, porque a discussão sobre a TV digital no Brasil ainda se encontra no início, e todas as outras mídias já são digitais, estão em processo de evolução rápido. Então a TV digital é uma forma de manter a TV aberta competitiva e oferecer, evidentemente, tecnologia grátis, como é o caso da TV aberta para toda a população. Eu diria que a TV digital tem que ser discutida com uma velocidade maior. Caso contrário, dentro de alguns anos a TV aberta será considerada mídia de segunda categoria.

Com relação ao rádio e à TV comunitária, a digitalização facilitará, porque o grande problema que vejo é o do espectro. Não existe espectro para colocar rádio e TV comunitária. Esses espectros são ocupados pelas televisões comerciais. E as brigas, as discussões com a Anatel seguidamente são devidas ao fato de que no espectro, que as emissoras de rádio e TV ocupam, não existe espaço para colocar outras emissoras. Com a TV digital, esse espaço surgirá, porque ela ocupará, no final da transição, menos espectro do que ocupa hoje. Então ela vai liberar mais espaço para outras aplicações, inclusive para o rádio e a TV comunitária. Nessa perspectiva, a digitalização vai facilitar a discussão sobre o rádio e TV comunitária, independentemente da questão de conteúdo, de legalização, etc. Isso seria outra discussão. No aspecto tecnológico, a TV digital facilitará a introdução da TV comunitária.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a valiosa participação do Conselheiro Fernando Bittencourt. Convido a ter assento à mesa os Diretores Guilherme Canela de Souza Godoi e Venício Artur de Lima.

Dou ciência ao Conselho de que tenho diligenciado, junto às embaixadas, sempre que novas legislações de comunicação são aprovadas no mundo, no sentido de obter essa legislação. Porque estamos estudando, num grupo coordenado pelo Conselheiro Carlos Chagas, exatamente a questão de concentração. Quero comunicar ao Chagas que já estou lhe mandando duas leis para estudos. Trata-se da lei da televisão portuguesa, aprovada em 1998, e de proposta recente para alteração dessa lei. Se o senhor tiver conhecimento do estoque impressionante de ofícios que expedi para as embaixadas, ficará tranquilo

de que terá muito material para consumir nos fins de semana.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Só um detalhe: faça pelo modo antigo: mande pelo correio, não pela Internet.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Dr^a Márcia, temos outro dinossauro aqui: somos dois. Entendo-o perfeitamente. Estou inteiramente de acordo. Fique tranquilo porque cuidarei do assunto como se fosse do meu próprio interesse.

O Conselho se sente honrado com a presença dos Drs. Guilherme Canela de Souza Godoi e Venício Artur de Lima. É um prazer estar com os senhores.

Primeiro, passarei a palavra ao Dr. Guilherme Canela, para que complemente a exposição. Houve consenso de que essa complementação se daria em relação a uma breve análise das aprovações da reunião do **Federal Communications Commission**, de 2 de junho.

É curioso como as coisas acontecem com tanta rapidez. Não passou um mês e essas posições já estão sendo questionadas pelo Congresso americano. Não é a primeira vez. Em 1982, a FCC começou a dar *temporal waivers*, alterando a Legislação de 1969, sobretudo a **Cross Ownership Rule**. Isso levou a que, em 23 de novembro de 1987, os Senadores Hollings e Kennedy aprovassem lei vedando a possibilidade de concessão de *waivers*, com interferências muito consistentes no mundo real, das quais as mais importantes foram a obrigação de venda do **New York Post** por Rupert Murdoch, 700 mil exemplares, que foi transferido para Piter Kalikow, retendo Murdoch, em Nova York, o canal 5, que é a Fox TV, e vendendo o canal 25 de Boston para manter, em Boston, o **The Boston Herald**, 280 mil exemplares.

Passo a palavra ao Dr. Guilherme Canela. Lembro que ele é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, Mestrando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e pesquisador associado do Núcleo de Pesquisas em Mídia e Política da Universidade de Brasília, Consultor da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – Andi, Consultor do Ilanud – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinqüente e Diretor-Presidente do Instituto Episteme.

Com a palavra o convidado Guilherme Canela.

O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI – Boa-tarde a todos. É sempre um prazer revê-los. A pedidos, vou tentar fazer uma breve análise

de do que aconteceu na FCC e completar as transparências que faltavam, ao final.

Para além do brilhantismo da exposição do Conselheiro, eu queria muito aprender a fazer aquelas coisinhas se mexerem. Sempre tento, mas não consigo.

Apenas lembrando o porquê da regulação – não vou falar tudo isso novamente –, já falamos sobre algumas coisas que temos que ter em mente quando vamos tratar das possibilidades de regulação do setor de radiodifusão: se vamos considerar que a mídia é uma empresa de mercado como todas as outras, se estamos falando de cidadãos ou de consumidores, de que tipo de eficiência que estamos tratando.

Aqui temos os aspectos técnicos, sociais e políticos que levam à necessidade de regulação, determinação das frequências, limitação do espectro eletromagnético e, depois, as diferentes formas de poder.

Temos aqui o que acontece no cenário internacional. Esse slide foi apresentado no dia 2 de junho, quando aqui estávamos dizendo que os Estados Unidos viviam um momento de redefinição. O parâmetro, até então, eram as determinações do **Telecommunications Act**, de 1996, e eles tinham alguns importantes elementos para conter a propriedade cruzada. Algumas horas depois, a coisa se alterou um pouco, naquele mesmo dia.

Só para dar um panorama do que significou a decisão da comissão. Nos Estados Unidos, há um histórico de concentração. O que ocorreu na decisão da FCC? Eles contrataram uma série de consultores e utilizaram-se de alguns estudos para mostrar, econômica e matematicamente, que não há concentração nos Estados Unidos, ao contrário. Um desses estudos, o qual inclusive foi independente, não foi contratado, de um pesquisador importante da Universidade de Columbia, Eli Noam, mostra, por uma série de gráficos, que, na verdade, por um índice de concentração que se convencionou internacionalmente usar para vários tipos de empresas, não existe concentração nos Estados Unidos nos diferentes setores, porque existe uma quantidade muito grande de empresas por setor, 12 mil empresas de rádio, por exemplo. Só que esqueceram de dizer que o grande foco de concentração se dá no conteúdo transmitido.

Em número de empresas e na junta comercial realmente não há concentração, quer dizer, há uma quantidade absurda de empresas e mesmo de canais de televisão.

É a mesma coisa que está sendo discutida esta semana nos jornais. Há hoje, entre legalizadas e não-legalizadas, mais de 12 mil rádios comunitárias.

Se todas aceitarem a proposta de uma grande rede de televisão de transmitir a sua programação, teremos 12 mil rádios comunitárias, todas elas, transmitindo o mesmo conteúdo. É mais ou menos isto que está ocorrendo lá: não há concentração de empresas, mas muitas empresas pequenas, de diferentes donos, associadas a grandes cadeias que transmitem o mesmo conteúdo. Esse é o problema.

Mesmo assim, em alguns casos, como no de jornais, há forte concentração: em 1923, havia 500 nos Estados Unidos que tinham pelo menos dois jornais competindo. Em 1980, caiu para 50 e, na década de noventa, existiam 10 cidades com dois jornais competindo, o que é um absurdo. Em 1920, as cadeias de jornais controlavam 1,4% dos jornais; hoje controlam 80% dos jornais. É essa a diferença. Agora, o número de jornais continua sendo o mesmo. Aqui mesmo, há jornais de propriedades diferentes, mas quando se lê o conteúdo, o que é veiculado por agências é muito grande e o que fica para conteúdo local é pequeno.

As rádios também são um grande exemplo. Ainda hoje, há 12 mil emissoras de rádio nos Estados Unidos, mas as três maiores cadeias dominam 70% do mercado. Na TV aberta, as quatro grandes redes dominam 75% do mercado. Aquele número que está ali embaixo é para mostrar qual a expectativa do que ocorrerá se as decisões da FCC forem mantidas.

Em 1996, assim que o **Telecommunications Act** foi aprovado e aumentou a possibilidade de *share* do mercado de 25% para 35%, naquele mesmo ano, houve 185 aquisições de emissoras de televisão pelas redes. Assim que foi liberado de 25% para 35%, houve essas aquisições. Então a expectativa é de que a concentração se dê não daqui a dois, três anos, mas imediatamente, se mantida de 35% para 45%.

Esse foi um dos Conselheiros que votaram contra, o Michel Kops, que disse no seu voto que: "Vimos uma redução de 34% no número de donos de estações" – com as outras alterações que a FCC tinha feito. "Para o democrata, a concentração da propriedade de estações de rádio pela companhia **Clear Channel**, que controla mais de 1.200 emissoras e parcela significativa da audiência nacional, deve nos aterrorizar quando consideramos que o mesmo pode acontecer com a televisão e os jornais".

Como foi a decisão? Todos os senhores estão sabendo, mas só para comentar, para deixar clara a liberação da aquisição de jornais em cidades médias e grandes. Na verdade, o que são aqueles números 179 e 210? Estima-se que, de 210 mercados, 179 estarão sujeitos à nova decisão da FCC, porque eles tentaram

passar para a opinião pública que, na verdade, os pequenos mercados vão continuar protegidos, etc. Mas isso, estatisticamente, é insignificante, ou seja, a grande maioria, 180 mercados, estará sofrendo alterações a partir da nova decisão. A audiência passou de 35% para 45%; na cidade onde houver seis TVs agora pode haver o controle sobre duas e onde houver mais TVs pode haver o controle sobre três.

A grande justificativa dos Conselheiros que votaram a favor da mudança é tecnológica, no sentido de que agora, com as novas tecnologias, poderemos ter uma maior democratização, etc.

Como foi apresentado aqui na última reunião, existem vários pensadores que estão mostrando que isso não é verdade, que está havendo uma concentração desses mesmos meios tecnológicos pelas mesmas empresas e cadeias.

As estimativas que saíram durante o processo são de que 90% de toda a produção de conteúdo, de áudio, etc., que os norte-americanos lêem e ouvem são produzidas por aquelas seis ou sete companhias. Quer dizer, se 90% do conteúdo são produzidos por essas, há uma nítida concentração da propriedade e do conteúdo que é gerado. Isso não quer dizer que 90% das emissoras, das empresas que publicam livros, etc., sejam de propriedade dessas empresas, mas sim que o conteúdo veiculado por essas diferentes empresas foi gerado por essas cadeias.

O que aconteceu, no final dessa semana, com a Comissão de Comércio do Senado Federal? Lá existe algo chamado Lei de Revisão. Então, na Comissão de Comércio do Senado, dois Senadores fizeram, em diferentes momentos, duas leis de revisão que dão um passo atrás na decisão da FCC. Só que essa lei ainda tem que ser aprovada no Plenário do Senado, na Comissão da Câmara e no Plenário da Câmara. A expectativa é de que haja uma série de dificuldades, especialmente na Comissão da Câmara, cujo Presidente é muito ligado ao Presidente da FCC. Pode ser que ele não dê andamento ao processo, etc., mas o que aconteceu foi que eles voltaram a audiência para 35%, mantiveram a proibição para TV e jornal, com um adicional que transfere aos Estados, às unidades da Federação, o poder de verificar se, naquela unidade, seria possível, sem prejuízo ao interesse público, que a decisão de TV e jornal fosse revertida. Contudo, eles mantêm nessa decisão a possibilidade de comprar mais emissoras de televisão na mesma localidade. Então é o que ainda se precisa fazer.

Outra coisa interessante que está acontecendo, que é o ponto final da apresentação, é que nos Estados Unidos os movimentos de consumidores são ex-

tremamente bem organizados e todos eles estão entrando com ações na Justiça contra a decisão da FCC. E é um problema que temos aqui para qualquer modelo regulatório, inclusive os que já existem para outras áreas: todas as agências têm conselhos consultivos que permitem assento de movimentos de consumidores, etc. Contudo esses movimentos daqui não apresentam essa força e essa capacidade de articulação que os movimentos de lá possuem. Então temos uma deficiência nesse sentido, porque lá eles apostam muito nos movimentos de consumidores, que realmente têm muita força.

Uma das teorias de agências reguladoras é de que as agências podem ser capturadas pelas empresas privadas. Nos Estados Unidos, mostrou-se que algumas das agências, a ambiental, por exemplo, foi capturada pelos movimentos de consumidores, de tão forte que é a presença deles.

Uma coisa interessante, que está muito ligada ao que estávamos discutindo na última reunião, fundamental nesse processo, é que a mídia não discute a própria mídia, e a veiculação da discussão e do debate público depende disso. Uma pesquisa que foi feita no dia seguinte à decisão mostrou que 72% dos americanos não tinham a menor idéia do que aconteceu no dia 2. Eles nem sequer sabiam que haveria uma reunião para discutir essa mudança tão importante para a sociedade norte-americana. Essa pesquisa demonstrou que nenhum canal de televisão interessado na decisão discutiu o assunto nos seus principais telejornais.

O artigo que Ted Turner publicou no **The Washington Post**, se não me engano, diz o seguinte: “A crescente concentração do controle de empresas que produzem e distribuem informação limitará o debate público, inibirá novas idéias e fechará as pequenas empresas de comunicação”. Esse parece ser o grande imbróglio da decisão. As pequenas empresas tendem a sumir, assim como ocorreu um processo semelhante nas outras mudanças, desde a modificação do **Telecommunications Act**.

Outro autor diz algo interessantíssimo: o problema, inclusive do ponto de vista da lei de concorrência, é que há um mercado em que os seus fornecedores de conteúdo também são competidores no momento da distribuição, o que é extremamente desleal. Uma pequena emissora de TV que quer inovar deve necessariamente comprar o conteúdo de uma das seis grandes e concorrer com essas empresas no mesmo mercado. Evidentemente, quando se pensa somente em estrutura de mercado, há preços abusivos na hora de vender o conteúdo, além de muitas dificuldades. Por exemplo: as empresas seguram a programação exclusiva e, com isso, afogam a capacidade das pequenas emissoras de sobreviverem.

Na União Européia, outro exemplo, há princípios concorrenciais mais fortes, inclusive específicos para a área de radiodifusão. Como discutimos na última projeção, eles acabaram aprovando várias fusões, porque havia um medo da Comissão Européia de que houvesse problema de emprego, pois as empresas que estavam fazendo a fusão ameaçavam deixar os mercados europeus caso a fusão não fosse aprovada. Então havia a pressão dos próprios sindicatos de jornalistas, de produtores, etc., para que as fusões fossem aprovadas, porque eles tinham medo de ficar sem emprego com as ameaças desses grandes conglomerados que estavam fazendo as fusões.

Há, ainda, a questão da América Latina. Esses três exemplos serviram para chegarmos à discussão da regulação. Os cenários têm características muito diferentes. É preciso tomar muito cuidado quando formos “copiar” modelos de regulação e de legislação em diferentes áreas. As características da América Latina e do sul da Europa para o mercado de radiodifusão são bastante diferentes daquelas existentes nos países do norte da Europa, por exemplo, que já dispõem de uma série de outras legislações e de problemas diferentes a serem enfrentados neste momento. Portanto é necessário ter cautela com a caracterização dos cenários.

Essa constatação – que aparece neste slide – está numa tese de mestrado orientada pelo Professor Venício, aqui presente, que faz uma análise das concessões de rádio na época de Getúlio Vargas. Desde aquela época, esse tipo de concessão, de regulação, já era um instrumento de poder econômico e político.

Abordei esse assunto por duas razões: primeiramente, para constatar que o caso brasileiro tem esse histórico e, além disso, porque há uma impressão, em boa parte da literatura que discute o assunto, de que, nos Estados Unidos, esses acontecimentos sempre foram tratados de maneira técnica.

Há um estudo muito interessante da lei que inicialmente regulou a rádio de um cidadão chamado Robert McChesney, que mostra que toda a configuração da lei, naquele momento, também foi baseada em critérios políticos, em barganhas, etc., para desmistificar essa idéia de que, nos Estados Unidos, esse assunto sempre foi tratado de maneira técnica, sempre voltado apenas ao interesse público.

Como o tempo está se esgotando, farei rapidamente um importante histórico.

A regulação inicia-se com o Governo Vargas. O fio condutor, aquilo que se assemelha a tudo, é que a regulação brasileira sempre vem *a posteriori* do fato concreto, ou seja, inaugura-se o rádio e, depois de um tempo, faz-se a legislação. Nesse caso, há uma série de empresas que já têm direito consolidado e que já estão no mercado. Posteriormente, inaugura-se a TV

e, depois de 12 anos, elabora-se a legislação com uma série de regras que já estavam consolidadas.

Assim ocorre também com a TV a cabo, a TV via satélite, etc. Espero que isso não ocorra com a TV digital, que já possui uma série de situações consolidadas. Nesse caso, será preciso adaptar a legislação às situações já consolidadas e não o contrário: regular antes para que tudo ocorra de acordo com o interesse da sociedade, que é o desejável.

Porém, o fato mais interessante de todos esses processos, talvez um dos mais interessantes, é que quando do Código de 1962, o de Telecomunicações... A análise feita sobre o processo legislativo de aprovação daquele Código mostra que, desde então, havia uma correlação de forças muito grande entre os proprietários de empresas de radiodifusão e o Congresso Nacional. O Presidente João Goulart vetou 55 – se não me falha a memória – artigos daquele Código. Todos os vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional, e o projeto ficou exatamente como a associação do setor havia sugerido que fosse feito.

Então, desde aquele momento, havia uma correlação de forças políticas muito interessante. A Constituição de 1988 muda o quadro com proposituras de instituições como este Conselho, com a necessidade de as outorgas passarem por este Congresso, etc. Depois, em 1995, há uma outra grande mudança, que é a Lei do Cabo, aprovada no primeiro dia do ano.

A Emenda Constitucional nº 8 é uma grande mudança legal, porque retira as telecomunicações do Código de 1962 para aprovar toda uma legislação específica sobre telecomunicações, e deixa a radiodifusão em banho-maria, em que está até hoje, sem que se consiga aprovar nada.

Então o Governo sabia que seria muito difícil reformular as duas coisas ao mesmo tempo, como foi feito em vários países. Uma mesma legislação nos Estados Unidos trata das duas questões, mas aqui se separou, exatamente porque havia o interesse de privatizar o Sistema Telebrás, de reformular a estrutura de telecomunicações, e se sabia que não se conseguiria fazer isso com a rapidez desejada ou, talvez, nem se conseguiria amarrar isso à reformulação da comunicação de massa.

Depois, em 1996, houve o decreto do Ministro Sérgio Motta, que, de certa maneira, moraliza boa parte da discussão e determina licitação, em vez de ser uma decisão exclusiva do Ministro, ainda que dois pontos tenham ficado de fora da discussão: o primeiro se refere ao fato de haver uma discussão teórica sobre se esse tipo de regulação tem de ficar apenas do ponto de vista econômico.

Muitos defendem que isso ocorre com o decreto do Ministro Sérgio Motta, ou seja, que o critério passa a ser o de quem pode pagar mais pela concessão.

Outro ponto é de que uma série de televisões comunitárias – na verdade, as dadas para universidades, ou seja, as retransmissoras – ficaram fora do decreto. Foi por meio desse gargalo, segundo se comenta, que se negociou a emenda da reeleição. Ou seja, essas retransmissoras não passavam pelo crivo e por toda a questão da licitação conforme regula o decreto da gestão Motta.

Por fim, em 1998, houve a última grande mudança, que foi a Lei da Radiodifusão Comunitária, que traz um novo elemento para o setor.

Já forneci os dados referentes ao coronelismo eletrônico e às relações com o Congresso.

Daquela transparência que já discutimos, surge a pergunta: “Dá para mudar com este Congresso?” Essa é uma pergunta efetiva e pragmática que tem de ser discutida. Ou seja, é possível fazer uma mudança na legislação para que este Congresso, cuja configuração de radiodifusores foi veiculada pelos jornais recentemente, aprove? Se não for, talvez o caso seja buscar caminhos que não passem por legislação, ou seja, estimular uma atuação mais efetiva da sociedade.

Existem regulamentações no Congresso que não passam por legislação, que é a mudança na forma como se renovam as concessões etc. Essa é uma questão que precisa ser respondida para saber se é factível propor uma nova legislação para este Congresso.

No Congresso, existem vários projetos, inclusive muito bons, que tratam do controle de propriedade cruzada, de conteúdo, de rádios comunitárias e de novas complementações. Então não há necessidade de se reinventar a roda. Existem Parlamentares que já estão pensando sobre isso há algum tempo, mas, infelizmente, todos os projetos estão parados há vários anos.

Há as questões políticas e a qualidade. Existem, basicamente, duas questões que podem ser separadas em dois grandes grupos: uma é a regulação do conteúdo. Existem diversas questões que precisam ser ditas, como, por exemplo, a que se refere à regulação de programação para crianças, sobre o que há discussões no mundo inteiro, como leis específicas. E existe a regulação da propriedade, que é outra questão espinhosa, como, por exemplo, a que se refere à limitação da propriedade cruzada, limitação de audiência, limitação de mercados, etc.

A outra questão importante em qualquer uma dessas duas é quem vai controlar o processo. São três atores principais: ou se mantém no Estado na administração pública direta no Ministério ou, no caso brasileiro, deixa como está, porque, no final, quem dá a última palavra é o Congresso Nacional, que até hoje aprovou todas as renovações que lhe chegaram, ou

então se transfere isso para uma autarquia independente, como é o modelo das agências, para outras áreas no Brasil e para casos de radiodifusão em outros países, como Alemanha, Inglaterra, nos Estados Unidos. Então essas seriam as possibilidades regulatórias.

Por fim, um fato que aconteceu nos Estados Unidos e Alemanha foi que o Judiciário palpitou muito sobre essas questões, ou seja, o Congresso Nacional não tinha poder político para dizer que certas coisas não eram liberdade de expressão – nem era a intenção fazer aquilo. Então foi o Judiciário que disse: “Tal coisa não é liberdade de expressão”, e ponto final.

E o Judiciário brasileiro tem abdicado de interpretar a Constituição nesse sentido, então esse debate tem que ir também para o Poder Judiciário, para se saber como se pensa ali.

Com isso, concluo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Depois de ouvir exposição tão consistente como essa, estou convencido de que o Conselho andou bem quando resolveu encarecer ao Dr. Guilherme que completasse sua exposição. O risco que S. S^a corre é de não mais ser abandonado por nós. Gostaríamos de manter uma relação cada vez mais estreita, para aproveitar seu evidente preparo e espírito público. Encareço a S. S^a que fique, porque depois, nos debates, os dois convidados poderão participar.

Passarei a palavra agora ao Dr. Venício Artur de Lima, para tratar da concentração da propriedade nos meios de comunicação social.

O Dr. Venício Artur de Lima é Sociólogo, Jornalista e Publicitário, mestre, doutor e pós-doutor pela Universidade de Illinois, Estados Unidos. É também pós-doutor pelas Universidades de Miami e Ohio; Professor titular de ciência política e comunicação aposentado da Universidade de Brasília, fundador e primeiro coordenador do Núcleo de Estudo sobre Mídia e Política da UnB, Assessor do Senado Federal, de 1981 a 1989, e da Subcomissão de Comunicação da Constituinte em 1987 e 1988. É ex-Professor convidado da Escola de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Paraíba, da Bahia, de Brasília e de Caxias do Sul, no Brasil, e das Universidades de Illinois, Miami, Ohio e Havana no exterior. Em 2001, foi considerado um dos maiores estudiosos dos meios de comunicação do Brasil pela **Folha de S. Paulo**. Consultor do PNUD, no Itamaraty, ocupou até janeiro deste ano as funções de Coordenador de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Autor de dezenas de artigos sobre mídia, política e cultura e, dentre outros, do livro **Mídia: Teoria e Política**, Editora Fundação Perseu Abramo.

Com honra, o Conselho tem o privilégio de passar a palavra a V. S^a.

O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Agradeço o convite que acredito ter sido de iniciativa do Conselheiro Alberto Dines, depois de todo o Conselho. Preparei um pequeno texto que, acredito, foi distribuído a todos. Tendo em vista as polêmicas que em geral esse tipo de tema provoca, achei melhor fazer um texto mais documentado.

Queria também dizer antecipadamente que todos os dados que constam do texto são informações publicamente disponíveis. Podem ser contestadas, naturalmente, mas são publicadas ou, às vezes, divulgadas pelos próprios meios de comunicação ou por empresas e agências que fazem pesquisa nessa área.

Além disso, no final do texto específico, com detalhe de página, de ano e de referência de publicação, todas as fontes que utilizei para articular o argumento desenvolvido no texto.

Por sugestão do Presidente e considerando que o texto ficará com o Conselho, abreviarei a minha exposição, destacando apenas os pontos principais. Estou à disposição para discutir, dentro do que conseguir, a argumentação desenvolvida no texto.

O primeiro ponto que julgo necessário dizer é que a concentração da propriedade nas comunicações não é somente brasileira. A exposição do Professor Guilherme Canela, tanto hoje quanto na última reunião do Conselho, tratou da questão, mas essa tem sido uma preocupação dos estudiosos do setor há algum tempo.

Essa concentração foi acelerada nos últimos anos. Existem exemplos evidentes e muito claros do que vem acontecendo no setor em âmbito internacional. No texto, cito o exemplo da fusão que se transformou no maior grupo de comunicação existente no mundo, da AOL com o Grupo Time Warner, cujo valor de mercado é estimado em trezentos e cinquenta bilhões de dólares, que significa a metade do PIB brasileiro. Isso é fantástico.

Um exemplo de tipo de ação que um grupo desses é capaz de fazer, e que tem feito, é o lançamento do filme Harry Potter no final de 2001 – o quinto livro está sendo lançado agora. Foi uma operação mercadológica sem precedentes no planeta. Considero muito significativa a frase do Richard Parsons, segundo executivo do grupo, que afirmou, à época, que ninguém seria capaz de ir a algum lugar do planeta sem ouvir falar em Harry Potter. Parece que ele tinha razão, pois foi um bombardeio terrível. É claro que um grupo capaz de fazer isso com Harry Potter pode fazê-lo com qualquer outra coisa.

No caso brasileiro, forneço dados, que estão disponíveis, relativos à concentração industrial no

Brasil na área de comunicações, tomada em seu sentido mais amplo, fruto da convergência tecnológica, que é a revolução digital mencionada na exposição anterior. Os dados disponíveis indicam que no Brasil as indústrias de chocolate, de bebida, de pasta de dente, ao lado da área de comunicação, são as de maior concentração. Além de não ser um problema somente brasileiro, não é só da área de comunicações.

Os dados disponíveis para o primeiro trimestre de 2003 mostram que no Brasil continua acontecendo um fenômeno nas aquisições e fusões que em outras partes do mundo já não acontece, tanto é que houve um crescimento de 35% no primeiro trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre do ano passado e, novamente, há quatro setores dessa ampla categoria de comunicações que estão entre os que mais cresceram.

No caso específico, e creio que é o que nos interessa mais diretamente na área de comunicação social, o Brasil é conhecido como um País em que o setor foi historicamente concentrado – não sou eu que digo isso; é fato reconhecido em estudos comparados sobre sistemas de comunicação, sobretudo de radiodifusão, certamente disponíveis na Biblioteca do Senado Federal.

Existem ainda alguns fatores que agravam essa característica histórica. Cito três. Não sou advogado, mas certamente não há cumprimento total da norma legal – o Decreto nº 236/67, que alterou o Código Brasileiro de Telecomunicações – limita a participação societária do mesmo grupo em empresas de radiodifusão. Atualmente, no Brasil, o limite é cinco concessões de VHF em nível nacional e duas de UHF em nível regional. Basta consultar os dados disponíveis e observar que há vários grupos que controlam direta ou indiretamente mais de cinco emissoras em VHF e mais de duas em UHF. Existe também uma prática, aqui e acolá denunciada na imprensa, a respeito da venda de concessões antes do prazo legal para que isso ocorra.

Outro fato em que não há controle diz respeito a normas para afiliação de emissoras e a formação de redes na radiodifusão.

O resultado da situação é que, mesmo antes do processo de concentração se acelerar no mundo todo, o que aconteceu nos últimos vinte, vinte e cinco anos, a partir da década de 80, o Brasil já possuía a característica de um mercado concentrado na área de comunicações, sobretudo na área de radiodifusão. Em 2000, houve o chamado “estouro da bolha” das “ponto com” e retração nas Bolsas de Valores, quando várias empresas faliram e/ou desapareceram. A partir daí houve a consolidação de uns poucos mega-

grupos. Não houve uma reversão de tendências, mas uma concentração ainda maior de alguns grupos.

Vou exemplificar essa concentração em quatro níveis diferentes: o primeiro, que na literatura recebe o nome de “concentração horizontal” – já foi dito isso aqui –, trata da oligopolização e monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor. No Brasil, o melhor setor para exemplificar o fato é o de TV paga. Se o Conselho de Administração de Defesa Econômica aprovar a compra pela **News Corporation** da **Direct TV**, um único grupo vai controlar no Brasil 95% da TV por satélite. A aprovação da compra é inclusive objeto de consideração também nos Estados Unidos – há um quadro na página quatro do meu texto sobre o assunto. As afiliadas da **Net Sky** já contam com 61% do mercado, **TVA** e associadas, 16%, **Direct TV**, 13%, e as independentes, 10%. É um exemplo de concentração horizontal na área.

No caso da televisão aberta, apesar de importantes modificações que ocorrem no setor nos últimos anos, já não há mais a hegemonia tão acentuada de um grupo, como houve até recentemente no Brasil. A própria televisão aberta é um caso interessante, porque é um exemplo de concentração horizontal, na medida em que abocanha a maior parte do investimento publicitário. Os dados disponíveis mais recentes que encontrei revelam que, em 2002, 58,7% das verbas de publicidade foram para a televisão aberta. Em 2001, 78% desses gastos foram para a **TV Globo** e suas associadas. Pode ser que o dado esteja errado, mas a fonte dele está aí. A posição de oligopólio da **Globo** na televisão aberta compõe a própria história da televisão no País, a partir da década de 70, depois do desaparecimento dos **Diários Associados**, que ocorreu no final da década de 70 e princípio da década de 80, e constitui exemplo clássico de concentração horizontal.

Fiz um quadro, usando fontes diferentes, mas de qualquer maneira, independente do critério que se use: número total de emissoras, próprias, associadas e afiliadas, cobertura geográfica, participação na audiência nacional de TV e audiência em horário nobre, alocação de recursos publicitários, a hegemonia da **Globo** permanece, apesar de não ser, como já disse, total como no passado.

Depois que havia feito esse quadro aqui, vi nos jornais uma notícia divulgada pela própria **Globo** do orçamento, se não me engano, de 2002 – tenho recorte do jornal aqui, posso verificar depois –, e o dado com relação ao *share* de audiência nacional, que aí está, de 49%. A **Globo** reivindicava, se não me engano, 55% para o ano passado, 2002. O dado que tenho no texto é do Grupo de Mídia que se refere a 2001.

Então, aparentemente, pelos dados mais recentes, não há nenhum desses critérios em que a **Globo**

tenha menos de 50%. Com relação a emissoras próprias e associadas, segundo dado que tenho, a **Globo** empata com o SBT.

No caso da concentração vertical, que trata da integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição, por exemplo, um único grupo controla desde os vários aspectos da produção de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição. Há várias evidências de que a concentração vertical, no caso da televisão brasileira, é uma prática consolidada.

Um documento que foi encaminhado há algumas semanas, do Ministério da Cultura para a Casa Civil, defendendo a manutenção de uma agência de cinema, aponta exatamente essa questão da ausência de uma separação entre atividade produtora e atividade exibidora das concessionárias de televisão como responsáveis pelo incrível fato de que mais de 90% do conteúdo das televisões ser produzido internamente.

Nessa mesma nota a que me referi, que a **Globo** noticiou quando divulgou o orçamento, a própria **Globo** reivindica e divulga que cria 70% da sua produção, do que ela coloca no ar, sendo que, no horário nobre, esse número aumenta para 100%. Em alguns países, isso não é possível, porque significa claramente um impedimento para que a produção independente exista, fazendo essa separação, que é fundamental, entre produção e distribuição.

Existem outros exemplos desse fato. Há uma manifestação da Diretora-Geral da Globo, Marluce Dias da Silva, com relação ao Big Brother, que é uma atividade de sinergia muito semelhante à atividade do Harry Potter, e principalmente mostra que a concentração horizontal é um fato.

Com relação à propriedade cruzada, um dos temas fundamentais da discussão que a decisão da FCC está provocando nos Estados Unidos é da propriedade pelo mesmo grupo de diferentes tipos de mídia. Por exemplo: TV aberta, TV por assinatura, rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia fixa, celular, móvel, provedor de Internet, transmissão de dados e etc.

Alguns dos principais conglomerados de comunicação do Brasil se consolidaram, como se sabe, por meio da propriedade cruzada na radiodifusão e na mídia impressa. Mas destaquei um exemplo particular que me chamou a atenção nos últimos anos, porque morei minha vida inteira praticamente aqui em Brasília e me mudei para Porto Alegre há três anos. Então tomei contato com a realidade do Grupo **RBS** e o citei como exemplo de propriedade cruzada. E os dados que tenho sobre a **RBS** são fornecidos ou pelo **Zero Hora**, que é o principal jornal do grupo, ou por um livro publicado pelo grupo, comemorando seus 45 anos.

Então são dados oficiais, fornecidos pelo próprio grupo.

Atuando em apenas dois mercados regionais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a **RBS** reúne 06 jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de televisão, um portal de Internet, uma empresa de marketing, um projeto na área rural, além de ser sócia da operadora de TV a cabo **NET**. Ademais, a **RBS** foi um dos grupos contemplados com a vasta liberação de retransmissores de TV que ocorreu nos últimos dias do Governo Fernando Henrique; ela recebeu 14 novos retransmissores.

Posso citar como exemplo a situação específica do mercado de Porto Alegre, a cidade onde moro. Os dois principais jornais, o **Zero Hora** e o **Diário Gaúcho**, são da **RBS**, o principal canal de TV aberta é da **RBS**, afiliada à **Rede Globo**, o principal canal em UHF, a **TV Com**, canal 36, é da **RBS**, o **Canal Rural**, transmitido pela **NET**, é da **RBS**, algumas das principais emissoras de rádio – e estou dando dois exemplos de cada – a **AM Gaúcha** e a **Farroupilha** são da **RBS**; na FM, a **Atlântida** e **102 FM** são da **RBS**.

Há a TV aberta, a TV fechada, os jornais, as emissoras de rádio AM e FM, tudo no mesmo mercado. Mas não é só isso. O Grupo **RBS** tem uma característica que eu desconhecia existir no Brasil, embora seja mineiro e tenha morado em Brasília: o grupo possui uma equipe de profissionais multimídia – e cito alguns nomes –, cujos comentários e opiniões aparecem simultaneamente nos jornais, nas TVs e emissoras de rádio, tornando praticamente impossível a um morador da Região Metropolitana de Porto Alegre não ver, ouvir, ler diariamente a opinião de pelo menos um deles. Isso, para quem não é de lá e se muda para lá, como é o meu caso, é avassalador! Acredito que não há exemplo, no Brasil, mais acabado do que seja a propriedade cruzada na mídia.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Presidente do Conselho de Administração do Grupo **RBS** é também Vice-Presidente desse Conselho.

O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Eu sei. Representando a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sim. (Risos.) Mas devo dizer que ele se tem comportado aqui com evidente espírito público, sem permitir que seus interesses pessoais interfiram. Quero fazer justiça ao Dr. Jayme, que nunca manifestou opinião aqui dentro que não fosse conduzida pelo mais evidente espírito público.

O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Mas o fato é que, a menos que se defina propriedade cruzada de outra forma, não há como fugir da evidência de que o

Grupo **RBS** tem propriedade cruzada em dois Estados do País: Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O outro tipo de concentração, que foi chamado no Brasil de monopólio em cruz, é a propriedade cruzada reproduzida regional ou localmente. Um estudo realizado no final da década de 90 constatou que isso ocorria em 18 dos 26 Estados brasileiros e mais o Distrito Federal. Um estudo realizado mais recentemente por um grupo presidido pelo Daniel Herz, membro deste Conselho, que, infelizmente, não está presente hoje, mostrou que o grupo **Globo** tinha essa propriedade cruzada em 13 dos principais mercados brasileiros.

Quando elaborei esse texto, eu o fiz por um recurso de redação, com o mote da discussão que estava ocorrendo, levantada novamente por causa da decisão da FCC, que já está sendo questionada, como foi mencionado aqui, no Senado americano, e também pelas declarações que o Ministro das Comunicações fez, recentemente, na Comissão de Comunicação da Câmara.

Em uma seção pequena, faço menção ao fato de que as questões que estão sendo levantadas agora nos Estados Unidos com relação à propriedade cruzada e às suas conseqüências se referem a uma situação que é histórica no Brasil. Se essas regras que estão sendo modificadas lá fossem aplicadas no Brasil, mesmo com as modificações, teríamos mudanças importantes ocorrendo aqui.

Para finalizar, a questão que fica no ar é: onde fica a democracia com tudo isso? Como se sabe, dois princípios fundamentais da democracia liberal são a pluralidade e a diversidade nas comunicações. A pluralidade significa garantia de competição ou ausência de oligopólios e monopólios, além de provisões legais que proíbam o mesmo proprietário de controlar no mesmo mercado meios de comunicação distintos, por exemplo: jornal, televisão ou rádio. Em outras palavras, leis que não permitam a propriedade cruzada – isso é pluralidade.

Diversidade, por outro lado, significa presença na mídia de conteúdo que expresse as muitas opiniões que existem na sociedade. Deve haver, portanto, provisões legais que garantam a diversidade de fontes produtoras de informações e de entretenimento. Essa diversidade não pode ser confundida apenas com a segmentação de mercado ou com diferença de conteúdos, que, certamente, atende às necessidades dos anunciantes e não interfere na representação pública de interesses em conflito. É preciso destacar isso, porque, muitas vezes, quando se fala em diversidade, aparece alguém que diz ter mais de 100 canais.

Há um estudo clássico, feito nos Estados Unidos há muitos anos, citado num texto pouco conhecido, mas muito interessante, do Presidente deste Con-

selho, que fala da idade da *missing information*. Um analista gravou toda a programação de mais de 500 canais de uma região dos Estados Unidos – se não me engano, a Pensilvânia – e mostrou, em uma análise detalhada que depois foi publicada em livro, que havia mais de 500 canais, mas a diversidade de conteúdo não estava presente lá. Então não é o número de canais que garante a diversidade de conteúdo. É preciso que isso fique claro.

Na verdade, os princípios da pluralidade e da diversidade são a transposição para a esfera da comunicação dos fundamentos liberais da economia de mercado, isto é, a garantia da livre concorrência.

Cito um autor clássico, um cientista político italiano radicado nos Estados Unidos que é muito citado como um cientista político importante, mas é claramente identificado com a perspectiva liberal. Ele diz que uma opinião pública livre deriva de uma estrutura policêntrica dos meios de comunicação e de sua interação competitiva e é sustentada por elas. Em síntese, a autonomia da opinião pública pressupõe condições semelhantes às condições de mercado. Nas comunicações, poucos proprietários além de significarem menos concorrência, também significam menos diversidade de conteúdo ou a possibilidade de restrições explícitas ou implícitas, diretas ou indiretas, à livre manifestação do pensamento.

No limite, os antigos regimes autoritários comunistas, nos quais o Estado era o único proprietário de mídia, sempre foram – e o próprio Sartori usa isso – o exemplo preferido pelos defensores do liberalismo para mostrar os malefícios da ausência da competição, da pluralidade, da diversidade e, portanto, da democracia. Numa sociedade com pluralidade, propriedade e diversidade de conteúdo na mídia, estariam asseguradas as condições indispensáveis para constituir uma opinião pública livre e autônoma por meio do debate de idéias. Fica claro, portanto, que concentração da propriedade nas comunicações coloca em risco os próprios fundamentos da democracia liberal representativa.

Muito obrigado.

Segue, na íntegra, a exposição feita pelo Dr. Venício de Artur Lima:

EXISTE CONCENTRAÇÃO NA MÍDIA BRASILEIRA?

© Venício A. de Lima

Dois fatos trouxeram de volta ao debate, em junho de 2003, a importante questão da concentração da propriedade no setor de comunicações (telecomunicações, mídia e informática): (1) a contestada decisão da agência reguladora nos EUA (a Federal Communications Commission, F.C.C.) de “flexibilizar” as normas de controle da propriedade cruzada, cujo pro-

cesso de reversão já foi iniciado pela Comissão de Comércio do Senado (Labaton, NYT, 20/06/2003); e (2) a polêmica declaração do Ministro Miro Teixeira na Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados sobre a inexistência de concentração na televisão brasileira (Possebon, CC n.244).

A. Concentração no mundo

Na verdade, estudiosos como Ben Bagdikian (1992), Robert McChesney (1998 e 2000) e Dan Schiller (2001), entre outros, têm chamado a atenção há algum tempo para a crescente concentração da propriedade nas comunicações e uma pesquisa realizada no início do ano 2000 já concluía que, tendencialmente, “quatro ou cinco grupos dominarão todas as formas de mídia concebíveis, da imprensa tradicional à Internet, passando pelo cinema, rádio, televisão, videogames, não só nos Estados Unidos como provavelmente em todo o mundo” (LAFIS, CC n. 116).

Um exemplo irrefutável de concentração e gigantismo no setor foi a fusão das empresas AOL e TIME WARNER em 2000 dando origem a um grupo com valor de mercado estimado em 350 bilhões de dólares ou o equivalente à metade do PIB brasileiro. A espantosa dimensão do grupo pode ser avaliada quando se considera que, nos Estados Unidos, a AOL entrega o dobro de correspondências (e-mail) que os Correios; a Time Inc. vende um quarto de toda a publicidade de revistas; a Warner Music é um dos cinco maiores grupos musicais do país e a Time Warner Cable é a segunda maior empresa de TV a cabo (Stycer, CC, n.116).

*Uma das formas usuais de expressão do poder de mega-grupos como o AOL/TIME WARNER são as ações de **sinergia**, isto é, “como uma mídia pode ser usada para promover a mesma idéia, produto, celebridade, ou político em outra mídia, ambas de propriedade da mesma empresa. Cada um dos novos gigantes globais busca o controle de tantas diferentes mídias quanto possíveis: jornais, revistas, rádio, televisão, livros, filmes, sistemas de cabo, canais de satélite, discos, videocassetes e redes de cinemas” (Bagdikian, 1982, p. 243).*

O lançamento do filme “Harry Potter”, no final de 2001, é um excelente exemplo. À época, o segundo executivo do grupo, Richard D. Parsons afirmou “Você não será capaz de ir a lugar algum sem ouvir falar de Harry Potter”. E era verdade. Uma gigantesca operação integrada de marketing foi montada envolvendo todo o grupo. A Warner Bros, um dos sete maiores estúdios de Hollywood, realizou o filme e exibiu anúncios e trailers nas emissoras de TV a cabo do grupo,

além de comercializar o vídeo e o DVD do filme. A Warner Music produziu e comercializou a trilha sonora do filme em CDs e fitas K-7. A provedora de internet AOL (31 milhões de assinantes só nos EUA) ofereceu links dos produtos licenciados e vendidos por empresas do grupo. A Moviefone – também do grupo – promoveu o filme e vendeu ingressos por telefone e pela internet. A Time Inc., com seus 160 títulos impressos, publicou anúncios, promoveu concursos e fez reportagem de capa sobre o filme (Stycer, CC n. 166). O resultado de toda essa operação foi o sucesso mundial dos produtos Harry Potter. No Brasil, 1,2 milhão de pessoas assistiram ao filme somente na primeira semana do lançamento. (GZM 29/4/2002).

B. Concentração no Brasil

As comunicações aparecem ao lado das indústrias de chocolate, bebidas e pasta de dente como os setores onde é maior a concentração econômica no país, fruto de uma série de aquisições e fusões (FSP, 7/2/2003). De fato, as tecnologias de informação, as telecomunicações, a publicidade e as editoras que já apareciam entre os 15 (quinze) setores onde houve maior número de fusões e aquisições no Brasil entre 1994 e 2001 (Pereira, OESP/KPMG 7/4/2002), confirmam a tendência em 2003. As tecnologias de informação e as telecomunicações aparecem como um dos 4 (quatro) setores com maior número de fusões e aquisições no primeiro trimestre que, aliás, cresceram 35% em relação ao mesmo período de 2002 (Balbi, FSP/KPMG 20/4/2003).

É preciso registrar que existe no Brasil um ambiente bastante propício à concentração. A legislação do setor tem sido historicamente tímida, por intenção expressa do legislador, ao não incluir dispositivos diretos que limitem ou controlem a concentração da propriedade, o que, aliás, vai no sentido inverso do que ocorre em países como a França, a Itália e o Reino Unido, preocupados com a pluralidade e a diversidade no novo cenário da convergência tecnológica (Lobato, FSP 14/10/2001).

Além disso, outros fatores têm contribuído para a concentração da propriedade das comunicações no Brasil, sobretudo na radiodifusão. Cito três:

a) não há cumprimento da norma legal (Decreto 236/67) que limita a participação societária do mesmo grupo nas empresas de radiodifusão a cinco concessões em VHF, em nível nacional, e a duas em UHF, a nível regional (estadual);

b) o período de carência legal para venda das concessões de radiodifusão, isto é, para a troca legal de proprietários, é de apenas cinco anos e, mesmo assim, sabe-se que existem vendas antecipadas

através da conhecida prática dos chamados “contratos de gaveta”. Isso faz com que os eventuais concessionários independentes se sintam atraídos pela possibilidade de negociar suas concessões com os grandes proprietários e/ou vice-versa; e

c) não há normas ou restrições legais para a “afiliação” de emissoras de radiodifusão, isto é, para a formação de redes nacionais e/ou regionais.

O resultado é que, antes mesmo de se manifestar a tendência mundial à concentração da propriedade no setor de comunicações, o mercado brasileiro já era concentrado. Indico a seguir alguns exemplos mais significativos, sobretudo na radiodifusão, tanto no que se refere à concentração horizontal, quanto à vertical, à cruzada e a “em cruz”.

B.1 Concentração Horizontal

Trata-se da oligopolização ou monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor. O melhor exemplo de concentração horizontal no Brasil continua sendo a televisão, paga ou aberta.

B.1(1) TV paga

A se confirmar a compra da Direct TV (Hughes Electronics) pela Sky (News Corporation), em apreciação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça (Pay TV News, 26/5/2003), o grupo NET-Sky passará a controlar cerca de 74% do mercado brasileiro de TV por assinatura, dentro dos quais estará 95% da TV por satélite, já que a terceira empresa que atua no setor – a Tecsat – controla apenas cerca de 5% do mercado.

Em junho de 2002, dados disponíveis no site da ABTA e pesquisa da Pay TV Survey indicavam que a

participação no mercado de TV por assinatura no Brasil, por grupos, era a seguinte:

QUADRO 1
PARTICIPAÇÃO MERCADO TV PAGA

Afiladas Net/Sky	61%
TVA e Associadas	16%
Direct TV	13%
Independentes	10%

FONTES: Ribeiro, GZM/PTS (2/10/02) e ABTA.

B.1(2) TV aberta

A televisão no Brasil é em si mesmo um exemplo de concentração de vez que historicamente abocanha a maior parte de todo o investimento publicitário. Em 2002, 58.7% das verbas de publicidade foram para a televisão aberta (Castro, FSP, 10/03/2003). Do total gasto, em 2001, 78% foram para a Globo e suas afiliadas (Castro, FSP, 06/03/2002).

A posição de oligopólio da Rede Globo na televisão aberta acompanha a própria história da televisão no país, a partir dos anos 70, e constitui exemplo clássico de concentração horizontal. O **Quadro 2** abaixo resume alguns dados sobre a participação comparada da Globo no mercado brasileiro em relação às outras redes. Em todos os critérios básicos de comparação, como (1) número total de emissoras (próprias, associadas e afiliadas); (2) cobertura geográfica por municípios e por domicílios; (3) participação na audiência nacional de TV e audiência em horário nobre; e (4) alocação de recursos publicitários, a hegemonia da Globo permanece, apesar de não ser mais total como foi no passado.

QUADRO 2
REDES COMERCIAIS DE TV ABERTA

Redes	Emissoras (próprias, associadas e afiliadas) (1)	Cobertura Municípios(2) %	Cobertura Domicílios c/TV(2) %	Participação audiência nacional % (2)	Audiência % 18 às 24h (*) (2)	Participação % verbas publicitárias (3)
Globo	113	98.91	99.86	49	51	78
SBT	113	89.10	97.18	24	25	-
BAND	75	60.65	87.13	5	5	-
RECORD	79	42.13	76.67	9	6	-
RedeTV	40	62.52	79.71	3	3	-
CNT	-	4.36	36.67	-	-	-
Gazeta	-	4.87	21.92	-	-	-
Outras	-	-	-	11	9	-

Observações: (*) 10 principais mercados

FONTES: (1) Castro, D.; FSP 17/12/2002. (2) Grupo de Mídia; Mídia Dados 2002. (3) Castro, D.; FSP/Inter-Meios M&M 06/03/2002.

B.2 Concentração Vertical

Trata-se da integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição. Por exemplo, um único grupo controla desde os vários aspectos da produção de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição.

Esse tipo de concentração é uma prática consolidada, por exemplo, na televisão brasileira. Documento recentemente encaminhado pelo Ministério da Cultura à Casa Civil da Presidência da República defendendo a manutenção de uma Agência de Cinema aponta “a ausência de uma separação clara entre a atividade produtora e a atividade exibidora das concessionárias (de televisão)” como responsável pelo incrível fato de “que mais de 90% do conteúdo das TVs seja produzido internamente” (Possebon, S. (16/6/2003) PAY-TV News).

Nesta área, o melhor exemplo, no entanto, continua sendo a produção e exibição de telenovelas. Estudo já clássico revelou como a Rede Globo possui os estúdios de gravação e mantém, sob contrato permanente, os autores, atores e toda a equipe de produção (roteiristas, diretores de programação, cenógrafos, figurinistas, diretores de TV, editores, sonoplastas etc.). As Organizações Globo há muito operam uma estrutura multimídia que outros mega grupos internacionais só recentemente constituíram através daquilo que chamam, como vimos, de sinergia. Dessa forma, a Globo produz a novela em seus estúdios e a exibe em sua rede de televisão. Além disso, comercializa a novela para outros países, a trilha sonora através de gravadora própria (CDs e K-7) e divulga “o pacote” através de sua rede de TV, seus jornais, revistas, emissoras de rádio etc. (cf. Ortiz, R. et alii, 1989).

Essa mesma estratégia esteve presente no lançamento do programa “Big Brother Brasil” em 2002. À época, a Diretora Geral Marluce Dias da Silva afirmou: “o Big Brother Brasil é a maior experiência de cross-plataforma (sic) já feita no Brasil. O produto foi desenhado, desde o início, para ser transmitido na rádio, na internet, na TV fechada e aberta, além de ser promovido através de eventos ao vivo, concursos em jornais e revistas, venda de trilha sonora e de produtos licenciados” (Oiticica, GZM 7/2/2002). Toda essa operação, naturalmente, desenvolvida através de empresas das Organizações Globo.

Outro exemplo brasileiro de concentração vertical (ou sinergia), esse nas telecomunicações, é o grupo Algar. Em 2002 o grupo anunciou que estava promovendo a fusão comercial de cinco de suas empresas das áreas de telefonia fixa (CTBC Telecom), celular (CTBC celular), TV a cabo (Image Telecom), inter-

net (Net Site) e soluções de banda larga (Engeredes), exatamente para adequar os serviços às novas tendências da convergência tecnológica (Pinto, GZM 18-20/1/2002).

B.3 Propriedade Cruzada

Trata-se da propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia do setor de comunicações. Por exemplo: TV aberta, TV por assinatura (a Cabo, MMDS ou via satélite-DTH), rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia (fixa, celular e móvel, via satélite), provedores de Internet, transmissão de dados, Paging, etc.

Alguns dos principais conglomerados de comunicações no Brasil se consolidaram, como se sabe, através da propriedade cruzada na radiodifusão (rádio e televisão) e na mídia impressa (jornais e revistas). Talvez o melhor exemplo atual deste tipo de concentração seja o da RBS.

Atuando apenas em 2 mercados regionais, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Grupo RBS reúne 6 jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de TV, um portal de Internet, uma empresa de marketing e um projeto na área rural, além de ser sócio da operadora de TV a cabo NET (Zero Hora, 31/8/2002). Ademais, a RBS foi um dos grupos contemplados com a vasta liberação de RTVs que ocorreu nos últimos dias do Governo de FHC: recebeu 14 (quatorze) novas retransmissoras (Mattos, FSP 27/12/2002).

Para tornar mais específico o exemplo de propriedade cruzada num único mercado, basta considerar a cidade de Porto Alegre: os 2 principais jornais (Zero Hora e Diário Gaúcho), o principal canal de TV aberta, afiliado da Rede Globo, o canal 12, RBS TV; o principal canal em UHF, a TV COM, canal 36; o canal Rural transmitido pela NET; algumas das principais emissoras de rádio AM (Gaúcha e Farroupilha, por exemplo); algumas das principais emissoras de rádio FM (Atlântida e 102FM, por exemplo), são controlados pelo Grupo RBS (Schirmer, 2002). Televisão, aberta e fechada, jornais, emissoras de rádio AM e FM. Tudo no mesmo mercado. Mas não é só isso. O Grupo RBS possui uma equipe de profissionais multimídia (dentre eles Lasier Martins, José Barrionuevo, Paulo Sant’Ana e, até dezembro de 2002, Rogério Mendelski) cujos comentários e opiniões aparecem simultaneamente nas TVs, nos jornais e nas emissoras de rádio tornando praticamente impossível a um morador da região metropolitana de Porto Alegre não ver/ouvir/ler, diariamente, a opinião de pelo menos

um desses “comentaristas” em algum dos veículos do Grupo (Guareschi e outros, 2000).

Essa é certamente uma situação que confere a um único grupo de comunicações e a uma equipe de comentaristas um extraordinário poder. É também uma situação que não seria possível, legalmente, em vários países, dentre eles a França, a Itália e o Reino Unido.

B.4 Monopólio em Cruz

Trata-se da reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da “propriedade cruzada”, constituindo o que se chamou “monopólio em cruz”. Verificou-se que, na grande maioria dos Estados da federação, os sistemas regionais de comunicações são constituídos por dois “braços” principais, geralmente ligadas às Organizações Globo:

“(1º) um canal de televisão, largamente majoritário, quase sempre integrante da Rede Globo; e

(2º) dois jornais diários, um dos quais – o de maior circulação – está sempre ligado a um canal de TV, e – quase sempre – ao canal de televisão afiliado a Rede Globo; e sempre, paralelamente, ligado a uma rede de emissoras de rádio, com canais AM e FM. Cada um desses jornais, em quase todas as capitais, reproduz as principais seções de O Globo e seu noticiário é alimentado, predominantemente, pelos serviços da Agência de Notícias Globo”. (Amaral, R. e Guimarães, C., 1994; pp. 30).

Pesquisa realizada no início da década de 90 revelou que o “monopólio em cruz” se manifestava em pelo menos 18 dos 26 Estados brasileiros – Rio de Janeiro, Paraná, Acre, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins, Goiás, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – além do Distrito Federal (Amaral, R. e Guimarães, C., 1994; pp. 30 e 32).

Este “monopólio em cruz” foi confirmado por outra pesquisa (que não incluiu a TV por assinatura), realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM) em 2002. Constatou-se que os grupos de afiliados da Rede Globo controlam TV, rádio e jornal em 13 dos principais mercados brasileiros (EPCOM, CC n.179).

C. Brasil versus EUA

A situação que os dados disponíveis revelam não deixa dúvidas quanto à concentração da proprie-

dade no setor de comunicações, em particular na radiodifusão brasileira. Na verdade, a recente decisão da F.C.C. está provocando fortes reações de vários setores da sociedade americana por permitir formas de concentração que de há muito são uma realidade consolidada entre nós. As novas regras nos EUA permitem a um mesmo grupo (1) controlar emissoras de televisão que atinjam até 45% dos domicílios com TV no país; (2) ter, em um mesmo mercado, duas ou até três emissoras de televisão; e (3) controlar emissora de televisão, de rádio e jornal no mesmo mercado (Gilpin, NYT On-Line, 02/06/2003). Como vimos, todas essas três situações de concentração – e ainda outras – existem no Brasil. O que agora se tenta permitir lá é fato histórico entre nós.

D. E a democracia?

Como se sabe, dois princípios fundamentais da democracia liberal são a pluralidade e a diversidade nas comunicações. A pluralidade significa garantia de competição ou a ausência de oligopólios e monopólios, além de provisões legais que proíbam um mesmo proprietário controlar – no mesmo mercado – meios de comunicação distintos. Por exemplo: jornal e televisão ou rádio. Em outras palavras, leis que não permitam a propriedade cruzada. Diversidade, por outro lado, significa a presença na mídia de conteúdo que expresse as muitas opiniões que existem na sociedade. Deve haver, portanto, provisões legais que garantam a diversidade de fontes produtoras de informação e de entretenimento. Essa diversidade não pode ser confundida apenas com a segmentação de mercado ou com “diferença” de conteúdos, que certamente atendem às necessidades de anunciantes mas não interferem na representação pública de interesses em conflito.

Na verdade, os princípios da pluralidade e da diversidade são a transposição para a esfera da comunicação dos fundamentos liberais da economia de mercado, isto é, a garantia da livre concorrência. Como afirma o renomado cientista político liberal Giovanni Sartori “uma opinião pública livre deriva de uma estrutura policêntrica dos meios de comunicação e de sua interação competitiva, e é sustentada por elas. Em síntese, a autonomia da opinião pública pressupõe condições semelhantes às condições de mercado” (grifado no original; Sartori, 1994, p. 139). Nas comunicações, poucos proprietários, além de significar menos concorrência, também significam, menos diversidade de conteúdo, ou a possibilidade de restrições – explícitas ou implícitas, diretas ou indiretas – à livre manifestação do pensamento. No limite,

os antigos regimes autoritários comunistas, onde o Estado era o único "proprietário" da mídia, sempre foram o exemplo preferido pelos defensores do Liberalismo para se mostrar os malefícios da ausência de competição, pluralidade, diversidade e, portanto, de democracia.

Numa sociedade com pluralidade de proprietários e diversidade de conteúdo na mídia, estariam asseguradas as condições indispensáveis para que se constitua uma opinião pública livre e autônoma, através do debate de idéias. Fica claro, portanto, que a concentração da propriedade nas comunicações coloca em risco os próprios fundamentos da democracia representativa liberal.

Porto Alegre jun 2003.

REFERÊNCIAS

- Amaral, R. e Guimarães, C. (1994). "Media Monopoly in Brazil" in *Journal of Communications*, vol. 44, nº 4, Autumn, pp. 26-40.
- Balbi, S. (20/04/2003). "Fusões e aquisições crescem 35% no Brasil". *Folha de São Paulo/KPGM*, A-4.
- Bagdikian, B. H. (1992 e 1997). *The Media Monopoly*. Boston: Beacon Press; 4a. e 5a. edições.
- Castro, D. (10/03/2003). "TV fatura R\$ 5,7 bi e cresce 6% em 2002". *Folha de São Paulo/Inter-Meios M&M*. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1003200303.htm>
- Castro, D. (17/12/2002). "SBT alcança Globo em número de afiliadas". *Folha de São Paulo*; E-8.
- Castro, D. (06/03/2002). "Mídia cai 5,3%; TV aumenta concentração". *Folha de São Paulo/Inter-Meios M&M*; E-4.
- EPCOM (6/03/2002). "Quem são os donos". *Carta Capital*, n. 179, pp. 17-19.
- Folha de São Paulo* (7/02/2003). "País vê concentração de chocolate, bebidas, pasta de dente e telefonia" (www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0702200311.htm)
- Gazeta Mercantil* (29/04/2002). "Harry Potter é lançado em vídeo pela Warner", C-6.
- Gilpin, K. (02/06/2003). "F.C.C. votes to relax rules limiting media ownership". *New York Times On-Line*.
- Grupo de Mídia de São Paulo (2002). *Mídia Dados 2002*.
- Guareschi, P. A. e outros (2000). *Os Construtores da Informação: Meios de Comunicação, Ideologia e Ética*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Labaton, S. (20/06/2003). "Senate Begins Process to Reverse New F.C.C. Rules on Media". *New York Times*. www.nytimes.com/2003/06/20/business/media/20RULE.html?
- LAFIS (16/02/2000). "Grandes Irmãos: quatro ou cinco grupos dominarão todas as mídias concebíveis". *Carta Capital*, n. 116; pp. 68-71.
- Lobato, E. (14/10/2001). "Política de mídia está na contramão de EUA e Europa" in *Folha de São Paulo* (www.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200106.htm)
- Mattos, L. (27/12/2002). "Governo libera TVs na reta final". *Folha de São Paulo* ()
- McChesney, R. W. (2000). *Rich Media, Poor Democracy. Communication Politics in Dubious Time*. New York: The New Press.
- McChesney, R. W. (1998). "The Political Economy of Global Communication", in R. W. McChesney et al. (eds.). *Capitalism and the Information Age*; N.Y.: Monthly Review Press; p. 1-26.
- Oiticica, D. (7/02/2002). "Um império chamado Globo". *Gazeta Mercantil. Caderno Especial "O Futuro da Comunicação"*, p. 27.
- Ortiz, R. et al. (1989). *Telenovela-História e Produção*; São Paulo: Brasiliense.
- Pay TV News (26/05/2003). "Fusão Hughes/News está oficialmente em análise no Brasil".
- Pereira, R. (7/04/2002). "Consumidor nem sempre ganha com as fusões". *O Estado de São Paulo/KPMG*, B-5.
- Pinto, T. (18 a 20/01/2002). "Algar vai unir controladas em uma só marca". *Gazeta Mercantil*, C-3.
- Possebon, S. (16/6/2003). "Ministério da Cultura defende necessidade da Ancinav". PAY-TV News.
- Possebon, S. (11/06/2003). "Tudo como dantes". *Carta Capital*, n. 244; p. 32.
- Ribeiro, M. (2/10/2002). "Distribuição unificada para crescer". *Gazeta Mercantil/Pay TV Survey*, C-6.
- Sartori, G. (1994). *A Teoria da Democracia Revisitada*. Volume 1, O Debate Contemporâneo. São Paulo: Editora Ática.
- Schiller, D. (2001). *A Globalização e as Novas Tecnologias*. Lisboa: Editorial Presença.

Schirmer, L. (2002). *RBS: Da voz-do-poste à multimídia*. Porto Alegre: L&PM.

Styker, M. (21/11/2001). "O Furacão Potter". *Carta Capital*, n. 166, pp. 64-65.

Zero Hora (31/08/2002). *Reportagem Especial: "De um microfone a uma rede multimídia"*, pp. 4-5.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Este Conselho se alegra por ter, no dia de hoje, presenciado exposições tão consistentes, às quais se agrega a extraordinária exposição do Dr. Venício, indicado pelo Dines, que, aliás, não nos faltou nos elogios – acredito até que tenha sido modesto.

A Presidência facultará a palavra aos Conselheiros e depois cobrará dos dois conferencistas uma abordagem sobre esses temas. O Conselheiro Roberto Wagner solicitou uma exposição, que faremos com muito prazer em seguida.

Começarei com os quatro que estão inscritos e depois quem não se inscreveu poderá se manifestar, porque terá a palavra assegurada.

Com a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, queria inicialmente dar os parabéns ao Conselheiro Alberto Dines por ter indicado dois palestrantes absolutamente competentes.

Sobre as palavras do ilustre Professor Venício, farei alguns breves comentários. S. S^a disse que não é advogado, portanto, essas sutilezas do mundo jurídico às vezes escapam.

Com relação à concentração e à propriedade cruzada, os advogados sabem que são um fenômeno de Direito Administrativo federal. Pode haver concentração sem propriedade cruzada, quando, em determinado lugar, existem três rádios que são do mesmo dono. Ele só tem rádio. Existe a concentração com propriedade cruzada, que é quando o sujeito tem rádio, televisão e jornal. Existe também, e é o caso do Brasil, propriedade cruzada sem concentração, porque as pessoas que conhecem a legislação sabem que no Brasil, em se tratando de rede em VHF, o máximo que pode existir são sete. Em Brasília são seis. No caso do Brasil, as seis ou sete possíveis são de sete donos. No Brasil não existe concentração; existe propriedade cruzada. Essa confusão de propriedade cruzada com concentração é que leva à distorção do raciocínio.

O que existe no Brasil, e é proibida pelo CADE, é a venda cruzada ou a venda casada. Isso ocorre

quando, por exemplo, o fabricante de cerveja – são as condenações que existem no CADE – obriga o sujeito a comprar guaraná para comprar cerveja. Esse fenômeno é proibido. V. Ex^a foi Presidente do CADE e sabe disso. À propriedade cruzada sem concentração não há nenhum impedimento legal nem ético.

No Brasil nunca houve concentração de mídia porque são vários donos dentro da possibilidade tecnológica. Se fosse possível haver cem emissoras em VHF, certamente haveria cem emissoras em VHF com cem proprietários. Em nosso caso, não; há seis, são seis donos. Não há concentração na propriedade. Trata-se de propriedade cruzada sem concentração.

O ilustre conferencista, muito competentemente, falou sobre a concentração no mundo. O que haverá no mundo é a concentração tecnológica, que não prescindirá da concentração de propriedade. Tenho os meios tecnológicos, não preciso ser proprietário. Esse é o perigo que ronda todos os países do planeta, porque a concentração tecnológica não é de países, mas de empresas. Bem ilustrou o eminente conferencista: cinco grupos; sofrerão todas as nações. A concentração será tecnológica em todo o planeta.

Na página 3 deste trabalho estupendo, o ilustre conferencista diz:

"As tecnologias de informação aparecem como um dos quatro setores com o maior número de fusões e aquisições no primeiro trimestre!"

Isso não é verdade. O que está ocorrendo é o contrário. A **Rede Globo** – ele citou tanto a **Rede Globo** – está vendendo emissoras. A **Rede Globo** não está comprando nenhuma emissora nem a **Record** nem a **Bandeirantes** ou **SBT** ou a **Rede TV** ou a **CNT**. Não há concentração. Quem é do ramo sabe que isso não existe; ao contrário, as empresas estão se desfazendo de retransmissoras.

O ilustre conferencista dá notícia da existência de algo ilegal. Digo que não existe isso. O limite de cinco VHF está sendo observado, sim. A **Rede Globo**, a **Record** e todas as empresas têm cinco VHF. Auditando isso está o Ministério das Comunicações. Admitir isso seria aceitar, aqui no Congresso, de público, uma vez que as reuniões são transmitidas pela televisão, que estamos no mínimo frente à prevaricação dos fiscais da Anatel e do Ministério das Comunicações. Isso não existe!

A afiliação, Sr. Presidente, é mero contrato comercial. Se detenho um canal em rede nacional, afilio a quem me interessar mais. Eu só tenho um afiliado por região. Se há seis emissoras no interior, uma afi-

lia-se à **Globo**, outra ao **SBT**, outra à **Record**, etc. Essa afiliação é mero contrato comercial.

Na página 4, o ilustre conferencista fala em concentração de investimento publicitário. Ora, se sou dono do meu negócio, se sou o maior atacadista da região, ponho a publicidade na televisão que considerar melhor para o meu negócio. Se, por acaso, uma rede de televisão nacional tem mais concentração que outra, certamente é porque ela tem mais audiência. Isso também é um fenômeno de Direito Comercial.

Na página 5, esse quadro de emissoras está absolutamente desatualizado. Falo pela **TV Record**, da qual sou Diretor nacional. A **TV Record** já está em quase 100% dos municípios. Cobertura de município, 42%? Já estamos em quase 90%. Onde se vê 76%, estamos em quase 90%. Participação em audiência nacional. A **TV Globo** não tem essa participação há muito tempo. Também a nossa audiência é maior e a da **TV Globo** é menor. Enfim, é um quadro que leva a um entendimento fora da realidade.

Aqui ele fala da concentração vertical. Não há nenhum impedimento legal no sentido de que aquele que produz exiba. Portanto, não há nada que possa ser considerado fora dos propósitos.

Na página 8, o ilustre conferencista fala em monopólio em cruz e cita o Distrito Federal. Aqui nunca houve monopólio de coisa nenhuma. Aqui a **Rede Globo** tem uma televisão e uma rádio; a **Record** tem televisão e rádio; o **SBT** tem televisão; e a **Rede Bandeirantes** tem televisão e rádio. De sorte que falar em monopólio em Brasília é algo absolutamente inócuo.

No quadro há referência à década de 90. É um dado absolutamente velho.

No final da página 9, está escrito: “nas comunicações, poucos proprietários”... Ora, por que poucos proprietários? Se são seis emissoras de VHF, só pode haver seis; não pode haver dezesseis. São seis empresas possíveis. Se são seis empresas possíveis, o máximo que pode haver são seis proprietários. Com o advento da TV digital, é possível aumentar o número de proprietários.

O ilustre Professor Guilherme falou sobre as famílias, na reunião passada. Ora, até a alteração do art. 222, somente pessoa física podia ser dona. Então tinha de ser família mesmo. Agora, 30% das cotas podem ser de empresas. Entretanto, falar em famílias como se fosse uma divisão de grupos... Era a lei que obrigava, porque somente podia ser pessoa física.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não, hoje 30% podem ser de empresas privadas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Estrangeiras, mas 100% podem ser de pessoa jurídica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não, do exterior.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não, 100% de pessoas jurídicas.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não. Hoje, 30% podem ser de capital externo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – E 100% de pessoas jurídicas.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Agora. Isso é uma novidade. Até então se criticava a hipótese de haver apenas cinco ou seis famílias. Não, havia famílias que poderiam comprar as seis televisões que poderiam ser vendidas.

Fora isso, eu gostaria de cumprimentar os dois ilustres conferencistas. De fato, é uma honra para nós vê-los tão interessados e tão profundamente conhecedores da realidade da radiodifusão do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Roberto Wagner. Destaco a importância dessas palavras, porque o Conselheiro tem profundo conhecimento da matéria a que se refere. O expositor mesmo mencionou que boa parte desses gráficos constituía indicações para abrir o debate. Com isso, ressaltou que, em relação a eles, alguns dados eram discutíveis. O Conselheiro Roberto Wagner contribuiu, assim como o Professor Venício, para que chegássemos a números ainda mais próximos da realidade.

Passo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Considero essa discussão extremamente importante. A contribuição que os dois apresentadores deram é muito interessante, mas noto que o assunto é polêmico e não concordo com a quase crítica generalizada da situação no Brasil.

Se entendi bem os dois apresentadores, eles fizeram uma crítica quase genérica. Penso que o assunto deve ser debatido. Há pontos negativos e positivos em quaisquer dos dados divulgados, mas é evidente que há muitos positivos.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião aqui sobre TV a cabo no Brasil, e um dos pontos citados como talvez o mais importante problema da TV a cabo foi exatamente relacionado à importância da TV aberta. A audiência da TV aberta no cabo é praticamente a mesma que no ar. Esse ponto a que se referiram os próprios representantes da TV aberta, da TV a cabo, da TV por assinatura, da ABTA foi citado como um dos mais importantes, ou seja, as pessoas assinam a TV por assinatura para assistir à TV aberta. Isso é um indício evidente da importância, do peso e da qualidade da TV aberta no Brasil. E a importância da TV aberta no Brasil advém do fato de ela produzir cerca de 80% a 90% da sua produção. É importante divulgar a cultura brasileira, colocar a produção nacional no ar, que é vista pela quase maioria da população por meio do sinal direto ou por meio da TV por assinatura.

No meu entender, exatamente a qualidade da TV aberta deve-se ao fato de ela produzir a sua própria programação. Não acredito que, se fosse algo feito de maneira aberta, genérica, a televisão brasileira teria a qualidade que tem hoje. Basta analisar qualquer outro país na América do Sul em que a televisão não tem a sua própria programação para ver o seu domínio e a sua qualidade de produção. Esse é um ponto que tem de ser debatido. Ele foi citado aqui como uma crítica – ao menos entendi assim. Não vejo como uma crítica. Entendo que um dos motivos fundamentais por que a TV aberta tem essa qualidade é ser autora da sua própria programação. Outro aspecto importante é o de que se trata de uma programação feita no Brasil por brasileiros. Não se trata de algo feito por estrangeiros ou comprado pronto, como ocorre em outros países da América do Sul.

O assunto é importante, polêmico e deve ser debatido, mas não concordo com a crítica generalizada acerca da situação no Brasil da TV aberta.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Fernando Bittencourt pelas palavras, até porque, por coincidência, S. S^a já se referiu a uma das duas questões a que me ia referir ao fim da exposição. Nenhuma análise pode ser feita sobre a televisão brasileira sem se referir ao volume de programação produzida no Brasil a partir de mão-de-obra brasileira, refletindo a cultura brasileira. Esse é um dado que tem

de ser levado em consideração, quando formos analisar essas técnicas.

Essas são informações complementares que contribuirão para que tenhamos uma visão mais complexa do problema.

Seguindo o relatório que me foi entregue, passo a palavra agora ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Repito o agradecimento merecido e justo tanto aos conferencistas, Professores Venício e Guilherme Canela, como também ao Dines e ao Chagas, por nos terem proporcionado esse belo trabalho que estamos realizando desde o dia 02 de junho e que será complementado hoje.

V. S^a deseja dizer algo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Sr^a Márcia está nos informando que, depois, haverá uma exposição da ABTU. Se conseguíssemos, a partir de agora, usar o dom da síntese, seria produtivo. Perdão, Conselheiro, pois aparentemente é uma indelicadeza.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Vou tentar. Se não conseguir, me perdoem.

Em primeiro lugar, precisamos fazer uma separação. Embora sejam utilizados muitos exemplos europeus de outros setores, são muito utilizados também exemplos dos Estados Unidos com relação à comunicação. Gostaríamos de separar um pouco os dados.

Como foi mencionado, tanto no dia 02 quanto hoje pelo Professor Venício, a realidade lá é bem diferente da nossa aqui. Lá existe uma realidade de Parlamento e de Judiciário. Temos que confrontar alguns dados. As conseqüências, eu gostaria de separar, haja vista o que foi dito pelos dois Professores. Já está havendo movimentos da sociedade e do Congresso. Conseqüentemente, o Judiciário vai entrar como um dos atores principais nessa brincadeira. Então, eu gostaria de separar a questão Estados Unidos/Brasil.

No Brasil, podemos perceber historicamente que, como conseqüência dessa realidade de concentração, talvez não haja muitos serviços devidamente colocados pela sociedade. É a situação do País em uma visão geral: formação política, econômica e social. Em todos os sentidos, percebemos que o povo bra-

sileiro reflete um pouco do poderio inserido nos meios de comunicação. É este o quadro que temos no País: uma pequena parcela consegue chegar à universidade e almejar um patamar médio de colocação dentro da sociedade. Não podemos, de forma alguma, eximir de responsabilidade toda a cadeia da mídia, dos meios de comunicação. Isso afeta diretamente a população.

Não podemos também, Sr. Presidente, separar a explanação do dia 02, feita pelo Professor Canela, a de hoje, feita pelo Professor Venício, e a explanação do Conselheiro Fernando. Elas se entrelaçam, têm completa relação, como já foi dito. Está aí o advento da digitalização que vai – concordo com o Conselheiro Roberto – complicar mais o quadro no País se não for feito o que o Professor Canela disse, ou seja, se não nos preocuparmos, antes da sua entrada, da sua implantação, em ter uma regulamentação, um elenco de legislação que cuidará do que pode acontecer.

Com todo o respeito ao Conselheiro Roberto Wagner, é claro que dados são questionáveis, assim como posicionamentos e pontos de vista. No entanto, de fato, não há como discutir, como questionar, que no Brasil tenhamos concentração de mídia, propriedade cruzada. Tudo de forma abusiva. Em cima do que foi apresentado pelo Sr. Fernando, o engenheiro, quero dizer que nos preocupa muito, como em outros momentos da nossa vida – principalmente no Brasil –, as consequências da modernidade para a população. Inclusive, dizemos isso para os Professores que vieram falar nas audiências públicas realizadas na Comissão de Tecnologia Digital. É uma verdadeira sopa de letrinhas, um verdadeiro deslumbramento com as maravilhas tecnológicas. Todos ficam enfeitiçados pela modernidade que está por vir: a digitalização. No entanto, em nenhum momento comenta-se o efeito e a quem interessa ou vai interessar todo esse processo. Onde fica o interesse da população, onde fica o interesse nacional?

Muito se fala em conteúdo – parabeno a ponderação do Professor Venício de Lima, muito oportuna –, que será o grande balizador dessa brincadeira toda, ou seja, permanecerá como está hoje ou teremos instrumentos para uma mudança de fato com o advento da digitalização?

Cito, só a título de ilustração, um fato. Quem gosta de ver televisão aberta até tarde teve o ensejo de assistir a uma das séries do tão conhecido 007, James Bond, no domingo, após o Fantástico. Era justamente uma produção que abordava um cidadão tido como o rei da mídia, que provocava conflito internacional, chantageando autoridades, governos, porque

detinha um poderio enorme de comunicação. A **Globo** exibiu o filme no domingo, depois do **Fantástico**. Mais interessante do que este exemplo é o que assistimos na guerra contra o Iraque: a manipulação da informação, com via única.

Então isso tudo nos causa preocupação. Este Conselho infelizmente não é deliberativo, mas tem sua responsabilidade. Temos pontos de vista diferentes, mas é nossa responsabilidade contribuir com a sociedade, conforme consta das nossas atribuições, no tocante a esta questão, que é muito grave, principalmente em face do advento da digitalização, que está à nossa porta. Daí a importância desse grupo de trabalho do Ministério das Comunicações, do trabalho da Comissão de Tecnologia Digital. O que estamos vendo hoje é um verdadeiro rolo compressor sobre esta questão e temos que ter muito cuidado.

Reitero um ponto: onde fica o interesse do nosso povo, a segurança e a garantia de que ele também será beneficiado com tudo isso, e não apenas empresários, empresas que constroem equipamentos, empresas que vão fornecer softwares, hardwares ou os componentes para fazer valer e acontecer esse processo no Brasil? Como o Congresso Nacional, que tem hoje este Conselho, que somos nós, vai intervir, participar e definir que o povo brasileiro precisa ser um ator importante nesse quadro?

Todos os setores precisam participar. As audiências e consultas públicas precisam ocorrer. Não pode ser como a recente sugestão em relação à questão da TV digital: 30 ou 20 dias de consulta pública pela Internet – uma semana, corrige-me a Consultora Berenice. Sabemos da exclusão digital que há neste País. Como teremos uma participação efetiva, qualitativa e quantitativa em uma semana de consulta pública pela Internet em relação a essa questão?! É um assunto muito grave, que tem a ver com tudo com o que estamos falando aqui, pela explanação do Fernando, do Canela, ocorrida no dia 2, e hoje, do Professor Venício.

Este Conselho precisa provocar o Congresso e, inclusive, o Ministério, para que voltem um passo e reensem algumas iniciativas. Diversos setores da sociedade – acadêmicos, não-acadêmicos, técnicos, não-técnicos, profissionais, não-profissionais – precisam ser ouvidos em relação a essa questão, que vem de encontro ao peito da população, que não tem a idéia do que está por vir, porque não está tendo sequer direito de discuti-la. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço

as palavras do Conselheiro Geraldo e, de antemão, já digo que, como o Conselho é um órgão da sociedade civil, todos esses setores que não estiverem representados formalmente na discussão sobre televisão digital, certamente, poderão utilizar-se do Conselho para interagir com esse grupo. O Conselho estará à disposição de todos esses setores excluídos, para ser a sua voz nesse grupo que vai estudar a digitalização.

Passo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Boa-tarde a todos! O que queremos é ratificar, em gênero, número e grau, todas as palestras proferidas aqui e, de imediato, Sr. Presidente, propor – creio que temos direito a isso – um rastreamento dos trabalhos de palestras. Podemos até escolher que trabalhos seriam, para editar, por meio da gráfica da Casa, palestras, como as três feitas hoje e outras. Deveríamos contribuir para a sociedade editando esses trabalhos para servir de catalisador no processo de discussão. Creio que seria uma boa iniciativa do Conselho, porque a sociedade não consegue acompanhar o ritmo com que as coisas acontecem no Congresso Nacional.

Embora digamos que ele seja lento, as coisas acontecem às vezes de forma urgente, às vezes de forma lerda, e caem no esquecimento. Querer dizer que não há concentração, que não há propriedade cruzada em duas explanações que ora foram postas, baseadas tão-somente da constatação. Os expositores não estão se dando ao luxo de, do alto de suas capacidades, fazer qualquer citação analítica a respeito. Limitaram-se tão-somente a expor o que está posto.

Existe outra concentração por efeito de a produção ser muito exclusiva – e ainda bem, como disse o Conselheiro Fernando Bittencourt, que elas existem; pior seria se não existissem. É como diz aquele samba: “É melhor sofrer junto do que chorar separado”, às vezes. Então ainda bem que existe a produção, embora eu pense que ela devesse estar mais dividida na possibilidade de financiamentos e de abertura, a fim de que outros setores pudessem produzir. Existe outra concentração.

Agora, é o seguinte: vocês, artistas, sabem melhor do que eu que isso vai passando de pai para filho. Por exemplo: quem faz teatro dificilmente tem acesso à telinha. Estou aguardando o momento em que vai entrar a filha da Xuxa fazendo um programa. Assisto à televisão e minha filha fica dizendo: “Essa é filha de fulano. Esse é filho de sicrano”. Passa, inclusive, de pai para filho, graças a essa concentração da produ-

ção. Então se dá o luxo até de passar de família para família. Vamos ao rádio.

Fui produtor da rádio **CBN**, que poderia ser uma geradora de emprego, mas não é, porque o mesmo programa é fatiado. Por exemplo: se se entrevista qualquer pessoa, a mesma matéria, fruto de uma entrevista de uma hora ou trinta minutos, depois é picada e apresentada durante mais três, quatro dias, em reportagens. Então existe também esse tipo de problema.

O mais curioso é que o fato é tão aberto que ninguém esconde. Por exemplo, os números da **RBS** aqui apresentados são públicos e motivo de orgulho para o proprietário. E ele não está fazendo nada errado, uma vez que a Casa e o mundo estão abertos para tal. Por que só ele, coitadinho, iria ficar de fora?

Para finalizar, agradeço, dizendo que o mais fantástico é que, sem termos feito o desenho para que o Conselho terminasse o semestre legislativo dando uma excelente contribuição ao debate, foi exatamente o que ocorreu. Daí aquela minha proposta, que espero possamos fazer com que verdadeiramente ocorra, que é a tal publicação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a idéia do Conselheiro Chico Pereira. De antemão, já declaro que a Presidência acolhe a sugestão. Entrarei em contato com o Presidente Sarney para que nos garanta uma publicação, até o fim do ano, que reúna os trabalhos. Vou encarecer ao Conselheiro Carlos Chagas que inclua a bela conferência do Conselheiro Fernando Bittencourt. O texto final juntaria esses debates que vimos fazendo e os que serão feitos, mais o debate com a platéia. Depois transferirei aos senhores o texto, para que cada um corrija as suas participações. Estou certo de que nenhum dos senhores vai pretender reter o direito autoral, o que inviabilizaria a publicação. Assim, estaremos contribuindo para um debate mais amplo sobre essa matéria.

Agradeço a sugestão. Ouviremos o extraordinário poder de síntese da Conselheira Berenice, a quem concedo a palavra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Muito obrigada. Tentarei ser breve.

Em que pese a habilidade retórica do Dr. Roberto Wagner, que é conhecida aqui por todos, e a competência técnica do Engenheiro Fernando Bittencourt, gostaria de humildemente me contrapor a am-

bos e dizer que não podemos aqui negar a existência da concentração da propriedade da mídia no Brasil.

Existe, sim, a concentração horizontal, existe a concentração vertical, existe a propriedade cruzada e existe o monopólio em cruz, e os dados, os fatos, os números, os balanços, tudo isso está aí na literatura, nos jornais, nos cartórios, comprovando-se no dia-a-dia. Podemos até, Conselheiro, chegar à conclusão de que não seja nefasto, mas, dizer que não existe, não dá! Ela efetivamente existe!

Gostaria de tecer uma pequena consideração sobre a concentração vertical, que diz respeito aos produtores independentes, aos artistas, que são aqueles que represento em especial aqui neste Conselho.

Quando o Engenheiro Fernando Bittencourt fala, preocupa-me muito, já que, há algum tempo, a **Rede Globo**, em especial, vem assumindo um discurso, apresentando-se como a defensora do conteúdo audiovisual brasileiro, como a defensora da cultura brasileira. Isso não é verdade! Ela acabou chegando a um patamar de quase ser a produtora, numa perspectiva totalizante, para não dizer totalitária, às vezes chegando até a ser totalitária, como neste caso específico de estar sugerindo e tentando cooptar efetivamente as rádios comunitárias para que forneçam e divulguem o seu conteúdo.

E voltando estritamente à questão da TV, gostaria que ficasse claro que muitas pessoas, muitos produtores independentes, sobretudo aqueles de televisão e de vídeo independente, todos aqueles detentores de um acervo histórico fantástico e inédito no País, porque não conseguem exibi-lo na televisão, nas emissoras pelo sistemático descumprimento da lei, baseado nessa premissa de que é melhor vender para poucos muito caro, é melhor falar com muitos uma única bobagem, não posso deixar “passar batida” essa posição de que a **Rede Globo**, em especial, e de que o processo de verticalização do modo de produção da telecomunicação da televisão no Brasil é salutar. Não é salutar, não assegura a diversidade brasileira, não garante a identidade cultural do povo brasileiro; ao contrário, infantiliza a nossa população, homogeneiza padrões de comportamento que não podem ser homogeneizados. Não digo que não acaba elevando o repertório cultural da população, até o faz, mas muito mais pela quantidade de informação emitida do que pela sua qualidade.

Eu gostaria de fazer só esse reparo e dizer que, se esse modo fosse o correto, ou seja, a televisão, a emissora produzindo, distribuindo e exibindo, não teríamos as outras emissoras, as outras redes com um

nível tão baixo de programação, loteando, fatiando para as Igrejas e para os leilões a sua programação. O que faremos aqui? Se esse for o referencial de competência, se esse for o referencial do negócio, teremos que acabar defendendo aqui a não-renovação da outorga das demais redes.

Nessa reunião que tivemos hoje pela manhã, referida pelo Roberto Wagner Monteiro e pelo Fernando Bittencourt, uma das conclusões a que também chegamos é a de que, efetivamente, está havendo uma convergência temática, Sr. Presidente. A questão da regionalização da produção, a questão do projeto do Deputado José Carlos Martinez, a questão da tecnologia digital, tudo isso, com a questão da TV a cabo e, agora, da concentração da propriedade nos meios de comunicação, está convergindo e faz com que este Conselho precise estar muito alerta e desenvolver um trabalho muito intenso.

Por conta das nossas atribuições constitucionais, não podemos fugir a isso, de modo que aproveito para dar conta de uma tarefa que me foi incumbida pela manhã, que é de, por intermédio de V. S^a, por um pleito da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, avocar ao Conselho de Comunicação a apreciação e análise do projeto do Deputado José Carlos Martinez sobre a TV aberta no sistema fechado de radiodifusão e o projeto da regionalização da produção, que foi negado com tramitações estranhas, novamente com recuos e avanços estranhos, que teve um parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Câmara dos Deputados, um projeto da Deputada Jandira Fegalli.

Esses dois projetos poderiam ser avocados para que possamos avançar e ter uma visão e um posicionamento de conjunto sobre a questão da comunicação social no Brasil, que, além do mais, é a nossa tarefa e nossa obrigação aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra e já informo que o projeto do Deputado José Carlos Martinez, a seu tempo, virá a esta Casa para pronunciamento.

O projeto da Deputada Jandira Fegalli foi objeto de recusa, não na Comissão de Justiça, mas na Comissão de Redação, que não tem o poder de alterar-lhe o conteúdo. Do ponto de vista regimental, esse projeto não viria a esta Casa. O projeto será votado na Câmara dos Deputados, não há como interferir. Caso seja aprovado na Câmara dos Deputados e venha ao

Senado Federal, assumo o compromisso de conversar com o Presidente José Sarney para que S. Ex^a nos ouça, para que ouça a opinião da Casa em relação ao projeto, mas já no Senado Federal, não mais na Câmara dos Deputados, porque não há mais espaço na Câmara dos Deputados para esse tipo de interferência.

Concedo a palavra ao Conselheiro Frederico Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, inicialmente, agradeço o gesto carinhoso de V. S^a de lembrar o ano do Conselho de Comunicação Social, apresentando-nos com gravura do José Miguel, filho do José Borges, que é talvez o mais respeitado gravurista de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Do Brasil e, quiçá, do mundo.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Certamente, Sr. Presidente. Cada Conselheiro recebeu uma gravura diferente. A minha é belíssima. Vejam que maravilha!

Como os senhores, eu poderia ter conhecido essa gravura ou a arte do gravurista por uma TV brasileira. No entanto, em vez de conhecer a arte do gravurista pernambucano, tive notícia de que uma pessoa deficiente física matou a mãe da mulher, da empregada, outro dia. Esse fato gerou inúmeros telefonemas, uma situação inédita e imensa preocupação na população brasileira.

Casos como esse demonstram como a situação da televisão brasileira necessita urgentemente ser discutida. Não fossem essas questões lembradas pelos nossos palestrantes – parabeno os dois professores pela palestra e também o Conselheiro Fernando Bittencourt, que é um grande conhecedor, um mestre da tecnologia de televisão –, avalio que o debate desse tema seria um dos grandes desafios deste Conselho.

Faço aqui um repto ao colega Conselheiro Carlos Chagas, que, realmente, na Coordenação dessa Comissão, tem uma tarefa difícilíssima, como ficou evidente pelas manifestações dos demais Conselheiros. Há uma defesa acerba, firme daqueles que representam as entidades empresariais do atual modelo, o que nos deixa um tanto atônitos, porque viemos de um meio onde a crítica a esse modelo é feita diariamente.

Estamos num ambiente onde a linguagem jurídica, por vezes, serve para tentar iludir um fato de todos conhecido. Se não há concentração em termos jurídicos, pois a lei diz que há seis proprietários, isso fica evidente no volume de lares que, no total, sintonizam a mesma emissora que usa o poder que lhe confere a concentração para contratar valores revelados em outras emissoras e se dá ao luxo de colocá-los na geladeira, porque não há espaço na grade para exibí-los.

Isso é ou não uma prática monopolista? Parece que temos valores artísticos de sobra no País a ponto de podermos contratar, por altos salários, certos contingentes para isolá-los e não permitir sua exibição nas outras emissoras.

Então esse simples fato, que é corriqueiro na bíblia das emissoras brasileiras, revela que há problemas que precisam ser estudados. Talvez a solução não seja tão simples como seria no regime autoritário. O general de plantão mandaria que a emissora predominante vendesse “a preço de banana” aquela fatia do mercado que a torna monopolista. Poderia ser uma coisa muito simples. Daí, numa democracia, a dificuldade de criarmos soluções, idéias, que possam, dentro do regime democrático, por este Congresso – realmente, o professor Guilherme Canela de Souza pôs o dedo na ferida ao perguntar se seria possível mudar essa legislação com este Congresso; e penso que seja essa a grande questão – para mudar alguma coisa nessa área.

Alguma coisa terá de mudar pela própria tecnologia, evidentemente, mas também é patente que os engenheiros, os técnicos, todos os que recebem seus salários das atuais emissoras estarão o tempo inteiro se preocupando com a maneira de tornar essa nova tecnologia uma vantagem competitiva de quem já tem todas as vantagens, tarefa desses funcionários por mais ou menos graduados que sejam.

Temos aqui uma série de problemas. Digo, Conselheiro Carlos Chagas, que sua tarefa é enorme. Mesmo neste Conselho sem poder, que na nossa idéia original seria um Conselho com poder, um Conselho Nacional de Comunicação Social que a Constituinte não aprovou – e bem sabemos por quê. Mesmo num Conselho sem poder, o simples fato de estarmos aqui, e este Conselho reverberar posições da sociedade, ouvir as opiniões da sociedade, ter na Presidência um cidadão consciente de toda essa problemática e da necessidade de fazer as mudanças prementes, todos esses fatos e a nossa presença humilde, modesta, como diz a colega, vão permitir que, se não conseguirmos empreender essas mudanças tão necessárias, tenhamos a consciência clara de que al-

gumas delas devem ser feitas, e vamos continuar trabalhando.

Guilherme Canela de Souza, se não for no Congresso, será em outras instâncias, com certeza. Aliás, como o movimento de rádio comunitária, que veio do movimento de rádios livres e que não pediu licença ao Congresso Nacional para se estabelecer. Foi a luta da cidadania que se estabeleceu, e o Congresso tem que dar conta e, nós também, dessa situação.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Frederico Ghedini. De logo, esclareço que não há verba disponível no Conselho para a aquisição de gravuras, razão pela qual, na prestação de contas, ninguém verá nenhum uso de recursos públicos na aquisição de gravuras tão modestas.

Passo a palavra ao Conselheiro Carlos Chagas.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, meteoricamente, um registro, duas observações e uma crítica profunda.

O registro, apesar das provocações do Frederico, é de que, como eventual Presidente dessa Subcomissão, não me cabe exarar qualquer opinião a respeito da concentração dos meios de comunicação enquanto todos os debates não tiverem terminado.

As duas observações são quanto aos dois palestrantes. É que, nos Estados Unidos, o Judiciário participa; no Brasil até agora, não. Temos uma grande notícia: ontem, o Judiciário resolveu entrar nessa questão quase obscena dos aumentos da telefonia. E o Judiciário no Rio de Janeiro barrou esses aumentos. Oxalá esse exemplo venha a ser seguido por todos os outros Estados. Isso talvez esteja marcando – e sou otimista demais –, a entrada do Judiciário até no problema que estamos decidindo.

A outra observação é de que é muito delicado e muito perigoso esse problema da diversidade da informação, abordado pelo Professor Venício Artur de Lima, porque é uma moeda de duas faces. Se há ou deveria haver a diversidade de informação, há também a natureza das coisas que fala da uniformidade da informação. Se um avião cair, todos os jornais e televisões terão de noticiar a queda. E não é muito diferente de quando cai um avião. Se um Presidente da República fala impropriedades verbais, elas são reconhecidas por toda a mídia.

No reverso da medalha – é verdade –, se quase toda a mídia apóia o modelo neoliberal, em gênero,

número e grau, é evidente que algo também está errado.

São essas duas observações. Fiz o reparo e faço uma crítica violenta ao meu amigo, Professor Venício Lima, por ter se afastado de Brasília e do nosso convívio da UnB, agora morando em Porto Alegre. Era apenas isso.

O SR. VENÍCIO ARTUR LIMA – Levei um susto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quem se aliviou foi a Presidência porque, toda vez que o Conselheiro Carlos Chagas diz que tem uma crítica, a Presidência já fica gelada.

Com a palavra o Conselheiro Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, trata-se de uma reflexão, inclusive dando seqüência ao que foi dito pelos que me precederam.

Parto do princípio de que o Conselho é um fórum e reflete as reflexões, angústias e ansiedades dos Conselheiros. Dentro desse espírito, em abril – acredito –, pedi ao Sr. Presidente que me incluísse na ordem do dia, para que trouxesse minha preocupação maior. Considerava a questão da concentração da mídia no Brasil como – até usei a expressão – “a mãe de todos os problemas da mídia no Brasil”.

Embora contestada, minha proposta foi aprovada por uma honrosa unanimidade: a de incluir essa questão na pauta permanente das preocupações não apenas minhas, mas do Conselho de Comunicação Social.

Estribado nisso, fiz uma lista de pessoas e autoridades que acreditava que deveriam vir aqui para acrescentar às nossas reflexões seu conhecimento técnico do assunto. Isso explica um pouco por que fui mencionado como o Zifeld dessas duas sumidades. Apenas registro a qualidade deles e creio que eles têm muita coisa a acrescentar. Trouxe mais alguns nomes. Penso que temos que avançar nesses estudos, sobretudo com relação ao Poder Legislativo. É inconcebível que, na Câmara dos Deputados, 30% dos seus membros sejam proprietários de empresas de rádio. Há um conflito de interesses flagrante e gravíssimo que impede que aquela Casa possa discutir qualquer coisa relativa à radiodifusão, porque parte de seus membros está comprometida, pessoalmente, com a questão.

O que me chama a atenção é que, ao mesmo tempo em que me indicam como Zifeld dessas duas sumidades, não tenho visto as outras partes em conflito – e há um claro conflito aqui – também indicarem

expositores que aqui venham fazer apresentações tão completas e amplas como essas.

Nesse sentido, é muito importante a sugestão do Conselheiro Francisco Pereira de que publiquemos todas essas contribuições, para que seja, realmente, socializado pela sociedade.

Na medida em que, digamos, o outro lado não traz o seu aporte, evidentemente o Conselho não estará cumprindo com sua função universal, cósmica de reunir todas as posições da sociedade. De forma geral, é importantíssimo que sejam convidadas outras sumidades – não as conheço, mas cabe aos Conselheiros indicar – que tragam a complementação indispensável para vermos todos os lados da verdade.

Embora eu não seja autoridade, intrometo-me para lembrar que existe uma diversificação formal e uma hegemonia real na mídia eletrônica no Brasil. Não quero fazer cargas contra determinado grupo – aliás, tenho amigos em todos os grupos de mídia no Brasil e, portanto, não é uma questão pessoal fazer cargas –, mas há uma realidade da qual não podemos fugir. Há uma hegemonia real que se nota num dado que salta aos olhos: todas as afiliadas desse grupo hegemônico são, nos seus Estados, hegemônicas na mídia em geral. Em todo o País, com exceção talvez de Minas Gerais, quem é afiliado ao grupo hegemônico detém a hegemonia nas outras mídias também, como no Rio Grande do Sul, no Paraná, na Bahia e no Nordeste quase todo. Em Brasília também não; então, são duas exceções que convém registrar. Esse é um dado seriíssimo.

Outro dado relevante sobre a questão da hegemonia – e é bom que anotemos na nossa agenda, porque, daqui a pouco, teremos a repetição do evento – é a Copa do Mundo. Daqui a três anos, teremos outra Copa do Mundo e não podemos, de novo, assistir ao País refém de uma visão apenas. Quero lembrar que não se trata de discutir técnicas de futebol. Houve uma tentativa, nas semanas que precederam a Copa do Mundo, de ação totalitária. Saiu uma matéria paga do grupo hegemônico em todos os jornais, dizendo que estavam proibidas as concentrações em bares e restaurantes durante as transmissões da Copa do Mundo. Houve um protesto, até veiculado no programa do qual tenho a honra de participar, e o grupo hegemônico recolheu-se e não mais proibiu. Mas era uma aberração. Só porque é detentor dos direitos de transmissão, não pode impedir que as pessoas assistam à televisão nos bares e restaurantes – às vezes até com patrocínio de uma fábrica de sapatos da esquina – e façam a sua festa.

É preciso que o Conselho de Comunicação reflita sem o jurisdicismo de dizer: “Não, temos diversificação porque temos seis grupos disputando.” Não é verdade, eles não disputam. Se disputam, como disse a Conselheira Berenice, é no nivelamento por baixo. É preciso levar em conta que temos uma situação de hegemonia que precisa ser resolvida. Ninguém está pretendendo uma “queda da bastilha”; fazer com que os *sans culot* entrem na vênus platinada e tomem o poder. Seria uma aberração antidemocrática.

É preciso levar em conta que essa diversificação é formal e que temos uma hegemonia que prejudica não apenas a qualidade dos meios eletrônicos, mas, sobretudo, a qualidade e a diversificação das opiniões na mídia impressa.

Portanto, eu queria fazer esse registro e, de novo, fazer um apelo para que todos os Conselheiros indiquem ao Sr. Presidente as sumidades nas suas respectivas áreas, para que, quando sair o parecer, assinado e exarado pelo querido Presidente da Subcomissão, Carlos Chagas, tenhamos um conjunto de opiniões e não apenas as que indiquei muito modestamente – quer dizer, modestamente não, porque eu sabia que estava tendo a contribuição de dois grandes especialistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Alberto Dines.

Na minha maneira de ver, faltou em ambas as exposições um capítulo que considero fundamental, tanto que interfere no âmago do tema. A minha compreensão pessoal é de que houve uma mudança qualitativa na mídia internacional. Até metade da década passada, a mídia tinha como referência cada país. A partir daí, é evidente que se mudou a ótica. O mercado passou a ser o mundo. As preocupações, as táticas e as prioridades são outras. A maneira como os Estados Unidos agem e a reação européia evidenciam a notoriedade da referência de que o mundo é o mercado atual. Então faltou uma reflexão em ambas as exposições que eu gostaria de ver depois, quando o texto for publicado.

Eu gostaria de ter a opinião dos senhores sobre o seguinte: faremos de conta que não existe o mundo? Porque, se formos construir o país ideal dentro dele, as regras serão umas; mas, se colocamos o país competindo com o mundo, neste caso talvez as regras não sejam as mesmas. É possível construir uma democracia interna e ganhar força para se competir internacionalmente? Se isso for possível, seremos os

melhores do mundo. Agora, se isso não for possível, construiremos, durante pouco tempo, televisão de primeiro mundo aqui dentro. Em seguida, essas televisões serão desnacionalizadas, porque será preciso garantir aos grandes conglomerados o poder de competir.

Não quero avançar opiniões, mas senti, em ambas as exposições, a falta da reflexão desse embate internacional que, para mim, será o mais importante no horizonte próximo no Brasil. Referindo esse tema, peço uma reflexão depois mais demorada, nos textos finais. Passo a palavra primeiramente ao Dr. Guilherme Canela.

O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI – Serei o mais breve possível. São três registros muito rápidos.

Tenho impressão de que é uma questão de foco do que fomos chamados a falar aqui, Conselheiro Fernando. Foi-nos pedido um comentário sobre o problema da concentração da propriedade.

Existem inúmeros estudos que poderíamos ter comentado aqui, se fosse o caso, que tratam do conteúdo da programação brasileira. A maioria deles fala da sua qualidade técnica que, no caso da emissora principal, chega a ser indiscutível. Contudo, estudos feitos por outro pesquisador do núcleo de que participamos demonstra a carga política de única visão, por exemplo, em várias novelas que a emissora majoritária veiculou nos últimos anos. Mas isso não desmerece o conteúdo.

Por outro lado, tenho a impressão de que, do ponto de vista da concentração da propriedade, o que tem a ver com a questão da programação está exatamente ligado à produção independente. Talvez não tenhamos feito o *link* possível do Brasil, mas procurei demonstrar que isso não é uma proposta que está sendo feita para o Brasil, como se viesse do nada, ou seja, são coisas que estão ocorrendo em vários outros países.

Na Alemanha, quando uma empresa chega perto de 30%, que é o limite da audiência, ela é obrigada, pelas agências reguladoras, a rodar produções independentes no horário nobre, de 19 horas e 30 minutos às 23 horas e 30 minutos. Como o Professor Venício demonstrou aqui, isso não ocorre no nosso caso, em que a emissora principal passa 100% da produção feita por ela no horário nobre. Tenho a impressão de que é isso.

Acredito que não houve críticas em relação à qualidade da programação porque esse não era o objeto da discussão.

Por fim, esta é a minha última consideração sobre isso: eu poderia novamente trazer o exemplo de Harry Potter. Do ponto de vista da qualidade técnica, de quanto se pagou e dos efeitos visuais, é inegável que, por exemplo, esse filme é de uma qualidade técnica muito superior ao filme feito por aqueles 11 diretores de cinema sobre o caso 11 de setembro, que teve a sua veiculação censurada em muitas salas de cinema nos Estados Unidos. Eles fizeram o filme com US\$500 mil, enquanto o outro custou milhões.

Há a necessidade de saber o que é arte, o que é preciso veicular e, em um país do tamanho do nosso, em que medida se pode veicular a mesma programação, saindo de um centro cultural com as suas características, que seja relevante para as outras regiões do País.

As pesquisas que fazemos na Andi mostram que há efeitos qualitativos muito grandes em matérias veiculadas por agência, no Maranhão, falando de uma escola no Leblon. E as pessoas – foi feito um grupo focal naquele Estado – nem imaginavam onde era aquilo e que relação tinha com a realidade do Maranhão. Quer dizer, nem se explicou que o Leblon fica no Rio de Janeiro, que é uma outra coisa.

Então essa diversidade é fundamental. E, no caso das pesquisas da Andi, por fim, verificamos que há uma nítida diferença de qualidade, do tipo de discussões públicas que ocorrem quando o principal grupo de mídia de um Estado “x” – pois a pesquisa da Andi é nacional – é controlado ou não pelo grupo que está no poder do Governo do Estado naquele momento. Há diferenças qualitativas fortíssimas no material jornalístico. Por isso, Chagas, há diferenças entre cair um avião de um jeito ou de outro nesses casos. A Andi tem mostrado isso há 10 anos.

Por fim, quando falamos de famílias e de empresas, se fosse o caso brasileiro, até o ano passado, teríamos falado a mesma coisa. Existem lugares em que a mesma empresa, no caso brasileiro, a mesma família, domina a concentração da audiência, a verba publicitária e todos os critérios que, internacionalmente, são utilizados para medir concentração. No caso de Sergipe, por exemplo, a família que, por alguns artifícios, domina a rede transmissora da **Rede Globo** também domina a rede transmissora do **SBT**, ou seja, tem as duas maiores televisões naquele Estado. Nesse caso, nem são seis famílias, porque a mesma tem os dois. É complicado.

Agradeço muito e coloco-me totalmente à disposição para outros eventos e para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Professor Venício de Lima.

O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Vou fazer uma única observação. Creio que o sonho de qualquer pessoa que pesquisa em qualquer área é trabalhar com os dados corretos, ter acesso a eles. Em países diferentes do nosso, sobretudo nessa área de comunicações, esses dados são acessíveis, estão disponíveis e, na maioria das vezes, não são questionados, porque são aceitos pela indústria, pelo mercado, pelos pesquisadores, etc. No nosso caso, para fazer um trabalho de 12 laudas, passei semanas procurando em jornais e revistas as informações que listei e as suas origens. Os dados não são de fácil acesso e, como vimos, são questionados. Não há interesse de que os dados estejam disponíveis.

Então faço um apelo público ao Conselheiro que levantou as questões referentes aos dados, Roberto Wagner, que, por favor, me apresente os dados corretos. Terei todo prazer e me sentirei cumprindo o meu dever de citá-los, ao lado dos outros. Os dados que estou usando aqui são, dentre outros, da Revista Meio & Mensagem, utilizados no mercado publicitário e na área de comunicações em geral. Mas, se o ilustre Conselheiro afirma que eles não estão corretos, gostaria de ter acesso aos dados corretos. E peço-lhe, publicamente, que, por favor, os envie para mim. Terei o maior prazer em publicá-los, alterando a perspectiva da análise, se os dados indicarem que isso deve ser feito, porque, com os dados que tenho, a análise que se pode fazer, por honestidade intelectual, é essa que apresentei aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Foi um momento alto do nosso Conselho. Na reunião de agosto, a pauta será a conversa com o pessoal da Infraero. Participarão brigadeiros e técnicos para um debate mais aberto com o Conselho sobre as frequências de televisão e de rádio, para compreendermos isso melhor, razão por que encareço a Chagas já encomendar para setembro a retomada dos debates.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner, que gostaria de convidar os companheiros da ABTU para uma rápida exposição.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, solicito a V. S^a um pequeno *break* de três minutos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – D. Márcia, como se faz isso? (Pausa.)

Não posso negar nada ao Conselheiro Alberto Dines.

Concedo um *break*, porém não mais do que três minutos, Conselheiro.

(A reunião é suspensa por três minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Declaro reaberta a reunião. Dando continuidade à reunião do Conselho de Comunicação Social, entraremos na última fase, da manifestação dos Conselheiros.

Passo a palavra, para conduzir os debates, ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, ouviremos agora os representantes da Associação Brasileira de Tevé UHF – ABTU. Irão falar os Drs. Marco Aurélio Jarjour Carneiro e o Dr. Luiz Corrêa de Sá e Benevides, com a rapidez que o tempo exige.

Passo a palavra ao Dr. Marco Aurélio Jarjour Carneiro.

O SR. MARCO AURÉLIO JARJOUR CARNEIRO (Presidente da ABTU) – Inicialmente, quero agradecer ao Conselho a possibilidade de estar aqui, diante de tão representativa platéia, para falar um pouco sobre o nosso negócio.

As TVAs são concessões de TV por assinatura. No Brasil, a origem de toda TV a cabo é a TV por assinatura. Nascemos como concessão no final da década de 80, nos primórdios das TVs por assinatura.

Sendo televisões analógicas, só nos é permitida a transmissão de um único programa, o que nos fez, a despeito de outras inovações ocorridas no MMDS, na TV a cabo, sobreviver durante todo esse tempo com vistas à possibilidade de vencer o tempo analógico, considerando que, daqui a pouco, teremos o ciclo da TV digital, que nos permitirá a apresentação de mais programas e, naturalmente, outros serviços nessa área.

Somos 25 concessionários, em sua maior parte, pequenos concessionários. Não estamos ligados a nenhuma grande rede estabelecida de televisão – e algumas concessões pertencem a grandes redes. Mas nos unimos porque, durante todo esse tempo – embora a lei permita e o poder concedente tenha toda a condição legal de autorizar –, o nosso tempo de trabalho aberto se restringe a 25% do tempo total de funcionamento de uma televisão, o que torna muito di-

fácil e bastante caótico sobreviver até que se complete esse ciclo e venha o ciclo digital.

Aqui estamos empenhados em pedir ao Conselho de Comunicação Social o apoio no sentido de que vislumbre, em nossas concessões, dentro estritamente daquilo que a legislação permite, a possibilidade de podermos trabalhar um pouco melhor, com um pouco mais de conforto e segurança, durante esse tempo.

Para isso, pedirei ao Dr. Benevides que, por gentileza, explique aos senhores as nossas agonias. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES (Diretor Jurídico da ABTU) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, prometo ser breve em minha explanação.

Encaminhamos hoje à Presidência do Conselho este documento que está à minha frente e que será transcrito integralmente na ata. Vou me ater a determinados pontos referentes ao serviço TVA, concedido na forma do Decreto nº 95.744, de 1988.

O serviço de TVA, como disse o Presidente da nossa Associação, Dr. Marco Aurélio Jarjour, mantém somente um canal, sendo parcialmente codificado. Na parte do dia em que é decodificado, o percentual de decodificação fica a critério do poder concedente. Nos últimos anos, a Anatel tem concedido 35% do tempo decodificado. Ano a ano, é feita a decodificação, não permitindo, portanto, um planejamento a longo prazo, ou pelo menos pelo prazo de concessão desse canal.

Gostaria de ressaltar alguns tópicos do documento apresentado hoje e encaminhado à Presidência do Conselho. Inicialmente, gostaria de mencionar uma das preocupações atuais dos concessionários, que é o direito à renovação da concessão.

Por meio de manifestações de determinados órgãos públicos, entre os quais a Anatel, tomou-se conhecimento da intenção de que simplesmente o serviço deixasse de existir, apesar da concessão ter sido outorgada na forma da lei e do cumprimento de todas as exigências e requerimentos legais para tanto. Portanto, ao concessionário que cumpre as obrigações legais em vigor, que cumpre as exigências e determinações legais para pleitear e obter renovação de sua concessão deve ser assegurado o direito, sob pena de fugirmos da aplicação da lei como é válida no País.

Outro ponto importante: em nenhum momento há um pleito desta Associação para que se altere a lei. Há um pleito para que a lei seja aplicada e regulamentada naquilo em que é omissa – completada simplesmente, não alterada, sendo criadas novas condi-

ções. Portanto, sem que se altere a natureza do serviço objeto da concessão, pleiteia-se que seja assegurada a condição mínima para a prestação de serviço.

Garante a norma que o regulamenta que ele pode ser explorado, como eu disse, parcialmente, sem codificação, a critério do poder concedente. Esse, por sua vez, tem lançado mão dessa faculdade e, ano a ano, tem concedido espaço de tempo diário em que sinais podem ser transmitidos livres de codificação. Nesse momento, em que já estamos na hora da renovação, portanto, após quinze anos de investimentos, apesar da insegurança da norma legal, devemos estabelecer, pelo período da concessão, sem que se extrapolem mais uma vez, os limites da norma legal, o tempo de abertura em que o empresário poderá transmitir sua programação. Essa é uma faculdade do poder concedente prevista em lei e condição essencial para que o empresário possa explorar de maneira proveitosa todos os serviços que lhe foram concedidos, dadas as facilidades concedidas a demais modalidades, como TV a cabo e MMDS, que aumentaram o número de canais em determinado momento, TV a cabo transformada de uma simples autorização de TV em concessão em determinado momento.

É justo que se pleiteie, que se determine o período pelo tempo de concessão. Nosso pleito é de que seja 60% do tempo em que a televisão poderá ser utilizada para divulgação de uma programação regional e também para viabilizar o período em que permanecerá codificada, quando será, portanto, objeto da venda de assinatura para o público em geral, aproveitando, dessa maneira, o espectro que está há 15 anos sendo utilizado. E vai continuar sendo utilizado, desde que respeitada a lei, sendo outorgadas as renovações por outros 15 anos.

O serviço TVA carece, outrossim, de regulamentação no que diz respeito a incremento de recursos técnicos de exploração dos serviços, para que se atenda, sem prejuízo para os assinantes, à totalidade da área de cobertura da concessão.

A cada concessão corresponde uma área. Para que essa área seja atendida, precisa de incremento, de potência e outras características que eu, por não ser engenheiro, não poderia aqui explicar nem seria proveitoso neste fórum. Mas os pedidos são feitos, os requerimentos são protocolados nos órgãos competentes para isso, e não se consegue uma resposta, porque não há uma regulamentação, não há sequer portarias que dêem atenção para esse problema do serviço TVA.

Um artigo no Decreto nº 95.744 determina que o serviço tem que ser prestado por toda a área de cobertura, observadas as melhores condições técnicas para tanto. Isso não tem sido possível, porque a concessão foi dada com determinadas características técnicas e, quando se pretende melhorar, é feito um requerimento para se obter a licença, e esse requerimento não é sequer apreciado.

Tendo em vista o interesse do País, que hoje tenho a impressão, depois de estar estreando aqui, de que é uma das ações deste Conselho e demais órgãos e autoridades deste País, o que se deve ressaltar é que o serviço TVA já está em funcionamento, ainda que com as carências que já foram referidas. Os concessionários expressam uma intenção de se aliar à filosofia de democratização da mídia televisiva para propiciar um acesso maior do público a um espectro mais variado e útil de programação e conteúdo do que o que existe no momento.

Como disse o Presidente, a maior parte dos associados da ABTU não pertence a nenhum dos grandes grupos; está espalhada pelos diversos Estados do País, não tem concentração como determinados tipos de concessão de televisão por assinatura que estão mais nas faixas Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Estamos no Norte, Nordeste e também nas demais regiões do Brasil e estamos prontos, portanto, para prestar um serviço de interesse regional.

Se há ou não concentração, não quero entrar na discussão de programação, mas, de qualquer maneira, isso vai propiciar maior variedade e diversificação no modelo que existe hoje de distribuição dessas concessões.

As concessionárias que nos últimos 15 anos têm efetuado investimentos de forma a viabilizar seus negócios não podem ser prejudicadas pela falta de regulamentação adequada ou exclusão das discussões que estão em curso inclusive neste fórum, como hoje tivemos oportunidade de verificar. Confesso que, pela primeira vez, propicio os debates mais ricos e, parece-me, com correntes variadas de opiniões, tanto dos que se apresentam nesta Mesa como os representantes do Conselho.

Os concessionários TVA têm a firme intenção de participar desse debate acerca de inovações tecnológicas e pretendem fazê-lo na medida em que outras modalidades de televisão por assinatura o façam. Os empresários querem participar e contribuir com os recursos de que dispõem em igualdade de condições com os demais empresários dos setores de radiodifusão e telecomunicação.

Creio que fui o mais breve possível. Mais uma vez, gostaria de agradecer a atenção de todos e parabenizá-los pela riqueza do debate de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quero abrir o debate para expor aos senhores um problema que aflige o Conselho.

Temos um modelo de meio de comunicação no Brasil. Esse modelo, sem lógica aparente, foi decomposto ao longo do tempo. Cria-se um serviço de telecomunicação regulado pela Lei nº 4.117, ainda de 1962, que regula rádio e televisão aberta. Apesar de definidos como radiodifusão, na verdade, na Lei nº 4.117 são caracterizados como serviços de telecomunicação sujeitos a problemas de todo tipo, há limites de todo o tipo, obrigações, etc. De repente, vem a primeira das televisões pagas por assinatura, que é a televisão a cabo, Lei nº 8.977, de 1995. Regula-se televisão por assinatura a cabo com um conjunto enorme de compromissos, entre os quais a obrigação de manter canais de utilização gratuitos, destinados à prestação de serviços. Art. 24. E mais um largo conjunto de obrigações.

Rádio e televisão aberta também é um serviço de telecomunicações, mas, estranhamente, não conheço nada similar no mundo regulado por uma outra instância que não seja o MiniCom; vai para a Anatel. Junto a isso temos o DTH, o MMDS, o Serviço de Comunicação Multimídia, antigo SRTT, temos agora a **Brasil Telecom** junto com a **NEC** e a **NET**, que é um serviço novo; temos ainda as televisões em UHF, reguladas pelo Decreto nº 95.744.

O problema aqui é que há uma lei para a televisão aberta. Ela passou pelo Congresso Nacional, expressando a vontade nacional e há lei para televisão a cabo. Os outros sistemas de transmissão de conteúdo não têm esse tipo de previsão legal: ora são decretos, ora são resoluções, ora anexos de lei, ora não há nada. A comunicação multimídia, SCM, é regulada pela Resolução nº 272, de 2001, da Anatel, à margem da vontade nacional, e sem nenhuma contrapartida de interesse coletivo, que está presente nas televisões abertas e a cabo.

Queria expor, com absoluta lealdade, que este é um momento importante para o Conselho. Estamos, com muita franqueza, expondo as nossas posições. Penso que expresse a posição do Conselho quando digo não ser possível que essa matéria continue sendo regulada assim: alguns instrumentos de transmissão regidos por lei, outro por decreto, outro por resolução da Anatel, outro por anexo de lei, outro por

nada, nem resolução, tudo com transmissão de conteúdo.

Tinha hoje uma reunião com o Presidente da Anatel, que não pôde se realizar, por causa desse barulho das alíquotas de telefonia. Até compreendo que não tenha podido se realizar, mas vou procurá-lo imediatamente para encarecer apoio de S. S^a nesse trabalho.

Essa demanda de V. S^{as} vem muito a propósito, mas precisamos criar uma lei que seja expressão da vontade coletiva, para que o País diga por que instrumentos se pode transmitir conteúdo. Se corresponde à vontade coletiva a manutenção desses instrumentos, quais são os compromissos que devem defluir para esses instrumentos de transmissão de conteúdo.

Esse é o meu sentimento e já estou logo indicando-o, porque é incompreensível para mim ter tantos instrumentos de conteúdo sem que haja uma base legal por trás, sem que se definam obrigações nem compromissos. Não posso perceber como o País vai sobreviver mais um tempo sem que nos sentemos à mesa para a construção de uma legislação única de telecomunicações em que provavelmente essas demandas de V. S^{as} estariam contempladas.

Do ponto de vista do telespectador, que está em casa girando o botão da televisão, a imagem que vem na tela é a mesma; a única diferença de uma TV aberta para uma por assinatura é que a imagem das televisões por assinatura são melhores, mas fora isso, sustentar que não há transmissão de conteúdo num noticiários da **CNN**... Impossível sustentar que a **GNT** não transmita conteúdo, quando há debates de temas. Como é possível sustentar que não haja transmissão de conteúdo?

Penso que chegou o momento de pararmos para refletir sobre essa situação e convidar os atores nessa questão – MiniCom, Congresso Nacional, Anatel, operadores, V. S^{as}, para um grande esforço de convergência e para construirmos uma legislação que, garantindo direitos às partes, também assegure compromissos.

Eu gostaria de ser o primeiro a me manifestar no sentido de pedir apoio à ABTU para que participe deste debate, que, no que depender de nós, empenhar-nos-emos para abrir.

Abro a palavra aos Srs. Conselheiros.

Concedo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas)

– Sou solidário à posição do Presidente. No entanto, a demanda ora apresentada traz-me muita preocupação. Houve investimento financeiro. Não há tempo para esperar que se aprimore a regulamentação, a liberação e a concessão. Estamos diante de um fato concreto. Esses foram os precursores deste passo a que chegamos da TV por assinatura. Não quero entrar no mérito se estava certo ou errado, mas o fato é que as empresas investiram, acreditaram no processo e agora não se pode simplesmente tirar a escada.

Como membro do Conselho, independentemente da discussão do mérito e não tendo discutido no fórum da democratização da comunicação – não tivemos essa oportunidade –, sou levado pelo bom-senso a pensar que não se pode, de maneira alguma, simplesmente tirar a escada e deixar um conjunto de empresários com equipamentos sucateados para mandar para quem? Temos que realmente abraçar essa discussão. De imediato, devemos pedir à Anatel para – usando uma expressão bem popular, que já não espanta mais os Conselheiros que já convivem aqui comigo – ir “devagar com a dor que o santo é de barro”.

Posso fazer considerações a respeito, mas, de antemão, declaro-me solidário a que encontremos uma saída para que esse pessoal não fique no prejuízo simplesmente. Não estamos brincando. Se houve alguma falha no processo, ela não pode ser atribuída a quem capitalizou dinheiro fazendo esse investimento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselheiro concordará com a Presidência. Não consigo perceber como, naquele gráfico do Conselheiro Fernando Bittencourt, o conteúdo sai do agente produtor e se dirige um pelo ar e o outro por baixo da terra. Embaixo da terra, deve haver um canal passando filme nacional, deve haver uns tantos canais de utilização gratuita, uma série de compromissos. Se ela for por satélites, em vez de ir pelo chão, não há nem lei que o defina.

A resolução de uma agência reguladora, que não é constitutiva de direitos, longe de controle, determina que, se a imagem for pelo ar em vez de ir por baixo da terra, não fica obrigado a nenhum dos compromissos da TV a cabo. Imagino que V. S^a concordará que, em algum momento, teremos de sentar para produzir uma legislação que contemple essas situações todas e que defina obrigações para todas elas.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sr. Presidente, comecei exatamente fechando em

gênero, número e grau com essa posição divulgada e fiz um corte dizendo o seguinte: também não vou simplesmente virar as costas para o problema concreto que ora está posto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sem dúvida alguma. Muito bem explicado.

Concedo a palavra à Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, por favor.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o senhor e gostaria, apesar de o horário ter ultrapassado o nosso limite habitual, de tecer uma consideração e de inclusive invocar o Professor Murilo Ramos, da UnB, que vem contribuindo muito com as nossas discussões não apenas pela sua participação, mas por sua produção intelectual, por sua reflexão e pelo acúmulo de informações que detém a respeito da questão da comunicação social como um todo.

O Professor Murilo Ramos, se não me falha a memória, usa uma expressão que considero muito apropriada. Ele diz que o que define o ambiente da comunicação social no Brasil hoje seria uma dispersão normativa e uma fragmentação gerencial.

Como o senhor mesmo acabou de dizer, há coisas ultra-reguladas em lei, com decretos, há coisas definidas em meras portarias ou resoluções e há coisas que não têm nem isso. Por outro lado, essas coisas vêm sendo tratadas ora pelo Minicom, ora pela Anatel, ora pelo Ministério da Educação, ora pelo Ministério da Justiça, ora pelo Ministério da Cultura. Quer dizer, todos tratam um pouco dessa questão.

Tive a honra de fazer parte do grupo de comunicação social do Governo de transição, e uma das propostas que efetivamente havia – e não é a primeira vez que cobro esse assunto em Plenário, porque não vejo isso traduzido na ação prática, mas cada vez se torna mais urgente e premente – refere-se à necessidade da instituição de um marco regulatório na comunicação social do Brasil. É preciso um trabalho sério.

O Conselho, com todas essas discussões, vem contribuindo, está mexendo e, de certa forma, fermentando a questão. No entanto, preocupo-me um pouco quando o Ministro Miro Teixeira diz que acredita que a questão do marco regulatório não é para agora, pois sentimos que é, sim. É óbvio que ninguém vai sair com essa lei pronta, mas essa questão tem de ser assumida, esses debates têm de ser assumidos como fazendo parte dessa discussão.

Quando percebemos a forma como está sendo conduzida essa política de discussão no Ministério, vem uma crítica não ao mérito, porque, ao mesmo tempo em que é muito bom que o Ministério convoque a sociedade e os segmentos para discutirem a questão em especial da tecnologia digital, não podemos deixar de lamentar que isso se dê de uma forma tão nitidamente estatizante e empresarial. Acreditamos que têm que participar a sociedade civil e este próprio Conselho – como o senhor disse. Só com muita gestão sua, em particular, o Conselho passou a ser convidado para fazer parte desse grupo. Vejo ausências como a do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que é o maior fórum de debates, a maior articulação nacional existente hoje discutindo essa questão. Isso me preocupa muito, porque uma formação eminentemente técnica ou empresarial vai ignorar questões relevantes para a sociedade como um todo.

Como sabemos do impacto que a TV digital vai causar à sociedade brasileira, aproveitamos este espaço para registrar que recebemos um manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, pleiteando a ampliação da representação da sociedade civil no grupo de trabalho da tecnologia digital que está sendo montado pelo Ministério das Comunicações. Esse grupo também deve ter um tempo maior para ser consultado e discutido pela sociedade, por meio da Internet. Uma semana não é tempo para se debater um assunto tão complexo. Isso já ocorreu em outra questão.

Enfim, o que se pleiteia é que haja garantia das consultas públicas nos assuntos da área de comunicação – não apenas consultas por pouco tempo, via Internet, mas aquelas por prazo legal – e, sobretudo, a retomada das audiências públicas para essa questão.

Com relação à ABTU, acredito que precisamos aprofundar o debate. Sinceramente, apresento uma dúvida. Parece-me que não apenas as concessões das emissoras UHF, mas todas elas são públicas e por tempo determinado. O espectro é público, e o Estado pode ou não renovar essa concessão. Acredito que possa ser uma injustiça dizer ao segmento que ele não deu certo e que assuma o prejuízo. Não é simplesmente assim. Há que levar em conta que houve um investimento. Entretanto, também não acredito que possamos assinar embaixo de uma renovação automática.

É preciso um debate mais aprofundado sobre o tema. Como disse o nosso Presidente, estamos todos abertos à discussão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Faço uma sugestão aos companheiros que nos visitam, Marco Aurélio Carneiro e Luiz Benevides. Temos uma sub-comissão dentro do Conselho para tratar de televisão a cabo. Os Conselheiros Berenice Isabel Mendes Bezerra, Carlos Chagas, Roberto Wagner, Paulo Machado de Carvalho Neto, Fernando Bittencourt e Daniel Koslowsky Herz fazem parte dela. Sugiro entrarem em contato com eles, porque seria interessante, discutindo a televisão a cabo, enfrentar também esse tema conexo que é a televisão por assinatura em UHF. De forma que estaremos à disposição, e uma relação mais estreita seria enormemente interessante.

Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco Pereira da Silva.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Para tentar avançar, sugiro aos dois expositores que sistematizem um relato em que haja inclusive a justificativa de defesa – como sabido, os senhores também foram interceptados para não fazer investimento que acompanhasse o avanço tecnológico –, para chegar ao nosso grupo de trabalho algo já sistematizado que nos sirva de suporte para o debate, na busca da melhor justiça possível. Não estou me posicionando contra ou a favor. Por isso, no meu próprio registro, eu disse que não entrava no mérito neste instante, pois cada coisa no seu devido momento.

Como foi dito pelo nosso Presidente, temos um grupo de trabalho, o que significa que o Conselho de Comunicação teve a capacidade organizativa de se antecipar aos fatos. Se concluirmos, em relação a tudo que nos tem sido trazido, que já estamos minimamente e, às vezes, até de forma bastante avançada, preparados para o debate, graças ao acerto de termos criado os grupos de trabalho... Esse grupo de trabalho tem o papel de entrar no mérito e trazer a questão já bastante avançada para discussão de ordem coletiva.

Então sugiro, para ganharmos tempo, que os senhores consolidem esse tipo de documento para que possamos avançar, até porque em alguma coisa eu me declaro ignorante. E nada melhor para quebrar a ignorância do que estar debruçado sobre o tema de forma correta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Chico Pereira.

Tem a palavra o Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Se eu tivesse que acrescentar esse serviço ao quadro que mostrei, diria que ele está muito mais próximo do MMDS do que qualquer outra coisa. A diferença é que as empresas que têm a concessão – não sei qual é o termo correto no caso do MMDS – têm vários canais de televisão. E, nesse caso, as empresas têm apenas um canal de televisão. Mas o serviço é muito próximo, porque é codificado. É uma frequência mais alta, porque o MMDS também é uma frequência de microondas, muito próxima dos canais TVA.

Lógico que esse assunto tem de ser muito mais discutido no próprio grupo, mas está muito mais próximo da regulamentação do MMDS do que outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) Passo a palavra ao Dr. Marco Aurélio Jarjour Carneiro e ao Dr. Luiz Corrêa de Sá e Benevides para suas observações finais, para, em seguida, encerrarmos a reunião.

O SR. MARCO AURÉLIO JARJOUR CARNEIRO (Presidente da ABTU) – Em primeiro lugar, gostaria novamente de agradecer e de esclarecer duas coisas: primeiro, esse nosso serviço foi regulamentado por um decreto específico, o Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1998. Esse Decreto não foi modificado em nada, a despeito do que ocorreu com a TV a cabo, com as telecomunicações, com a criação da Anatel. O nosso decreto ficou esquecido, como também, parece-me, o nosso serviço.

Como estamos aqui pedindo – e o Conselheiro Chico falou claramente –, vamos trazer aos senhores todos os detalhes. Efetivamente, o que queremos é servir melhor. Para isso, é preciso que tenhamos condições. Não se saber o que fazer e todo ano se pedir para esperar mais um pouco, para esperar até o próximo ano... Temos família, temos investimento feito, temos uma série de coisas. Eu não quero ser piegas, mas faço rádio e televisão há quarenta anos. Tenho sucesso no que faço há quarenta anos. Não poder ter sucesso porque o poder concedente não sabe o que quer a respeito de uma legislação, isso me faz sentir desonesto por estar ocupando o espectro. Agora, sinto-me também no direito de, depois de ocupá-lo, de fazer todo esse investimento, reivindicar que, no mínimo, me dê o direito de trabalhar.

Era o que gostaria de apresentar de forma bem clara. Não tenho conseguido ecoar minhas palavras.

Não pedimos nada diferente do que está previsto na lei. Não pedimos nada que nos envergonhe, porque pedir para trabalhar de forma correta não é vergonha. O que é vergonha – sinto muito falar – é não ter por parte do poder concedente qualquer decisão.

Quero adiantar aos senhores que, bem ou mal, fazemos todos nós, nesses 15 anos, o serviço dentro do espírito da lei e de forma competente, gerando emprego, receita e pagando impostos.

O que quero colocar bem claramente é que fomos, sim, pioneiros nesse serviço. Estamos pagando o preço por isso, mas não temos vergonha alguma disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Dr. Marco Aurélio, que foi muito convincente.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Corrêa de Sá e Benevides.

O SR. LUIZ CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES (Diretor Jurídico da ABTU) – Antes de tudo, quero endossar as palavras do Presidente da Associação. Faço apenas um reparo: o decreto é de 1998. Isso é o que nos faz pioneiros.

A Conselheira Berenice referiu-se à questão da renovação. Houve talvez uma certa confusão, em outros fóruns, quanto aos pleitos da Associação. Não se pretende renovação automática; pretende-se o direito à renovação na forma da lei. Ou seja, desde que cumpridos os requisitos, os requerimentos, quanto à forma de prestação de serviços.

Deixamos aqui um documento que pode servir como primeiro roteiro do histórico desse serviço desde 1998. No que for necessário, estaremos sempre à disposição para complementar.

Agradeço, mais uma vez, a todos pela atenção.

Muito obrigado.

Segue, na íntegra, o documento a que se refere o orador Luiz Corrêa de Sá e Benevides:

EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DR. PAULO CAVALCANTI FILHO

A ABTU – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO EM UHF, sociedade civil fundada com a finalidade de congregar empresas de telecomunicações e radiodifusão titulares de concessão ou permissão de emissão de televisão em frequências ultra-altas (“UHF”), inclusive aquelas enquadradas nos termos do Decreto 95.744 de 23 de fevereiro de

1988 (“TVA”), por todo o Brasil, vem respeitosamente, perante V.Exa, com a legitimidade outorgada pela representatividade das entidades que representa, expor o que segue:

1) Deu-se início, recentemente, ao prazo para apresentação dos pedidos de renovação das concessões outorgadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República aos detentores das outorgas para exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinaturas – TVA.

2) Esse serviço, na forma já reiteradamente exposto perante as autoridades responsáveis dos setores de radiodifusão e telecomunicações do país, foi criado em época em que a TV por assinatura ainda era incipiente, antecedendo serviços hoje populares como a TV a Cabo, o MMDS e o DTH, que, observe-se de forma breve, tiveram sempre tratamento privilegiado e dedicado por essas mesmas autoridades.

3) A outorga de concessões de exploração do serviço TVA foi objeto em sua época, de edital de licitação próprio, tendo sido atendidas todas as exigências legais determinadas pelo Poder Concedente, e substanciou-se ao final em Contratos de Concessão firmados pelos concessionários e pelo então Ministro de Estado das Comunicações.

4) A partir da assinatura dos Contratos de Concessão, a totalidade dos concessionários efetuou os investimentos necessários à instalação dos serviços, firmou contratos de programação e, na forma que vem sendo aferida pela ANATEL, mantêm contingentes de assinantes ainda que com prejuízo e impossibilidade de estruturar seus negócios de maneira consistente.

5) Até o momento, o empresário que investiu na modalidade TVA, apesar do contrato firmado pelo representante do Poder Executivo, ainda que tenha cumprido suas obrigações e efetuado investimentos e, outrossim, apesar de estar vendo o poder público multiplicar canais para MMDS e transformar meras autorizações DISTV em concessões de TV a cabo, só tem visto as suas concessões serem ignoradas pelo Poder Concedente, que lhe altera ano a ano as características, aviltando o seu negócio sem

lhe garantir a exploração do serviço na forma descrita em seu objeto.

6) É chegada a hora da renovação das concessões e o Concessionário de serviços TVA tem o direito de pleitear a adaptação do seu regulamento, sem alterar-lhe a natureza do objeto da concessão e sem acrescentar-lhe direitos extraordinários diferentes dos que decorrem do direito positivo.

7) E, por pleitear a adaptação do seu regulamento entenda-se o estabelecimento de regras consistentes para que possa operar os serviços TVA com possibilidades de prever custos, retorno de investimento e fazer um planejamento financeiro como qualquer empresário, seja ela do setor de telecomunicações, radiodifusão ou qualquer outro setor da economia.

8) Inicialmente, é necessário que seja garantido de forma segura ao Concessionário o direito à renovação da Concessão, na forma da Lei. Ou seja: ao Concessionário que está cumprindo as obrigações legais em vigor e que cumpre as exigências legais para pleitear e obter renovação de sua concessão, deve ser assegurado esse direito, sob pena de fugirmos da aplicação estrita da Lei e nos refugiarmos no arbítrio que não condiz com o momento em que vivemos e causa prejuízos institucionais e, importa dizer, pecuniários.

9) *É importante que, sem que se altere a natureza dos serviços ou objeto da concessão, sejam asseguradas condições mínimas para a prestação dos serviços. Esse serviço, garante a Norma que o regulamenta, pode ser explorado parcialmente sem codificação, a critério do Poder Concedente. Este, por sua vez, tem lançado mão dessa sua faculdade e, ano a ano, tem concedido espaço de tempo diário em que os sinais podem ser transmitidos livres de codificação. É hora de, aproveitando-se do conceito de isonomia em relação às demais modalidades de TV por assinatura, o Poder Concedente estabeleça pelo período da Concessão, sem que se extrapole os limites da Norma Legal e, sobretudo, de forma que o empresário possa prestar um serviço com programação de interesse regional, vocação inequívoca do Serviço TVA. Isto é uma faculdade do Poder Concedente prevista em*

lei e condição essencial para que o empresário possa explorar de maneira proveitosa para todos os serviços cujo direito de exploração lhe foi concedido. Dadas as facilidades concedidas às outras modalidades de TV por assinatura, é justo que se pleiteie o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) do tempo por dia para transmissão livre de codificação.

10) O serviço TVA carece, outrossim, de regulamentação no que diz respeito ao incremento dos recursos técnicos de exploração dos serviços, para que se atenda, sem prejuízo para os assinantes, a totalidade da área de cobertura da Concessão. Há processos protocolados por associados desta entidade, que não têm qualquer resposta. Mais uma vez, não se pretende extrapolar os ditames normativos, mas antes atender o artigo 41 do Decreto 95.744 de 23 de fevereiro de 1988 e assim, a população, destinatária dos serviços cuja exploração foi concedida.

11) Mas acima de tudo, tendo em vista o interesse do país, consubstanciado nas ações desse Conselho e demais órgãos e autoridades deste país, o que se deve ressaltar é que os serviços TVA já estão em funcionamento, ainda que com as carências supra referidas. Assim, os Concessionários vêm expressar sua intenção de se aliar à filosofia presente de democratização da mídia televisiva, que propiciará o acesso maior do público a um espectro mais variado e útil de programação e conteúdo do que o que existe no momento, o que somente será possível com o apoio e o suporte desse Conselho, através de ações positivas que atendam condições mínimas de execução dos serviços, sem, repita-se à exaustão, desconfiguração da modalidade do Serviço TVA na forma das concessões existentes.

Sendo assim, feita a exposição acima, entendem esta entidade e seus associados que o Poder Público tem que voltar sua atenção para o Serviço TVA. Muito tempo já se perdeu e outras perdas não poderão ser suportadas nem pelos empresários nem pelo país. Diversas alterações tecnológicas estão a caminho e em discussão em diversos níveis do Governo. Os Concessionários que nos últimos 15 (quinze) anos têm efetuado investimentos de forma

a viabilizar seus negócios não podem ser prejudicados pela falta de regulamentação adequada ou exclusão das discussões em curso. Os Concessionários TVA têm a firme intenção de participar dos debates acerca das inovações tecnológicas e pretendem participar das mesmas, na medida em que outras modalidades de televisão o façam. Os empresários não podem arcar com mais danos ao seu negócio e querem participar e contribuir com os recursos de que dispõem em igualdade de condições com os demais empresários dos setores de radiodifusão e telecomunicações.

E, com os protestos do mais alto respeito e admiração, subscreve em

Brasília, DF, 30 de junho de 2003. – ABTU – Associação Brasileira de Televisão em UHF

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Dr. Luiz Benevides. Quero informar que o documento que o senhor apresentou constará da Ata e será publicado no **Diário do Senado Federal**.

Concedo a palavra, para observações finais, ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, na linha do que disse a Conselheira Berenice, quero dizer que no Brasil existe uma salada total e completa de leis e de ausência de leis. O Conselho, em algum momento, vai debruçar-se sobre a questão e, certamente, fará as pressões necessárias junto ao Congresso Nacional, ao Ministério das Comunicações, à Anatel. Não é possível ficarmos aqui discutindo e verificando que para o setor tal há uma lei federal, para o outro só há um decreto, para o outro, uma portaria ou resolução. Teremos que enfrentar essa questão em algum momento. Espero que seja o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Quero mencionar um ponto que o Sr. Presidente comentou durante a discussão em relação ao grupo de discussão da TV digital.

Creio que é uma oportunidade para o Conselho aproveitar o assunto da ABTU e representar a entidade, a tecnologia, junto ao grupo. Como vimos, essa entidade não está listada na relação de entidades que vão participar da discussão. Creio que o Conselho

pode utilizar essa como a primeira entidade que podemos representar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Sr. Conselheiro Fernando Bittencourt.

Minha idéia é de que a Comissão de TV Digital deve reunir-se para fazer uma pauta dos temas que deve levar ao MiniCom quando for discutir a TV Digital. Gostaria que o Conselheiro levantasse essa preocupação na Comissão quando isso for objeto de debate.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Muito obrigado, Presidente.

É ainda sobre o assunto levantado pelo Conselheiro Fernando e pela Conselheira Berenice. Não sei se a Srª Márcia, nossa eficiente e sempre muito prestativa Secretária, entregou ao Presidente o documento sobre o Fórum Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Então está chegando às suas mãos agora. Assim como o documento da ABTU, que procede e será objeto de trabalho deste Conselho. Gostaríamos que esses dois manifestos também fizessem parte da Ata e que o Conselho se manifestasse por escrito junto ao Ministério, no mínimo expondo sua preocupação de fazer uma consulta pública, durante uma semana, via Internet. Trata-se de assunto grave. É delicada e de interesse nacional a questão da tecnologia digital. Irá afetar cada lar e cada barraco deste País. Então não é justo que, para uma questão tão complexa, tão grave, não se coloque uma consulta pública, por uma semana, via Internet. É preciso que se retorne às audiências públicas, às consultas públicas, para que casos como o da ABTU sejam tratados publicamente, em audiência aberta, democrática, participativa e sem impedimentos. São as duas solicitações: que os dois manifestos façam parte da Ata e que o Conselho coloque sua preocupação.

O Poder Executivo tem lá os seus trâmites, temos que respeitá-los. Como o Conselho é um órgão consultivo do Legislativo, é preciso demonstrar sua preocupação com relação à exigüidade do tempo e à forma, que é completamente excludente, em face da exclusão digital existente no País, que é avassaladora. E que voltem as audiências, as consultas públicas.

A Comissão específica para o tema, no seu devido tempo, vai voltar a trabalhar, independentemente da Comissão do MiniCom, que não nos impede de continuar trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Geraldo Pereira.

Quero informar-lhes que constará da Ata. Mas esses documentos todos circulam por via eletrônica. Considero que é insensato perdermos tempo digitando os documentos. Portanto os documentos que devam ser transcritos na Ata e que sejam produzidos por meio eletrônico, devem ser fornecidos à Secretaria em disquete ou por e-mail, para evitar que haja repetição. Fica V. S^a encarregado de fazer chegar à Secretaria por via eletrônica.

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, salvo o melhor juízo, parece-me que o que o Ministério das Comunicações colocou para consulta pública é a minuta do decreto, muito provavelmente para receber as contribuições de quem sentir necessidade de fazê-lo.

Entendo, Sr. Presidente, que esse é exatamente o prazo competente para que todas as entidades possam se manifestar ao próprio Ministério.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as observações do Conselheiro Paulito, mas, se entendi bem a posição do Conselheiro Geraldo – e, nesse particular, não posso afastar a simpatia que tenho pela tese dele –, é no sentido de considerar ser preciso que a sociedade civil se manifeste. Uma semana é prazo limitado demais para que a sociedade possa se expressar adequadamente no sentido de estar a favor ou contra. Por exemplo: se há entidades que devam fazer parte deste Conselho, uma semana não é tempo suficiente para que a sociedade se articule. Penso que tenha sido nesse sentido, mais do que em qualquer outro, que o Conselheiro Geraldo se manifestou.

De qualquer forma, o Conselho dará ciência ao Minicom de que a nossa posição será prestigiar, ao máximo possível, a participação da sociedade civil num debate tão importante para o futuro do País.

Conselheiro Chico Pereira, por favor!

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Esse mesmo documento do Fórum da Democrati-

zação da Comunicação lembra que o decreto que vai sair do Minicom tem uma vaga para o Conselho de Comunicação Social. Não é? Ainda não decidimos... Já se manifestou?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Já.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Então, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – E estamos fazendo gestões, Conselheiro Chico Pereira, para que os diversos segmentos do Conselho estejam representados na Comissão, que possamos considerar que uma parcela de membros do Conselho já está representada no Conselho e outras, não, que tenhamos uma visão generosa disso e permitamos que os que não estão representados no Ministério das Comunicações sejam representados por alguém aqui do Conselho.

Então as negociações já estão em marcha e espero que tudo acabe em bom tempo.

Há algum Conselheiro que se deseje manifestar?

Convido os Srs. Conselheiros para a próxima reunião, que se realizará na primeira segunda-feira do mês de agosto.

**DOCUMENTOS PERTINENTES À
CONTINUAÇÃO DA 5ª REUNIÃO DO
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2003, A
SEREM PUBLICADOS, JUNTAMENTE
COM A ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS,
NO “DIÁRIO DO SENADO FEDERAL”:**

- 1) Lista de Presença (1 folha)
- 2) Transparências da exposição do Conselheiro Fernando Bittencourt (18 folhas)
- 3) Transparências da exposição (complementação) do Sr. Guilherme Canela de Souza Godoi (24 folhas)
- 4) Manifestos do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (3 folhas)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não havendo assunto a tratar, está encerrada a reunião.

Boa-noite a todos!

(Levanta-se a reunião às 18h06min.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE
INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN
“COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS
SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO BRASIL”**

Ata da 4ª Reunião realizada em 3-7-2003

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às dez horas e cinquenta minutos, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senadora Íris de Araújo, Senador Juvêncio da Fonseca, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Suely Campos, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Magno e Deputado Luiz Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN *“com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”*. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião administrativa em caráter reservada destina-se a leitura, discussão e votação de Requerimentos e assuntos diversos. A Senhora Presidente determina a Secretaria que tome as providências necessárias para a desocupação do Plenário, para transformar a Reunião em caráter reservada. Após, a Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para a leitura dos Requerimentos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº 001/2003, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que requer seja inserido o Estado do Rio Grande do Norte na agenda das Audiências Públicas a serem realizadas por esta Comissão; **2)** Requerimento nº 002/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer a efetivação de convite a uma expositora e ao mesmo tempo requer que a sua exposição e o seu nome seja mantido em sigilo; **3)** Requerimento nº 003/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de Audiência Pública em Fortaleza/CE, para ouvir diversos depoimentos capazes de esclarecer a situação das redes de exploração sexual que atuam no Estado; **4)** Requerimento nº 004/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer seja solicitado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado

do Rio de Janeiro, Antônio Vicente da Costa, cópia do Relatório produzido pelo Ministério Público Estadual sobre as redes de prostituição infantil (exploração sexual); **5)** Requerimento nº 005/2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer seja convidado o Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, para prestar esclarecimentos a esta CPMI, em data a ser agendada posteriormente, à respeito da atuação da Polícia Federal quanto a repressão no território nacional e no combate ao tráfico de crianças e adolescentes, inclusive nas ações conjuntas com órgãos internacionais; **6)** Requerimento nº 006/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Márcio de Jesus Costa Negão, Coordenador de Comunicação do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares para comparecer ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação dos Conselhos Tutelares quando constatados casos de exploração sexual de crianças e adolescentes; **7)** Requerimento nº 007/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja oficiado ao Dr. Raimundo Nonato de Carvalho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão, solicitando levantamento de informações junto aos Promotores de Justiça das Comarcas do interior e da Capital do Estado do Maranhão, sobre locais e casos de exploração sexual infanto-juvenil, a fim de instruir os trabalhos a serem realizados por esta Comissão naquele Estado; **8)** Requerimento nº 008/2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja convidado o Sr. Marcel Theodoor Hazeu, Coordenador Regional de Estudos do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da República de Emaús – CEDECA, do Estado do Pará, a fim de expor sobre a Pesquisa sobre “Tráfico de crianças e mulheres para fins de exploração sexual na Amazônia”, que foi lançada no dia 12, próximo passado; **9)** Requerimento nº 009/2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que requer seja convidado os Diretores de Programação das redes de Televisão de canal aberto no Brasil (Rede Bandeirantes, Rede Globo, Rede Record, SBT e Rede TV), para prestar esclarecimentos junto a esta CPMI sobre o conteúdo da programação das televisões; **10)** Requerimento nº 010/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja encaminhado a esta CPMI, cópias dos Inquéritos Policiais nº (s) 3931/03/100304, 5909/03/100808, 2574/03/100805, 1036/03, 166/03/A, 0221/03, 0254/03/A e 263/03/A, que se encontram sob investigação em delegacias subordinadas a Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; **11)** Requerimento nº 011/2003, de autoria do Deputa-

do João Magno de Moura, que requer seja realizada Audiência Pública no Município de Itaobim, no Vale do Mucuri/Jequitinhonha de Minas Gerais, para debater e conhecer “in loco” a realidade das condições que levam esta região ser apontada entre aquelas que mais registram casos graves de exploração e abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes de ambos os sexos; **12)** Requerimento nº 012/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja realizada Audiência Pública na cidade de São Luiz/MA, com a finalidade de investigar os casos de situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, **13)** Requerimento nº 013/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja convidada a Dra. Lítia Cavalcanti, do Ministério Público do Estado do Maranhão, para prestar depoimento sobre os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado, e **14)** Requerimento nº 014/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de Audiência Pública no Estado do Rio de Janeiro, destinada a ouvir os Senhores Dr. Márcio Almeida – Promotor de Justiça, Dra. Fátima Feher – Coordenadora das Promotorias Criminais do Rio de Janeiro e o Dr. Carlos Basília – Coordenador do Fórum de Enfrentamento a Violência Sexual do Rio de Janeiro, em data a ser agendada posteriormente. A seguir, a Presidência coloca em discussão e posteriormente em votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade dos membros. A Senhora Presidente consulta ao Plenário quanto a um pré agendamento e quanto a forma de realização de Audiências Públicas nos Estados ao mesmo tempo em que concede a palavra para aos Parlamentares para procederem as suas propostas. Fizeram uso da palavra a Deputada Terezinha Fernandes, Deputado Luiz Couto, Senadora Fátima Cleide, Deputada Sandra Rosado, Senadora Íris de Araújo, Deputada Maria do Rosário, Senadora Serys Slhessarenko, Deputado João Magno, Senador Juvêncio da Fonseca e a Deputada Ann Pontes. A Presidente convoca reunião da Comissão a realizar-se no próximo dia nove de julho às dez horas para ouvir os Coordenadores da PESTRAF, assim como, comunica a realização de Audiência Pública na cidade do Rio de Janeiro no próximo dia dez do corrente mês. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

ATA DE COMISSÃO

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE
INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN
“COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS
SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO BRASIL”**

Ata da 5ª Reunião Realizada em 9-7-2003

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às onze horas e dez minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Marco Maciel, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senadora Íris de Araújo, Senador Reginaldo Duarte, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Thelma de Oliveira, Deputado Reginaldo Lopes, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN “*com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil*”. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições das Senhoras Dra. Janete Cruz – Coordenadora da PESTRAF da Região Sul e da Dra. Lítia Cavalcanti – Promotora do Ministério Público do Estado do Maranhão. A Senhora Presidente passa a leitura de expedientes remetidos à Comissão e, após, informa que há diversos Requerimentos sob a Mesa dos Trabalhos, passando-os à Senhora Relatora para proceder a leitura dos mesmos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº 015/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer Audiência Pública em data a ser agendada, com a participação do Sr. Paulo César Caldas Jardim, Delegado e Coordenador do SECOPI (Serviço de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil), vinculado à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Deputado Fabiano Pereira, Presidente da Subcomissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e

do Adolescente, Movimento pelo Fim da Exploração Sexual no Rio Grande do Sul, Ministério Público Estadual, Coordenação dos Conselhos Titulares Estaduais e Varas do Juizado da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; **2)** Requerimento nº **016/2003**, de autoria do Deputado Severiano Alves, que requer seja convidado para participação em Audiência Pública, a Dra. Hélia Maria Amorim Santos Barbosa, Coordenadora Executiva do CEDECA-BA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, no Estado da Bahia; **3)** Requerimento nº **017/2003**, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer autorização para organização e realização, juntamente com outros Parlamentares desta Comissão, de diligência na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em 10 de julho do corrente ano, para ouvir o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Antônio Vicente da Costa Júnior, a Coordenadora das Promotorias Criminais, Dra. Flávia Ferrer, a Promotora Coordenadora da Primeira Central de Inquérito, Dra. Mônica Costa Depiero e os Senhores Promotores de Justiça Hedel Nara Ramos Júnior, Márcio Almeida, Valéria Videira e Jorge Magno Reis Vidal e outros; **4)** Requerimento nº **018/2003**, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja enviada uma Comissão de Parlamentares a cidade de Belém, no dia 27 de agosto do corrente ano, onde serão julgados cinco acusados da morte de menores emasculados na cidade de Altamira, no Estado do Pará; **5)** Requerimento nº **019/2003**, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer seja convidados os Senhores Promotores Marinho Mendes Machado, João Manoel de Carvalho e Herbert Douglas Targino, para prestarem depoimentos sobre a apuração de denúncias e fatos de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba; **6)** Requerimento nº **020/2003**, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja realizada Audiência em data a ser agendada, com o intuito de colher os depoimentos da Sra. Isa Ferreira, Diretora do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) e a Sra. Suely Ruiz – Coordenadora deste mesmo programa em Foz do Iguaçu/PR, e demais entidades do movimento social que compõem o Comitê Trinacional de Prevenção da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira e a Ciranda; **7)** Requerimento nº **021/2003**, de autoria da Deputada Ana Júlia, que requer a presença da Sra. Isa Ferreira, Diretora do Programa Binacional de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, da Sra. Suely Ruiz – Coordenadora do

Comitê Local de Foz do Iguaçu/PR, a fim de prestar informações sobre as investigações sobre as investigações da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, no âmbito do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil – IPEC, e o **8)** Requerimento nº **022/2003**, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que requer a inclusão do Estado de Minas Gerais no escopo da atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. A seguir, a Presidência coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo que os Requerimentos de números **015/2003; 016/2003; 017/2003; 018/2003 e 019/2003**; foram aprovados, os de números **020/2003 e 021/2003**, aprovados em bloco e o de número **022/2003 prejudicado**. A seguir, a Senhora Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos a Dra. Lítia Cavalcanti, concedendo-lhe a palavra dar início a suas considerações, e, logo após, passa a palavra a Senhora Relatora para os seus questionamentos. A Presidência determina a Secretaria que tome as providências necessárias para transformar a Reunião em caráter reservada para dar continuidade ao depoimento da Dra. Lítia Cavalcanti, devido a gravidade dos fatos a serem relatados. Fizeram uso da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputada Laura Carneiro, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Janete Capiberibe, Senadora Fátima Cleide e Senador Reginaldo Duarte. Reaberto os trabalhos da Reunião em caráter público, a Senhora Presidente convida a Dra. Janete Cruz para tomar assento à Mesa concedendo-lhe a palavra para as suas considerações iniciais. Após, a Presidência concede a palavra a Relatora para os seus questionamentos. Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra as Senhoras Deputadas Laura Carneiro e Ann Pontes. Ao final, a Presidente convoca os membros para a próxima reunião da Comissão a realizar-se no dia dezesseis de julho, às dez horas para leitura, discussão e votação de Requerimentos e a Exposição dos Coordenadores da PESTRAF das Regiões Nordeste, Sudeste e Norte. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom dia a todos os Parlamentares.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Requeiro a V. Exª a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aprovada.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à exposição das Srªs Drª Janete Cruz e Drª Lítia Cavalcante.

Há expediente a ser lido:

Srª Presidente, tendo exercido dois mandatos de Deputado Estadual da Paraíba e sempre trabalhando na defesa dos direitos humanos, realizei, na qualidade de Relator, juntamente com meus colegas, investigações acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes que culminaram neste relatório da CPI, que encaminho em anexo a esta Comissão, para servir de subsídio ao trabalho que irá ser desenvolvido por esta CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nacional, que também investigará a exploração sexual infanto-juvenil no País.

Na certeza de que este trabalho irá contribuir na apuração dos fatos, em particular no Estado da Paraíba, onde os fatos continuam em evidência, agradeço, renovando minhas considerações.

Atenciosamente, – Deputado Federal **Luiz Couto** (PT – PB).

Srª Presidente, encaminho em anexo relatório da CPI da Câmara Municipal de João Pessoa, Paraíba, que investigou e apurou a exploração sexual de crianças e adolescentes naquele município. O referido relatório servirá como subsídio a CPI Mista e com certeza irá colaborar de forma positiva para o andamento dos trabalhos.

Reitero minhas considerações, – Deputado Federal **Luiz Couto** (PT – PB).

Segue cópia do Relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que investigou os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado, do Deputado João Magno.

Antes de darmos início à presente reunião, informo que a Secretaria desta Comissão recebeu diversos requerimentos que ora passo às mãos da Srª Relatora, Deputada Maria do Rosário, para proceder à leitura dos mesmos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – São estes os requerimentos:

Do Deputado Reginaldo Lopes:

Cumprimentando cordialmente, serve-se do presente para solicitar a V. Exª a inclusão do Estado de Minas Gerais, no escopo da atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A inclusão se faz necessária dado o forte avanço desse crime em Minas Gerais, em especial nas regiões mais pobres.

Requerimento do Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra para discutir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Entendo a preocupação do Deputado Reginaldo Lopes, mas, perdoem-me, acho um absoluto despropósito, porque não se trata só de Minas; todos os Estados estão incluídos na CPI. Esta CPI é nacional. Imaginem se cada Deputado apresentar um requerimento para incluir seu Estado. Obviamente todos os Estados estão incluídos. Não há por que incluir Minas Gerais. Minas Gerais faz parte do Brasil e esta é uma CPI nacional. Portanto, ele está incorporado aos trabalhos da CPMI.

Perdoe-me, Srª Presidente, mas não consigo entender o sentido do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Deputado Reginaldo Lopes se encontra no recinto?

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Penso da mesma forma que a Deputada Laura Carneiro, porque, na verdade, já aprovamos na reunião passada requerimento do Deputado João Magno destinado a apurar circunstâncias bem específicas em Minas Gerais. Então, a proposta do Deputado João Magno,

que já foi aprovada, trabalha com locais específicos e com a denúncia de forma mais específica. Então, penso que está prejudicado o requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, V. Exª poderia declarar prejudicado o requerimento, pois, se obviamente há um fato concreto num dos Estados, há que se fazer requerimento não para apurá-lo, mas, sim, para ouvir os depoimentos necessários às investigações da CPI, nunca para pedir a inclusão de uma matéria. Todas as matérias estão automaticamente incluídas. Então, esse requerimento, assim entendemos, simplesmente está prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esta Presidência entende que, por se tratar de matéria sobre a qual a CPI atuará em todos os Estados, por meio de seus parlamentares, esse requerimento fica prejudicado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – A Deputada Ann Pontes, em seu requerimento, solicita que seja enviada uma comissão de parlamentares à cidade de Belém, no dia 27 de agosto do corrente, onde serão julgados cinco acusados da morte de crianças emasculadas na cidade de Altamira, no Estado do Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – O Deputado Severiano Alves, em seu requerimento, solicita seja convidada a Drª Hélia Maria Amorim Santos Barbosa, Coordenadora Executiva do Cedeca, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, da Bahia, para prestar subsídios a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os trabalhos por eles desenvolvidos com relação ao combate à exploração e ao tráfico de crianças naquele Estado. Esse requerimento vem acompanhado de um currículo de extenso trabalho desenvolvido pela Drª Hélia Barbosa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celcita Pinheiro.

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL – MT) – Srª Presidente, a meu ver, isso será muito bom. Na revista *Época* desta semana, há uma matéria sobre tráfico de crianças, e é bom para tomarmos conhecimento do assunto e enriquecermos o nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Deputada Maria do Rosário solicitando autorização para organização e realização, juntamente com outros parlamentares desta Comissão, de diligência na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de julho do corrente ano, para ouvir o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Antônio Vicente Costa Júnior; a Coordenadora das Promotorias Criminais, Drª Flávia Ferrer; a Promotora e Coordenadora da 1ª Central de Inquéritos, Drª Mônica Costa Di Piero; e os Srs. Promotores de Justiça Hedel Nara Ramos Júnior, Márcio Almeida, Valéria Videira e Jorge Magno Reis Vidal, frente às graves denúncias de violação e exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado já investigadas pelo MP.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, desejo mais fazer uma sugestão do que discutir. A nobre Relatora, Deputada Maria do Rosário, pretende viajar amanhã. Já conversamos, e participei junto com S. Exª dos trabalhos. Mas, talvez, o ideal fosse não restringir nomes e, sim, aprovar uma diligência precursora, ou seja, de elaboração de uma pauta de trabalho investigativo no Estado do Rio de Janeiro, o que também poderia ser feito em todos os Estados. Mas, em especial, nesse requerimento, não adianta especificar os promotores e, sim, determinar, designar, por meio da Comissão, a Deputada Maria do Rosário e qualquer outro Deputado para representar a Comissão nessa audiência precursora, porque, se eventualmente houver outro promotor, não poderemos ouvi-lo. Então, fica difícil se especificarmos nomes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, a diligência tem uma direção, mas isso não significa que a Relatora ou qualquer outro membro não possa ouvir outras pessoas, e são fundamentais essas audiências, inclusive porque já há dados publicados na imprensa a respeito do mapa da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro.

Mas não podemos restringir, ou seja, porque, no momento da diligência, poderá surgir um fato novo. Nessa ocasião, a Comissão presente deverá estar sempre atenta, procurar ouvir também outras pessoas. Ao apresentar um nome, não estamos excluindo outros membros, Srª Deputada, mas, sim, indicando aqueles que têm algum esclarecimento que precisa ser conhecido. Contudo, se há outros promotores, outros agentes, creio que a Comissão deve estar aberta para ouvir todos.

Portanto, poderíamos aprovar o requerimento, destacando que, efetivamente, as Comissões estão prontas a ouvir outras pessoas que queiram também falar sobre esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, não gostaria de deixar de ouvir esses promotores de forma nenhuma. Desejo apenas ter a possibilidade de ouvir outros. Dentre os relacionados, acrescentaríamos alguns mais. Temos certeza de que são essas pessoas que serão ouvidas, mas, eventualmente...

A Deputada Maria do Rosário já entrou em contato com outras pessoas, eu fiz o mesmo. Amanhã às 10 horas, haverá uma reunião com entidades da sociedade civil e, à tarde, com a promotoria do Estado do Rio de Janeiro. Então, a partir do que ocorrer pela manhã, poderemos ter audiência com outras pessoas à tarde – sempre, claro, de forma reservada.

Aliás, creio que devemos conversar sobre o assunto – não sei se este é o momento. Para que todos possamos participar de alguma maneira, poderíamos realizar essas diligências precursoras nos Estados ou nas regiões, para, primeiro, colher os elementos necessários a uma posterior investigação.

Creio que esse tema será tratado pela Srª Presidente e pela Srª Relatora, mas, de qualquer maneira, seria importante que essa diligência precursora ocorresse antes da audiência pública. Se formos ao Esta-

do fazer a audiência pública sem antes ter feito audiência pública em Brasília, será absolutamente enlouquecedor.

Nesse ponto, faz sentido o requerimento do Deputado Reginaldo Lopes, pois S. Exª alega que se vamos ao Rio, teremos que ir a Minas. Mas não se trata disso. Sendo a CPI nacional, o trabalho inicial deve ser feito em Brasília, só iremos aos Estado quando o trabalho crescer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para discutir, concedo a palavra a Deputada Janete Capiberibe. Mas antes, Deputada, se me permite, na reunião passada, definimos que iríamos...

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Gostaria de exatamente lembrar, Srª Presidente, que definimos, votamos a ida ao Rio de Janeiro na quinta-feira, para audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Janete, gostaria de justificar, explicar o que aconteceu.

Na reunião passada, definimos que faríamos uma audiência pública no Rio de Janeiro, tendo em vista os últimos acontecimentos, e pela importância mobilizadora desta CPMI.

Logo após a reunião, estivemos, eu e a Deputada Maria do Rosário, acompanhadas de alguns membros da Polícia Federal, que já está à disposição desta CPMI. Aqui conosco, o delegado Glorivan, em conversa informal, nos relatou, pela experiência que tem, a importância da audiência pública para obtermos dados mais concretos. Basicamente – se não me falha a memória – o mesmo que levantou, em questão de ordem, o Deputado Luiz Couto, ou seja, a necessidade de que esta CPMI, durante este mês de julho, levante fatos, acontecimentos, denúncias que estão chegando constantemente a esta Comissão, para que possamos estar mais preparados para essas audiências públicas.

Eu e a Deputada Maria do Rosário consideramos sensata a ponderação do delegado Glorivan. E, pela necessidade da apuração dos fatos do Rio de Janeiro, até para que possa aquele Estado ser o primeiro, deliberamos com a Deputada Maria do Rosário que seria importante sua ida àquele Estado, juntamente com a Deputada Laura Carneiro e o Delegado que está nos acompanhando. Lá, então, conversariam com os Promotores Públicos encarregados dos recentes fatos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Fiz até um requerimento, em caráter excepcional, sobre essa viagem. Talvez não agora, mas em

breve teremos que discutir a forma de atuação da CPI para que não nos percamos no meio do caminho. Existem denúncias de diversos Estados. Há o desejo, natural e compreensivo, de todos os Parlamentares de que esta CPI esteja em cada Estado. Mas, evidentemente, ela não poderá ocorrer, no prazo de 180 dias, estar a todos os lugares ao mesmo tempo.

Na próxima reunião administrativa, colheremos algumas sugestões, que já nos chegaram, sobre a forma de atuarmos efetivamente para que o resultado desta CPI, cujo objetivo é exatamente investigar, desbaratar algumas redes de exploração sexual, a questão denunciada já pela Pestraf (Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes par Fins de Exploração Sexual e Comercial), sejam objetivos e concretos, possibilitando definitivamente apontar políticas públicas de combate à exploração sexual.

Ninguém aqui evidentemente é ingênuo de imaginar que esta CPI irá acabar com a exploração sexual. Esse é um conjunto de fatores, de atitudes, de atividades de mobilização da sociedade que contribuirão para um resultado importante, visando acabar com a exploração sexual em nosso País.

Portanto, essa discussão dar-se-á em outro momento. Pensamos ser oportuno comunicar isso hoje, nesta reunião, antecedendo a quinta-feira, para que todos os membros, todos os Parlamentares tomassem conhecimento e se pronunciassem a respeito dessa idéia. Depois de conversar detalhadamente com a Deputada Maria do Rosário, pois estamos permanentemente discutindo com alguns membros desta CPI, colhendo inclusive a experiência de outros Parlamentares, em outras CPIs, com a Secretaria que está nos auxiliando, nos orientando, deixo a minha sugestão. Penso ser muito importante observarmos os fatos para que, depois, as audiências públicas realmente ocorram e obtenhamos resultados importantes, concretos e objetivos para esta CPI.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, concluindo...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Janete Capiberibe, desculpe-me por ter tomado a palavra de V. Ex^a, mas queria só dar essa explicação.

A SR JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Não tem problema.

É sensata essa decisão tomada pela Presidência, pela Relatora, pelo Sr. Delegado da Polícia Federal, pela Deputada Laura Carneiro, que também tem experiência por haver atuado na CPI do Narcotráfico. Devemos ouvir a Deputada Laura Carneiro, que este-

ve no meu Estado, ocasião em que acompanhei os trabalhos da CPI de Combate ao Narcotráfico no Brasil. Alegro-me ouvir essa decisão agora, porque, na reunião passada, estávamos no início do nosso trabalho, aprendendo. Várias Deputadas, Deputados e Senadores não estavam presentes naquela reunião.

Sr^a Presidente, fui ao meu Estado recentemente, visitei a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual, a Pastoral do Menor, colhi ali denúncias de fatos concretos. Mas não vou apresentar requerimento, solicitando a ida da CPI agora, neste momento. Vou fazer um trabalho prévio e, após contar com o apoio da CPMI, apresentarei um requerimento solicitando a ida da CPI, a fim de realizar audiência pública no meu Estado, um Estado fronteiriço com casos graves. Mas só da Amazônia há o Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, Acre, estados que têm fronteira internacional. O quadro dos dados da geografia da fome no Brasil, que está ligado a esse crime, coloca a Região Norte como aquela em que há maior incidência do crime, mas não é por esse motivo que eu vou apressar-me e querer que seja o Amapá o Estado aonde a CPMI vá em primeiro, segundo ou terceiro lugar. Nós temos até dezembro para concluir o nosso trabalho. Temos, então, muita tranquilidade para avançar com muita segurança, dando uma grande contribuição à sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço as sugestões e as ponderações da nobre Deputada Janete Capiberibe. S. Ex^a tem nos auxiliado e nos ajudado muito nesta Comissão. Na próxima reunião, nós iremos discutir exatamente esse assunto. Antecipo a V. Ex^a. Deputada Janete, que essa idéia trará a participação efetiva de todos os Parlamentares, que é essencial, em seus Estados e regiões. Portanto, o exemplo da nobre Deputada Janete Capiberibe – tomando essas providências – só irá contribuir para o bom andamento desta CPMI.

Em votação o requerimento da nobre Deputada Maria do Rosário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Sr^a Presidente, matéria votada, permita-me uma consideração.

De fato, Deputada Laura Carneiro, considero que nós ouviremos o Ministério Público e também outras pessoas que estiverem lá, porque a reunião, já agendada com o Procurador-Geral do Estado, será com essas pessoas já citadas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra V. Exª, pela ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu só queria saber se foi votado o requerimento, porque V. Exª não colocou em votação o adendo da expressão “dentre outras”.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, eu coloquei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eventualmente, já foi inscrito?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada a V. Exª.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento do Deputado Luiz Couto:

Requeiro que esta Comissão solicite à Procuradoria Geral da Justiça a Paraíba informações acerca das providências tomadas em relação ao Relatório da CPI da Prostituição Infanto-Juvenil da Assembléia Legislativa da Paraíba.

Portanto, esse é o teor do requerimento do Deputado Luiz Couto.

Antes de colocar o requerimento do Deputado Luiz Couto em votação, quero informar V. Exªs a respeito das providências que a Secretaria desta CPI já tomou. Estamos encaminhando ofício a todos os Ministérios Públicos Estaduais do País a fim de que nos remetam todo o material relativo a qualquer tipo de investigação ou apuração feita sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Da mesma forma, também estamos encaminhando a todas as Superintendências da Polícia Federal dos Estados. Isso facilitará o nosso trabalho. Portanto, não sei se o Deputado Luiz Couto gostaria de discutir ou se já se considera atendido.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, como Relator e como Parlamentar, encaminhei, diversas vezes, expediente à Procuradoria, inclusive um relatório sobre o qual o Ministério deveria tomar providência e sequer recebi resposta. Eu quero que, agora pelo menos, eles informem à CPI Mista sobre as providências tomadas. A cada relatório, é designada uma comissão para se ver o que será feito. Depois haverá o encaminhamento ao Ministério Público. Somos acusados pelo fato de a CPI terminar em pizza, mas nós fazemos o trabalho e, muitas vezes, ao chegar ao Ministério Público – não estou dizendo que isso sempre acontece –, as providências não são encaminhadas.

Portanto, é neste sentido que estou pedindo providências. Aí, faço um adendo a fim de que V. Exª também encaminhe esse ofício ao Ministério Público Federal, porque há casos de estrangeiro cometendo crime de exploração de menores, crime da jurisdição da Justiça Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso também já foi providenciado, Deputado. Desculpe-me por não ter comunicado, mas essa providência já foi tomada; tanto a Superintendência quanto o Ministério Público Federal já foram comunicados.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra, para discutir a matéria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na verdade, eu quero fazer uma sugestão ao nobre Deputado Luiz Couto, autor do requerimento. Talvez isso significasse o início de um trabalho efetivo na Paraíba. V. Exª, Deputado Luiz Couto, poderia alterar o seu requerimento e ir ao Ministério Público, em nome da Comissão, a fim de lá colher os dados, porque, até o Ministério Público mandar os documentos, já terá acabado a CPI. Se é como V. Exª está dizendo – no Rio de Janeiro, as coisas são rápidas; nos outros Estados também. Mas V. Exª está dizendo que, como Relator que foi da CPI estadual, fez esse requerimento várias vezes e nunca foi respondido. Agora, V. Exª deveria modificar seu requerimento – e pode fazer de ofício ou oralmente – e simplesmente ir, em nome da Comissão, como se fosse uma diligência prévia, verificar junto ao Ministério Público o que aconteceu a partir do trabalho já desenvolvido pela Comissão estadual.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Consulto o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não há objeção de minha parte, inclusive acato a sugestão, já que a Presidente encaminhou expediente solicitando todas as informações. Caso as informações referentes à Paraíba não cheguem a esta CPI num tempo em que possamos fazer as chamadas diligências, então, de antemão, eu iria, em nome da Comissão – ou outros membros da CPI que fossem designados. Isso deve ocorrer em relação a qualquer Estado que não responder à solicitação da Presidente. Nesse caso, designaríamos membros da CPI para, *in loco*, dizer se há ou não. É nesse sentido que penso podermos acatar a sugestão da Deputada Laura Carneiro.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes)

– Pelo que entendi, ficaria então o requerimento arquivado.

Passemos ao próximo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Mais um requerimento do Deputado Luiz Couto.

Requer que esta Comissão convide os Srs. Promotores Marinho Mendes Machado, João Manoel de Carvalho e Herbert Douglas Targino para prestarem depoimento sobre a apuração de denúncias e fatos de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, gostaria de discutir e defender o requerimento.

Três promotores, na Paraíba, atuam no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O promotor Marinho Mendes, no momento em que investigava, foi afastado para outro Município porque estava na linha de investigação que envolvia inclusive pessoas graúdas da sociedade nessa questão. É importante a vinda do promotor Marinho Mendes Machado, que tem uma larga experiência nessa investigação e no combate à exploração.

Outro é o Dr. João Manoel de Carvalho, com quem estivemos no ano passado – eu e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Orlando Fantazzini. Participamos de uma audiência em que escutamos várias menores e pais de menores sobre o envolvimento de uma rede de exploração sexual de crianças, exportando meninas para Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Caruaru, inclusive para a região polarizada pelo crime organizado, pelo narcotráfico em Pernambuco.

Nesse sentido, é importante a vinda do Dr. João, que denunciou inclusive várias personalidades.

V. Exª vai receber depois um material que mostra que essas pessoas foram condenadas em primeira instância, mas, infelizmente, quando o processo chegou à Câmara do Tribunal de Justiça, elas foram absolvidas com a justificativa de que as meninas não eram mais virgens e aquela velha versão de que “elas foram porque quiseram”. Ou seja, não dá para aceitar essa justificativa.

Quanto ao convite ao Dr. Herbert Targino, tenho a dizer que há um caso emblemático de Campina Grande de uma menor – e vou depois solicitar a V. Exª que entre em contato com o programa de proteção a testemunhas para ouvi-la, pois tenho certeza de que já fez 18 anos – que fez um relatório – vou encami-

nhá-lo a V. Exª, em caráter reservado, a fim de que possamos investigar – em que apresenta uma lista de pessoas envolvidas, revelando o horário, o local, enfim, e ela hoje está no programa de proteção às testemunhas. Então, o Dr. Herbert é o promotor que acompanha essa realidade. Por isso, considero importante, para que possamos ter um quadro de como acontece isso na Paraíba, o que pode ser emblemático também para outros Estados. Então, nesse sentido, defendo a aprovação desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento do Deputado Luiz Couto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Deputada Maria do Rosário, que deseja seja realizada audiência, em data a ser agendada, com o intuito de colher depoimentos da Srª Isa Ferreira, Diretora do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai –, e da Srª Sueli Ruiz, Coordenadora desse mesmo programa em Foz do Iguaçu, e demais entidades do movimento social que acompanha o Comitê Trinacional de Prevenção à Exploração Sexual Comercial Infante-Juvenil na Tríplice Fronteira e Ciranda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento da Deputada Maria do Rosário.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Srª Presidente, quero me referir também a um outro requerimento, de mesmo conteúdo, da Senadora Ana Júlia Carepa. Não citei o local para que possamos decidir se vamos lá ou se chamaremos aqui primeiro. Ela também não...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sugiro a V. Exª que coloque os dois requerimentos para serem votados em bloco.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Pode ser. Os dois seriam apensados – eles são idênticos –, votados e aprovados juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Votaremos, então, em bloco os dois requerimentos.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Senadora Lúcia Vânia:

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que Goiás seja incluído no roteiro de Estados a serem visitados pela CPI que investiga essas situações de violência e redes de exploração de crianças e adolescentes no Brasil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr^a Presidente, Sr^a Relatora, entendi as ponderações da Presidente em relação às viagens. Creio que procedem, concordo plenamente, mas eu gostaria de chamar a atenção para a questão de Goiás.

A imprensa tem trazido, nos últimos dias, todo um enfoque em relação ao tráfico de mulheres em Goiás, dando um destaque especial à rede, e tomei a iniciativa – antecipando a sugestão da Deputada Laura – de buscar, em nome da Comissão, o relatório de uma CPI realizada na Câmara dos Vereadores que detecta toda a rede de prostituição da cidade.

Tomei a liberdade também de pedir à Delegada da Delegacia da Mulher que fizesse um levantamento de todos os casos que foram notificados ali, bem como o Programa Sentinela, que tem sede na capital, em todo o entorno da capital. Estaremos com esse material todo já recolhido e o encaminharemos à Comissão.

Gostaria de voltar, novamente, ao meu requerimento, se a Comissão assim entender, para realizar essa audiência pública em Goiás, já com esse material todo em mãos.

Era o que tinha a dizer. Agradeço e prefiro que o requerimento seja colocado em votação um pouco à frente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a compreensão da Senadora Lúcia Vânia e também o fato de já nos estar nos ajudando, em seu Estado, com documentos que serão certa-

mente importantíssimos para que esta Comissão possa trabalhar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Sr^a Presidente, em uma situação bastante semelhante está o requerimento da Deputada Francisca Trindade, que, aliás, ingressou na Câmara dos Deputados em 21 de maio – portanto, antes mesmo da nossa CPI. Ficou com a Presidência da Câmara, foi-nos enviado pelo Presidente João Paulo Cunha somente após a instalação oficial da CPI, e chegou para nós em 17 de junho.

A Deputada Francisca Trindade solicita que instalemos os trabalhos da CPI no Piauí. S. Ex^a justifica.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – S. Ex^a não está aqui, está?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Não está. S. Ex^a não acompanha nossa Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada não está presente. Como devemos estabelecer o mesmo critério, a apreciação do requerimento fica adiada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Adiamos a apreciação do requerimento e coletamos informações. É uma boa prática. Assino solidariamente com a Deputada, mas concordo com a medida. Adiamos, então, o requerimento.

O último requerimento é de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja realizada audiência pública com data a ser agendada com a participação do Sr. Paulo César Calda Jardim, Delegado e Coordenador do Secopi, Serviço de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil, vinculado à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; do Sr. Deputado Fabiano Pereira, Coordenador da Jornada pelo Fim da Exploração Sexual e Presidente da Sub-Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembléia; do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Movimento pelo Fim da Exploração Sexual; da Coordenação Estadual dos Conselhos Tutelares e das Varas da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O requerimento da Deputada Maria do Rosário trata do mesmo assunto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Somente para justificar, podemos dar o mesmo encaminhamento.

O Rio Grande do Sul estabeleceu, no início deste ano, um serviço especializado na Polícia Civil gaúcha voltado à exploração sexual de crianças e adoles-

centes e identificou, no mês de março, uma rede de taxistas que exploravam sexualmente meninas e meninos com vínculos com hotéis, motéis, comerciantes e saunas. Já existem, pelo menos, sete inquéritos sobre pessoas diferentes. Foi aprovada hoje a solicitação da cópia dos inquéritos. Já foi aprovada, na Comissão, a vinda dos materiais. Já fizemos a caminhada que as Deputadas buscam realizar nas Polícias locais, Ministério Público, Assembléia e Câmara.

Dessa forma, não acredito ser necessário o adiamento, mas os documentos estão conosco e posso solicitá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Maria do Rosário, peço sua compreensão para usarmos os mesmos critérios que temos utilizado. Evidentemente, o Rio Grande do Sul, pela seriedade dos fatos, será foco da nossa ida e da nossa investigação.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Concorde, Srª Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, para discutir.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, em primeiro lugar, sugiro a V. Exª que também seja feito um encaminhamento aos Presidentes dos Tribunais de Justiça solicitando cópia de todos os inquéritos arquivados ou não sobre exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em segundo lugar, poderíamos estabelecer dois momentos. Poderíamos convocar o delegado e coordenador para que viesse aqui em audiência. Depois, num segundo momento, nas diligências, se o caso assim exigisse, poderíamos ir ao Rio Grande do Sul. Votemos apenas a vinda do delegado e coordenador para audiência nesta CPMI.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro para discutir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O caso específico do requerimento já diz de testemunhas ou pessoas que podem contribuir para a elaboração do trabalho. Antes de decidirmos qual será o procedimento da CPMI, poderíamos aprovar o requerimento, o que não significa estabelecer onde e quando será ouvido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada não colocou data.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aproveamos o requerimento que tem nomes especificadamente. V. Exª decidirá, Srª Presidente, como é sua atribuição, quando e onde serão ouvidos. E nós nos livraríamos de ter de aprovar esse requerimento. O que é diferente de se dizer: “Vamos a um Estado.” Não vamos a um Estado, quer dizer, vamos a todos; ou não vamos, vão as Comissões. Esse é um procedimento que discutiremos num outro momento. O importante é que, se já existem nomes nos lugares, como já fizemos em outros requerimentos, aprovamos. Onde houver nomes, aprovamos. Isso não quer dizer que as pessoas sejam ouvidas amanhã, nem aqui, nem lá. Serão ouvidas em algum momento. Penso que poderíamos adotar isso como procedimento.

A exemplo do requerimento da Senadora Lúcia Vânia, S. Exª pede para ir a Goiás. Obviamente, com o material que está colhendo, será necessário ir a Goiás, mas S. Exª vai trazer esse requerimento, que será votado, aí, sim, no momento em que trouxer os documentos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se todos acatam a sugestão da Deputada Laura Carneiro, colocaremos em votação o requerimento. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento da Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Srª Presidente, são esses os requerimentos. Creio que podemos passar à audiência em si.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de ler mais um ofício que nos chegou às mãos, do Instituto Latino Americano de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que nos apresenta o relatório das atividades do sistema nacional de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos, para submetê-los à apreciação desta CPI.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É só um pedido de informação. Na semana passada, não tivemos a oportunidade de ouvir a Drª Rosário, que é a coordenadora da pesquisa na região Nordeste, que nos interessa bastante. Hoje, pelo que sei, ela não estará novamente aqui. Para nós, do Nordeste, que é a segun-

da rota internacional, com 69 casos, seria importante que ela viesse. Não sei se é uma questão de agenda ou de saúde. Da outra vez, era saúde, mas, caso a Dr^a Rosário não esteja, eu solicitaria a V. Ex^a que nos fornecesse, pelo menos, o teor da pesquisa feita no Nordeste, porque isso nos interessa, para que possamos fazer algumas diligências naquela região.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Apenas para esclarecer, Deputado Luiz Couto, estamos tendo algumas dificuldades em virtude de se tratar do mês de julho. Alguns dos coordenadores se encontram em recesso ou em férias. Nenhum, absolutamente, se recusou a vir a esta CPI. Todos estão prontamente dispostos, mas apenas por se tratar deste período de julho, temos tido algumas dificuldades. Portanto, hoje ouviremos uma das coordenadoras da pesquisa e ouviremos também a Dr^a Lítia, que é promotora do Estado do Maranhão. Assim que retornarem, ouviremos, com certeza, todos, até porque isso foi uma deliberação desta CPI, no sentido de que pudéssemos ouvir todos os coordenadores da Pestraf.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Sr^a Presidente, apenas para contribuir, quero dizer ao Deputado Luiz Couto e a todos os Parlamentares que encaminhamos cópia da pesquisa, fizemos chegar um disquete a cada um, em que a pesquisa é apresentada, na sua íntegra, possibilitando verificar a situação do Nordeste. É claro que isso não é a mesma coisa que uma apresentação, porque, para além do que está publicado, o depoimento dos coordenadores acrescenta, até pela experiência de terem realizado a pesquisa.

V. Ex^a deve ter recebido esse disquete.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não o recebi. Por isso é que estou cobrando.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Se não o recebeu, vamos providenciar isso imediatamente, Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos checar. Aqueles que não o receberam, com certeza, irão recebê-lo.

Convido à Mesa dos trabalhos a Dr^a Janete Cruz e a Dr^a Lítia Cavalcante, para que possam fazer as suas exposições. (Pausa.)

Creio que vinte minutos para cada expositor serão suficientes.

Concederei, primeiramente, a palavra à Sr^a Lítia Cavalcante, porque a Sr^a Janete Cruz ainda está preparando o **data show** que solicitou agora. (Pausa.)

Contamos com a presença da Dr^a Lítia Cavalcante, Promotora do Ministério Público do Estado do

Maranhão, que tem muito a nos dizer. E para que possa haver a participação de todos os Parlamentares, a Presidência estipulou o prazo de vinte minutos para a exposição da Dr^a Lítia, que, na verdade, precisaria de muito mais tempo para manifestar-se. Eu já fiz esse apelo a S. S^a, até para que todos os Parlamentares participem do debate fazendo suas perguntas.

Concedo a palavra à Dr^a Lítia Cavalcante.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – Exma Sr^a Presidente desta CPMI, Exma Sr^a Relatora, Srs. Deputados e Srs. Senadores, farei um resumo dos casos que nós, no Maranhão, investigamos na Promotoria de Justiça. O prazo destinado ao meu pronunciamento é curto exatamente para que haja tempo para os debates e para os questionamentos.

Os tópicos que abordarei referem-se aos casos de que eu realmente participei e que investiguei. Esses casos ocorreram em Caxias, minha comarca no Maranhão e terceira maior cidade do Estado; em Teresina, em Codó e em Porto Velho, no Estado de Rondônia.

O nosso trabalho em Caxias começou em 1999, em decorrência de várias denúncias sobre a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Em Caxias, assim como em muitos locais do Norte e principalmente do Nordeste, áreas de que tenho conhecimento, existe uma tradição cultural de que explorar criança e adolescente é algo absolutamente normal.

Portanto, diante das denúncias que chegaram ao Ministério Público, iniciamos uma investigação, sem contar com nenhum apoio da Polícia. Verifica-se que, nesse tipo de trabalho, existe a questão da convivência tanto da Polícia Civil quanto da Militar, além do despreparo. Infelizmente, faço essa afirmação porque vivi na pele a situação e a senti, além de saber que os policiais são pessoas que também freqüentam esses locais. Nesse caso, a dificuldade é muito grande.

Na época, em Caxias, houve denúncias sobre determinado local. E já havia um trabalho prévio de enfrentamento da violência sexual, embora, na época, não existisse legislação contundente que pudesse punir veementemente, como estabelece a Constituição Federal, os casos de exploração sexual. Existia somente o art. 218, que tratava da corrupção de menores.

Diante das denúncias, dirigimo-nos aos locais onde haveria exploração sexual, a denúncia e, para a nossa surpresa, as pessoas que estavam lá, que freqüentavam esse local e exploravam crianças entre 12 e 17 anos, eram de renome, eram formadores de opinião local. À época, eram dois juízes, o Comandante

da Polícia Militar, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, médicos e vereadores, ou seja, uma série de pessoas que tinham posição social.

Quando começamos a realizar o trabalho, no início estava tudo bem. Não havia nenhum problema, até porque estávamos investigando e ainda não havíamos nos confrontado com ninguém que tivesse poder de manipular, comprar e alterar depoimento. Começamos a tomar os depoimentos e constatamos que, em todos os casos – até hoje impunes –, havia a participação do juiz da comarca, que retornou ao trabalho, atuando no processo e avaliando toda a ação ocorrida em 1999, durante o tempo em que foi juiz.

Trouxe alguns depoimentos, porque a unanimidade dos casos de Caxias e dos depoimentos prestados pelas adolescentes citava o juiz de Direito – todos – inclusive com denúncia de estupro e de exploração. Todos esses depoimentos e outros existentes no Maranhão citam o caso desse juiz. Depois dessa investigação – estou fazendo uma síntese de tudo para que possamos dispor do tempo necessário – foi investigado também o Presidente da OAB. Na época, representamos perante a Ordem sobre a conduta dele, mas nada aconteceu. Fomos obrigados a pedir sua prisão preventiva. Existem vários depoimentos, que, porém, não disporei de tempo de ler. Neles se observa como os adolescentes, as adolescentes principalmente, eram tratados como meros objetos. Verificou-se que, pagando-se R\$10,00, uma calça jeans, uma viagem, a pessoa conseguia fazer um programa. Então, as adolescentes eram submetidas a todo tipo de constrangimento. Gostaria de ter a oportunidade de ler o caso de uma das meninas que foi violentada por esse juiz e, hoje, o que causa maior indignação, ele continua trabalhando no mesmo local onde cometeu o crime.

Então, eu queria só um breve espaço de tempo, para ler o depoimento prestado por uma adolescente que se encontrava na prostituição desde os 11 anos, para que os senhores tenham uma noção de que todos os depoimentos constantes aqui citam não só ele, mas outras pessoas de relevância. O referido caso de estupro chamou muita atenção:

Que na primeira vez que saiu com o Adnaldo, juiz de Direito, foi bastante espancada pelo mesmo. Que foi espancada no rosto, tendo a mesma ficado com vários hematomas, tendo inclusive a declarante exibido neste ato uma pequena marca próxima ao olho esquerdo, já cicatrizada; que Adnaldo bateu na declarante, porque queria manter relação sexual com a mesma. Entretanto, esta não concordou. Que a declarante conseguiu fugir do veículo onde estava e

ameaçou a contar todo o caso, ou seja, registrar ocorrência na Delegacia da Mulher; que Adnaldo respondeu-lhe que poderia ir, pois nada iria acontecer com o mesmo, haja vista que é juiz. Que, de fato, a declarante tomou providências, dirigindo-se até a Delegacia da Mulher e, apesar de ter exibido o rosto machucado, as autoridades daquela Especializada nada fizeram. Como é normal, a adolescente, que é vítima de exploração sexual, não tem credibilidade social. Que a declarante ainda estava na porta da Delegacia, quando Adnaldo encontrou-a, perguntando à mesma se ele seria preso, oportunidade em que ainda chamou-a de abastada, dizendo à mesma que esta morava em um cabaré. Que depois de 15 dias voltou a se encontrar com Adnaldo no Bar do Gaguinho. Que, nesta oportunidade, a declarante não lhe deu atenção, tendo-se atirado para o local Veneza. Que, logo em seguida, Adnaldo foi até o local. Que neste local foi convidada para fazer um programa por um colega de Adnaldo, conhecido por Léo, o qual levou a declarante para o Motel Vênus. Que, ao chegar ao quarto do motel, a declarante encontrou com Adnaldo deitado na cama, trajando apenas roupas íntimas. Que a declarante começou a chorar, pedindo a Léo que a tirasse daquele local. Entretanto, o rapaz informou-lhe que tinha sido Adnaldo que havia mandado o mesmo levar a declarante para o motel, a fim de que ele pudesse manter relações sexuais com a mesma. Que neste dia foi obrigada a manter relações sexuais com Adnaldo contra a sua vontade. Que foi amarrada com os braços para trás, tendo Adnaldo, utilizando-se de um lençol, imobilizado a declarante. Que Adnaldo chupou os seios da declarante, enquanto a mesma, humilhada, chorava, além de pedir ao mesmo que não fizesse aquilo. Que Adnaldo apenas sorria, dizendo à declarante, em tom ameaçador, que a mesma iria pagar-lhe por não ter ficado com o mesmo anteriormente. Que Adnaldo ainda obrigou a declarante a fazer sexo oral no mesmo. Que, apesar de a declarante relutar bastante, Adnaldo manteve relações sexuais com a mesma à força. Que Adnaldo tentou manter relação anal com a declarante. Que Adnaldo foi embora, deixando a declarante sozinha, oportunidade em que lhe deu dinheiro para pagar a conta do motel, além de advertir à mesma que ninguém poderia saber que ele estivera ali em virtude de este ser juiz.

Logo, em relação a este caso e todos estes outros, constam estes depoimentos. Ocorre que os depoimentos, quando chegaram ao nível de instrução, foram alterados, o que é comum em qualquer depoimento de promotor de justiça que for colhido aqui e em qualquer investigação de exploração sexual. Ou

seja, encontrar-se-ão pessoas que têm poder de manipular, que têm condições financeiras para pagar. Então, foi denunciado no tribunal que as testemunhas e as vítimas estavam sendo manipuladas. Inclusive trouxe aqui as fotos de uma das meninas para a qual se adquiriu uma casa de palha, a fim de que alterasse o depoimento, e ela, hoje, se encontra aqui em Brasília, em local incerto e não sabido.

Então, durante todo este depoimento, o que se viu foi que, durante a instrução, a investigação foi feita pelo Ministério Público e pela Corregedoria do Tribunal não só no que se refere ao juiz, mas ao Presidente da Ordem Subseccional de Caxias e também ao Comandante da Polícia Militar de Caxias, que hoje está ocupando o cargo em São Luís; quer dizer, todos estão como estavam. E o que fazemos? Falamos por pessoas que não há como serem socorridas. Então, são pessoas violadas nos seus direitos desde a infância, e o que percebemos é que a sociedade não se indigna com esse tipo de coisa, tanto que se chegou ao ponto de, em uma audiência na Justiça do Maranhão, chamarem uma das adolescentes e sua mãe de prostitutas. Quer dizer, você é prostituta, sua mãe deve ser prostituta. Na verdade, não existe respeito por essas adolescentes. E percebemos que, durante a instrução, pela força que eles têm de manipular – e não podemos fazer isso, porque não é legal, não é certo; é corrupção de testemunha –, conseguem alterar os depoimentos e ficar impunes de toda essa prática.

Bom, este caso é o de Caxias, que chama a atenção pela impunidade. O que temos hoje é um **habeas corpus** preventivo, uma ação penal já trancada no Superior Tribunal de Justiça, em sede de liminar, e que deve ser julgada agora em agosto. Então, a única ação penal que temos e que pode correr é essa que está no Superior Tribunal de Justiça.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Não é a ação do Adnaldo?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – É a ação do Adnaldo. Está trancada em sede de liminar no Tribunal de Justiça. E nessa época – só para colocar, inclusive, para a própria Comissão – fizeram uma campanha veemente, quando vim aqui ao Congresso Nacional, na Comissão de Direitos Humanos: fizeram uma campanha veemente de desmoralização no sentido de desacreditar o acusador para desacreditar a acusação. Então, foi feita uma campanha com grampos telefônicos, em que minhas conversas – e minhas conversas com meu ex-marido – foram colocadas na rua, em praça pública, em rádio, degravadas em jornal, para quê? Para que as pessoas pudessem ver a minha vida pessoal. E outras: campanha de jornal em

que não se vê nenhum fundamento, mas para quê? Para desacreditar. Ameaças de toda espécie.

Então, acredito que isso a CPI vai passar, porque não vamos trabalhar com pessoas que não têm... Quem explora criança, na verdade, não é só o caminhoneiro, mas principalmente pessoas que exercem esse tipo de cargo, esse tipo de função, para onde os rufiões buscam, porque são pessoas que têm condição de efetuar um pagamento razoável.

Então, vou deixar depois a critério, para as perguntas.

O outro tópico que eu queria colocar e que me indigna até hoje é o caso de Porto Velho. Vou ler em três segundos – em três segundos não dá, só dá para ler o início, mas eu queria ler, porque neste caso aqui fui convidada a fazer uma investigação... É porque me deram vinte minutos, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, mas já está estendido.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – Já está estendido? Como lá em Caxias temos um trabalho, então as pessoas denunciam mesmo, porque sabem que na hora em que chega uma denúncia ao Ministério Público... Hoje a sociedade de Caxias tem essa consciência. Então, chegou uma denúncia ao Ministério Público, pegamos um carro, porque, na época, o carro que foi usado para investigação, a estrutura toda, foi lá do Ministério Público, porque a Polícia não participava, exatamente por quê? Porque o Comandante da Polícia estava envolvido. Então, no decorrer da investigação, soubemos o porquê de não haver uma investigação, de não haver carros, de não haver homens, de não haver nada, quando havia 120 homens na rua, e ninguém conseguia achar o rufião. Mas toda a sociedade ligava: ele está ali, ele está ali, ele está na prefeitura... Todo mundo sabia. Mas a Polícia ficou cega, estava de bicicleta, só podia ser, porque não conseguia ver.

Então, a gente percebe, é um fato, que nós temos que sensibilizar a Polícia, porque não adianta querermos impor à Polícia uma conduta que ela não vai ter, porque ela não se sensibiliza, porque ela não conhece. Por exemplo, em Timon, no Maranhão, há um prostíbulo do lado da delegacia, colado – e lá é uma rede com Teresina: Caxias-Teresina e Timon-Teresina. Portanto, é uma rede, inclusive com denúncias graves de pedofilia, na Praça da Bandeira. Então, o que acontece? A Polícia não tem sensibilidade, por isso tem-se que fazer um trabalho de capacitação dos policiais, para que essa corporação de muitos homens venha para o nosso lado, e não passe a fre-

qüentar, como na última diligência que fiz, em que encontrei um PM e um da Polícia Civil dentro de um cabaré em Santa Inês. Ou seja, é um fato que penso não ser novidade para ninguém.

Um outro tópico que eu queria colocar e que me causa muita revolta, pois até hoje a única coisa que o inquérito da Polícia Federal fez foi pedir prazo para mais diligências, e nenhuma diligência, e mais diligências, e nenhuma diligência, é o caso de uma menina de Caxias: ela foi para Porto Velho desde novinha, e lá passou a fazer parte de uma rede de pedófilos para fins de fotografia na Internet. Venho denunciando isso há exato um ano, e nada, absolutamente nada, foi feito. Então, o que tenho de Porto Velho é muito grave e é de indignar. Quero ler, para demonstrar um pouco o que as crianças de Porto Velho estão vivendo, para que, pelo menos, a CPMI possa fazer alguma coisa, já que até hoje, embora eu tenha enviado milhões de ofícios pedindo socorro para todo mundo, ninguém fez nada. Ontem eu liguei para Porto Velho e não havia nenhuma posição sobre o inquérito. O inquérito era só pedindo prazo, pedindo prazo, pedindo prazo. É a informação que tenho.

Bem, essa menina chegou em Caxias e foi prestar um depoimento por abandono pela mãe. A intenção do depoimento era apurar o abandono, pois a mãe é de Fortaleza, ela é de Fortaleza, e a gente queria apurar o abandono praticado pela mãe. No entanto, esse foi um dos piores depoimentos que ouvi em toda a minha vida – vou ler alguns trechos. Ela hoje tem 11 anos, mas as lesões causadas pelo abuso reiterado desde a infância são – acredito que no caso dela – irreversíveis.

Quero ler, porque não me conformo com a impunidade e a inércia das autoridades no caso:

Que Heloísa, a declarante, juntamente com os demais, foram para o quarto nº 04 [isso em Porto Velho]; que, atrás da declarante, vieram duas crianças, chamadas Graciele e Aline, com outros adultos. Eles foram para outro quarto e, que, dentro do quarto nº 04, estavam Heloísa, Artur, Vanda, Edu, Dandara, de 12 anos, e Tainá, de 4; que Heloísa e o Artur foram namorar e a Vanda e o Edu também. Que, enquanto Heloísa e Artur transavam, Vanda e Edu filmavam; que, enquanto isso, a declarante e suas coleguinhas ficaram brincando dentro de uma piscina; que a declarante e as outras crianças perceberam que estavam sendo filmadas por um homem chamado Gambá; que Gambá e outro homem pegaram as três crianças e abriram suas pernas para serem filmadas; que as duas outras crianças estavam nuas; que, além das filmagens, os homens tiravam muitas fotos; que Gambá

mandava a declarante fazer poses. Primeiramente, Gambá mandou a declarante ficar de pernas cruzadas e fotografou...

Isso é típico de pedófilo: primeiro a criança vestida e, depois, uma série de outras fotos.

Depois, tirou as calcinhas das crianças e mandou ficarem de bunda para cima; que as crianças choraram muito e, por isso, o Gambá rasgou suas roupas e disse que queria ver elas se vestirem; depois, Gambá amarrôu a boca e mandou fazer pose; depois, Edu e Gambá vendaram os olhos das crianças e mandaram as três chuparem o seu pênis; que as crianças choravam muito, mas chuparam o pênis de Gambá, enquanto Edu tirava várias fotografias; que Gambá chamava as crianças de “gostosas”; que Gambá e Edu ingeriram álcool e cocaína e estavam armados, cada um com um revólver; que, de repente, Edu e Gambá ficaram violentos e tentaram estrangular a declarante e esfaquear a sua cara; que, enquanto Gambá tentava estrangular a declarante, Edu tirava as fotos; que Gambá estuprou Dandara.

Nesse momento, eu acho que Gambá estuprou a minha depoente, a minha menina, a criança que estava depondo para mim e ela refletiu aquilo na outra criança, por ser muito dolorido para ela dizer que isso aconteceu com ela mesma. Isso é natural da criança que é abusada: ela fragmenta até mesmo o próprio corpo, ela tende a não sentir nada da cintura para baixo, como uma forma de defesa.

Que Gambá estuprou a Dandara, que chegou a sangrar pela vagina; que Dandara chorou muito; que enquanto Gambá estupra Dandara, Edu filmava e fotografava; que Edu mandava Gambá fazer pose enquanto estupra Dandara.

Aí vêm outros aspectos, e outro trecho que acho importante:

“Que a declarante se escondeu debaixo de uma escada...” (Pausa.) Ah, desculpe-me, se bem que...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Quando ela começou a falar me preocupei, mas como é só o primeiro nome...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pedimos à imprensa presente para omitir o nome das crianças.

A SRA. LÍLIA CAVALCANTE – Certo, falamos os nomes dos adultos, porque esse cidadão saiu caminhando da Polícia Federal.

Que em um dos dias, Gambá e Edu entregaram um papel...; que, no quarto da casa-hotel, tocavam as crianças; que a declarante se escondeu debaixo de uma escada que tinha no motel e adormeceu; que a

declarante achou que tomou alguma droga, pois não sabe o que aconteceu; que a declarante acordou em cima da cama do motel junto com Gambá, Edu e mais dois homens que ela não conhece; que a declarante acordou com muita vontade de vomitar; que normalmente Gambá, Edu e outros homens iam para a casa-hotel na sexta-feira e ficavam até segunda-feira [nesse caso aqui, eles ficavam fazendo orgias].

Vou para outro trecho:

Que Gambá ficava em cima de Elisângela para tirar fotografias [mas ela não é criança, é uma mulher adulta]; que a Vanda e a Ivânia ficavam mandando as crianças fazerem pose para serem fotografadas; que Edu mandava as meninas ficarem com as pernas cruzadas sobre o sofá; que o Edu transou com a de 10 anos, enquanto Eduardo filmava; que, depois, chegou um ladrão, roubou as drogas [nesse trecho, observa-se que isso é um filme montado, é um filme que elas não sabiam que estava sendo um filme, mas que é um filme montado em uma realidade]; que, depois, chegou um ladrão, roubou as drogas e queria matar as crianças; que o ladrão amarrou as crianças com as mãos para a cima com uma corda, vendou os olhos das crianças, todas nuas, e amendrontou-as dizendo que ia estuprar as meninas com um toco; que o ladrão estava com um espeto na mão e queria furar as meninas; que, neste momento, Elói filmava as cenas; que o ladrão estava com uma peruca; que chegou Marcão, um homem grande e, após quebrar as coisas da casa, jogou um vaso na cabeça da declarante; que a declarante sangrou na cabeça; que tudo era filmado pelo Edu.

Quer dizer que isso, na verdade, era um filminho que eles estavam montando, e não uma situação verdadeira. Mas para elas era uma situação verdadeira, até porque nesse momento elas foram novamente submetidas a abuso.

Posso obter cópias deste depoimento, assim como de todos os outros.

Fomos a Porto Velho. A Polícia Federal, não sei por que motivo, não demonstrou o interesse que deveria ter demonstrado. Conseguimos localizar o Gambá. Pegamos uma menina cujo apelido é Princesa. Ela tem 8 anos. Cheguei a vê-la. A menina foi prestar depoimento na Polícia Federal. Pelo fato de a menina ser virgem – ela tirou fotografia e disse que manteve relação sexual com Gambá –, a Polícia Federal entendeu que não havia crime, que o processo estava morto. E como uma criança de 8 anos entende o que é relacionamento sexual? Pois quando temos 8 anos, pensamos que beijo na boca engravida. Então, ela não tinha consciência do que era relacionamento se-

xual. Fui, junto com dois agentes, atrás do Gambá. Chegamos na casa dele e pedimos – não havia mandado, então tínhamos de ir com certa cautela – para entrar a fim de buscar drogas e armas. Não havia mandado, não podíamos cometer um abuso, até porque não era minha comarca. Ele disse que podíamos entrar, não havia problema. Entramos. A Polícia Federal procurou as fotografias. Só que as fotografias... Pegamos uma mala. Quando pegamos a mala, ele empalideceu. Eu disse: “Aqui tem alguma coisa”, porque ele mudou a feição. Foi quando encontramos um fundo falso com várias fotografias de adolescentes nuas, com ursinho, em situações... Inclusive na própria casa do pai da Princesa. Existe uma rede lá, uma empresa que faz revelação de fotografias, e todas as fotografias eram reveladas nessa empresa. Um dos funcionários dessa empresa foi depor, e disse que eles estavam inclusive brigando, porque haviam negociado as fotografias das crianças e, por trás, estavam acusando os funcionários de terem negociado as fotografias sem autorização do Gambá.

Pegamos o Gambá, levamos para a Polícia Federal e fizemos lá todo um trabalho. O Juiz Federal só nos esperando para dizer: “Pode vir que o mandado está pronto”. E o cara saiu andando. Não houve nada. No mínimo, houve um abuso reiterado de duas crianças que prestaram depoimento na Polícia Federal. E está impune. E o que percebemos... Em Porto Velho, fiquei em um hotel chamado Sambaíba. Todos enviados pelo Ministério da Justiça estavam no mesmo hotel. Víamos, na nossa cara, meninas de 14, 15 e 16 anos fazendo programa direto. Porque em Porto Velho não se vê criança. Esse é um depoimento da própria Conselheira Tutelar de lá, não se vê meninos e meninas nas ruas, porque eles estão em hotéis e motéis, fazendo programas, orgias sexuais com adultos.

Naquele momento, naquele único dia que passei em Porto Velho, tive a oportunidade também de saber que uma menina tinha sido enviada para a Bolívia, uma freira denunciou a remessa de uma menina para a Bolívia, e ela conseguiu ser resgatada em Porto Velho. Ela conseguiu ser devolvida para Porto Velho. E foi para a Bolívia para fins de exploração sexual. Naquele mesmo único dia que passei em Porto Velho, ouvi o depoimento de parentes de uma vítima de tráfico de mulheres que foi para a Espanha. Inclusive em Teresina temos também denúncias de tráfico de mulheres para a Espanha. E a menina, dizem, se suicidou. Ela está morta. E estavam apurando exatamente se houve suicídio ou homicídio.

Todos esses dados, talvez a própria Polícia Federal de Porto Velho tenha mais conhecimento. Ago-

ra, durante um ano inteiro, o que eu sei é que não houve nenhuma ação em cima do processo do inquérito na questão da menina de Caxias. E, durante este ano, muitas outras crianças foram violentadas, abusadas e usadas como material pornográfico para pedófilos. E isso está absolutamente impune.

Posso continuar? Porque são tantos casos que, às vezes, queremos resumir ao máximo e talvez nem transmitimos exatamente o que temos a dizer. Há um outro caso gravíssimo, ao qual penso que a CPMI deve dar uma atenção especial: é o caso de Teresina, em que existem praças onde se vende cafezinho, mas, na verdade, negociam-se crianças. Lá é comum chegarem, às 9 horas da manhã, pessoas de uma certa idade com carros grandes e dizerem: “Olha, eu vim tomar um café”. Na verdade, estão negociando com a mãe um programa com uma criança. O cidadão sai com a criança, leva a criança para o programa, e depois devolve. Inclusive uma rede de televisão chegou a filmar isso. E lá em Caxias existe esta conexão, Caxias-Timom, onde eles estão usando vans para pegar meninas de Timom para fazer programas em Teresina. Então Teresina é outro antro de exploração sexual de adolescentes e de crianças que deve ser visto na tabuleta onde existem caminhoneiros que devem ser investigados. Inclusive lá uma promotora fez um bom trabalho na época, porque denunciou e, por isso, foi muito perseguida. Ela tem grande conhecimento da exploração sexual em Teresina, onde houve denúncia de pessoas novamente, porque isso é “normal”, de relevância social, dentro da exploração sexual.

Basicamente, era isso o que eu queria denunciar, não com todos os detalhes necessários.

Além de tudo, antes que eu me esqueça, temos uma denúncia que ainda não foi apurada, de um Parlamentar de Codó. Ele teve um relacionamento, vem explorando crianças e, no caso, explorou uma menina de 17 anos, depois explorou a irmã, que ficou grávida e abortou. E isso também está impune. Como muitos outros casos no Brasil estão impunes, porque na verdade estamos trabalhando com o silêncio dessas crianças que não têm para quem gritar, a quem se socorrer, a quem se apegar. Então acredito que esses casos são gravíssimos.

Acredito que, até hoje, dentro das ações do Governo, o que há de maior relevância, de concreto, é esta CPMI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Drª Lítia, a Secretaria me orienta a pedir os documentos necessários para que possamos analisá-los.

Temos aqui a sugestão de que esta audiência passe, a partir deste momento, a ser reservada, até pela seriedade das denúncias, pelos nomes que de alguma forma terão que ser expostos, porque os membros da Comissão precisam tomar conhecimento desses nomes. Mas, até para que possamos ter os resultados, há essa sugestão – porque agora passamos ao momento das perguntas dos Parlamentares – de que esta audiência passe a ser reservada apenas para os membros da CPMI e para a sua Secretaria.

Peço também que a televisão encerre sua transmissão. Obrigada.

(Torna-se reservada a reunião)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFI – RJ) – Senadora Patrícia, não sei se falará apenas a Drª Lítia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Depois falará também a Drª Janete. Mas, como os assuntos são diferentes e essa questão é muito específica, há o caso específico do Maranhão, faremos as perguntas agora. É claro que vou pedir aos Parlamentares – sei que todos estão ansiosos para fazer perguntas – que realmente delimitem seu tempo, para que todos tenham oportunidade de perguntar e, em seguida, possamos ouvir a Drª Janete, que está aqui conosco para também expor a pesquisa do Sul.

Peço à assessoria técnica da Presidência e da Relatoria que permaneçam na sala, e a Drª Neide Castanho também. (Pausa)

O Tarcísio é da assessoria. (Pausa)

A nossa primeira inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que me substitua um minuto na Presidência.

Convido a Drª Janete Cruz para tomar assento à Mesa. (Pausa.)

A Drª Janete precisará de aproximadamente 20 minutos para fazer a sua exposição e, antes de tudo, eu queria agradecer a sua presença, porque S. Sª está gripada. Peço aos Parlamentares até que tentem poupá-la, sendo breves nos questionamentos após sua exposição e tendo o cuidado de ouvi-la com muita atenção, até para que não lhe perguntemos o que já tiver sido mencionado. Vamos poupar a Drª Janete Cruz, Coordenadora Regional da Pestráf na Região Sul.

Concedo a palavra à Drª Janete Cruz.

A SRA. JANETE CRUZ – Desejo boa-tarde a todos. Procurarei ser bem concisa, na medida do possível.

Inicialmente, gostaria de fazer um esclarecimento sobre a pesquisa na Região Sul. Ela aconteceu na maioria das regiões e durou um ano. Na Região Sul, nós a realizamos em dois meses, devido a algumas dificuldades que tivemos, primeiramente com a nossa coordenadora do Paraná, que perdeu um familiar num acidente. Ela mesma sofreu problemas bastante graves.

No decorrer da pesquisa, a Deputada Maria do Rosário, então Deputada Estadual, assumiu a Coordenação Regional, e eu, a Coordenação Regional Executiva dessa pesquisa na Região Sul.

Quem coordenou a pesquisa na Região Sul foi a Subcomissão dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social no Rio Grande do Sul, a Teia, Instituto de Cidadania e Direitos Humanos, numa parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, o Centro de Ciências Humanas; o programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Criança e o Adolescente.

Exporei parte do nosso objetivo, que era apresentar os resultados obtidos pela pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fim de exploração sexual e comercial referentes à Região Sul. A pesquisa aconteceu somente em dois Estados: Paraná e Rio Grande do Sul. As cidades onde foram coletados os dados foram Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, e Foz do Iguaçu, no Paraná.

Na pesquisa, foram seguidos os instrumentos da Pestrat: questionários, gravação, transcrição dessas gravações. O período de realização foram os meses de abril e maio de 2002. As fontes de pesquisa foram organizações governamentais e não-governamentais. Houve também fontes secundárias, tais como conselhos tutelares, **sites**, conversas com informantes. Todas as pessoas que colaboraram foram as fontes secundárias.

Apresentarei agora alguns dados sobre a população residente, por município, situação e domicílio:

A população do Rio Grande do Sul é de 10.187.798 habitantes. A população total urbana é de 8.317.984 habitantes, residindo na sede 8.027.369 pessoas. A população rural é de 1.869.814 habitantes.

A população de Uruguaiana é de 126.936 pessoas. O total da população urbana é de 118.538 habitantes. Na sede, residem 117.162 pessoas; e 8.398 habitantes constituem a população rural. Estou fazendo essa exposição, para as pessoas terem idéia des-

as cidades, pois há pessoas de várias regiões do País aqui.

Aqui está a população total de homens e de mulheres do Rio Grande do Sul e a população de homens e mulheres de Uruguaiana. Uruguaiana é uma das duas cidades que escolhemos, por serem cidades de fronteira já com inquéritos instaurados de tráfico de pessoas.

É uma cidade de fronteira, a maior porta de entrada de turistas no Estado, registrando mais de 100 mil turistas do Prata, pessoas que vêm do Chile, do Paraguai e da Argentina. É a sede do maior porto seco da América Latina: 80% da população nacional atravessam a ponte internacional que fica em Uruguaiana. Essas características comerciais fizeram surgir em torno do porto seco um cinturão com casebres, bares, casas de hóspedes e domicílios, em função do grande fluxo de passageiros que existe no local. Motoristas de caminhão são os que mais circulam, porque esse porto atravessa a parte rodoviária e a ferroviária também. Esse conglomerado, denominado Cobec, recebeu esse nome em função da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio, que era responsável pela parte aduaneira. Atualmente, a Estação Aduaneira de Fronteira – EAF, é responsável por essa parte, mas o conglomerado permaneceu com o nome de Cobec, que é um bairro de Uruguaiana, um local conhecido pela população como um ponto de prostituição. O comércio sexual ocorre nessa região. Há uma enorme circulação de caminhões que movimentam todo o bairro. Há um grande movimento no local em função da passagem desses motoristas, porque eles freqüentam bares e trazem e levam pessoas.

Seguem dados sobre o desaparecimento de pessoas no Estado no ano de 2000: 2.885 crianças desaparecidas e 3.147 adultos desaparecidos.

Em 2001, houve 3.195 desaparecimentos de crianças e de adolescentes, e 3.177 desaparecimentos de adultos. Em Uruguaiana, em 2000, houve 25 desaparecimentos de crianças e adolescentes e 20 desaparecimentos de pessoas adultas. Somente uma pessoa desaparecida foi localizada. Em 2001, cresceu o número de desaparecimentos, passando para 51 desaparecimentos de crianças e de adolescentes e 56 de pessoas adultas. Dezesesseis desaparecidos foram localizados.

Esse são dados do Conselho Tutelar. São ocorrências verificadas na própria cidade. Vou trazer um pouco mais desses dados, mais do que a pesquisa apresenta. Eles pesquisaram 123 fichas dos Conselhos. O total de fichas não aproveitadas, em que não

se conseguiu verificar, foram 11; o total de fichas de pessoas encontradas foi 31, e o total de desaparecimentos, 81.

Como se pode ver, para uma cidade como Uruguaiana, com essa população, é bastante alto esse número de desaparecimentos. O que facilita essa circulação é justamente pela flutuação da população, além da questão do turismo. Sendo assim, há uma facilidade muito grande. Esses caminhoneiros tanto trazem pessoas de outros Estados e de outras cidades como levam pessoas atravessando a fronteira para a Argentina. Isso se dá de uma forma muito fácil porque não há necessidade de ter passaporte para circular.

Uma outra questão importante é que os desaparecimentos demoram a ser comunicados. Isso dificulta, porque, quando se faz a ocorrência, já se está num outro País, já se saiu de uma outra cidade. Também há dados de que alguns vão para São Paulo e outros casos de desaparecidos que vão para o Rio de Janeiro, seguindo, então, as rotas internacionais.

Uruguaiana também é um lugar que tem essa questão do roubo de caminhões. Então, há todo um processo de crime organizado. Mais adiante, vou relatar o depoimento de um delegado da Polícia Federal sobre como funcionam esses agenciadores, como eles fazem, porque, apesar de não ter necessidade de passaporte, na verdade, há um número bastante alto de passaportes emitidos.

Alguns dados da população de crianças e adolescentes de Uruguaiana levantados pelo Conselho Tutelar, por sexo, por cor, por raça, com relação aos casos atendidos são: 52 casos de sexo feminino; 29, de masculino; 1, da raça negra; 24, de pessoas brancas; um, da raça indígena; e 28, da cor morena. Esse material é assim apresentado por ser como a pessoa se identifica.

Trago diversos dados que considero importantes. Das 31 fichas de pessoas encontradas, 22 eram do sexo feminino; 9, do sexo masculino. Quanto à idade, foi constatada uma menina com 10 anos, uma com 11 anos, cinco meninas com 12 anos, três com 13 anos, cinco com 14 anos, quatro com 15 anos, uma com 16 anos de idade, uma com 17 anos e uma com idade não declarada. Entre os meninos, constatou-se dois com idade de 9 anos, três com idade de 10 anos, um com idade de 12 anos, um com 13 anos, um com 14 anos e um com 15 anos. A faixa etária de maior desaparecimento fica entre 12 anos e 15 anos.

Não há uma explicação, na pesquisa, sobre a questão de que os meses de maior desaparecimento são os meses de frio.

Não foi possível fazer análise de muitas coisas, devido ao pouco tempo em que ocorreu a pesquisa. Então, há algumas lacunas na análise, dados que, mais adiante, pretendemos voltar a trabalhar.

Os motivos dos desaparecimentos encontram-se vinculados a aspectos de gênero e relacionados à moral, a costumes, a conflitos com autoridade paterna, à proibição de passeios, namoros, amizades. Esses são indicados como possíveis motivos de desaparecimento. Em muitos casos, uma amiga ou um suposto namorado está relacionado com o desaparecimento; convites para ir a outro país realizar algum tipo de trabalho, na verdade, alguma atividade relacionada à exploração sexual.

A Conselheira Tutelar relaciona esses desaparecimentos às facilidades de sair da cidade, ao comércio sexual e à agilidade da rede de favorecimentos, que inclui taxistas e policiais.

Aqui, temos o seguinte relato:

Recebemos a denúncia, que encaminhamos para a Polícia, de que havia uma mulher levando as meninas daqui para fora de Uruguaiana. Ela recebia uma quantia por cada menina. Encaminhamos a questão para a Polícia Civil, inclusive porque é caso de Polícia.

Devemos esclarecer que a pesquisa ocorreu em 2002.

No ano passado, tivemos o registro de que algumas adolescentes fugiram de uma casa de prostituição. Elas estavam machucadas; tinham sido agredidas pelo dono da casa. Depois, à noite, foi realizada uma operação – porque elas também declararam que haviam ficado outras adolescentes no estabelecimento. Isso ocorreu de manhã cedo. À noite, quando a polícia chegou, já não havia mais ninguém. Como dizem, há uma rede, porque, quando ocorrem operações da Polícia à noite e eles “visitam” quatro, cinco, seis casas, o que acontece? Quando se chega à terceira, não há ninguém.

Como o local de fluxo do tráfico de crianças e adolescentes para fim de exploração sexual comercial, a via principal de recrutamento são rodovias e os que nelas trabalham. A complexidade do fenômeno se manifesta claramente na configuração de uma rede, articulando e desarticulando policiais, taxistas, aliciadores, casas de prostituição, boates. Os mecanismos de coibição do comércio não conseguem fazer frente a essa rede.

Quanto aos passaportes.

Em Uruguaiana, de 1996 e 2001, foram emitidos 1704 passaportes para homens e 1969 passaportes para mulheres, sendo que 134 foram cancelados.

Aqui, há um depoimento do Delegado da Polícia Federal, em que se lê:

Eles fazem por etapa. Por exemplo, um agenciador vem a Uruguaiana, leva duas ou três ou cinco meninas e “vende”. Ele tem um salário, por exemplo, de US\$ 500 para cada menina que ele leva para Buenos Aires. Essa [essa é a pessoa que as recebe em Buenos Aires], por sua vez, ganha entre US\$ 1500 e US\$ 2000, para botar essas meninas na Espanha, ou em Portugal, ou na Itália, ou na Suíça, ou em Israel. São várias etapas. É difícil de quebrar essa conexão, porque eles não conhecem o limite. Ele conhece bem o mercado dele e não vai além disso.

Aqui não fala, mas deve ter sido perguntada a idade dessas meninas, e diz ele:

Essas meninas já têm 18 anos e já tem o documento do passaporte. Vêm aqui, apresentam as fotografias, pagam a taxa, trazem o requerimento, apresentam o título de eleitor, a carteira de trabalho, a certidão de nascimento e fazem o Passaporte. Vêm sozinhas.

Geralmente é exigida a documentação. Se a menina é menor de idade exige-se a presença dos pais. Quando é dito que o objetivo do passaporte é a escolha de trabalhar no exterior, nós orientamos: sempre que, independentemente do fato de ela ir como empregada doméstica ou estudante, ocorrendo qualquer tipo de problema, deve procurar o Consulado brasileiro. Essa é a orientação.

A primeira pessoa a quem deve pedir socorro lá fora é o Consulado brasileiro. Se tiver dificuldade para sair do local, deve ligar para o telefone da Delegacia Federal para esta intervenha onde originou a queixa.

Então, na verdade, pelo que trouxemos até aqui e pelo que estamos acompanhando, sabemos que existem esses passaportes usados para fins de comércio sexual; sabe-se que essas meninas não têm 18 anos. Mas, na verdade, não se consegue uma ação realmente efetiva de enfrentamento, porque existem muitas pessoas que vivem dessa rede.

Quando você consegue instaurar os processos, não há quem vá testemunhar, porque há muita gente envolvida nisso. Assim, perde-se tudo, passa o tempo, não se tem a testemunha e o réu acaba não sendo preso porque não houve como obter provas.

Temos muito mais coisas com relação às rotas. Saem por Uruguaiana, Itaqui, que é cidade próxima, e por São Borja. Algumas têm aeroporto que funciona

bem em virtude da fronteira, das cargas. Então, há situações em que vão direto para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Buenos Aires, ou vão direto. Não conseguimos ainda mapear essas rotas – apenas levantamos dados – pela falta de informação.

A cidade de Foz do Iguaçu faz fronteira com a Argentina e com o Paraguai. É uma situação bastante similar à de Uruguaiana, mas com um histórico um pouco diferente. Ela foi uma cidade que, na década de 70 atraiu muitas pessoas por causa da hidrelétrica de Itaipu a maioria homens sem família. Isso triplicou a população. Houve uma reorganização urbana. A idéia de ganho fácil também aproximou agenciadores e traficantes nessa região. Foz do Iguaçu, assim como Uruguaiana, é um lugar de muito fácil passagem.

Em Foz do Iguaçu, eles não chegaram a conseguir, apesar da pesquisa, dados sobre a saída com, ou sem, passaporte. Há uma facilidade enorme de cruzar a fronteira para o Paraguai especialmente.

Depois, há a zona de livre comércio com a Ciudad del Leste, no Paraguai. De tudo isso resultava uma circulação enorme de pessoas, e Foz do Iguaçu passou a ser uma cidade de turismo, e o turismo sexual veio junto, apesar de não ser muito mencionado, como o é no Nordeste. Lá também existe o turismo sexual bastante forte e com o mesmo sistema: os taxistas e o sistema hoteleiro fazem esse agenciamento e atravessam a ponte para o Paraguai. Então, vão de carro porque o taxista facilita. Existem também os, mas não com a mesma intensidade que aparecem em Uruguaiana.

Em Foz do Iguaçu 70% da população recebe até três salários mínimos e apenas 7% com rendimentos superiores a dez salários mínimos.

Com a implantação do Mercosul, em 1995, o comércio começou a entrar em declínio. Houve um agravamento dessa situação de pobreza em Foz do Iguaçu, que reforçou ainda mais o crescimento das atividades ilícitas que já existiam, mesmo porque é uma cidade onde sempre se pensou no ganho fácil.

Há um cenário de prostituição adulta que, tanto em Uruguaiana quanto em Foz do Iguaçu, acaba envolvendo crianças e adolescentes. Há crianças em Uruguaiana que alegam que não ficam em casas de prostituição, que é uma vizinha que cuida delas. Não é verdade, ficam e muito cedo acabam sendo exploradas sexualmente.

A mesma coisa ocorre em Foz do Iguaçu. As profissionais do sexo adultas também acabam sendo aliciadoras. Em ambas as cidades, o negócio é bastante rentável. Nem precisaria dizer.

Em Foz do Iguaçu há 56 favelas. É uma situação diferente da de Uruguaiana, que concentra tudo na região chamada Codec. A questão da prostituição está concentrada em um grande bairro.

As fronteiras do sul do Brasil oferecem condições para que o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes seja um negócio seguro e rentável. As características estruturantes do sistema econômico local – turismo, exportação, importação –, e os baixos níveis de institucionalidade dos Municípios e seu grau de internacionalização oferecem todas essas condições. Existe, realmente, uma baixa visibilidade do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes por ser um negócio rentável, pela liberdade de trânsito nas fronteiras, pela informalidade que existe e pela falta de trabalho. Tudo isso acaba fazendo com que haja investimento na economia do crime, que vira um mercado.

Doze casos de inquérito foram levantados na região Sul. Não englobam só Uruguaiana. Há casos em Uruguaiana, em Caxias do Sul, que é uma cidade do Rio Grande do Sul, sete em Foz do Iguaçu e dois casos em Curitiba.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Peça a palavra pela ordem.

Solicito a V. Ex^a que peça à expositora que, se os casos tiverem citações de nomes de pessoas não condenadas, ainda em fase de investigação, ela se reserve para falar depois. Se os casos já estiverem resolvidos, são para nossa análise. Caso contrário, não valem a pena.

A SRA. JANETE CRUZ – Nem pensei em mencionar casos. Trouxe casos que ocorreram entre 1997 e 2001. Em nenhum desses casos foram instaurados inquéritos. Houve prisão da maioria dos acusados, mas ninguém chegou a ser condenado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – As pessoas foram presas?

A SRA. JANETE CRUZ – Foram presas porque eram situações de flagrante. Depois, foram soltas porque não houve provas para a condenação. As testemunhas recuaram, não havendo possibilidade de encaminhar a denúncia ao Ministério Público.

Não foi possível colocar com exatidão a questão da circulação. Mas havia transporte. Sai da cidade de Uruguaiana. Só pudemos pesquisar duas cidades, mas elas nos deram informações de que há muito mais cidades com problemas seriíssimos. Já havíamos apontado isso no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Tínhamos dez ou doze cidades a serem pesquisadas, mas, por questão de tempo e

dos problemas que ocorreram, só pudemos trabalhar em duas, pelos inquéritos já instaurados nelas. Mas a pesquisa apontou-nos algumas situações. Por exemplo, em Caxias do Sul, a Promotora que trabalhava com o problema era de Uruguaiana. Ela teve um olhar mais sensível para essa questão e conseguiu apontar algumas situações. Infelizmente, não houve nenhuma condenação nesses casos.

Houve alguns depoimentos. Por exemplo, com relação aos motoristas, foram entrevistados seis taxistas em diferentes pontos da cidade e um caminhoneiro. Esse número reduzido deveu-se ao alto risco que envolvia a realização dessas entrevistas, uma vez que, como pudemos perceber, a grande maioria dos taxistas está envolvida nos esquemas de prostituição e tráfico de drogas na cidade. Inclusive o motorista que nos deu a informação afirmou que é impossível sobreviver em Foz do Iguaçu somente fazendo corridas e que o que dá dinheiro para o taxista é transportar drogas e moças que trabalham na prostituição. Declarou, ainda, que os motoristas têm um acordo com as casas de prostituição, que funciona da seguinte maneira: o cliente escolhe a moça que deseja, algumas vezes menor de idade, por meio de um álbum de fotos. Em seguida, a moça é contratada, e o motorista de táxi vai apanhá-la para a realização do programa. No final, ela é conduzida novamente à sua casa pelo mesmo motorista.

Todos declaram ter conhecimento do desaparecimento, seqüestro de mulheres, crianças e adolescentes. Inclusive alguns já declararam que eles próprios já levaram, várias vezes, meninas para Porto Iguaçu, na Argentina, para trabalharem como prostitutas. Contaram que, quando a situação econômica na Argentina era estável, chegavam a levar de 3 a 4 meninas, por semana, para lá. E que, agora, levam uma de vez em quando. Um deles até afirmou que faz pessoalmente o agenciamento de moças para trabalhar na Argentina. Declaram todos, no entanto, que não sabem do envolvimento de mulheres, crianças e adolescentes em atividades ilícitas. Então, aqui há uma contradição.

Foram relacionados os seguintes fatores que facilitam o aumento da prostituição e atividades afins: falta de trabalho, pobreza, livre trânsito de estrangeiros na cidade e falta de fiscalização.

Declaram, ainda, não terem recebido denúncias. Sobre o fato de mulheres, crianças e adolescentes pedirem carona, a maioria declarou que esse fato sempre ocorre, principalmente pelas crianças, mas que nunca concordam em dar carona. Todos declaram que não é permitido transportar crianças e ado-

lescentes sem a permissão dos pais. No entanto, um taxista declarou que, na região da Ponte da Amizade, isso ocorre com frequência, sem que a fiscalização tome providência alguma.

Foram apontadas como soluções, pelos próprios entrevistados, mais investimento em educação, geração de novos empregos, criação e aplicação efetiva de legislação mais rígida e fortalecimento da economia local, que está decadente.

Só ficariam faltando as considerações da pesquisa. Se houver necessidade, depois as apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se todos concordarem, passarei a palavra para a primeira inscrita, pois estipulamos 20 minutos e já estamos com 35 minutos. Talvez a expositora pudesse concluir a exposição durante as perguntas. Se faltar algo, ao final, passo-lhe a palavra novamente.

Todos concordam?

Então, a primeira inscrita é a Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Obrigada, Srª Presidente.

Primeiro, gostaria de cumprimentar a Srª Janete Cruz, assistente social que tem um trabalho importantíssimo nessa área e que participa da coordenação de um movimento pelo fim da violência e exploração sexual.

Observo, sobre Uruguiana, que a Conselheira Tutelar, Soraia Salomão, analisa a possibilidade de um nexo entre o grande número de desaparecimentos de crianças e adolescentes com a possibilidade de elas terem sido levadas para o outro lado da fronteira com a questão da exploração sexual.

Quero ouvir da senhora como isso pode estar relacionado, a questão do desaparecimento de crianças; se isso acabou sendo analisado de forma mais profunda pela Polícia Civil, se a conselheira trouxe também ao conhecimento da Pestraf e trabalhou também com as autoridades policiais ou não.

Essa é uma das questões.

A outra, sobre Uruguiana ainda, diz respeito a depoimentos mesmo; por exemplo, sobre a leitura da Pestraf, especialmente da forma mais detalhada não do relatório final, mas a Pestraf também tem a sua forma detalhada por Estados e indica, a partir do depoimento da Srª Ângela Martins, do Posto Policial da Mulher, que confirma a existência de adolescentes de 15 anos. Diz que elas vão investigar determinadas circunstâncias; existem documentos falsificados, que tipo de documentos é esse, enfim, se isso denota, na sua opinião, a existência de uma rede mais organizada, que falsifica documentos. Sobre os passaportes, inclusive recebi o depoimento recentemente do superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul

no sentido de que os passaportes também se relacionam à própria venda desse documento.

Segundo o superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, Senadora Patrícia Saboya, um passaporte, no mercado internacional, tem um valor acima de US\$10 mil. Portanto, realmente, trata-se de um crime que se soma a este, até porque, nos depoimentos, observamos que adolescentes têm os seus passaportes apreendidos. Quando são levados para dentro das redes do tráfico, normalmente esse documento lhes é retirado, e o explorador mantém consigo esse documento, que é a impossibilidade de o adolescente sair dali e se dirigir a outros lugares.

Então, eu lhe pergunto se a senhora acredita que se trata de uma rede organizada com conexão na Argentina; se a senhora acredita que esse caminho tenha sido traçado por adolescentes brasileiras, com saídas a partir de Uruguiana, e se há, nos inquéritos também, adolescentes de outros lugares que saem pela Ponte da Amizade, portanto, a partir de Uruguiana, mas que vem de outras cidades do Rio Grande Sul.

A SRA. JANETE CRUZ – Vou começar pela última pergunta, Deputada.

Nos inquéritos, inclusive, não temos essa confirmação, porque não se consegue. Em relação ao desaparecimento, quando elas são encontradas, isso não é comunicado por ninguém, a não ser quando a própria polícia localiza. Mas, do contrário, não se tem a informação de que forma retornou. Então, isso dificulta saber como as coisas ocorrem de fato.

Portanto, acreditamos que sim. O Conselho Tutelar, em algumas situações, conseguiu. No caso da menina que veio de Itaquí, eles conseguiram. Houve uma denúncia, e eles conseguiram em tempo. No local em que esse caminhoneiro afirmava ter deixado a menina, conseguiram localizar e impedir. Mas havia toda uma indicação de que poderia ser levada para fora do País.

Ontem, ainda, conversei com a conselheira Soraia Salomão e, na verdade, lá não tem... Do que se precisa? Precisamos de uma rede integrada para agir e unir o Conselho Tutelar, as organizações governamentais e não-governamentais nesse enfrentamento; e é necessária uma ação realmente firme da polícia, porque o que é caso de polícia não dá para as organizações não-governamentais atuarem. Então, é preciso haver essas ações.

Acredito que foi aquela CPI de dez anos atrás que realmente detectou a existência de uma rede, da qual não se falava no Rio Grande do Sul e que havia um Buda. Tudo aquilo começou em função da visita da CPI, quando a Srª Deputada fez aquele convite para visitarem o Rio Grande do Sul.

Então, se formos investigar, com certeza tem, porque as pessoas somem, nós perdemos de vista, não aparecem mais, as famílias ficam naquela luta, sem saber para onde ir, buscando um auxílio, uma orientação e até um apoio emocional, mas isso não caminha, porque essas pessoas não aparecem nunca mais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Eu me baseei em quatro inquéritos na pergunta que fiz a V. S^a, dois deles muito coincidentes, com origem em Uruguaiana. Os dois são de 1997, com diferença, da primeira autuação, de um mês. O primeiro é de 01 de outubro de 1997 e o segundo, de 17 de novembro. O primeiro é sobre o aliciamento de mulheres para prostituição em Múrcia, na Espanha, e o segundo, de crianças e adolescentes para prostituição, como consta do inquérito, para Santa Luzia, na Argentina. Esses dois inquéritos encontram-se inconclusos.

O outro, que eu gostaria de citar, é o de Caxias do Sul, onde houve um trabalho importante da Polícia Federal, de aliciamento de adolescentes para prostituição em Hong Kong e Taiwã, e na China de um modo geral.

Eu teria mais uma pergunta para fazer a V. S^a, especialmente sobre Foz do Iguaçu, e quero sugerir aos colegas que façam uma leitura dos depoimentos das adolescentes, anexos da Pestraf. Uma vez que a Pestraf não foi um inquérito, mas uma pesquisa, às vezes vamos buscar no depoimento registrado o elemento para a realização do nosso objeto, a investigação.

Há pelo menos um depoimento bastante importante, de uma jovem, APSS, de 17 anos, nascida em Foz do Iguaçu, que foi levada em 2000, quando contava 15 anos, para trabalhar numa casa noturna em Vinhedo, São Paulo. Ela fez um extenso depoimento sobre diferentes lugares, inclusive citando bares, onde foi levada à prostituição, à situação do cárcere e tudo mais. Eu acredito que esse relato nos faz perceber que a vulnerabilização de adolescentes existe na região de Foz do Iguaçu, tanto para o tráfico interno, quanto para fora do País.

Há também o depoimento de uma mulher que vivenciou a situação da prostituição em Porto Iguazu, na Argentina. O seu depoimento é no sentido de ter convivido com adolescentes levadas.

Além disso, há os taxistas e caminhoneiros ouvidos, obviamente sem terem se apresentado publicamente, mas o fazendo para o depoimento da pesquisa, que afirmaram que levavam, sim, adolescentes para fora do País.

Então, eu quero citar a importância desses depoimentos para o trabalho que estaremos desenvolvendo.

Não sei se a senhora teria alguma consideração sobre essa situação de Foz do Iguaçu.

A SRA. JANETE CRUZ – Com relação a Foz do Iguaçu, penso que já temos uma caminhada interessante no sentido do trabalho que vem acontecendo, da tríplice fronteira, em parceria com a OIT, a respeito da exploração e da erradicação do trabalho infantil, na perspectiva da exploração sexual e comercial como uma das formas mais cruéis de trabalho de crianças e adolescentes.

Eu já fiz uma indicação de alguns nomes de pessoas que poderiam ser ouvidas porque estão em contato direto, fazendo esse trabalho e criando uma referência com essas crianças e adolescentes que circularam e que já passaram por essas situações e que não houve denúncia, a família ficou com as crianças durante um período. Isso também dificulta, porque, como eles têm uma facilidade de ir e vir, às vezes passam até dois dias pensando-se que eles estão na casa de alguém. E, passado oito horas, não se acha mais, especialmente quando é para se tirar do País, porque ali é fronteira. Já em Porto Alegre, a capital, nós já temos a avaliação de que depois de determinadas horas não se localiza mais, imaginem na fronteira.

Na semana passada, domingo à noite, em Porto Alegre, desapareceu uma menina. A responsável por esta menina procurou o Conselho; não a atenderam; procurou a polícia; os policiais queriam o endereço de quem a levou: uma prostituta, ex-companheira de um traficante. As pessoas viram a menina, no ônibus, acompanhando essa pessoa e, até ontem não se tinha nenhuma informação. Então, a mãe esperou até terça-feira, tendo ido buscar uma referência no local em que a menina freqüentava: um serviço de apoio sócio-educativo, que a menina freqüentava em um turno inverso ao da escola. Então, eles foram a referência. Daí eles me ligaram e fomos à Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente. Só então ela conseguiu. E mais: chegando à Delegacia – no dia anterior havia combinado tudo com a delegada – havia um policial, na porta, que não a deixou entrar – a mãe. Então, só na terça-feira que ela conseguiu realmente fazer a ocorrência.

Pergunto: desde o ocorrido, quanto tempo se passou?

Então, ter essas pessoas como referência – no caso de Foz do Iguaçu esse trabalho vem sendo feito em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) – é muito importantes, porque, a partir daí temos uma rede informal para nos dar informações dessas crianças e das próprias famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nossa primeira inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agradeço à Srª Janete Cruz. Segundo o que disse, S. Sª já entregou parte dos nomes de pessoas que podiam ajudar à Deputada Maria do Rosário. No entanto, fiquei um pouco angustiada quando S. Sª disse que não poderia mapear essas rotas. Se a Drª Janete, que faz um trabalho maravilhoso nessa área, não consegue mapear, como é que nós, conseguiremos fazê-lo? Mas, de alguma maneira, V. Sª já nos forneceu os nomes.

Quando V. Sª ouviu os seis taxistas, um deles – se ouvi bem – era o próprio agenciador. V. Sª tem acesso às pessoas que participaram da pesquisa ou não?

A SRA. JANETE CRUZ – Não, não tenho acesso a elas. Devido à falta de tempo e ao curto espaço de tempo, não fui eu que participei da pesquisa em Foz do Iguaçu e, sim, um grupo, indicado por pessoas que são nossas referências, e que inclusive está executando o trabalho que aqui mencionei, em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), que também, em parceria com a universidade e algumas pessoas de Foz do Iguaçu, realizou a pesquisa lá. Não tive como ir. Nem aqui, no Rio Grande do Sul, participei diretamente.

Trabalhamos, por intermédio da Subcomissão e do movimento justamente nesse esforço, em parceria com a Deputada, para podermos, em um curso espaço de tempo, se não há quem faça esse trabalho de articular com a polícia, com o Governo do Estado, ter alguém que possa fazê-lo, porque eles sequer teriam acesso. Então, fizemos esse trabalho de abrir as portas, mas não participamos diretamente na execução da pesquisa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Além da pesquisa, em nenhum momento, a partir dos dados coletados, como funcionava isso na relação da pesquisa com a polícia, por exemplo, para abertura de inquérito, para auxiliar nas investigações? Como isso funcionava? Ou não funcionou?

A SRA. JANETE CRUZ – Os inquéritos já existiam.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas o inquérito era para investigar. Como estavam coletando dados, em algum momento houve essa comunicação?

A SRA. JANETE CRUZ – Não houve. Esses levantamentos partiram dos inquéritos já existentes, em que foram preenchidos os questionários tendo como base pessoas que participavam dos Conselhos Tutelares, mas não havia subsídios que pudessem, naquele momento, vir a ajudar, nem concretamente, para que pudéssemos fazer alguma denúncia de um caso novo. Todas as informações são muito complicadas, mas a CPMI nos ajuda a mapeá-las, porque per-

mite entrar por outro viés, ir ao local com um outro caráter. Apenas para pesquisar, fica difícil ter acesso às pessoas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Entendi. Como vocês fazem apenas pesquisas, têm a possibilidade de obter mais informações do que aqueles que investigam. Até que ponto isso chegou do outro lado?

A SRA. JANETE CRUZ – Foi bastante difícil ter acesso a isso com os informantes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas vocês conseguiram alguns informantes?

A SRA. JANETE CRUZ – Bem poucos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E disponibilizaram para a Rosário?

A SRA. JANETE CRUZ – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Deputada Laura Carneiro, se me permite usar a palavra, gostaria de dizer do ordenamento técnico feito pela Prof. Maria Lúcia Leal na pesquisa. A professora coordenou tecnicamente a pesquisa, adotando critérios fossem absolutamente rigorosos, ou seja, os mesmos critérios e o mesmo tipo de análise e investigação em todos os Estados brasileiros. Então, em princípio, as fontes da pesquisa são as fontes oficiais. Aquilo que pode ser quantificado são fontes comprovadas, inquéritos do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, polícias locais e Polícia Federal. Portanto, há sempre um limite na própria Pestráf. Ela foi além porque conseguiu, nos seus anexos, colocar subjetividade, que são os depoimentos. Eu não tinha como agir, até porque esse foi o primeiro trabalho com toda a cidade, coordenado pela Professora Maria Lúcia Leal, e, nos Estados, valeu-se de organizações não-governamentais, dos movimentos, dos Parâmetros locais, usando o mesmo critério tanto para o Pará quanto para o Rio Grande do Sul justamente para poder estabelecer um parâmetro comparativo analítico e científico.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, V. Exª encerrou suas perguntas?

Concedo a palavra à última inscrita, Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dra. Janete, na pesquisa realizada, constatou-se a prática de tráfico direto na região? Outra questão: a pesquisa verificou qual tem sido a atuação do Ministério Público nessas cidades, diante do elevado número de desaparecimentos? E ainda: a pesquisa constatou nessas cidades se há políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade?

de? A pesquisa aferiu, de alguma forma, qual o sentimento da sociedade, mais particularmente nessas duas cidades, com relação ao fato? É um fato que incomoda. Há organizações para cobrar, pressionar os órgãos públicos para que tome uma medida, ou esse fato é indiferente, pois vem de uma cidade com um trânsito muito grande, onde não seria possível ter um controle mais efetivo. Qual o posicionamento da sociedade diante desses fatos? O Ministério Público teve acesso à pesquisa?

A SRA. JANETE CRUZ – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De posse dessa pesquisa, houve alguma alteração no quadro? De alguma forma, tomaram medidas visíveis nessas cidades?

A SRA. JANETE CRUZ – A primeira pergunta que V. Ex^a faz é a questão do tráfico direto. O que se observa não é um tráfico direto. Sempre existe algum outro fato. Às vezes, trata-se de trabalho. No caso de pessoas adultas, sim, um dos casos mencionados foi a necessidade de se sustentar. A pessoa já trabalhava como profissional do sexo e recebeu um convite de colegas para ir à Argentina, porque lá havia a possibilidade de ganhar mais. Na verdade, até aí, não se pode considerar tráfico, pois ela foi de livre e espontânea vontade. Passará a se caracterizar quando a pessoa não pode mais retornar, fica com seus documentos presos, sem dinheiro, tem que fugir ou nem retorna mais. As pessoas adultas vão sabendo, e têm uma perspectiva de uma vida melhor. Elas não foram seqüestradas, traficadas. Foram sabendo o que iria acontecer.

Com relação à criança e ao adolescente, a situação é diferente. Temos muita dificuldade em trabalhar com isso, porque os inquéritos são arquivados. Não conseguimos mapear, trabalhamos com uma parte da cidade. Há o desejo de trabalhar com uma perspectiva para o Estado. Acho que essa pesquisa é um esforço nacional no sentido de mapear, e se mapearam rotas, e foram muitas. Mas ainda há determinadas coisas que não conseguimos ter, são sempre de forma muito subjetiva.

Com relação às políticas públicas...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr^a Janete, desculpe-me interromper-lhe. Fiz a pergunta porque li no jornal – sou do Norte – e na pesquisa publicada em um jornal de circulação local foi colocada uma característica muito específica da Região Norte de que lá estaria ocorrendo o tráfico direto. Fiquei curiosa em saber o que seria tráfico direto. As próprias crianças e adolescentes se oferecendo para participarem desse tráfico sexual. Fiquei curiosa em saber

se é somente na Região Norte que acontece isso, daí ter-lhe questionado.

A SRA. JANETE CRUZ – Não temos conhecimento disso. Sempre existe, até onde se tem informação, um aliciador. Não temos essa informação.

Com relação à população, como funciona isso? Nas duas cidades, traz um pouco dessa naturalização, porque na parte que li, ao mesmo tempo, o taxista diz levar, cobrar, ao mesmo tempo diz que não está fazendo nada de errado, que dá carona para as crianças, que isso não é ilegal. E aqui também revela que em todas as famílias em Foz do Iguaçu é difícil que não haja alguém que não seja agenciador ou que não tenha passado pela prostituição. Acaba havendo uma banalização, uma naturalização desses fatos. Quem se movimenta são organizações que trabalham com mulheres, crianças e adolescentes. Podemos ver isso, apesar de a cidade de Uruguaiana ser no interior, nas capitais há mais facilidade de esses movimentos existirem de forma organizada.

Ficará aqui uma cópia dessa pesquisa, que traz uma série de organizações que existem na cidade de Uruguaiana. Foz do Iguaçu não constou da pesquisa, mas sei que também existem muitas organizações não-governamentais trabalhando, e são elas que fazem essa pressão até para que o Governo tome a frente e pressione para que as coisas aconteçam.

Por parte da população, por questões culturais, questões de gêneros, em ambas as cidades, existe uma certa naturalização, ou até banalização dessa situação.

O que se precisa também é de materiais informativos, esclarecendo mais a população, trabalhando isso especialmente com as famílias, porque, às vezes, não entendem o que vai acontecer com a criança. As crianças são levadas com a idéia de que terão uma vida melhor. Então, as famílias precisam realmente saber o que acontece.

O Ministério Público já recebeu uma cópia desta pesquisa. Existe um movimento no Rio Grande do Sul no sentido de ter as Varas especializadas para crimes contra crianças e adolescentes. Há um movimento para isso que, com certeza, nos ajudaria até na agilização dos processos e julgamentos. Foi um movimento importante, no ano passado, a Deputada Maria do Rosário ter conseguido a aprovação de um projeto de lei para busca imediata de crianças e adolescentes desaparecidos. Havia um tempo para a busca, porque a criança poderia voltar para a casa. Hoje, no Rio Grande do Sul, quando desaparece uma criança, um adolescente ou um portador de deficiência, independentemente de idade, a busca é imediata. Para nós, isso é importante. Hoje as delegacias estão conseguindo isso para nós.

No ano passado, fizemos uma parceria com a Secretaria da Justiça, os movimentos e as organizações não-governamentais, pelo fim da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Foz do Iguaçu também faz esse movimento. Prova disso é esse trabalho muito importante que vem sendo feito em parceria com a OIT.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente. V. Exª me concede a palavra para mais um questionamento? Se não puder, entenderei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Drª Janete, fiquei um pouco intrigada em relação à liberação de emissão de passaportes para crianças e adolescentes, de forma mais específica. Como V. Sª vê a idéia, que me passou pela cabeça, de que fossem exigidos novos critérios e requisitos, como, por exemplo, a autorização do Juizado da Infância e Adolescência, para que este pudesse fazer uma audiência prévia com os pais para saber o motivo da viagem e o interesse? O que V. Sª acha disso?

A SRA. JANETE CRUZ – Acho muito importante porque, além de haver o trabalho de combate policial e jurídico, precisamos ter essas ações. O que V. Exª está propondo não deixa de ser uma ação jurídica, porque vai estar envolvendo o juizado. Acho muito importante, porque, nesse momento, até seria a possibilidade de esclarecer e o próprio juizado ter, talvez, um serviço de orientação para ouvir as famílias que desejam que as crianças viajem. Fazer, realmente, um trabalho de orientação. Seria muito importante ter, além da questão do passaporte, um serviço de orientação às famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, agradeço a participação da Drª Janete Cruz, que nos trouxe dados e subsídios da sua pesquisa, que têm servido a esta CPI, inclusive tendo servido de orientação ao nosso requerimento de instalação da CPI. Agradeço à Drª. Janete, inclusive porque estava gripada. Temos certeza de que esses dados e informações serão muito ricos, para que possamos, realmente, ao final da CPI, ter os resultados que nossas crianças, jovens e, certamente, toda a sociedade brasileira desejam. Muito obrigada à Drª Janete.

Alguém ainda deseja se manifestar?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De fato, é uma pesquisa, um processo investigatório que cabe à CPI

ou à polícia fazer. Essa é uma primeira observação. Não podemos exigir que a Drª. Janete, nem ninguém, traga elementos resultantes de inquéritos ou notícias veiculadas em jornais e de alguns casos que foram analisados. É uma pesquisa que teve toda uma metodologia.

Em segundo lugar, a Drª. Janete já disse que há casos em que o passaporte é falso; ou seja, também há uma máfia que, infelizmente, no País, vende passaportes falsos e consegue passar com muita facilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, li, mais ou menos, os depoimentos do caso anterior e entendo que V. Exª deveria, aos cuidados da Relatora, pedir à Polícia Federal que fizesse depois uma revisão. Fiz um microrrelatório apenas com os nomes de cada um dos casos, mas seria importante que houvesse um trabalho mais minucioso de leitura, com mais tranquilidade, para que pudéssemos dar sentido a essa matéria.

Por outro lado, no mesmo documento do Maranhão, foi citado o caso de Rio Branco. Trata-se de outro caso. Li além do que foi dito e percebi que o caso também é grave e necessita de procedimento imediato.

Devolvo a documentação e posso ficar com isso. Coloco-me à disposição para, posteriormente, ajudar no que for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, agradeço a participação e as sugestões de V. Exª. Os membros da Polícia Federal que estão conosco certamente nos ajudarão a examinar todos esses documentos para que possamos tomar as providências cabíveis.

Convoco uma nova reunião para a próxima quarta-feira. O horário das reuniões tem-se modificado, às vezes às 10 horas ou às 11 horas. Porém, gostaria de sugerir que ouvíssemos os convidados – a Secretaria desta Comissão já está procurando entrar em contato com o restante dos coordenadores da Pestrat para saber se poderemos ouvi-los na próxima semana –, se todos estiverem de acordo, às 11 horas, iniciando, a partir das 10 horas, uma reunião administrativa apenas com os membros da CPMI para que procedamos a algumas deliberações.

Se todos estiverem de acordo, fica assim deliberado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h38min)


SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia treze do mês de agosto de dois mil e três, quarta-feira, às onze horas, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória Nº 127, de 2003**, adotada em 04 de agosto de 2003 e publicada no dia 05 do mesmo mês e ano, que **“Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica e dá outras providências”**, sem a presença de membros, *a reunião não foi realizada por falta de quorum.*

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2003


Sérgio da Fonseca Braga
Serviço de Apoio às Comissões Mistas
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 092, DE 2003

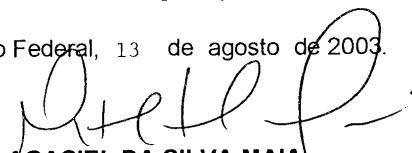
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar o servidor Joabson Martins Cahú Júnior, matrícula 4116, para integrar como membro, a Comissão Especial, de que trata a Portaria nº 75, de 2003, do Diretor-Geral.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

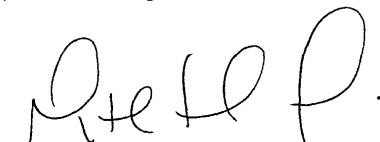
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 093 de 2003

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal. **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, por 150 (cento e cinquenta) dias, a Comissão Especial Multidisciplinar de Envio Automático de Mensagens – SEM, constituída pelo Ato nº 4091/2003, constante do Processo nº 958/03-4, para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de agosto de 2003.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*)ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4300, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.975/03-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ERINEU BATISTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renildo Santana.

Senado Federal, em 16 de julho de 2003



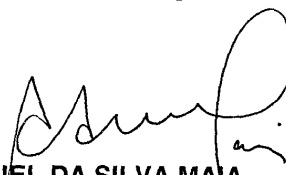
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 4520 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **JOSÉ WILSON DA SILVA**, matrícula nº 5064, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Atendimento ao Gabinete dos Senadores – SGS, e **designá-lo** para a Função Comissionada, símbolo FC-06, de Assistente Técnico da Diretoria-Executiva da SEI, da Secretaria Especial de Informática – SEI, a partir de 04 de agosto de 2003.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2003



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4521 , DE 2003**

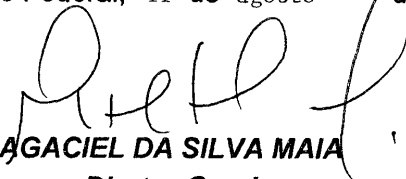
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 3245 e, **VANDERLEI PIRES DA SILVA**, matrícula nº 5247, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 013806/03-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

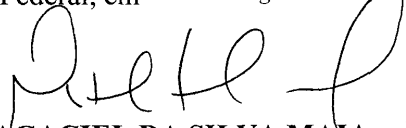
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4522, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014331/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RANDERSON ROGER DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hélio Costa.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

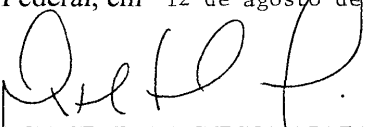
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4523, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014192/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VICENTE MOREIRA DAMACENO** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da liderança do PT.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4524, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011661/03-8**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4141, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2784, de 02/07/2003, que nomeou **ROBERTO LUIZ TORRE MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

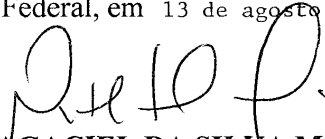
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4525, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014562/03-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSEANE DE SANTANA SOUZA**, matrícula n.º 33423, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Álvaro Dias, a partir de 12 de agosto de 2003.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

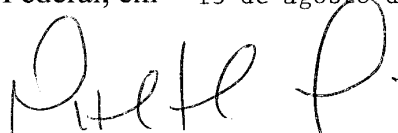
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4526, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014528/03-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VIVIANE BARROS DE AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alvaro Dias.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

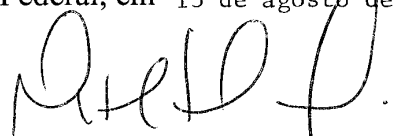
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4527 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014524/03-1,

R E S O L V E exonerar **MARIA EDUARDA COSTA NEVES**, matrícula n.º 33285, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador ÁLVARO DIAS e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL


N.º 4528 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014527/03-0,

R E S O L V E exonerar **MÁRIO ANTÔNIO**

GIOVANNETTI DAROS, matrícula n.º 32720, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador **ÁLVARO DIAS** e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

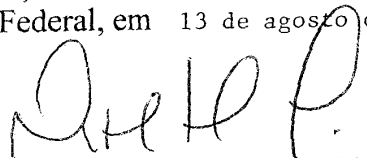
N.º 4529 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014529/03-3,

R E S O L V E exonerar **JOÃO SUPLCY DE**

LACERDA NETO, matrícula n.º 32162, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador **ÁLVARO DIAS** e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

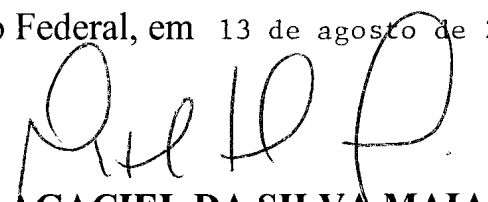
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4530 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014523/03-5,

R E S O L V E exonerar **CÁSSIA REGINA CASSÂNEGO**, matrícula n.º 33273, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador **ÁLVARO DIAS** e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

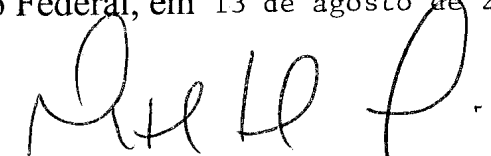
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4531 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014526/03-4,

R E S O L V E exonerar **MARCO ANTÔNIO GIOVANNETI DAROS**, matrícula n.º 32738, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador **ÁLVARO DIAS** e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



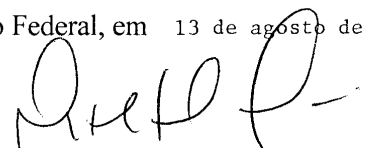
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4532 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014525/03-8,

R E S O L V E exonerar **PEDRO CARLOS DO NASCIMENTO**, matrícula n.º 32149, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador **ÁLVARO DIAS** e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4533 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 014292/03-3,

RESOLVE dispensar o servidor **MARCELO BASTOS TIGRE**, matrícula 3254, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-6, da Secretaria de Fiscalização e Controle, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Análise e Conferência do mesmo Órgão, a partir de 06 de agosto de 2003.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4534 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014291/03-7,

RESOLVE dispensar o servidor MANOEL LOPES CANÇADO SOBRINHO, matrícula 4934, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Análise e Conferência da Secretaria de Fiscalização e Controle, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 06 de agosto de 2003.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4535 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014351/03-0,

RESOLVE dispensar o servidor RICARDO BANDEIRA DOS SANTOS, matrícula 5157, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Aelton Freitas, a partir de 07 de agosto de 2003.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4536 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008681/03-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ROBERTO LACERDA RAMOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Capiberibe.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4537 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014479/03-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ JONES MOTA JÚNIOR**, matrícula n.º 34496, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Magno Malta, a partir de 31 de julho de 2003.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



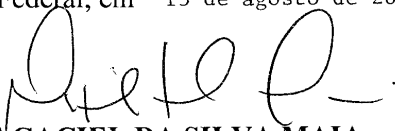
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4538 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014484/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUCIANA MARIANO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-05, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



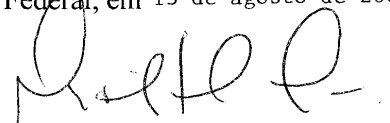
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4539 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014476/03-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WASSIL CARRERO DE MELO JÚNIOR**, matrícula n.º 33902, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



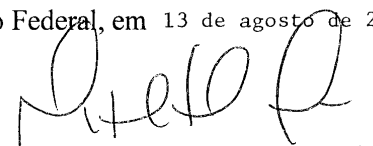
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4540 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014475/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



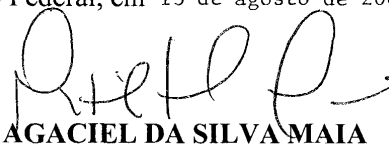
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4541 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.746/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ RIBAMAR CEZARINO DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



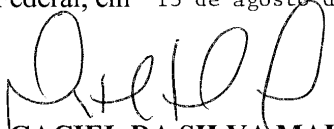
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4542 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.517/03-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IVAN BOMFIM DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



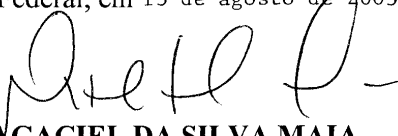
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4543 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.204/03-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA DE HOLANDA GURGEL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



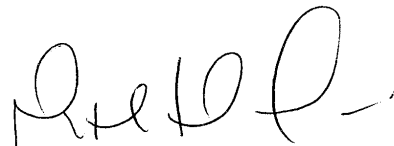
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4544 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 001612/03-4, resolve DECLARAR aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 5 de agosto de 2003, ANTONIO ALVES DE FREITAS, matrícula 1587, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso II e 187, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4545 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 012.563/03-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, por idade, com proventos integrais, o servidor CELSO DANTAS, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

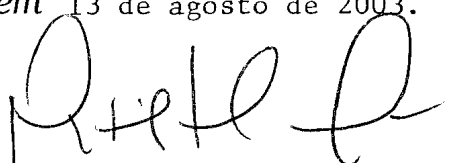
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4546 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos números 007818/03-3 e 007770/03-0

RESOLVE, fundamentado nos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "c", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a ARGEAMY TELES DE FARIA, na condição de companheira, na proporção de 1/2 (um meio) e reservar uma cota inominada de 1/2 (um meio), até a conclusão dos trabalhos da Comissão de Justificação Administrativa, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ MAURÍCIO DE FREITAS, matrícula 01382, a partir da data do óbito, 01/04/2003.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**
TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PI)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RR)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada 18.02.2003)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽²⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽²⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 230 PÁGINAS